

RELATÓRIO DE ATIVIDADE  
E CONTAS ANUAIS

2012



Instituto de Seguros de Portugal

Autoridade de Supervisão de Seguros e  
Fundos de Pensões • Autorité de Contrôle  
des Assurances et des Fonds de Pensions du  
Portugal • Portuguese Insurance and Pension  
Funds Supervisory Authority



---

# RELATÓRIO DE ATIVIDADE E CONTAS ANUAIS

2012

Inclui:

ISP – Instituto de Seguros de Portugal

FGA – Fundo de garantia Automóvel

FAT – Fundo de Acidentes de Trabalho

Instituto de Seguros de Portugal  
Lisboa, 2013







Índice.....	5
Lista de siglas e acrónimos.....	7
Índice de figuras.....	9
Índice de quadros.....	11
A. Mensagem do presidente.....	13
B. O Instituto de Seguros de Portugal.....	15
1. Missão e valores.....	15
2. Organização.....	16
C. O mercado segurador e dos fundos de pensões em 2012.....	18
1. A evolução da economia global num contexto de políticas orçamentais restritivas e mercados financeiros instáveis.....	18
2. A crise da dívida soberana e a área do Euro.....	20
3. A economia nacional.....	22
4. Evolução do mercado segurador e dos fundos de pensões.....	25
D. Atividades desenvolvidas.....	31
1. Supervisão e <i>enforcement</i> .....	31
Supervisão financeira e <i>enforcement</i> .....	31
Supervisão da conduta de mercado.....	44
Mediação de seguros.....	52
Autorizações e registo.....	54
Sanções e contraordenações.....	55
2. Política regulatória.....	57
Área prudencial.....	57
Área contratual / comportamental.....	58
Iniciativas legislativas nacionais.....	59
Iniciativas legislativas comunitárias.....	60
3. Cooperação interinstitucional.....	68
Nacional.....	68
Internacional.....	69
4. Gestão de recursos financeiros.....	72
5. Gestão de recursos humanos.....	74
6. Gestão patrimonial, de instalações e de recursos materiais.....	78
7. Comunicação, informação e relações públicas.....	79
Atendimento ao público e apoio ao consumidor.....	79
Estudos e publicações.....	85
Centro de documentação.....	86
8. Gestão dos fundos autónomos.....	86
Fundo de Garantia Automóvel.....	86
Fundo de Acidentes de Trabalho.....	92
E. Linha de orientação estratégica para o triénio 2013-2015.....	100
F. Principais objetivos para 2013.....	102

G. Proposta de aplicação de resultados, referências e anexos.....	104
1. Proposta de Aplicação de Resultados.....	104
2. Referências.....	105
3. Anexo nos termos do n.º 6 do art.º 21.º do Estatuto do ISP.....	106
H. Demonstrações financeiras.....	107
ISP – Instituto de Seguros de Portugal.....	107
FGA – Fundo de Garantia Automóvel.....	123
FAT – Fundo de Acidentes de Trabalho.....	137
I. Relatório e Parecer da Comissão de Fiscalização.....	149
J. Certificação Legal das Contas.....	155
K. Relatórios dos Auditores.....	161



## Lista de siglas e acrónimos

ANPC	–	Autoridade Nacional de Proteção Civil
ARES	–	Assessment do Risco das Empresas de Seguros
ASEL	–	Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos
BdP	–	Banco de Portugal
BCE	–	Banco Central Europeu
CEDIC	–	Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo
CEIOPS	–	Committee of European Insurance and Occupational Pensions Supervisors
CMVM	–	Comissão do Mercado de Valores Mobiliários
CNSA	–	Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria
CNSF	–	Conselho Nacional de Supervisores Financeiros
DUC	–	Documento Único de Cobrança
EAIG	–	European Audit Inspections Group
EGAOB	–	European Group of Auditors' Oversight Bodies
EIOPA	–	European Insurance and Occupational Pensions Authority
ESRB	–	European Systemic Risk Board
EUA	–	Estados Unidos da América
FAT	–	Fundo de Acidentes de Trabalho
FGA	–	Fundo de Garantia Automóvel
FMI	–	Fundo Monetário Internacional
GAFI	–	Grupo de Ação Financeira
IBNR	–	Incurred But Not Reported
IFIAR	–	International Forum of Independent Audit Regulators European
IGCP	–	Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público
IOPS	–	International Organisation of Pension Supervisors
IPPC	–	Insurance and Private Pensions Committee
ISP	–	Instituto de Seguros de Portugal
ISSA	–	International Social Security Association
NIC	–	Normas Internacionais de Contabilidade
OCDE	–	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OROC	–	Ordem dos Revisores Oficiais de Contas
ORSA	–	Own Risk and Solvency Assessment
PIB	–	Produto Interno Bruto
PNFF	–	Plano Nacional de Formação Financeira

- PPE** – Plano Poupança Educação
- PPR** – Plano Poupança Reforma
- PPR/E** – Plano Poupança Reforma e Educação
- PR** – Prevenção Rodoviária
- QIS** – Quantitative Impact Studies
- SAAS** – Sistema de Apoio e Acompanhamento de Sinistrados
- SGQ** – Sistema de Gestão da Qualidade
- UE** – União Europeia
- VaR** – Value-at-Risk
- WPPP** – Working Party on Private Pensions

## Índice de figuras

Figura 1 – Estrutura organizacional do ISP.....	16
Figura 2 – Evolução de índices acionistas e de Credit Default Swaps (CDS) de diversas indústrias europeias.....	20
Figura 3 – Evolução das taxas de rendibilidade implícitas nas obrigações de dívida pública e dos CDS de alguns bancos nacionais.....	21
Figura 4 – Evolução das taxas de juro na área do Euro.....	22
Figura 5 – Evolução de empréstimos, depósitos e taxas de juro do setor bancário.....	24
Figura 6 – Evolução da produção de seguro direto.....	25
Figura 7 – Produção de seguro direto dos ramos Não Vida (2012).....	26
Figura 8 – Produção de seguro direto do ramo Vida (2012).....	26
Figura 9 – Investimentos das empresas de seguros.....	27
Figura 10 – Provisões técnicas das empresas de seguros.....	28
Figura 11 – Margem de solvência das empresas de seguros.....	28
Figura 12 – Evolução dos montantes geridos pelos fundos de pensões.....	29
Figura 13 – Evolução das contribuições e benefícios pagos.....	29
Figura 14 – Investimentos dos fundos de pensões.....	30
Figura 15 – Processo de supervisão das empresas de seguros.....	31
Figura 16 – Análise dos elementos reportados.....	32
Figura 17 – Risco específico de seguros Vida.....	33
Figura 18 – Organograma do risco específico de seguros Não Vida.....	33
Figura 19 – Matriz de risco.....	34
Figura 20 – Ações de inspeção por temas e acompanhamento dos processos de pré-pedido de modelos internos.....	37
Figura 21 – Processo de supervisão na área dos investimentos dos fundos de pensões.....	39
Figura 22 – Tratamento das responsabilidades (planos de benefício definido).....	40
Figura 23 – Adequação ativo-passivo.....	41
Figura 24 – Distribuição dos processos contraordenacionais por áreas.....	55
Figura 25 – Autos instaurados e sanções aplicadas por áreas (2012).....	56
Figura 26 – Evolução do quadro de pessoal.....	74
Figura 27 – Estrutura etária do pessoal do ISP.....	75
Figura 28 – Distribuição dos colaboradores do ISP por sexo.....	75
Figura 29 – Distribuição dos colaboradores do ISP que integram cargos de chefia por sexo.....	76
Figura 30 – Distribuição dos colaboradores do ISP por relação jurídica de emprego.....	76
Figura 31 – Distribuição dos colaboradores do ISP por antiguidade.....	77
Figura 32 – Habilitações académicas dos colaboradores.....	77
Figura 33 – Ações e horas de formação.....	78
Figura 34 – Evolução das reclamações apresentadas ao ISP.....	80
Figura 35 – Pedidos de esclarecimento – tipo de seguro (2012).....	81
Figura 36 – Pedidos de esclarecimento – matérias (2012).....	81

Figura 37 – Serviço de atendimento ao público – distribuição por via de comunicação utilizada.....	82
Figura 38 – Visitas ao Portal do Consumidor (2012) .....	83
Figura 39 – Processos de sinistros iniciados / terminados.....	87
Figura 40 – Indemnizações pagas.....	87
Figura 41 – Reembolsos cobrados.....	88
Figura 42 – Títulos de dívida por país emitente .....	91
Figura 43 – Distribuição setorial dos emitentes .....	92
Figura 44 – Evolução do número de processos de indemnizações .....	93
Figura 45 – Evolução das indemnizações de acidentes de trabalho .....	94
Figura 46 – Evolução dos reembolsos a empresas de seguros .....	95
Figura 47 – Distribuição dos montantes pagos pelo FAT .....	95
Figura 48 – Decomposição das receitas do FAT .....	96
Figura 49 – Evolução das receitas do FAT .....	96
Figura 50 – Títulos de dívida por país emitente .....	99
Figura 51 – Distribuição setorial dos emitentes .....	99

## Índice de quadros

Quadro 1 – Composição dos órgãos estatutários do ISP .....	17
Quadro 2 – Economia mundial – principais indicadores económicos.....	19
Quadro 3 – Evolução da economia portuguesa.....	23
Quadro 4 – Empresas de seguros – estrutura do mercado .....	25
Quadro 5 – Fundos de pensões – estrutura do mercado (2012) .....	30
Quadro 6 – Evolução da publicidade monitorizada pelo ISP .....	45
Quadro 7 – Distribuição dos anúncios publicitários em função do tipo de anúncio e do tipo de seguro ou fundo de pensões (2012) .....	46
Quadro 8 – Evolução do número de mediadores.....	52
Quadro 9 – Distribuição dos mediadores de seguros ativos.....	52
Quadro 10 – Movimentos de registo de mediadores.....	53
Quadro 11 – Autorizações e notificações – empresas de seguros .....	54
Quadro 12 – Processos de autorização – SGFP e fundos de pensões .....	55
Quadro 13 – Dados globais sobre processos contraordenacionais.....	56
Quadro 14 – Evolução das receitas e despesas do ISP .....	73
Quadro 15 – Distribuição das reclamações por ramos e tipo de seguros (2012).....	80
Quadro 16 – Serviço de atendimento ao público – caracterização dos utentes .....	82
Quadro 17 – Vencedores do concurso “Todos Contam” .....	84
Quadro 18 – Evolução da atividade do FGA enquanto organismo de indemnização.....	88
Quadro 19 – Distribuição do total da provisão (2012).....	90
Quadro 20 – Evolução do fundo líquido de responsabilidades .....	90
Quadro 21 – Evolução dos resultados líquidos.....	90
Quadro 22 – Composição dos ativos financeiros do FGA .....	91
Quadro 23 – Rácio de cobertura das responsabilidades.....	98
Quadro 24 – Composição dos ativos financeiros do FAT .....	98



## A. Mensagem do presidente

No exercício das suas competências enquanto autoridade de regulação e supervisão do mercado segurador e dos fundos de pensões, o Instituto de Seguros de Portugal (ISP) publica, anualmente, o seu Relatório e Contas. Este relatório procura transmitir, de uma forma global, as atividades desenvolvidas por este instituto no âmbito das suas competências, bem como tornar públicas as contas do ISP e dos fundos por ele geridos, de acordo com a legislação em vigor, fomentando um crescente grau de transparência para com os operadores e o público em geral.

Em momentos de graves dificuldades económicas e de turbulências financeiras, o setor segurador e dos fundos de pensões foi capaz de manter boa parte das carteiras sob sua gestão, reforçando ainda as suas políticas de solvência.

As perspetivas a curto prazo conduzem-nos a um horizonte complexo com algumas incertezas, contudo, os dados afetos ao setor confirmam a sua robusta capacidade e pertinência, baseada numa evolução solvente, suportada numa gestão prudente. Este modelo tem, ainda, permitido manter e criar emprego, não se afastando dos seus princípios fundamentais nem deixando de cumprir com a sua função social: a mutualização dos riscos. Esta função, no atual contexto de adversidade macroeconómica, ganha relevância pois fomenta e capta poupanças, permitindo reforçar os alicerces de uma base financeira estável e duradoura.

Salienta-se que este setor é, por excelência, um dos principais investidores institucionais, subscritor de importantes montantes de dívida pública e privada contribuindo para o equilíbrio das contas públicas e do investimento produtivo. Uma gestão responsável dos ativos, primando a segurança, conjugada com adequadas políticas de capitalização, permitiu consolidar os níveis de solvência alcançados. A futura introdução do novo regime de solvência, o Solvência II, que irá acentuar uma nova forma de gerir os riscos, associada aos requisitos de capital necessários para os operadores fazerem face às suas responsabilidades, acomodará, certamente, novas práticas e metodologias de gestão que deverão ser preparadas e assumidas por todos os intervenientes do mercado, num quadro de gradual adaptação.

Apesar da diminuição da produção observada, o setor continuou a demonstrar a sua grande capacidade de resiliência face à conjuntura adversa, muito devido à abordagem prudente dos modelos de gestão implementados. Efetivamente, a sua especialização na gestão de riscos, produtividade, a sua dinâmica de capitalização e a aptidão natural como captador de poupança, aportam, forçosamente, capacidade e estabilidade ao conjunto do sistema financeiro, reforçando o desenvolvimento da economia portuguesa. Para a manutenção e até fortalecimento desta situação é decisivo, mesmo com o atual enquadramento económico e financeiro, poder-se contar com fontes estáveis de financiamento a longo prazo.

As limitações orçamentais têm forçado a redução da despesa em diversas áreas. Tal facto tem conduzido ao aumento das dificuldades em manter o atual estado do bem-estar, pelo que se exigem profundas reformas que se irão refletir na base económica de vários setores, e nas suas estruturas internas, bem como nas relações com a restante sociedade. Encontrar alternativas exige seguramente a participação do setor empresarial bem como da sociedade civil de uma forma radicalmente criativa e colaboradora. Para se avançar mais rápido e de maneira mais fiável, o setor segurador e dos fundos de pensões, porque tem capacidade privilegiada de intervenção no domínio social, económico e financeiro, tendo em conta a sua experiência neste campo de atuação, poderá desempenhar um papel relevante na inversão do atual ciclo negativo, fornecendo soluções que complementam ou substituem as atualmente existentes.

Por último, não posso deixar de manifestar o meu sincero agradecimento a todas as entidades, públicas ou privadas que, de uma forma mais estreita, se relacionaram institucionalmente e profissionalmente com o ISP, em 2012. Uma especial palavra de apreço para a Comissão de Fiscalização, pelo interesse, disponibilidade e empenho sempre presentes no acompanhamento e controlo da atividade desta autoridade de supervisão.

Uma palavra final para todos os colaboradores do ISP que contribuíram, apesar das adversidades, com o seu profissionalismo e dedicação, para o cumprimento dos objetivos traçados.

José Figueiredo Almaça  
Presidente



## B. O Instituto de Seguros de Portugal

### 1. Missão e valores

O ISP é responsável pela regulação e supervisão das empresas de seguros e de resseguros, dos fundos de pensões e respetivas entidades gestoras, bem como dos mediadores de seguros ou resseguros que atuam em Portugal.

A missão do ISP é executada através do desenvolvimento e *enforcement* de regras, princípios e boas práticas, destinadas a assegurar que as entidades sob a sua supervisão cumprem os compromissos assumidos perante os tomadores de seguros, pessoas seguras, participantes e beneficiários, aplicam elevados padrões de conduta e contribuem para a manutenção de um sistema financeiro estável, eficiente e solvente.

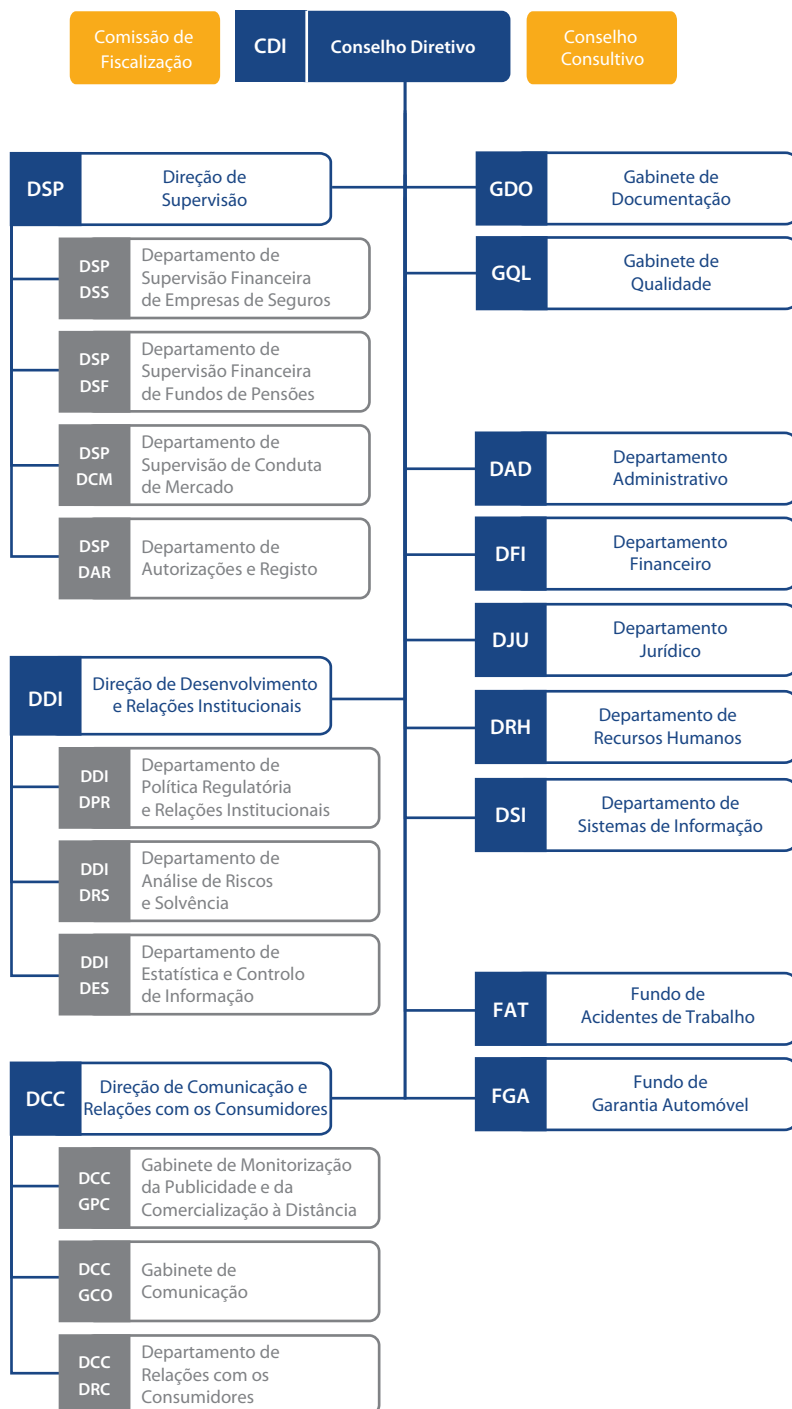
O ISP tem como visão estratégica ser reconhecido como uma autoridade de supervisão de referência, pela sua liderança, profissionalismo e inovação. No desempenho da sua missão, o ISP rege-se por um conjunto de valores que norteiam a definição e implementação das suas estratégias e políticas, nomeadamente, o primado do interesse público, a defesa do interesse dos consumidores de seguros e de fundos de pensões, a atuação independente e responsável, a integridade, consistência e transparência na ação e o funcionamento eficaz, eficiente e socialmente responsável.

## 2. Organização

Em 2012, há a registar a seguinte alteração no organigrama do ISP: o Departamento de Análise de Dados, Monitorização da Publicidade e da Comercialização à Distância (DPC) passou a designar-se Gabinete de Monitorização da Publicidade e da Comercialização à Distância (GPC).

São órgãos do ISP, nos termos do seu estatuto, o Conselho Diretivo, o Conselho Consultivo e a Comissão de Fiscalização. O Regulamento Interno estabelece que a organização do ISP seja estruturada através de um conjunto de unidades orgânicas, conforme se pode observar na figura seguinte, a qual reporta a 31 de dezembro de 2012.

Figura 1 – Estrutura organizacional do ISP



No quadro seguinte apresenta-se a composição dos órgãos estatutários do ISP, à data de 31 de dezembro de 2012. Saliente-se, neste âmbito, a nova composição do Conselho Diretivo, que foi nomeado pela resolução n.º 35/2012, publicada no Diário da República, 2.ª série, de 4 de setembro de 2012, com efeitos a partir de 1 de setembro de 2012.

#### Quadro 1 – Composição dos órgãos estatutários do ISP

##### Conselho Diretivo

- **José António Figueiredo Almaça** (Presidente)
- **Filipe Alexandre Aleman Ferreira Serrano** (Vice-Presidente)
- **Maria de Nazaré Rala Esparteiro Barroso** (Vogal)

##### Comissão de Fiscalização

- **Álvaro Pinto Correia** (Presidente)
- **Manuel de Lima Dias Martins** (Vogal)
- **Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus** (Revisor Oficial de Contas)

##### Conselho Consultivo

- **José António Figueiredo Almaça** (Presidente do conselho diretivo do Instituto de Seguros de Portugal e presidente do conselho consultivo)
- **Fernando Mesquita Gabriel** (Representante do Governo da Região Autónoma dos Açores)
- **João Manuel Gris Teixeira** (Representante do Governo da Região Autónoma da Madeira)
- **Pedro Miguel de Seabra Duarte Neves** (Membro do conselho de administração do Banco de Portugal)
- **Amadeu José Ferreira** (Membro do conselho diretivo da CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários)
- **Maria Teresa Moreira** (Diretora-Geral da Direção-Geral do Consumidor)
- **Rui Coelho e Campos** (Representante da FENACOOP – Federação Nacional das Cooperativas de Consumidores)
- **Pedro Rogério de Azevedo Seixas Vale** (Presidente da APS – Associação Portuguesa de Seguradores)
- **José Veiga Sarmiento** (Presidente da APFIPP – Associação Portuguesa de Fundos de Investimento, Pensões e Patrimónios)
- **Fernando Rego** (Presidente da APROSE – Associação Portuguesa dos Produtores Profissionais de Seguros)
- **João Tiago Praça Nunes Mexia** (Designado pelo Ministro das Finanças)
- **Luís Eduardo da Silva Barbosa** (Designado pelo Ministro das Finanças)
- **Maria do Carmo Portela Herédia Vieira da Fonseca** (Designada pelo Ministro das Finanças)

## C. O mercado segurador e dos fundos de pensões em 2012

### 1. A evolução da economia global num contexto de políticas orçamentais restritivas e mercados financeiros instáveis

A economia mundial continuou a crescer em 2012, embora com diferenças regionais significativas. As economias desenvolvidas têm vindo a ser mais afetadas pela materialização de fatores que contribuem para condicionar a sua recuperação económica, entre os quais se salienta a persistência de alguma instabilidade observada no sistema financeiro. Assim, enquanto as políticas fiscais restritivas limitam a procura, continuam a ser evidentes algumas debilidades no sistema financeiro, como sejam a segmentação dos mercados, as fragilidades do sistema bancário ou as condições de financiamento restritivas dos agentes económicos em determinadas economias. Para este contexto, em muito contribuiu a crise da dívida soberana na área do Euro, que continua a ser apontada como uma das principais ameaças ao crescimento económico.

Os principais riscos económicos associados ao crescimento derivam, portanto, da incerteza em torno da crise da dívida soberana e das necessidades de ajustamento dos desequilíbrios orçamentais, em particular dos países do sul da Europa, sejam eles provenientes do setor público ou privado.

Neste contexto, vários governos têm vindo a implementar processos de redução dos défices orçamentais que, num cenário de elevada incerteza e baixos níveis de confiança, têm contribuído para níveis de crescimento anémicos ou até recessivos. Observa-se, nas previsões do Fundo Monetário Internacional para a área do Euro (publicadas em janeiro de 2013), o decréscimo de Produto Interno Bruto (PIB), em 2012, e a provável continuação desta tendência em 2013. De facto, a recessão económica nalguns países da área do Euro, muito em resultado das políticas restritivas anteriormente referidas, parece estar a influenciar negativamente o desenvolvimento desta região, com efeitos que começam a contagiar as economias que se consideram mais competitivas, como seja o caso da Alemanha.

## Quadro 2 – Economia mundial – principais indicadores económicos

	Taxas de variação, em percentagem			
	2011	2012	2013 (projeção)	2014 (projeção)
<b>PIB</b>				
<b>Economia Mundial</b>	<b>3,9</b>	<b>3,2</b>	<b>3,5</b>	<b>4,1</b>
<b>Economias avançadas</b>	<b>1,6</b>	<b>1,3</b>	<b>1,4</b>	<b>2,2</b>
EUA	1,8	2,3	2,0	3,0
Japão	-0,6	2,0	1,2	0,7
Área do euro	1,4	-0,4	-0,2	1,0
Alemanha	3,1	0,9	0,6	1,4
França	1,7	0,2	0,3	0,9
Itália	0,4	-2,1	-1,0	0,5
Espanha	0,4	-1,4	-1,5	0,8
Reino Unido	0,9	-0,2	1,0	1,9
Novas economias industrializadas da Ásia	4,0	1,8	3,2	3,9
<b>Economias de mercados emergentes e em desenvolvimento</b>	<b>6,3</b>	<b>5,1</b>	<b>5,5</b>	<b>5,9</b>
Europa central e de leste	5,3	1,8	2,4	3,1
Comunidade de Estados Independentes	4,9	3,6	3,8	4,1
Rússia	4,3	3,6	3,7	3,8
Países Asiáticos em desenvolvimento	8,0	6,6	7,1	7,5
China	9,3	7,8	8,2	8,5
Índia	7,9	4,5	5,9	6,4
Médio Oriente e Norte de África	3,5	5,2	3,4	3,8
América Latina	4,5	3,0	3,6	3,9
África Sub-sahariana	5,3	4,8	5,8	5,7
<b>Volume de comércio mundial de bens e serviços</b>	<b>5,9</b>	<b>2,8</b>	<b>3,8</b>	<b>5,5</b>
<b>Preços internacionais de matérias-primas em USD</b>				
Petróleo <sup>(a)</sup>	31,6	1,0	-5,1	-2,9
Matérias-primas não energéticas	17,8	-9,8	-3,0	-3,0
<b>Preços no consumidor</b>				
Economias avançadas	2,7	2,0	1,6	1,8
Economias de mercados emergentes e em desenvolvimento	7,2	6,1	6,1	5,5
<b>Taxas de juro LIBOR (b)</b>				
Em depósitos em USD	0,5	0,7	0,5	0,6
Em depósitos em EUR	1,4	0,6	0,1	0,3
Em depósitos em JPY	0,3	0,3	0,2	0,2

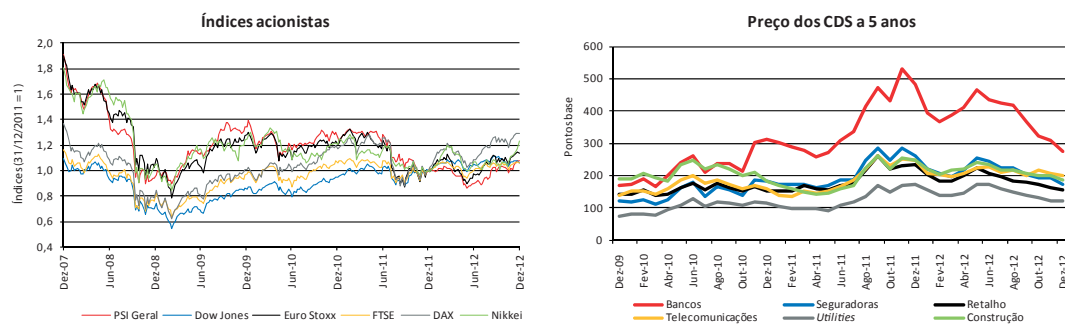
Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI)

Notas: (a) Média simples dos preços de *Brent* (UK), *Dubai* e *West Texas Intermediate crude oil*. O preço médio por barril em 2012 foi de 105,08 USD. O valor estimado a partir dos mercados de futuros é de 99,7 USD em 2013 e 96,78 USD em 2014; (b) Taxa de juro a 6 meses no caso dos EUA e Japão e taxa a 3 meses para a área do Euro.

Em sentido contrário, é de salientar a manutenção de políticas monetárias acomodáticas, com os principais Bancos Centrais a manter taxas de juro de referência muito baixas, por vezes com recurso a medidas não convencionais de política monetária. Estas políticas, que pretendem restaurar o normal funcionamento dos mercados financeiros e estimular o crescimento económico, deverão permanecer nestas condições no curto / médio prazo. No entanto, os atuais níveis de segmentação dos mercados financeiros (consequência do nível de prémios de risco, sobretudo na área do Euro) deverão continuar a limitar o efeito destas políticas. De facto, embora as taxas de juro permaneçam em mínimos históricos, as condições de financiamento dos agentes económicos continuam particularmente restritivas, em especial nos países da periferia da área do Euro.

Neste contexto, e não obstante a desaceleração da atividade económica em 2012, é de salientar a reação positiva observada nos mercados financeiros, verificável, por exemplo, no crescimento dos principais índices acionistas mundiais ou na redução dos prémios de risco em diversas indústrias europeias, com especial destaque para o setor bancário.

Figura 2 – Evolução de índices acionistas e de *Credit Default Swaps* (CDS) de diversas indústrias europeias



Fonte: Bloomberg

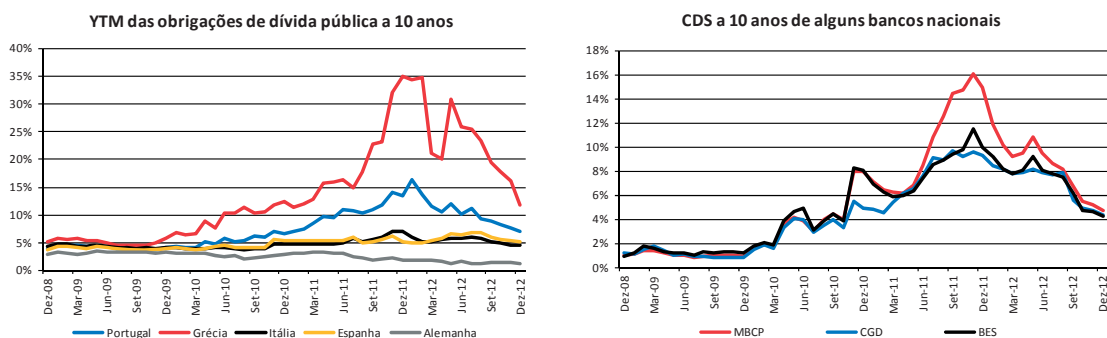
As preocupações em torno da crise da dívida soberana na Europa continuam a desempenhar um papel fundamental para o desenvolvimento das expectativas dos agentes económicos, onde a possibilidade de reversão dos desenvolvimentos positivos alcançados durante o último ano permanece como uma das principais ameaças para o crescimento e para a estabilidade do sistema financeiro global.

## 2. A crise da dívida soberana e a área do Euro

A crise da dívida soberana, que se faz sentir fundamentalmente em algumas economias desprovidas de mecanismos autónomos de política monetária e que conjugam uma deterioração significativa dos seus défices orçamentais com fragilidades de natureza estrutural (elevadas necessidades de financiamento, reduzidas taxas de crescimento, elevado endividamento dos setores público e / ou privado), caracteriza-se por uma relação de interdependência entre o risco soberano e o sistema financeiro, com particular ênfase para o setor bancário. De facto, as condições de financiamento dos setores público e privado restringiram-se significativamente em resultado dos receios dos agentes económicos sobre a sustentabilidade das políticas orçamentais dessas economias, o que se traduziu em aumentos incontroláveis do custo da dívida, originando pedidos de assistência financeira internacional por parte de vários países.

Considerando que a interrupção deste mecanismo de contágio é uma condição necessária para assegurar a estabilidade financeira na área do Euro e garantir condições de financiamento às economias, foram adotadas várias medidas com vista a mitigar os mecanismos de interdependência entre o risco soberano e o sistema financeiro. Entre estas, salienta-se a criação de uma união bancária, com atribuição de poderes de supervisão direta ao Banco Central Europeu (BCE), que deverá trabalhar em cooperação com as autoridades nacionais.

Figura 3 – Evolução das taxas de rendibilidade implícitas nas obrigações de dívida pública e dos CDS de alguns bancos nacionais



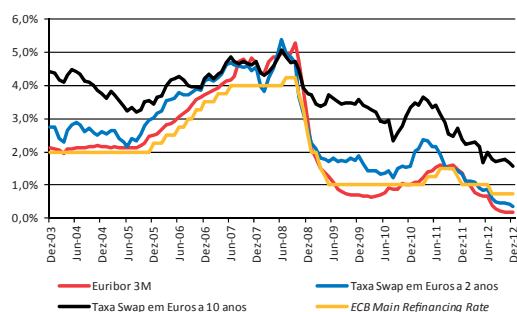
Fonte: Bloomberg

Refira-se que o BCE desempenhou também um papel determinante para estes resultados, quer através da manutenção de uma política monetária acomodatória, quer com a aplicação de medidas não convencionais, como sejam as operações de refinanciamento a três anos com satisfação integral da procura ou o alargamento do espectro de ativos aceites como garantia para as operações de crédito do Eurosistema. A este nível, realçam-se também as declarações do presidente daquela instituição no final de julho do ano transato, afirmando que o Banco Central se encontrava disponível para fazer tudo o que fosse necessário para preservar a moeda única. Na sequência destas declarações foi anunciado o programa de *Outright Monetary Transactions* (OMT), que contempla a possibilidade de compra de títulos de dívida pública em mercado secundário, sem limites pré-fixados, com o objetivo de corrigir eventuais distorções provenientes de receios dos investidores quanto à reversibilidade da área do Euro. Ressalve-se que a aplicação deste mecanismo é condicional à adoção, por parte do emissor, de um plano de ajustamento no âmbito do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira / Mecanismo Europeu de Estabilidade (FEEF / MEE).

Assim, observou-se, em 2012, uma queda nos prémios de risco exigidos para aquisição de títulos da dívida pública, que se refletiu também nos *spreads* de crédito aplicáveis aos títulos do setor bancário nacional. Esta evolução teve um efeito positivo sobre as carteiras de investimento das empresas de seguros e dos fundos de pensões, que viram os seus ativos valorizar-se durante aquele ano.

Por outro lado, no atual enquadramento macroeconómico, e tal como já referido, o BCE tem vindo a manter uma política monetária acomodatória que se reflete também num ambiente de taxas de juro historicamente baixas. Embora esta política encontre boas justificações no atual contexto (elevada segmentação dos mercados, políticas fiscais restritivas, aversão ao risco e desaceleração económica), a manutenção de taxas de juro muito baixas por um período de tempo alargado tende a constituir um desafio para os operadores do setor segurador e dos fundos de pensões.

Figura 4 – Evolução das taxas de juro na área do Euro



Fonte: Bloomberg

De facto, a redução dos retornos médios oferecidos pelos ativos, particularmente os que apresentem menor risco, poderá revelar-se insuficiente para satisfazer as obrigações assumidas nos produtos oferecidos pelos operadores do setor. Importa, no entanto, salientar que uma parte significativa das carteiras de investimento das entidades sob a supervisão do ISP se encontra alocada a instrumentos financeiros emitidos por entidades nacionais, que continuam a oferecer níveis de rentabilidade relativamente consideráveis.

### 3. A economia nacional

A análise da evolução da economia nacional, em 2012, é indissociável do programa de ajustamento económico e financeiro, acordado com o BCE, o FMI e a Comissão Europeia (CE), no segundo trimestre de 2011. Este programa veio permitir o financiamento da economia nacional a custos substancialmente inferiores ao que seria possível no mercado primário de dívida pública, durante um período de tempo que deverá permitir a correção gradual dos desequilíbrios.

A aplicação deste programa, embora indispensável, obriga o país a um esforço de redução do défice orçamental através do aumento da receita fiscal e da redução da despesa, consubstanciada, nas atuais circunstâncias, numa política fiscal restritiva e pró-cíclica. Assim, a sua aplicação não se encontra isenta de riscos, em particular num contexto de deterioração das perspetivas macroeconómicas, quer em Portugal, quer nos principais países de destino das exportações nacionais. Esta realidade vem criar incertezas acrescidas quanto ao impacto dos objetivos de consolidação orçamental na atividade económica e, conseqüentemente, no eventual cumprimento desses objetivos de consolidação.

De facto, de acordo com a síntese da execução orçamental, de janeiro de 2013 (publicada pela Direção-Geral do Orçamento), a receita efetiva do Estado diminuiu 4,4%, em 2012. Para este resultado, além do efeito das medidas não recorrentes, contribuiu sobretudo a redução de 6,8% nas receitas fiscais e, dentro desta categoria, a quebra de 9,5% nos impostos diretos (-4,7% nos impostos indiretos), refletindo os desenvolvimentos desfavoráveis das respetivas bases macroeconómicas. A este nível, saliente-se a diminuição de 17,3% da receita em sede de IRC.

Em 2012, a despesa efetiva do Estado manteve-se sensivelmente estável, enquanto a despesa primária registou um decréscimo de 1,9%, refletindo a esperada redução das despesas com pessoal (18,1%), decorrente da suspensão do pagamento de subsídios de férias e de Natal bem como da diminuição de pessoal nos serviços da administração direta do Estado.



Assim, no mesmo ano, o défice do Estado ascendeu a 8 898 milhões de euros, o que consubstancia um agravamento de aproximadamente 1 854 milhões de euros, face ao ano precedente. Saliente-se, no entanto, que estes valores se encontram influenciados por receitas e despesas não recorrentes, nomeadamente as transferências dos fundos de pensões das instituições de crédito (3 263 e 2 687 milhões de euros, em 2011 e 2012, respetivamente) e pela transferência para o Serviço Nacional de Saúde de 1 932 milhões de euros, em 2012, com vista à regularização de dívidas de anos anteriores. Expurgado destes efeitos, o défice seria de 9 653 milhões de euros, o que traduz uma redução face a 2011 (10 307 milhões de euros).

O contexto de forte abrandamento da procura interna, potenciado pela política fiscal restritiva a que se tem vindo a assistir, justifica a contração de 3% do PIB, estimada pelo Banco de Portugal para 2012. De facto, em linha com o observado em 2011, a economia nacional contraiu também em 2012, refletindo o decréscimo de todas as variáveis da procura interna, entre as quais se salienta a redução de 14,4% no Investimento. Pelo lado positivo, continua a destacar-se o crescimento das exportações líquidas, conseguido pelo aumento das exportações em simultâneo com a redução das importações, estas últimas certamente influenciadas pela quebra dos níveis de investimento e de consumo.

### Quadro 3 – Evolução da economia portuguesa

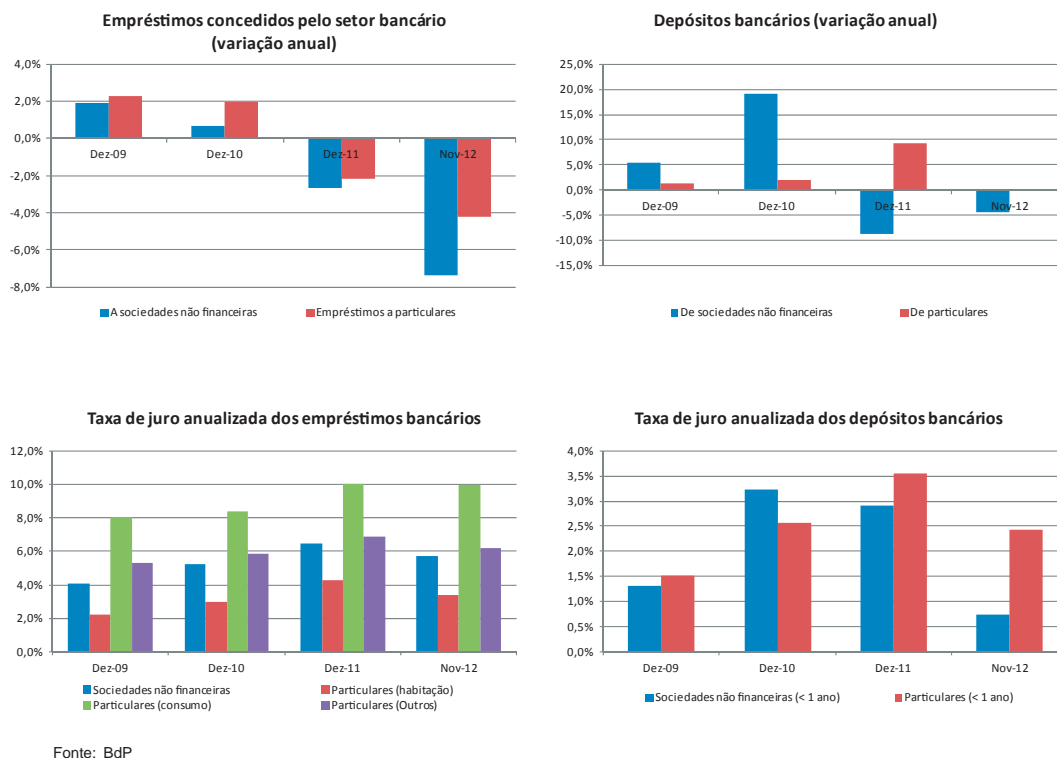
	Taxas de variação, em percentagem			
	2010	2011	2012 (estimativa)	2013 (projeção)
<b>PIB</b>	<b>1,4</b>	<b>-1,6</b>	<b>-3,0</b>	<b>-1,9</b>
Consumo privado	2,1	-3,9	-5,5	-3,6
Consumo público	0,9	-3,9	-4,5	-2,4
Formação bruta de capital fixo	-4,1	-11,4	-14,4	-8,5
Procura interna	0,8	-5,7	-6,9	-4,0
Exportações	8,8	7,4	4,1	2,0
Importações	5,4	-5,5	-6,9	-3,4
<b>Contributo para a variação do PIB (p.p.)</b>				
Procura interna	0,9	-6,2	-7,2	-4,0
Exportações líquidas	0,5	4,6	4,2	2,1
<b>Balança corrente + balança de capital (% do PIB)</b>	<b>-8,9</b>	<b>-5,2</b>	<b>-0,1</b>	<b>3,1</b>
<b>IHPC</b>	<b>1,4</b>	<b>3,6</b>	<b>2,8</b>	<b>0,9</b>

Fonte: Banco de Portugal

Outro dos pontos essenciais do programa de ajustamento é a obtenção de níveis de endividamento sustentáveis e enquadrados com o rendimento disponível e com a produtividade da economia nacional. De facto, a existência de efeitos de contágio entre o risco soberano e o setor financeiro resultou numa degradação significativa das condições de financiamento dos bancos nacionais, que se refletiu em restrições de financiamento aos diversos setores de atividade económica.

Percebendo-se a necessidade de restabelecer a confiança dos agentes económicos no setor financeiro, o plano de ajustamento incluiu medidas que deverão conduzir a uma desalavancagem ordenada do setor bancário, interrompendo a tendência de crescimento que se vinha a verificar. Neste sentido, foram implementadas várias medidas de reforço da resiliência do setor, que foram visíveis através de operações de aumento de capital, alienação de ativos e aumento da base de depósitos, com simultânea desaceleração na concessão de crédito.

Figura 5 – Evolução de empréstimos, depósitos e taxas de juro do setor bancário



O processo de desalavancagem do setor bancário permanece como um dos principais riscos ao processo de ajustamento, quer pelo seu significado enquanto apoio fundamental à atividade empresarial e refinanciamento da dívida existente, quer pelo financiamento dos setores mais produtivos da economia, viabilizando investimentos com o desejável nível de retorno a médio e longo prazo. Esta importância é também evidente no segmento dos particulares, pela sua influência nos padrões de consumo e, em particular, pelo suporte aos preços do mercado imobiliário.

Esta realidade tem impacto direto sobre o setor segurador e dos fundos de pensões, observável através do aumento dos resgates e da diminuição da produção do ramo Vida, explicada, pelo menos em parte, pelo aumento da rentabilidade oferecida pelos produtos de poupança do setor bancário e pelo incremento do esforço comercial na captação de depósitos, em detrimento da canalização da poupança dos particulares para produtos do setor segurador. Adicionalmente, podem ser considerados efeitos de segunda ordem, que se prendem não apenas com a desaceleração da atividade económica e conseqüente diminuição do rendimento disponível e capacidade de poupança (que afetará tendencialmente mais o ramo Vida), mas também com a diminuição da massa segurável nos ramos Não Vida, já notória em segmentos como o Automóvel ou Acidentes de Trabalho. De facto, a deterioração continuada e significativa da atividade económica terá necessariamente efeitos sobre a rentabilidade e solvabilidade do setor segurador e dos fundos de pensões.

## 4. Evolução do mercado segurador e dos fundos de pensões

O número total de empresas de seguros a operar no mercado nacional manteve-se estável em 2012, sem alterações significativas à sua estrutura. Neste ano, salienta-se apenas a alteração da forma jurídica de uma empresa do segmento Não Vida e de uma Mista, ambas para sucursais da União Europeia (UE).

Quadro 4 – Empresas de seguros – estrutura do mercado

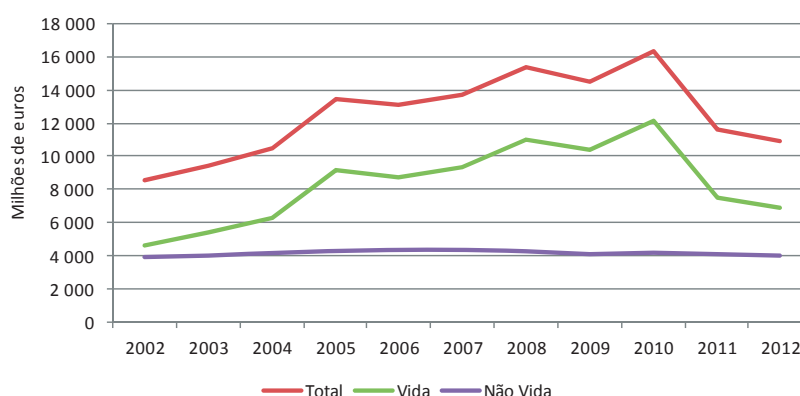
	2008	2009	2010	2011	2012
<b>Empresas de Seguros</b>	<b>85</b>	<b>88</b>	<b>83</b>	<b>79</b>	<b>79</b>
<b>Sob controlo do ISP</b>	<b>50</b>	<b>50</b>	<b>47</b>	<b>45</b>	<b>43</b>
Vida	15	16	15	14	14
Não Vida	27	26	23	22	21
Mistas	7	7	8	8	7
Resseguro	1	1	1	1	1
<b>Sucursais da UE</b>	<b>35</b>	<b>38</b>	<b>36</b>	<b>34</b>	<b>36</b>
Vida	7	6	6	6	6
Não Vida	23	26	26	24	25
Mistas	5	6	4	4	5

O número de empresas a atuar em regime de livre prestação de serviços em Portugal, em 2012, cresceu 4,5% relativamente ao ano anterior, fixando-se em 530.

No mesmo ano, a produção de seguro direto nacional atingiu os 10,9 mil milhões de euros, representando uma diminuição de 6,3%, face ao ano transato, seguindo assim a tendência que se vinha a desenhar desde 2010. Embora a produção dos ramos Não Vida tenha diminuído em 2012 (-3,1%), o decréscimo da produção global deveu-se sobretudo ao comportamento do ramo Vida (-8,1% face ao ano anterior).

Assim, a composição da carteira de mercado alterou-se ligeiramente com o peso do ramo Vida a diminuir 1,2 pontos base relativamente ao ano anterior, passando a representar 63,5% dos prémios totais. Com este decréscimo, a produção de seguro direto decaiu para níveis próximos dos verificados em 2004.

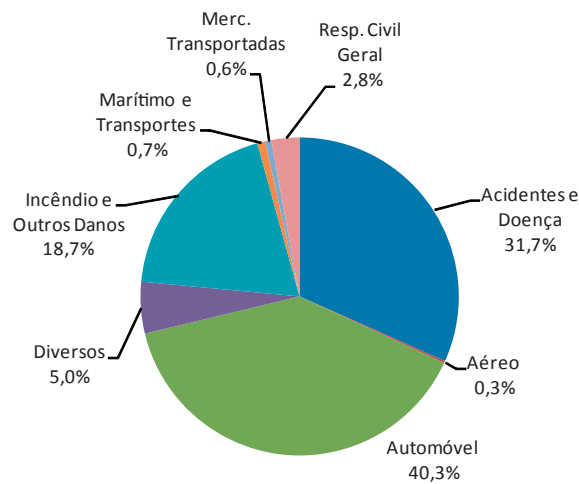
Figura 6 – Evolução da produção de seguro direto



Segmentando a produção dos ramos Não Vida por linha de negócio, não se verificaram alterações estruturais significativas. O ramo Automóvel observou a variação mais expressiva no conjunto dos ramos Não Vida, registando uma diminuição de um ponto percentual face ao ano transato. Por outro lado, os ramos Incêndio e Outros Danos e Diversos apresentaram os maiores ganhos marginais, aumentando a sua representatividade em 0,5 e 0,4 pontos percentuais, respetivamente.

Apesar da ligeira diminuição, o ramo Automóvel, a par com os ramos Acidentes de Trabalho e Doença e Incêndio e Outros Danos, continuam a ser os mais significativos, representando 90% da produção total.

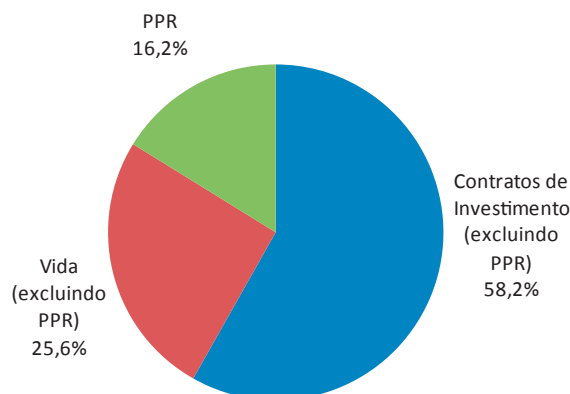
Figura 7 – Produção de seguro direto dos ramos Não Vida (2012)



No que se refere ao ramo Vida, verifica-se que, apesar da quebra de produção ter sido transversal a todos os segmentos, os seguros de Vida (excluindo Planos de Poupança Reforma ou PPR) sofreram a maior redução (15%). Adicionalmente, verificaram-se decréscimos de 14,1% e 2,8% na produção de PPR e de contratos de investimento (excluindo PPR), respetivamente.

Desta forma, a estrutura da carteira de mercado conheceu algumas alterações, aumentando a importância dos contratos de investimento em 3,2 pontos percentuais, em detrimento dos dois outros segmentos, cujos pesos relativos diminuiram 2,1 (Vida) e 1,1 (PPR) pontos percentuais.

Figura 8 – Produção de seguro direto do ramo Vida (2012)



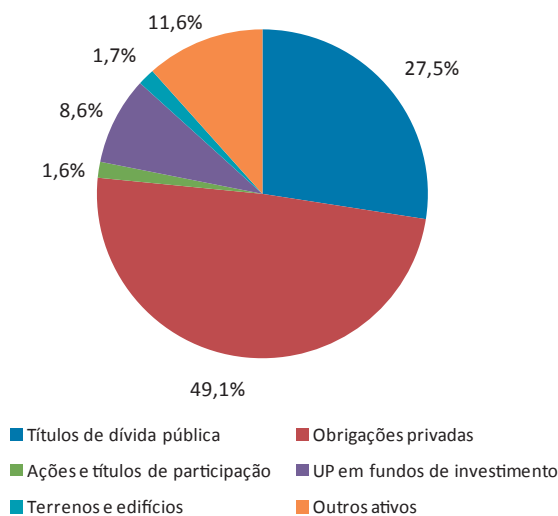
Os custos com sinistros de seguro direto das empresas sob supervisão do ISP reduziram 26,6%, face ao ano transato. Este decréscimo verificou-se tanto no ramo Vida, como nos ramos Não Vida, com diminuições de 31,1% e 1,7%, respetivamente. A evolução do ramo Vida poderá ser explicada, em parte,

pelo abrandamento verificado nos resgates, que sofreram uma quebra de aproximadamente 17%, em 2012. Nos ramos Não Vida, os segmentos que mais contribuíram para esta evolução foram Automóvel e Incêndio e Outros Danos, onde se assistiu a uma contração de 9,9% e de 8,6%.

A análise das carteiras de investimentos das empresas de seguros permite constatar um incremento de 3% no valor total dos ativos detidos, totalizando cerca de 47,9 mil milhões de euros. A composição da carteira de investimentos sofreu também algumas alterações, essencialmente devido ao acréscimo do valor investido em Outros ativos (16%) e em Títulos de dívida pública (11%), em contraposição à redução do valor investido em Obrigações privadas (-3%).

As Obrigações privadas e os títulos de dívida pública são as categorias com maior representatividade na composição das carteiras, com pesos de 49,1% e de 27,5%, respetivamente. No seu conjunto, os títulos de dívida representam 76,6% do total dos investimentos, refletindo uma diminuição de um ponto percentual face ao ano transato, seguindo assim a tendência que se vem a observar desde 2009. O tipo de investimento mais representativo do agregado Outros ativos continuam a ser os depósitos, caixa e equiparados, que correspondem a 96,7% do referido conjunto.

Figura 9 – Investimentos das empresas de seguros

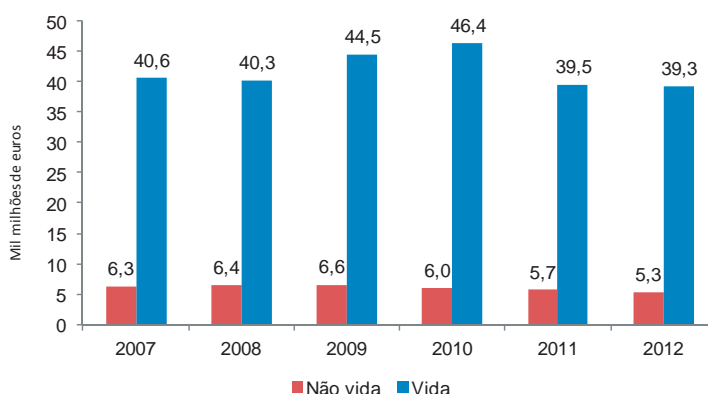


Os valores mobiliários continuam a apresentar uma difusão geográfica elevada, com os emitentes nacionais a representar 46,4% do total (43,8% em 2011), enquanto os provenientes da União Europeia, excluindo Portugal, atingem os 46,2% (48% em 2011).

A dispersão dos investimentos, medida em função do setor económico do emitente, mantém uma forte preponderância pelas aplicações em entidades do setor financeiro, correspondendo a cerca de 69% das categorias de Obrigações de entidades privadas e Ações (72% em 2011). Esta realidade não será dissociável da hegemonia destas entidades nos mercados de capitais nacionais.

Seguindo a tendência verificada no nível de produção, as provisões técnicas das empresas de seguros também registaram uma diminuição, neste caso de 1,3%, face ao ano 2011. Esta evolução foi observada em ambos os segmentos, sendo de 5,9% nos ramos Não Vida e de 1,3% no ramo Vida. Assim, as provisões técnicas do ramo Vida aumentaram a sua importância relativa em 0,59 pontos percentuais, acentuando a sua predominância no total do mercado (88,1%).

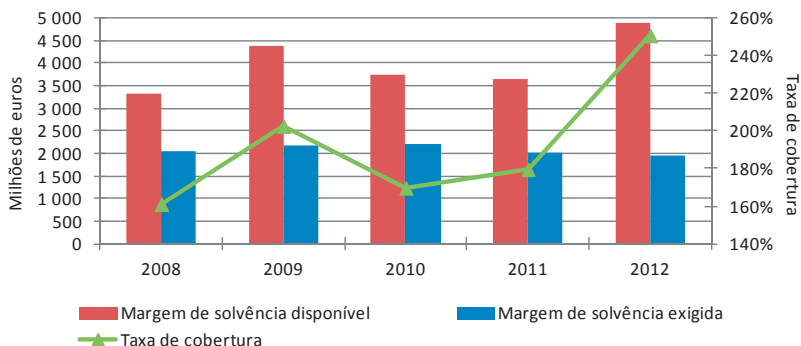
Figura 10 – Provisões técnicas das empresas de seguros



No que se refere à taxa de cobertura da margem de solvência, verificou-se uma melhoria de 71 pontos percentuais, fixando-se em 250,6%, no final de 2012. Esta evolução é resultado do significativo aumento da Margem de Solvência Disponível (34,2% face ao ano transato) e da ligeira diminuição da Margem de Solvência Exigida (3,8% face a 2011).

Os resultados líquidos das empresas de seguros estimam-se em 531 milhões de euros, o que representa um aumento muito significativo em relação ao verificado em 2011 (13 milhões de euros). Importa referir que, das 43 empresas supervisionadas pelo ISP, 36 apresentaram resultados positivos.

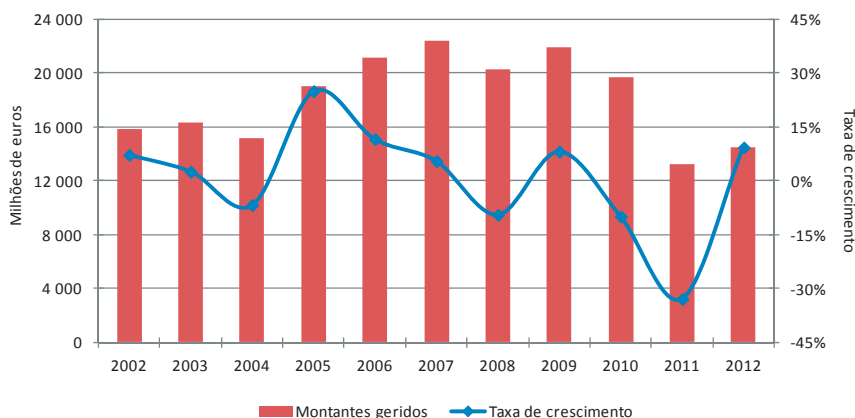
Figura 11 – Margem de solvência das empresas de seguros



Relativamente aos fundos de pensões, o montante de ativos geridos por estes cifrou-se, no final de 2012, em 14,5 mil milhões de euros, aumentando 9,3% face a 2011.

Em termos quantitativos, entrando em linha de conta com as contribuições entregues e as pensões pagas pelos mesmos, os fundos de pensões apresentaram uma rentabilidade de 6,7% em 2012.

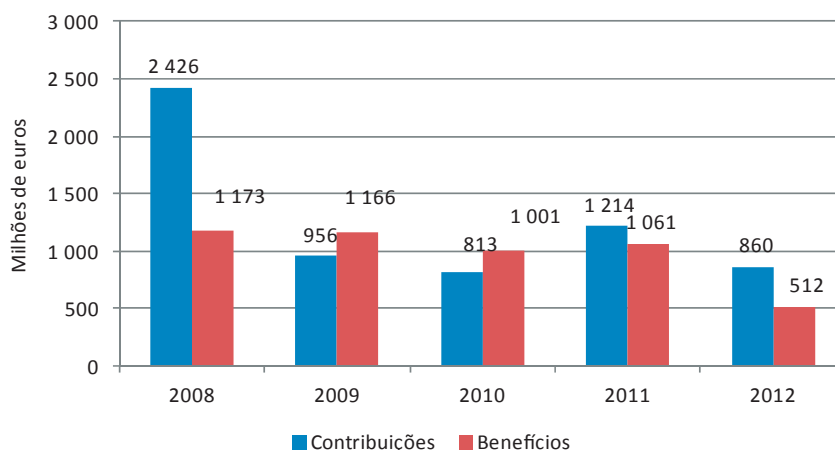
Figura 12 – Evolução dos montantes geridos pelos fundos de pensões



No final de 2012, as contribuições dos associados, participantes e beneficiários registaram uma quebra de 29,2%, relativamente ao ano anterior, fixando-se em 860 milhões de euros. Faz-se notar, contudo, que o valor registado em 2011 se deveu, em boa medida, a fatores não recorrentes associados ao recálculo das responsabilidades dos fundos de pensões do setor bancário, objeto de transferência para a Segurança Social, conforme Decreto-Lei n.º 127/2011, de 31 de dezembro.

Contrariamente ao sucedido em anos anteriores, no ano 2012 o valor dos benefícios pagos decresceu 51,7% face ao ano transato, deixando assim de se verificar a relativa estabilidade do valor dos mesmos. Também esta variação se encontra suportada pelo efeito da supramencionada transferência de responsabilidades.

Figura 13 – Evolução das contribuições e benefícios pagos



Em linha com o verificado nos anos anteriores, os fundos de pensões continuam a ser maioritariamente geridos por sociedades gestoras (84,2%), embora se verifique uma ligeira diminuição (0,7 pontos percentuais) face ao seu peso relativo no ano anterior. Este comportamento decorreu essencialmente do maior incremento do montante gerido pelas empresas de seguros relativamente às sociedades gestoras, que se expandiu 14%.

Além das evoluções referidas, salienta-se que, apesar de o número de entidades gestoras se ter mantido constante, o número de fundos de pensões geridos por empresas de seguros aumentou em três, enquanto os geridos por sociedades gestoras diminuiu em igual valor.

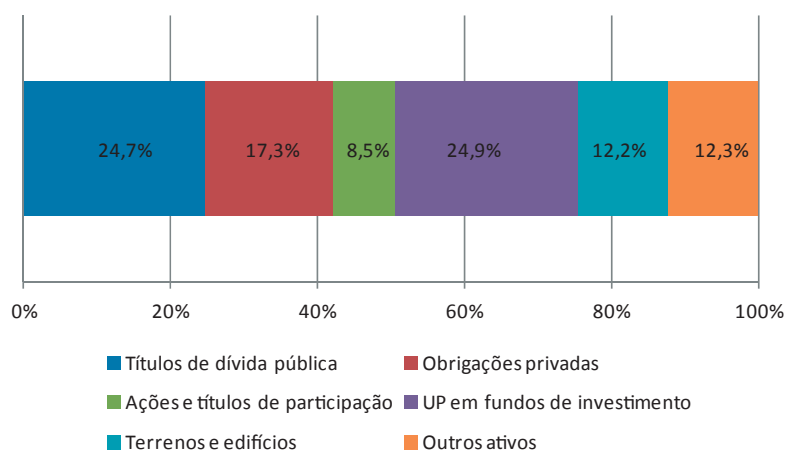
Quadro 5 – Fundos de pensões – estrutura do mercado (2012)

	Total	Empresas de Seguros	Sociedades Gestoras
<b>Número de entidades gestoras de fundos de pensões</b>	<b>23</b>	<b>12</b>	<b>11</b>
<b>Número de fundos de pensões</b>	<b>228</b>	<b>80</b>	<b>148</b>
PPR	22	2	20
PPA	3	1	2
Abertos, excluindo PPR	48	15	33
Fechados	155	62	93
<i>Em co-gestão</i>	6	2	4
<b>Montante dos fundos de pensões (milhões de euros)</b>	<b>14 471</b>	<b>2 285</b>	<b>12 186</b>
PPR	355	6	349
PPA	4	0	4
Abertos, excluindo PPR	915	300	615
Fechados	13 196	1 979	11 217
<i>Em co-gestão</i>	308	102	206
Quota de mercado	100,0%	15,8%	84,2%

Nota: O número de fundos de pensões cogeridos está incluído na respetiva entidade gestora líder.

O investimento direto em títulos de dívida continua a ser a categoria de instrumento financeiro predominante nas carteiras dos fundos de pensões (42%), refletindo assim a natureza de longo prazo das suas responsabilidades, seguindo-se as aplicações em fundos de investimento (24,9%). Adicionalmente, note-se que o investimento em títulos de dívida pública aumentou 10,1% e que, contrariamente a esta evolução, o investimento em títulos de dívida privada sofreu uma quebra de 22,8% face a 2011. Assim, a composição das carteiras sofreu uma alteração estrutural em relação àquele ano, em especial a redução do peso relativo das obrigações privadas, ações e fundos de investimento, que apresentaram quebras não despidiendas de 7,2, 6,9 e 7,2 pontos percentuais, respetivamente.

Figura 14 – Investimentos dos fundos de pensões



Os valores mobiliários apresentam uma elevada dispersão geográfica, com os emitentes nacionais a representar 31,2% do total, enquanto os restantes Estados-Membros da UE atingem 62%.

No que concerne à concentração setorial dos investimentos, tal como no caso das empresas de seguros, continua a persistir uma elevada percentagem em emissões provenientes do setor financeiro (cerca de 56% das aplicações em Obrigações privadas e Ações).



## D. Atividades desenvolvidas

### 1. Supervisão e enforcement

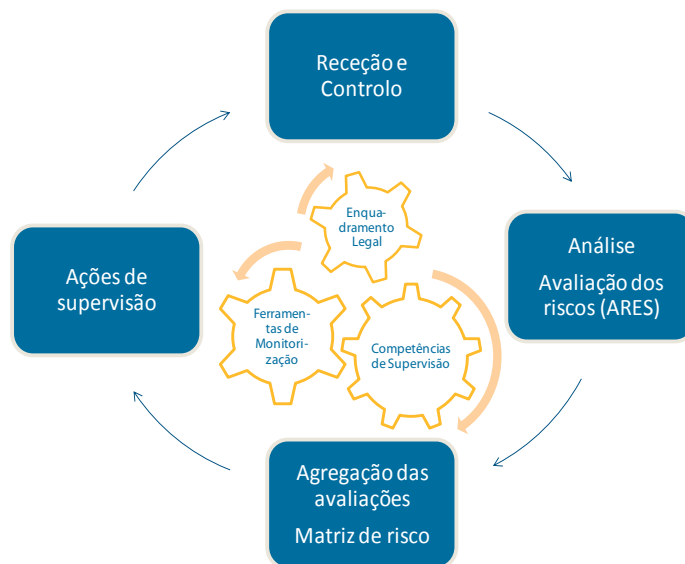
#### Supervisão financeira e enforcement

##### Processo de supervisão das empresas de seguros – uma avaliação orientada para os riscos

O processo de supervisão das empresas de seguros assenta numa abordagem orientada para os riscos e está estruturado no sentido de assegurar, de forma corrente e prospetiva, o acompanhamento da situação financeira das empresas, a avaliação consistente e integrada dos diferentes riscos a que as mesmas se encontram expostas e o conhecimento das suas estratégias de negócio.

A apreciação das empresas de seguros é efetuada, numa base regular, através da análise *off-site* da informação reportada pelas empresas e considerando a metodologia integrada de avaliação de riscos (ARES – *Assessment* do Risco das Empresas de Seguros) e é, casuisticamente, complementada com ações de inspeção *on-site* focalizadas nas áreas de maior risco e eventuais análises adicionais destinadas a assegurar uma melhor compreensão da empresa de seguros e das evoluções ocorridas no mercado.

Figura 15 – Processo de supervisão das empresas de seguros



Neste processo, a informação reportada periodicamente pelas empresas supervisionadas constitui um elemento essencial.

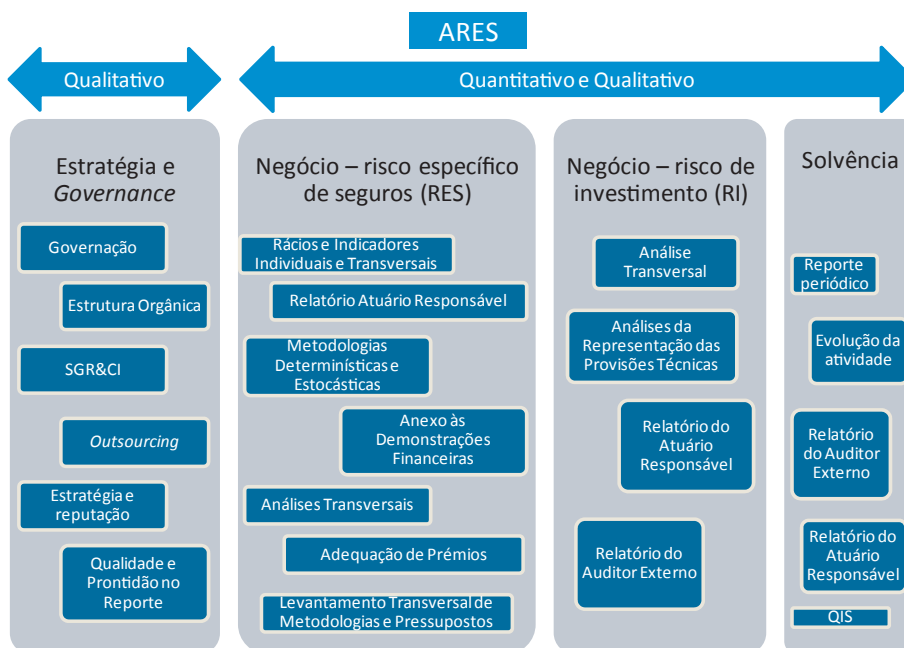
O conjunto de elementos financeiros e estatísticos, em base individual e consolidada – demonstrações financeiras, situação de solvência, carteira de investimentos, provisões técnicas, exploração técnica dos ramos, resseguro e outros elementos de índole estatística –, que é reportado ao ISP, traduz uma posição detalhada e abrangente da situação económico-financeira de cada empresa de seguros. Esta informação, que é enviada de forma padronizada, é objeto de procedimentos de validação no sentido de ser assegurada a sua qualidade.

Para efeitos de supervisão, é ainda reportada informação qualitativa, nomeadamente o relatório do atuário responsável, o relatório anual sobre a estrutura organizacional e os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno e o relatório de auditoria para efeitos de supervisão prudencial.

Com base nos elementos reportados, procede-se à respetiva análise quantitativa e qualitativa, tendo em consideração um conjunto de rácios e indicadores pré-estabelecidos, com uma granularidade substantiva (por ramo / modalidade) e por natureza de risco (por exemplo, tarificação, provisionamento, investimentos), que permitem proceder à avaliação dos riscos subjacentes às atividades e estratégias de negócio das empresas de seguros.

No âmbito destas análises, e para efeitos da avaliação dos riscos em conformidade com a ferramenta ARES, são consideradas as seguintes classes de risco: estratégia e *governance*, negócio, que inclui o risco específico de seguros (Vida e Não Vida) e o risco de investimento, e solvência.

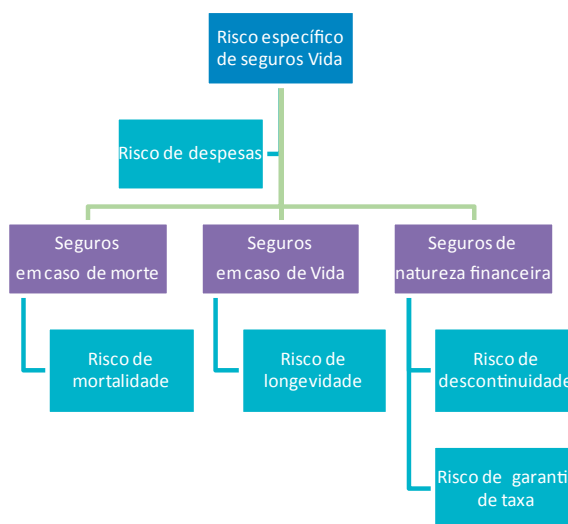
Figura 16 – Análise dos elementos reportados



A classe de risco “estratégia e *governance*” é avaliada atendendo à qualidade e estabilidade das estruturas e dos mecanismos de governação das empresas, à perceção quanto aos riscos estratégicos e de reputação e à apreciação do risco operacional. Estes requisitos são avaliados já num contexto de adaptação aos princípios que se prevê virem a ser definidos no contexto do regime Solvência II. A avaliação deste risco é baseada em critérios de avaliação subjetivos.

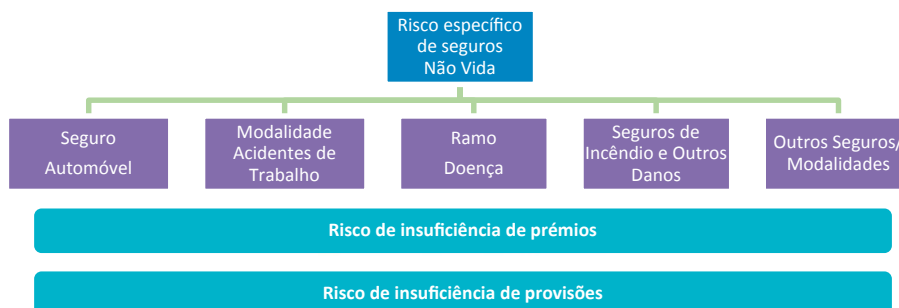
O risco específico de seguros de Vida é aferido em função das modalidades comercializadas e dos respetivos riscos a que as empresas se encontram expostas por via dessa comercialização, sendo ainda aferido, de forma transversal às modalidades, o risco de despesas.

Figura 17 – Risco específico de seguros Vida



O risco específico de seguros Não Vida é aferido para cada ramo principal / modalidade comercializado, resultando a sua avaliação da agregação das classificações atribuídas ao risco de insuficiência de prémios e ao risco de insuficiência de provisões, nomeadamente da provisão para sinistros.

Figura 18 – Organograma do risco específico de seguros Não Vida



No que respeita ao risco de insuficiência de prémios, são considerados os indicadores de equilíbrio técnico, nomeadamente o rácio combinado e os resultados técnicos, bem como a constituição ou não de provisão para riscos em curso.

Relativamente ao provisionamento, são apreciados os pressupostos adotados e a robustez das metodologias utilizadas, através, nomeadamente, da aplicação de métodos estatísticos, da realização de testes de sensibilidade e de simulações de cenários.

Em qualquer dos casos, é tomado em consideração o trabalho apresentado pelos atuários responsáveis no relatório reportado, o qual é objeto de uma apreciação aprofundada.

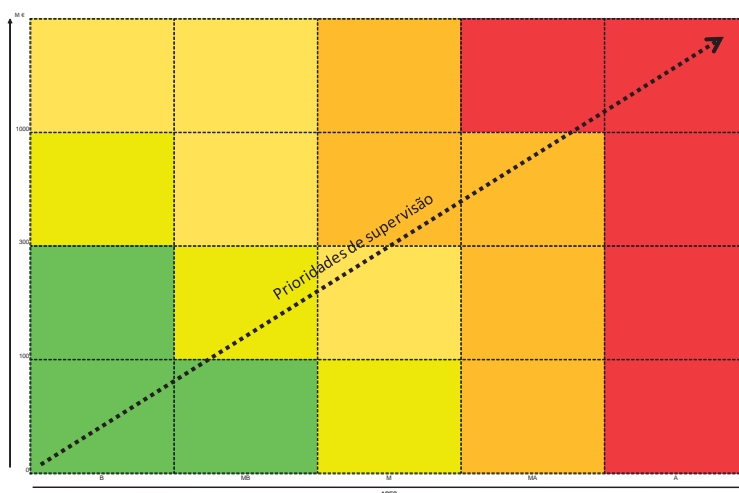
A apreciação do risco de investimento é efetuada com base na avaliação dos riscos associados à representação das provisões técnicas, nomeadamente no que se refere ao cumprimento das regras prudenciais em vigor, e à política de investimentos implementada, tendo implícita a avaliação do risco de mercado.

Por último, na classe de risco de solvência é efetuada a avaliação do cumprimento das regras prudenciais previstas na legislação vigente, ao nível individual e corrigido sendo, igualmente, ponderado o impacto que a introdução das regras subjacentes ao futuro regime de solvência (Solvência II) irá ter nas entidades supervisionadas.

A agregação dos resultados da avaliação efetuada a cada risco permite a identificação das principais fontes de risco por empresa e, global e setorialmente, para o mercado, possibilitando a realização de análises comparativas e evolutivas.

Tendo por base o nível de risco atribuído na fase de análise e atendendo ao impacto que representam para o mercado segurador (prémios / ativos representativos), as empresas de seguros são posicionadas numa matriz de risco.

Figura 19 – Matriz de risco



A matriz de riscos, que se encontra esquematizada por cores, numa escala que vai de vermelho (maior risco e / ou impacto) a verde (menor risco e / ou impacto), possibilita a hierarquização das empresas de seguros e permite definir as prioridades de supervisão e as ações de supervisão a adotar.

As ações de supervisão abrangem vários níveis de acompanhamento, estabelecidos em função do nível de risco e das temáticas em questão, podendo consubstanciar-se em análises mais profundas e detalhadas, incluindo a realização de ações de inspeção *on-site*, ou, no limite, implicar o estabelecimento de medidas de saneamento profundo.

Para além das ações definidas a nível individual, quando as prioridades de supervisão identificadas abrangem um número significativo, ou mesmo a generalidade, das empresas de seguros, são desencadeadas ações de supervisão a nível transversal.

Nos casos em que se considere justificável, são transmitidas orientações às empresas de seguros, com o objetivo de reforçar a convergência com as melhores práticas e contribuir para uma maior harmonização e equidade do setor.

Relativamente às empresas de seguros inseridas em grupos internacionais, é mantida, no âmbito da supervisão complementar, uma cooperação estreita com as autoridades congéneres responsáveis pela supervisão das empresas pertencentes a esses grupos, nomeadamente através da participação do ISP nos colégios de supervisores, onde são debatidas as preocupações e alinhadas as atuações de supervisão.

## Acompanhamento circunstanciado efetuado em 2012

Em 2012, a economia portuguesa manteve-se no quadro do processo de ajustamento em curso, tendo sido registada uma contração da atividade, do emprego e do rendimento disponível das famílias, com reflexos na produção do setor segurador e no acompanhamento circunstanciado das garantias financeiras.

Em contraponto, a componente financeira, beneficiando da valorização dos principais índices acionistas e da redução dos *spreads* de crédito exigidos à República Portuguesa e ao setor financeiro, contribuiu positivamente para o desempenho do setor, tendo-se verificado, no final do exercício, uma melhoria dos índices de cobertura dos requisitos de solvência.

Neste contexto, e na sequência das avaliações efetuadas no âmbito da apreciação de cada empresa de seguros, foram definidas ações concretas de acompanhamento mais pormenorizado da situação financeira e mantidos contactos em permanência com algumas empresas.

Adicionalmente, foram realizadas ações no sentido de responder às preocupações de supervisão transversais ao mercado segurador.

Relativamente à atividade Não Vida, no âmbito do acompanhamento da adequação das provisões técnicas, continuou a solicitar-se o reporte trimestral da informação relativa à exploração técnica e ao provisionamento dos principais seguros (automóvel e acidentes de trabalho).

Atendendo à importância do seguro de acidentes de trabalho, este foi alvo de uma apreciação mais aprofundada no que respeita à evolução da sua exploração, na sequência da degradação continuada e progressiva dos respetivos indicadores e resultados. Consequentemente, decidiu-se intensificar as ações de supervisão abrangendo a adequação e suficiência dos prémios e das provisões constituídas desta modalidade.

No que respeita ao ramo Vida, manteve-se o reporte extraordinário mensal da estrutura e dimensão do negócio que havia sido instituído em 2011, com o intuito de melhor acompanhar e antecipar os efeitos da erosão de carteira. Com efeito, esta continuou a verificar-se, ainda que em menor escala, por efeito conjugado de uma quebra menos acentuada da produção e do abrandamento dos resgates.

Ainda em relação ao ramo Vida, e no âmbito das análises transversais realizadas em 2012, destacam-se:

- a análise da estratégia de negócio prosseguida pelas empresas que exploram o ramo Vida, com particular destaque para os produtos lançados em 2012; e
- a análise da suficiência da rentabilidade das carteiras afetas aos seguros *unit linked*, para fazer face às taxas garantidas e / ou às taxas percecionadas pelos tomadores.

Em relação aos investimentos, atendendo à elevada volatilidade que se continuou a observar nos mercados de capitais e à generalização da degradação das notações de crédito associadas à dívida soberana da área do Euro, não obstante a melhoria verificada nos *spreads* de crédito exigidos à República Portuguesa, foi dada continuidade ao acompanhamento tempestivo da evolução das carteiras de ativos afetos às provisões técnicas das empresas de seguros, cujo reporte regular é efetuado trimestralmente.

Em complemento ao procedimento, instituído no ano anterior, de estimação e análise mensal da carteira de ativos financeiros de todas as empresas de seguros, foi implementada uma nova ferramenta, no âmbito da avaliação de riscos que possam ter impacto ao nível da estabilidade do mercado segurador nacional.

Esse instrumento de trabalho permite acompanhar o comportamento das variáveis de mercado a que os ativos do setor, numa perspetiva global, se encontram mais expostos, designadamente no que se refere à evolução:

- nos mercados de dívida pública e privada, das *yields*, da qualidade de crédito (notações atribuídas pelas agências de *rating*) e dos prémios de risco cobrados no mercado dos *credit default swaps*, relativos aos Estados e emittentes com maior representatividade;
- nos mercados de capitais, dos índices bolsistas e dos preços dos títulos e das unidades de participação dos fundos de investimento mobiliário e imobiliário, com maior representatividade;
- no mercado monetário, das taxas *swap*;
- no mercado cambial, dos câmbios das principais divisas.

Continuou, igualmente, a ser dado especial enfoque ao acompanhamento da exposição ao setor bancário, nomeadamente nos casos em que a empresa de seguros se insere dentro de um grupo económico.

No âmbito dos investimentos, foi ainda efetuada uma análise transversal da valorimetria dos ativos e dos instrumentos derivados.

Paralelamente, em 2012 continuou a ser solicitado, a todas as empresas supervisionadas, o reporte, numa base trimestral e, quando justificável, mensal, da situação de solvência efetiva, quer a nível individual, quer, quando aplicável, corrigido.

Neste contexto, e com base na análise do risco de mercado, que inclui o impacto da evolução dos ativos nas garantias financeiras, continuaram a ser efetuados *stress tests* à margem de solvência (considerando cenários de reestruturação e / ou registo de eventos de crédito na dívida pública de um conjunto específico de países, designadamente, Espanha, Grécia, Irlanda, Itália e Portugal), bem como se manteve a análise da evolução da dívida soberana (por país) e privada (essencialmente do setor financeiro) dos principais emittentes em carteira, com vista à monitorização dos riscos com potencial efeito ao nível da estabilidade do setor.

Estes procedimentos de supervisão permitiram identificar atempadamente as situações de risco de insuficiência das garantias financeiras e os casos em que a redefinição das políticas de investimento se afigurava como adequada e necessária. Neste âmbito, foi mantido em 2012 o acompanhamento dos planos de restabelecimento da situação financeira anteriormente estabelecidos.

Saliente-se, ainda, a recomendação efetuada pelo ISP, no início de 2012, através de carta-circular, relativamente à distribuição de resultados do exercício de 2011, alertando as empresas de seguros para a conveniência do reforço dos capitais próprios e do conseqüente aumento da robustez da margem de solvência.

Ainda no âmbito do acompanhamento da atividade efetuado pelo ISP, e à semelhança de anos anteriores, foram realizadas reuniões com os Conselhos de Administração e gestores de topo da generalidade das empresas, com o intuito de aferir da evolução da situação de cada operador, bem como das estratégias de negócio e de gestão definidas.

## Supervisão *on-site* e acompanhamento dos processos de pré-pedido de aprovação de modelos internos

O processo descrito, que é executado para a avaliação do risco de cada empresa de seguros, bem como a análise dos impactos da materialização de um determinado risco ou conjunto de riscos no mercado e o número e antiguidade das ações anteriormente realizadas, são os aspetos determinantes na planificação anual das áreas e empresas a serem objeto de ações de inspeção *on-site*.

Neste enquadramento, a pressão que se continuou a verificar sobre os níveis de liquidez das empresas de seguros e os riscos associados à volatilidade dos mercados de capitais e de dívida, potenciados pela concentração dos investimentos em determinados setores ou emissores, assim como a aposta, por alguns operadores, em produtos de maior retorno esperado num contexto de baixas taxas de juro, determinaram uma maior incidência das ações de inspeção *on-site* nas áreas de investimentos e da exploração técnica de modalidades e produtos do ramo Vida.

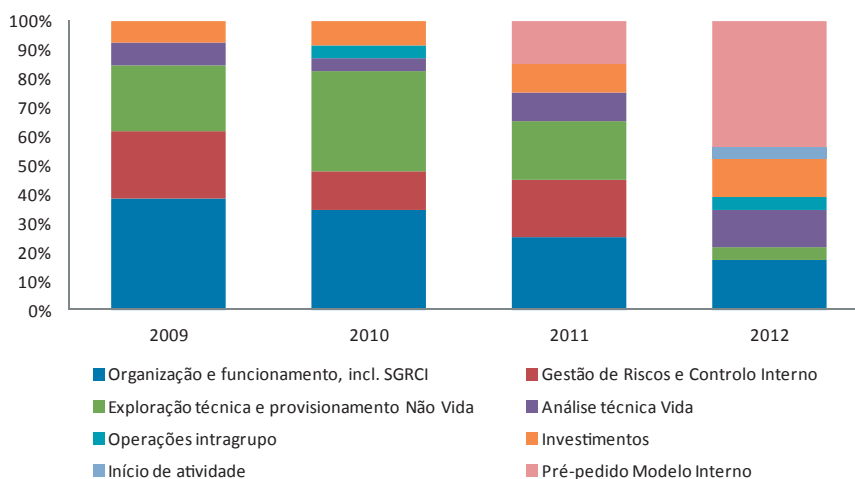
Paralelamente, continuaram a ser direcionadas ações de inspeção *on-site* para a área da exploração técnica e do provisionamento Não Vida (designadamente do seguro automóvel), atentos, nomeadamente, à necessidade de assegurar um nível adequado de provisões técnicas.

A organização e o funcionamento, abrangendo os sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, atendendo à importância crescente que o estabelecimento de adequados mecanismos de governação tem para um sistema de solvência apropriado, continuaram a merecer enfoque nas análises *on-site* realizadas.

No quadro do processo de transição para o regime Solvência II, prosseguiram e densificaram-se, em 2012, as ações de acompanhamento *on-site* realizadas no âmbito dos processos de pré-pedido apresentados para a utilização de um modelo interno para o cálculo dos requisitos de solvência a vigorar nesse regime.

Estas ações de acompanhamento atenderam ao estágio de implementação da modelização dos riscos (com orientação preferencial para os riscos de crédito e de mercado) e, nos casos aplicáveis, ao calendário e programação definidos pelo supervisor do grupo. No contexto deste processo de aferição, por parte da autoridade de supervisão, do grau de preparação da empresa de seguros para oportunamente poder vir a submeter o pedido formal de autorização do modelo interno, foram sendo transmitidos os principais aspetos a melhorar no sentido de assegurar a conformidade com os testes e normas que se encontram definidos na Diretiva Solvência II<sup>1</sup>.

Figura 20 – Ações de inspeção por temas e acompanhamento dos processos de pré-pedido de modelos internos



1 Diretiva 2009/138/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de novembro de 2009.

## Processos de autorização e de não oposição, com apreciação económico-financeira

Em 2012, entre as alterações de participações qualificadas, destacam-se as operações de aquisição, que culminaram com a detenção por instituições de crédito nacionais do controlo integral de duas empresas de seguros de Vida.

No âmbito dos processos de autorização analisados, saliente-se a autorização concedida para a fusão por incorporação de duas seguradoras pertencentes ao mesmo grupo financeiro nacional. Ainda neste contexto, refere-se a fusão de uma empresa de seguros nacional Não Vida numa seguradora comunitária, com a consequente transferência de carteira e com extinção da sociedade incorporada. Foram ainda autorizadas a realização de uma transferência de carteira de Não Vida e de uma de Vida, esta última enquadrada no processo de transformação de uma sucursal não comunitária em duas sucursais comunitárias.

No que se refere aos pedidos de autorização apreciados, registam-se, ainda, as autorizações concedidas a uma empresa de seguros de Não Vida para a exploração de novos ramos.

### A função de enforcement

A partir de 2008, passou a ser aplicável às empresas de seguros sujeitas à supervisão do ISP um regime contabilístico baseado nas Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), o que reforçou significativamente os deveres de prestação de informação, nomeadamente no âmbito da divulgação a efetuar nas notas ao balanço e conta de ganhos e perdas.

Para efeitos da apreciação da conformidade das demonstrações financeiras das entidades sujeitas à sua supervisão, com os requisitos das NIC adotados no Plano de Contas para as Empresas de Seguros, foi realizado um trabalho exaustivo na fase inicial, tendo sido impostas retificações sempre que se considerou necessário (no âmbito do exercício da função de *enforcer*) e efetuadas recomendações no sentido de promover uma maior transparência e comparabilidade da informação divulgada.

Esse processo de revisão rigorosa inicialmente realizado, complementado com um aprofundamento de matérias relevantes e uma subsequente apreciação das alterações introduzidas aos requisitos das NIC, conduziu a que, em 2012, não se tenham registado, relativamente às demonstrações financeiras do exercício de 2011, situações materiais de não conformidade.

De entre as matérias analisadas em 2012, no que respeita ao cumprimento das regras estabelecidas nas NIC, sublinham-se as operações de reporte e de empréstimo de valores mobiliários detidos por empresas de seguros, realizadas no âmbito da obtenção de liquidez por parte do setor bancário.

### Processo de supervisão dos fundos de pensões – uma avaliação orientada para os riscos

Ao longo de 2012, o processo de supervisão financeira dos fundos de pensões centrou-se primordialmente no alcance de uma maior robustez em relação à abordagem baseada nos riscos, que abrange tanto os riscos financeiros constantes das carteiras de investimento como os riscos de taxa de juro e de longevidade associados às responsabilidades intrínsecas aos planos de pensões.

A consolidação das metodologias e ferramentas de supervisão utilizadas continuou a merecer destaque no âmbito do trabalho realizado sobre a avaliação do grau de concretização do princípio do gestor prudente, plasmado no normativo em vigor. A avaliação é conduzida através do aprofundamento da análise das carteiras numa perspetiva de supervisão preventiva e orientada, em substância, para os riscos.



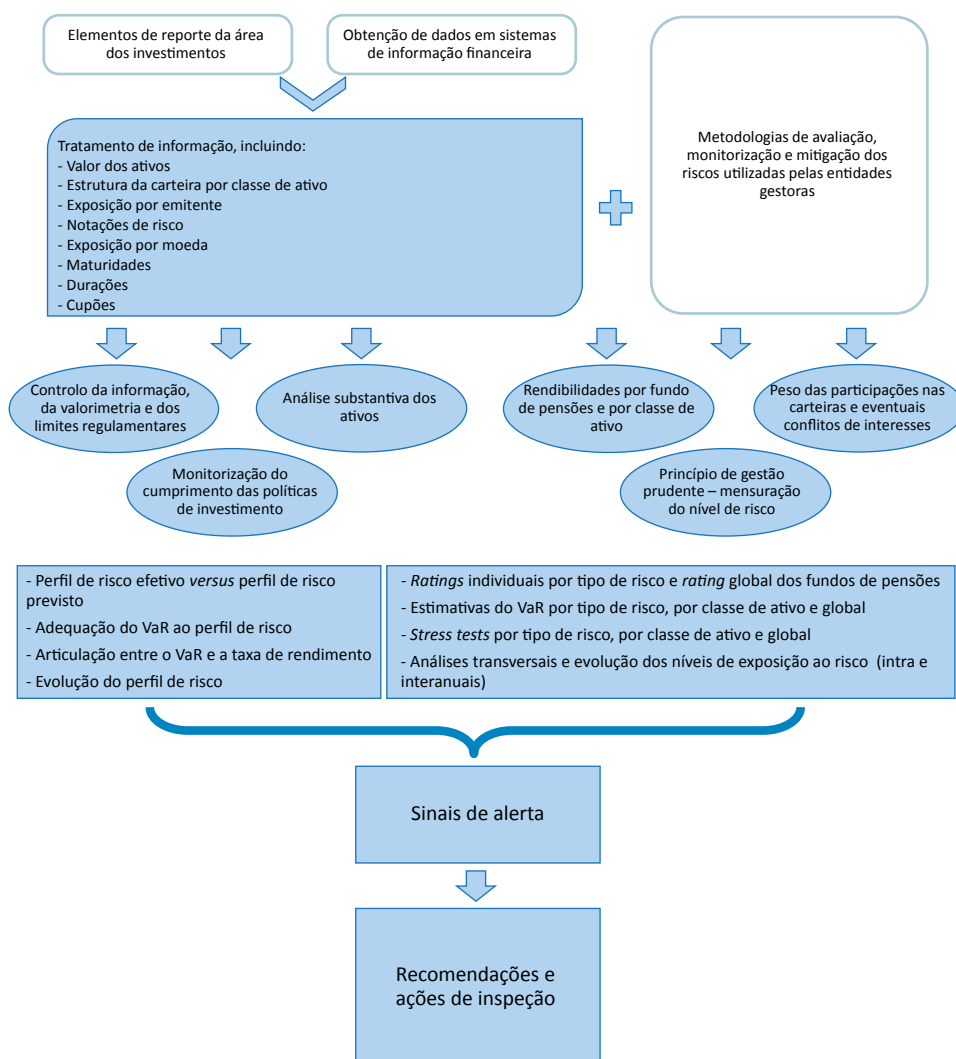
Como tal, são mensurados, de forma objetiva e mediante dados quantificáveis, os principais riscos financeiros a que se encontram expostas as carteiras dos fundos de pensões. Para o efeito, são consideradas oito categorias de risco, a saber: de taxa de juro, acionista, imobiliário, cambial, de crédito-*spread*, de concentração, de liquidez e de inovação. Recorrendo à ferramenta de cálculo da estimativa do valor em risco (VaR), procede-se à atribuição, quer de um indicador para cada área de risco individual, quer de um indicador global de risco para cada fundo de pensões.

São igualmente quantificados os níveis de risco e o VaR por classe de ativos, designadamente para os títulos de dívida, os valores acionistas, as aplicações imobiliárias, a liquidez, os investimentos alternativos e os produtos derivados.

No domínio da análise dos riscos relativos aos investimentos, importa mencionar a realização de *stress tests* e de testes de sensibilidade, os quais permitem analisar o potencial impacto de desenvolvimentos adversos no tocante às diferentes categorias de ativos financeiros.

A figura seguinte reflete o processo de supervisão na área dos investimentos dos fundos de pensões, independentemente da dimensão, da natureza e do tipo de plano que financiam.

Figura 21 – Processo de supervisão na área dos investimentos dos fundos de pensões



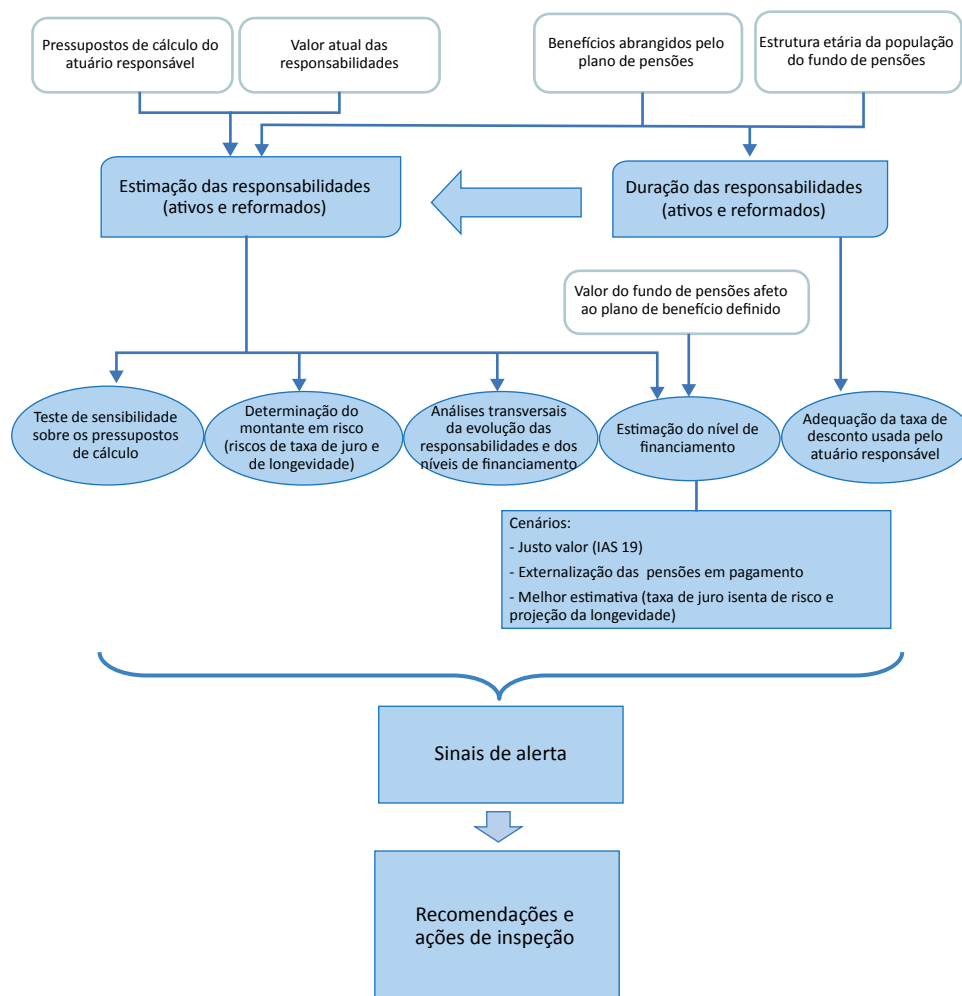
No tocante à área das responsabilidades financiadas pelos fundos de pensões, o processo de supervisão está também orientado para os riscos, apoiando-se na ferramenta de estimação das responsabilidades inerentes aos planos de pensões, a qual faz uso de informação diversa relativa às características dos fundos de pensões e das adesões coletivas que financiam planos de benefício definido.

A estimação considera vários cenários, nomeadamente no que respeita às taxas de desconto das responsabilidades e ao decréscimo de mortalidade, sendo para tal necessário aferir a adequação das taxas de desconto às durações das responsabilidades com a população ativa e reformada. Tais durações são estimadas com recurso aos dados populacionais e tendo presentes os benefícios garantidos pelos planos de pensões.

A mencionada ferramenta permite efetuar análises transversais das responsabilidades dos fundos de pensões e, em especial, realizar testes de sensibilidade, consistindo estes últimos na quantificação que o impacto de alterações aos pressupostos de cálculo provoca nessas responsabilidades.

A figura seguinte sintetiza o tratamento dado às responsabilidades dos fundos de pensões e das adesões coletivas que financiam planos de pensões de benefício definido.

Figura 22 – Tratamento das responsabilidades (planos de benefício definido)



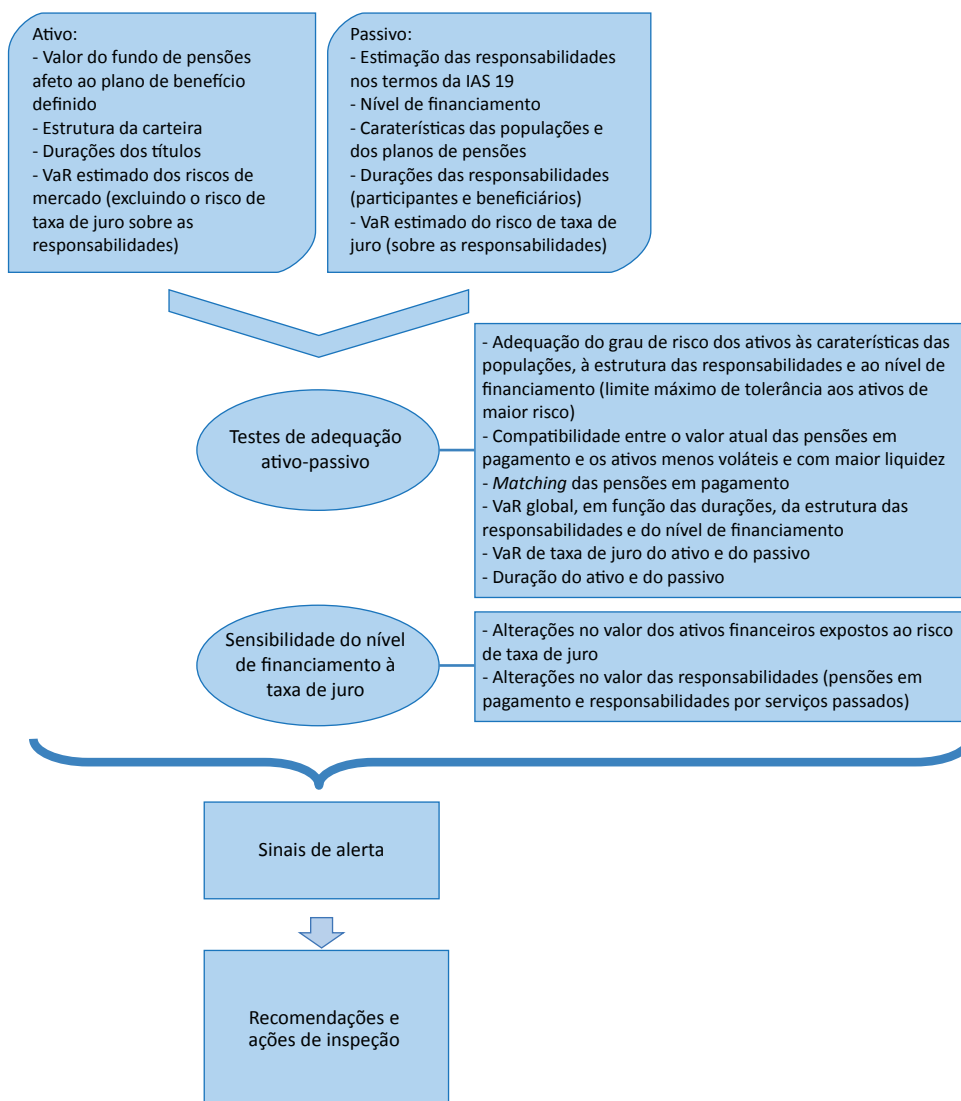
No contexto da apreciação do alinhamento das estratégias de investimento às responsabilidades dos fundos de pensões, são efetuados alguns testes cujos resultados possibilitam uma avaliação tão completa quanto possível da adequação ativo-passivo.

A abordagem prosseguida visa aferir em que medida as estratégias de investimento dos fundos de pensões têm em conta a estrutura populacional, o perfil de risco das responsabilidades e o correspondente nível de financiamento, de modo a constatar que os fundos de pensões são geridos numa perspetiva de longo prazo e norteados por objetivos de segurança, qualidade e liquidez das aplicações financeiras.

Igualmente, no domínio de uma abordagem integrada entre o ativo e o passivo dos fundos de pensões, tem sido quantificada a sensibilidade do nível de financiamento das responsabilidades face a variações das taxas de juro, utilizando, para o efeito, o valor e a duração dos títulos expostos ao risco de taxa de juro, das pensões em pagamento e das responsabilidades por serviços passados.

A figura seguinte apresenta um resumo da articulação entre as carteiras de investimento e as responsabilidades dos fundos de pensões, no âmbito do processo de supervisão da adequação ativo-passivo e do nível de financiamento.

Figura 23 – Adequação ativo-passivo



## Acompanhamento da situação financeira dos fundos de pensões

Cumprir destacar, em primeiro lugar, que a crescente eficiência do processo de supervisão financeira dos fundos de pensões tem dependido fortemente da melhoria de qualidade da informação reportada ao ISP. Esta tem possibilitado aprofundar as análises efetuadas, nomeadamente em relação à composição dos ativos que integram o património dos fundos e às responsabilidades por si financiadas, o que tem contribuído para a consolidação do sistema de supervisão baseado nos riscos a que os fundos de pensões se encontram expostos.

Recorrendo ao sistema de alerta de riscos, construído com base nos elementos recebidos, tem sido possível identificar e quantificar de forma objetiva e transversal o perfil de risco de cada fundo de pensões, o que tem também permitido a prossecução de análises específicas de fundos cuja situação requer maior atenção.

Manteve-se o procedimento de realização de uma análise conjugada dos diferentes tipos de elementos enviados ao ISP, designadamente contratuais, contabilísticos, financeiros, estatísticos e atuariais, de maneira a poderem observar-se eventuais divergências conducentes à deteção de casos não perceptíveis pela análise individualizada desses elementos.

No domínio da articulação com as estruturas de governação, importa continuar a realçar o reforço dos contactos estabelecidos com os atuários responsáveis, os revisores oficiais de contas e os peritos avaliadores de imóveis, no sentido da consciencialização da importância que reveste o reconhecimento e a mitigação dos riscos, pelos seus possíveis impactos nos fundos de pensões e pelas consequentes implicações quanto à sua solidez financeira e solvência.

Em relação à área de investimentos, para além do controlo da valorimetria atribuída pelas entidades gestoras e da verificação das regras de diversificação e dispersão prudenciais, manteve-se o acentuado nível de vigilância dos princípios gerais de uma gestão financeira prudente, bem como a monitorização regular do cumprimento das políticas de investimento, sobretudo dos fundos de pensões abertos.

Intensificou-se igualmente o enfoque na abordagem substantiva orientada para a qualidade dos ativos financeiros que integram o património dos fundos e os riscos que lhes são intrínsecos. Esta abordagem permitiu, em última instância, assegurar que esses ativos não colidem com a proteção dos interesses dos contribuintes, participantes e beneficiários nem com a credibilidade e estabilidade do mercado nacional de fundos de pensões. Nesta matéria, prosseguiu-se uma análise pormenorizada à utilização e avaliação de produtos derivados, bem como de valores mobiliários tidos como financeiramente mais inovadores ou complexos e que integram o risco de inovação já referido.

No âmbito da supervisão baseada nos riscos, referente à área de investimentos dos fundos de pensões, foi dada continuidade ao processo de avaliação automática trimestral dos riscos financeiros das carteiras desses fundos, resultante da ponderação dos montantes em risco obtidos para cada uma das várias áreas de risco individuais identificadas, por um lado, e o processo de cálculo do montante em risco para as diferentes classes de ativos financeiros, por outro.

Manteve-se, igualmente, a análise da evolução dos níveis de risco das várias áreas identificadas e do risco global a que os fundos se encontram expostos. Esta abordagem tem possibilitado fazer comparações intra e interanuais para cada fundo de pensões, bem como monitorizar a tendência do mercado quanto ao perfil de risco e, em particular, conhecer a perspetiva das entidades em matéria de gestão dos riscos financeiros.

Para além disso, a área das responsabilidades dos fundos de pensões fechados e das adesões coletivas a fundos de pensões abertos, que financiam planos de benefício definido ou mistos, tem continuado a ser objeto de apreciação, pretendendo-se verificar o cumprimento das regras vigentes relativas ao cálculo das responsabilidades. Deu-se, assim, continuidade à seleção de fundos fechados e adesões coletivas para a determinação das responsabilidades que lhes estão associadas nos termos dos respetivos planos de pensões, para aferir a sua correta quantificação e o seu financiamento.

Ademais, com base na informação recolhida, fez-se o acompanhamento periódico do nível de financiamento dos fundos de pensões e das adesões coletivas que financiam planos de benefício definido ou mistos, tendo-se observado que, em termos gerais, aquele nível se manteve constante.

Mercê da crescente transformação de planos de benefício definido em planos de contribuição definida, têm merecido atenção reforçada os fundos de pensões e as adesões coletivas que financiam este último tipo de planos, o que se tem consubstanciado tanto na verificação do cumprimento dos mesmos quanto à regularidade e ao montante das contribuições realizadas, como na análise da adequação dos valores em risco às estratégias de aplicações financeiras estabelecidas nas políticas de investimento.

Por último, há a acrescentar que o processo de supervisão praticado pelo ISP foi objeto de uma avaliação por parte da EIOPA, em 2012, no âmbito de um projeto de revisão por pares – *peer review* – dos sistemas de supervisão dos fundos de pensões, que envolveu todos os países que formam o Espaço Económico Europeu. Para além de o painel de revisores europeus ter realçado a eficácia e a eficiência do sistema português e destacado a abordagem encetada pelo ISP, no âmbito da supervisão baseada nos riscos, cumpre reter que o processo de supervisão nacional não mereceu, por parte da EIOPA, qualquer recomendação de melhoria.

## Supervisão das entidades gestoras

As entidades gestoras continuaram a merecer um acompanhamento regular, sobretudo no que se refere à adoção, concretização e atualização dos procedimentos internos, por um lado, e à efetivação das recomendações formuladas pelo ISP aquando da realização de inspeções *in loco*, por outro.

Continuaram a privilegiar-se as relações com os responsáveis das entidades gestoras, bem como o conhecimento e a avaliação dos procedimentos internos, quer em matéria de definição, adoção e monitorização das políticas de investimento, quer no que se refere ao controlo interno relativamente aos diferentes tipos de risco a que os fundos estão expostos.

Ainda sob a perspetiva da supervisão preventiva e orientada para os riscos, o enfoque também tem sido direcionado, designadamente durante as ações de inspeção, para os mecanismos usados pelas entidades gestoras que assegurem a adequação do património dos fundos de pensões às respetivas responsabilidades, permitindo consolidar, também por essa via, a defesa dos interesses dos contribuintes, participantes e beneficiários.

Há, ainda, a realçar a intensificação das ações realizadas com a finalidade de garantir padrões adequados de gestão diligente e profissional e evitar a ocorrência de situações de conflitos de interesses, possibilitando assim compatibilizar a estrutura das carteiras dos fundos de pensões com os objetivos e as especificidades dos mesmos.

Foram ainda efetuadas inspeções *in loco*, que tiveram sobretudo como objetivos a análise da organização e do funcionamento das entidades gestoras em causa, bem como dos seus sistemas de controlo interno e de gestão e monitorização dos riscos, tendo sido tomadas as medidas e efetuadas as recomendações entendidas como adequadas face às deficiências identificadas.

Por fim, há a mencionar que, de acordo com a análise dos relatórios e contas e demais informação recebida, constatou-se que a margem de solvência das sociedades gestoras de fundos de pensões encontrava-se, ao longo do ano, devidamente constituída.

## Supervisão da conduta de mercado

### Atividades a destacar no âmbito da supervisão da conduta de mercado

A supervisão da conduta de mercado das empresas de seguros, das sociedades gestoras de fundos de pensões e dos mediadores de seguros foi ancorada, em 2012, em ações destinadas à verificação do cumprimento da legislação e regulamentação aplicáveis e à avaliação do impacto de recomendações e orientações emitidas.

Continuaram, no entanto, a ser também realizadas ações de supervisão na sequência de reclamações apresentadas por consumidores de seguros e, em algumas situações, pelos próprios operadores, que em muitos casos deram origem a recomendações para a situação concreta e a entendimentos com um alcance mais genérico.

No que concerne à mediação de seguros, foi desenvolvido um procedimento interno com o objetivo de agilizar e aumentar a fiabilidade dos dados obtidos junto das empresas de seguros relativos à prestação de contas pelos mediadores de seguros, com reunião dos elementos básicos que permitam indiciar com um grau elevado de probabilidade a prática de crimes ou contraordenações.

Em matéria de entendimentos, foi emitida a Circular n.º 2/2012, de 1 de março, centrada nos deveres legais de diligência dos seguradores relativamente aos habitualmente denominados “seguros de proteção ao crédito”.

O ano 2012 foi ainda marcado pela preparação ou ultimateção de projetos de entendimentos e / ou de cartas-circulares em várias áreas, as quais se encontram em fase final de discussão interna ou com o setor, podendo algumas delas dar suporte a futuras iniciativas regulatórias. Destaquem-se os seguintes:

- comercialização de contratos de seguro por telefonia vocal;
- dever legal de conservação de documentos;
- deveres legais de informação relativos à alteração das condições contratuais, designadamente ao aumento de prémio;
- formulários de subscrição, incluindo questionários médicos e declarações de saúde, utilizados em contratos de seguro de vida e de doença;
- procedimentos do ISP na apreciação de reclamações, no âmbito das práticas discriminatórias, em razão da deficiência ou do risco agravado de saúde;
- regularização de processos de sinistro de danos próprios, no âmbito do seguro automóvel;
- regularização de sinistros excessivamente prolongada, por se aguardar desfecho de inquérito ou de investigações internas.

A divulgação de entendimentos, incluindo as situações em que tal é efetuado através de uma carta-circular, é normalmente acompanhada de um pedido de informação relativo aos procedimentos adotados pelos operadores em cada uma das áreas, bem como, quando necessário, das medidas a implementar com vista ao alinhamento das suas práticas com a posição transmitida pelo ISP. Assim, essa divulgação proporciona habitualmente uma análise transversal dos procedimentos seguidos pelos operadores que são destinatários da mesma.

### Tratamento das reclamações recebidas

No que diz respeito à análise de situações concretas expostas ao ISP, em 2012 foram tratados pela estrutura dedicada especificamente à supervisão da conduta de mercado 461 casos provenientes de reclamações e denúncias. O respetivo tratamento permite, para além da análise do problema concreto, a identificação de matérias prioritárias que poderão conduzir à emissão de entendimentos ou de regulamentação específica.

### Monitorização e supervisão da publicidade

Compete ao ISP garantir o cumprimento de padrões de conduta adequados em matéria de publicidade emitida pelos operadores supervisionados. Para tal, dispõe de um serviço de monitorização sistemática da mesma, que permite a análise dos anúncios recebidos diariamente e a sua apreciação à luz das regras legais e regulamentares em vigor, entre as quais se destaca a Norma Regulamentar n.º 3/2010-R, de 18 de março, que consubstancia o quadro normativo aplicável à publicidade divulgada em qualquer meio ou suporte, designadamente a rádio, televisão, imprensa, sítios na Internet, cartazes, folhetos, entre outros.

Nos casos em que se verificou o incumprimento das regras aplicáveis, o ISP continuou, como em anos anteriores, a privilegiar a correção atempada das irregularidades detetadas, sobretudo baseada na rápida intervenção relativamente a situações com maior potencial impacto negativo para os consumidores, nomeadamente através da alteração dos conteúdos das campanhas publicitárias em causa ou da sua suspensão.

Relativamente à evolução da publicidade promovida pelo setor segurador e dos fundos de pensões, que integra a esfera de competências do ISP, em 2012 registou-se uma diminuição da publicidade monitorizada, na ordem dos 28%, tendo sido objeto de fiscalização um total de 539 anúncios. Este desenvolvimento é, essencialmente, resultado da significativa redução da publicidade institucional, ou seja, aquela que diz respeito à atividade dos operadores e que não faz referência a produtos ou serviços determinados, que registou uma quebra de 50% face ao ano 2011.

#### Quadro 6 – Evolução da publicidade monitorizada pelo ISP

	2010	2011	2012
<b>Total</b>	<b>533</b>	<b>752</b>	<b>539</b>

Tal como se observou em anos anteriores, a maior parte dos anúncios analisados em 2012 diziam respeito a campanhas de publicidade de produtos dos ramos Não Vida, com especial destaque para os seguros automóvel e de saúde. Do ponto de vista quantitativo, a publicidade institucional foi a segunda categoria de anúncios mais veiculada no ano em análise.

**Quadro 7 – Distribuição dos anúncios publicitários em função do tipo de anúncio e do tipo de seguro ou fundo de pensões (2012)**

	Número	%
<b>Não Vida</b>	<b>349</b>	<b>64,7%</b>
Seguro automóvel	133	24,7%
Seguro de saúde	65	12,1%
Seguro de acidentes pessoais	59	10,9%
Seguro de perdas pecuniárias	53	9,8%
Seguro de incêndio e outros danos	21	3,9%
Seguro de responsabilidade civil	8	1,5%
Seguro de acidentes de trabalho	5	0,9%
Seguro marítimo	2	0,4%
Seguro de assistência	2	0,4%
Seguro financeiro (crédito e caução)	1	0,2%
<b>Vida</b>	<b>23</b>	<b>4,3%</b>
Seguro de vida	13	2,4%
Operações de capitalização	8	1,5%
PPR/E	2	0,4%
<b>Mistos</b>	<b>33</b>	<b>6,1%</b>
<b>Institucional</b>	<b>107</b>	<b>19,9%</b>
<b>Patrocínio</b>	<b>27</b>	<b>5,0%</b>
<b>Total geral</b>	<b>539</b>	<b>100,0%</b>

### Monitorização e supervisão da comercialização à distância

O ISP iniciou, no último trimestre de 2011, a monitorização sistemática dos sítios dos operadores de seguros na Internet. Pretende-se, com o sistema implementado, analisar o cumprimento da legalidade, quer na apresentação da atividade, produtos ou serviços dos operadores, quer na forma como é disponibilizada a possibilidade de celebração de contratos *on-line*.

Em 2012, foram monitorizados os sítios na internet de oito seguradores, identificados os tipos de seguro comercializados em cada um e analisado um total de 51 produtos.

Essa análise foi realizada em duas perspetivas: foram identificadas, por um lado, as situações de incumprimento existentes e, por outro lado, as situações que poderiam ser abordadas de um modo mais condicente com as boas práticas nesta área. Na sequência desta análise, os operadores em causa foram informados sobre a necessidade de alterar os respetivos sítios na Internet.

### Acompanhamento do funcionamento dos centros telefónicos de relacionamento (*call centers*) das empresas de seguros

As ações *on-site* do tipo “cliente-mistério”, isto é, em que os técnicos do ISP envolvidos na ação de inspeção não se identificam, centraram-se nas práticas de funcionamento dos centros telefónicos de relacionamento (*call centers*) das empresas de seguros, implementadas na sequência do Decreto-Lei n.º 134/2009, de 2 de junho, e na comercialização de contratos de seguros em que o operador a faz depender da subscrição de outros contratos.



### Ações on-site

No que diz respeito às ações *on-site* credenciadas, ou seja, nas instalações do operador visado em que a equipa do ISP se identifica, foram privilegiados, no âmbito dos ramos Não Vida, os procedimentos relacionados com o cumprimento dos prazos de regularização de sinistros previstos no Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto.

Relativamente ao ramo Vida, prosseguiu-se a monitorização das práticas relativas aos seguros de vida associados ao crédito e ao pagamento dos valores de resgate e reembolso nos seguros de vida e operações de capitalização, adotadas na sequência do Decreto-Lei n.º 222/2009, de 11 de setembro, e da Circular n.º 10/2009, de 20 de agosto, respetivamente. Continuaram também a ser acompanhadas as práticas associadas à atribuição de participação nos resultados nos seguros de grupo contributivos e à prevenção e repressão do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo. Além disso, procedeu-se à monitorização das práticas associadas à atribuição e distribuição de participação nos resultados nos seguros PPR, bem como à análise dos procedimentos na celebração, na execução e na cessação do contrato de seguro de vida em caso de deficiência ou de risco agravado de saúde dos clientes.

No âmbito dos fundos de pensões, as ações *on-site* credenciadas continuaram a incidir sobre a monitorização da informação prestada aos respetivos participantes e beneficiários e à comissão de acompanhamento, nomeadamente nos termos definidos, respetivamente, nos artigos 60.º a 62.º e nos n.ºs 9 e 10 do artigo 53.º da atual redação do Decreto-Lei n.º 12/2006, de 20 de janeiro.

### Ações off-site

Nas ações *off-site*, que consistem na análise de informação e documentação reportada ao ISP pelos operadores, ou cujo conhecimento lhe chega por outras vias, continuaram a ser monitorizadas as informações reportadas periodicamente pelas empresas no âmbito do sistema de controlo de prazos de regularização de sinistros automóvel (CPRS), bem como a aplicação da legislação em matéria de discriminação em razão da deficiência ou do risco agravado de saúde dos clientes.

São ainda de realçar as análises transversais levadas a cabo pelo ISP, através da utilização de inquéritos enviados aos operadores, destacando-se o inquérito referente aos procedimentos adotados em sinistros automóvel em que se verifique o furto / roubo ou a perda total de veículos.

### Procedimentos na celebração, na execução e na cessação do contrato de seguro de vida em caso de deficiência ou do risco agravado de saúde

O regime jurídico do contrato de seguro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de abril, estabelece, no n.º 4 do artigo 15.º, os procedimentos que as empresas de seguros devem adotar em caso de recusa de celebração de um contrato de seguro ou de agravamento do respetivo prémio em razão de deficiência ou em risco agravado de saúde do proponente.

Em concreto, a empresa de seguros deve, com base em dados estatísticos e atuariais, prestar ao proponente informação sobre o rácio entre os fatores de risco específicos e os fatores de risco de pessoa em situação comparável mas não afetada por aquela deficiência ou risco agravado de saúde.

Na sequência da análise de casos individuais reportados ao ISP nesta matéria, bem como de inquéritos efetuados às empresas de seguros em anos anteriores, decidiu o ISP incluir a análise desta temática nas ações de supervisão *on-site* no âmbito do ramo Vida.

## Atribuição e distribuição da participação nos resultados nos seguros de vida PPR

A Norma Regulamentar n.º 5/2003-R define, no n.º 1 do artigo 3.º e no n.º 1 do artigo 2.º, para efeitos de transferência e de reembolso, respetivamente, a forma de cálculo do valor de um plano de poupança, constituído sob a forma de fundo autónomo de uma modalidade de seguro do ramo Vida.

Assim, a alínea c) do n.º 1 do referido artigo 3.º estabelece que aquele valor deverá incluir o valor da eventual participação nos resultados atribuída mas não distribuída à data em questão.

Tendo o ISP verificado que, em diversas das condições contratuais analisadas, não se encontrava prevista a inclusão deste valor, foi decidido incluir nos planos de inspeção *on-site* a análise das práticas associadas à distribuição e atribuição da participação nos resultados nos seguros de vida PPR, em particular no que diz respeito ao cumprimento daquela disposição normativa.

## Verificação do cumprimento de outras disposições legais e regulamentares

Em 2012, o ISP prosseguiu o acompanhamento do funcionamento da função de gestão de reclamações, do provedor do cliente das empresas de seguros e do provedor dos participantes e beneficiários para as adesões individuais aos fundos abertos.

Igualmente, deu continuidade à verificação, através de informações reportadas pelas entidades supervisionadas e dos sítios na Internet por elas utilizados, do cumprimento dos deveres de divulgação relativamente às seguintes matérias:

- efeitos da falta ou incorreção na indicação do beneficiário nos seguros de vida, acidentes pessoais e operações de capitalização (Decreto-Lei n.º 384/2007, de 19 de novembro);
- exercício dos direitos de voto nas sociedades emittentes dos valores mobiliários que integram o património dos fundos de pensões (Norma Regulamentar n.º 7/2007-R, de 17 de maio);
- património dos seguros de vida PPR, PPE e PPR/E (Norma Regulamentar n.º 5/2003-R, de 12 de fevereiro) e dos fundos de pensões abertos (Decreto-Lei n.º 12/2006);
- políticas de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização das empresas de seguros ou de resseguros e das sociedades gestoras de fundos de pensões (Norma Regulamentar n.º 5/2010-R, de 1 de abril);
- prestação de contas das empresas de seguros e das sociedades gestoras de fundos de pensões, ou de outras sociedades que as controlem e se encontrem obrigadas a elaborar demonstrações financeiras consolidadas (Norma Regulamentar n.º 4/2005-R, de 28 de fevereiro);
- regime da não discriminação em função do género (Norma Regulamentar n.º 8/2008-R, de 6 de agosto);
- relato financeiro dos fundos de pensões (Norma Regulamentar n.º 7/2010-R, de 4 de junho).

Para além das ações que podem decorrer do tratamento das reclamações numa perspetiva de supervisão, como já referido, e das análises transversais agora detalhadas, mereceram especial acompanhamento, em modo *off-site*, as recomendações apresentadas pelos provedores dos clientes das empresas de seguros e dos participantes e beneficiários das adesões individuais aos fundos de pensões abertos, o cumprimento dos deveres de informação aos clientes, antes e durante a vigência do contrato, os procedimentos observados no âmbito da regularização de sinistros, que não relacionados com o sistema CPRS, e das políticas antifraude e, também, os mecanismos implementados pelos operadores no âmbito da prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo.

Com a mesma lógica de fundo, foi ainda levada a cabo a análise das respostas das empresas de seguros à Carta-Circular n.º 4/2011, de 30 de dezembro, sobre as disposições contratuais nos seguros de vida.

## Mediação de seguros e de resseguros

Tendo em atenção o período que decorreu desde a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 144/2006, de 31 de julho, que veio alterar as condições de acesso e de exercício das atividades de mediação de seguros e de resseguros em Portugal (doravante apenas mediação de seguros), tem o ISP vindo a alargar o âmbito e a intensificar o número de ações de supervisão realizadas.

A supervisão da conduta de mercado, nesta atividade, procura manter uma monitorização contínua dos operadores, através das metodologias de supervisão *off-site* e *on-site* já utilizadas em anos anteriores, complementando-as com sessões de trabalho realizadas com grupos de mediadores de seguros em vários pontos do país.

Aquelas ações *off-site* e *on-site*, para além da verificação da conformidade das práticas dos mediadores de seguros com a legislação e regulamentação específicas da sua atividade, tiveram ainda em especial consideração o regime jurídico do contrato de seguro e a legislação aplicável à atividade seguradora, ao livro de reclamações, à prevenção e repressão do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, assim como os regimes preventivos de outras práticas incorretas e de defesa dos consumidores de seguros.

Adicionalmente, tendo presente as circulares, cartas-circulares e entendimentos anteriormente emitidos pelo ISP, foi validada a presente e efetiva aplicação pelos operadores, no âmbito das situações concretas em análise, em particular a Circular n.º 12/2010, de 23 de dezembro, relativa às boas práticas no relacionamento entre empresas de seguros e mediadores de seguros.

No que respeita às fontes de informação utilizadas na supervisão de mediadores de seguros, realcem-se os elementos reportados ao ISP (por exemplo, denúncias, processos de reclamação e elementos de reporte obrigatório pelos mediadores de seguros) e as informações públicas verificadas diretamente pelo ISP (tais como sítios dos mediadores de seguros na Internet, comunicação social e publicidade), as quais foram complementadas com as informações e elementos obtidos diretamente dos operadores.

Atendendo às prioridades de supervisão definidas e ao número de situações que foram reportadas ao ISP, mereceram especial atenção as seguintes matérias:

- celebração do contrato de seguro e cobrança de prémios, bem como delegação de poderes para esses efeitos;
- dever do mediador do seguro de diligenciar no sentido da prevenção de declarações inexatas ou incompletas, pelo tomador do seguro, e de situações que violem ou constituam fraude à lei;
- dever do mediador do seguro de informar sobre todos os factos de que tenha conhecimento e que possam influir na regularização de sinistros;
- dever do mediador de seguros de prestar contas nos termos legal e contratualmente estabelecidos;
- deveres de informação do mediador de seguros e da empresa de seguros e seu modo de transmissão;
- direito do mediador de seguros em obter atempadamente, das empresas de seguros, todos os elementos, informações e esclarecimentos necessários ao desempenho da sua atividade e à gestão eficiente da sua carteira;

- existência e disponibilização do livro de reclamações;
- menções obrigatórias em documentação comercial e regras aplicáveis à publicidade efetuada por mediador de seguros;
- movimentação de valores e regras relativas à conta “clientes”;
- requisitos de qualificação, de idoneidade e de não incompatibilidade aplicáveis às pessoas diretamente envolvidas na atividade de mediação de seguros (PDEAMS);
- resolução do contrato de mediação por iniciativa da empresa de seguros.

No processo de supervisão da atividade de mediação de seguros, foi privilegiada a metodologia de supervisão *off-site*.

Considerando os factos aí apurados e o plano anual de ações inspetivas, foram realizadas também várias ações de supervisão *on-site*, as quais revestiram a forma, quer de ações credenciadas, quer de “cliente mistério”, consoante as matérias a analisar e o objetivo da ação, tendo sido privilegiadas as áreas que de seguida se identificam:

- início de atividade de mediadores de seguros propostos pelas empresas de seguros;
- inspeções a matérias específicas, justificadas pelo número e pela gravidade das reclamações e denúncias ao ISP;
- inspeções transversais a operadores importantes no mercado da mediação de seguros, numa perspetiva abrangente dos seus deveres e obrigações;
- mediadores de seguros, sediados ou com estabelecimento em áreas geográficas específicas;
- modelos de negócio assentes em sistemas de *franchising*;
- procedimentos de controlo das prestações de contas dos mediadores, por parte das empresas de seguros.

Proseguiu-se também a divulgação dos entendimentos mais relevantes resultantes das matérias analisadas e da posição que o ISP transmitiu aos operadores, quer nas publicações do ISP, quer no seu sítio na Internet.

### **Deveres de divulgação dos mediadores de seguros e de resseguros**

Nos termos da Norma Regulamentar n.º 15/2009-R, de 30 de dezembro, o ISP divulga no seu sítio na Internet informação relativa à hiperligação para o sítio em que podem ser consultados os documentos de prestação de contas, ou o ficheiro com os documentos em causa, relativamente a corretores de seguros e mediadores de resseguros, bem como aos restantes mediadores de seguros que aufram remunerações anuais de montante igual ou superior a um milhão de euros. Nesse sentido, foram recolhidas e verificadas as hiperligações em causa, ou os próprios documentos, nos casos em que o mediador de seguros não dispunha de sítio na Internet.

## Sessões de trabalho sobre matérias de supervisão da mediação de seguros

Tendo em atenção o importante papel que a mediação de seguros desempenha na atividade seguradora, para o que muito tem contribuído o crescente grau de profissionalização, credibilidade e transparência na atuação dos diversos operadores, o ISP iniciou, em 2012, um conjunto de sessões de trabalho sobre matérias relacionadas com a supervisão da conduta de mercado, dirigidas exclusivamente a agentes de seguros e a mediadores ligados que exercem a sua atividade a título principal.

As sessões de trabalho decorreram nas cidades de Coimbra, Lisboa, Faro, Braga, Porto, Funchal e Ponta Delgada, num conjunto de dez sessões realizadas em junho e julho de 2012, que contaram com um total de 2 500 mediadores.

Foram partilhados com os profissionais da mediação os principais problemas detetados pelo ISP nas ações de supervisão, os quais, em algumas situações, resultaram em processos contraordenacionais e consequente aplicação de sanções, levando inclusivamente à suspensão ou cancelamento do registo do mediador. Houve ainda espaço para resposta a questões colocadas pelos mediadores e para recolha das preocupações manifestadas pelos profissionais.

O ISP procurou também, com estas reuniões de trabalho, reforçar a necessidade de cumprimento de determinadas regras e de princípios de conduta, que permitam elevar a qualidade global do serviço prestado aos consumidores e minimizar a sua intervenção através das competências sancionatórias que lhe estão atribuídas.

Em concreto, foram objeto de especial abordagem os seguintes aspetos:

- atualização do registo dos mediadores junto do ISP;
- cumprimento das menções obrigatórias e dos deveres de informação do mediador aos clientes;
- esclarecimento sobre a atuação do ISP no acompanhamento do cumprimento dos deveres dos mediadores na relação com as empresas de seguros, em particular no que se refere à movimentação de fundos, através das contas “clientes”, e respetiva prestação de contas;
- observância das regras relativas à publicidade efetuada através dos diferentes suportes (imprensa, cartazes, *e-mails* etc.);
- preenchimento das qualificações adequadas pelas PDEAMS;
- procedimentos relativos ao pagamento da taxa de supervisão pelos operadores;
- situações relacionadas com a nomeação ou substituição do mediador e com a transmissão de carteiras.

## Mediação de seguros

### Evolução do número de mediadores registados

Em 2012, continuou a observar-se uma diminuição do número de mediadores ativos, fruto de uma ação efetiva e continuada do ISP que tem como objetivo controlar situações irregulares no registo de mediadores de seguros. Contribuiu, ainda, para esta diminuição, a redução do número de pedidos para registo de novos mediadores e o número de mediadores cujos registos foram cancelados, no âmbito de um processo de execução fiscal de taxas de supervisão cujo pagamento se encontrava em atraso.

No âmbito do controlo das irregularidades foram efetuadas 4 678 intimações, que determinaram a suspensão ou o cancelamento de 1 986 registos de mediadores de seguros. Das situações detetadas destacam-se as seguintes:

- impossibilidade de contactar o mediador por via postal;
- agentes sem endereço eletrónico válido;
- ausência de contrato com uma empresa de seguros;
- inexistência de apólice de seguro de responsabilidade civil;
- sociedades sem administrador responsável;
- inexistência de seguradora responsável;
- corretores sem adequada dispersão de carteira;
- corretores sem apólice de seguro de responsabilidade civil e / ou sem garantias financeiras;
- agentes de seguros sem estrutura económico-financeira adequada.

#### Quadro 8 – Evolução do número de mediadores

	Ativos	Suspensos	Cancelados <sup>(a)</sup>	Novos	Suspensos	Ativos
	em 31-12-2011		em 2012		em 31-12-2012	
Mediador de seguros ligado	11 535	1 355	1 115	734	1 551	10 784
Agente	13 761	3 522	890	1 106	3 836	13 747
Corretor	93	1	6	0	3	85
Mediador de resseguros	8	1	1	0	0	8
<b>TOTAL</b>	<b>25 397</b>	<b>4 879</b>	<b>2 012</b>	<b>1 840</b>	<b>5 390</b>	<b>24 624</b>

(a) – O número de mediadores cancelados é líquido de revogações e inclui os cancelamentos resultantes das alterações de categoria  
**NOTA:** Na análise da evolução por categoria, deve ter-se em atenção que existiram mediadores que alteraram a respetiva categoria no decorrer do ano

Continuou a constatar-se um aumento de pedidos de suspensão, nomeadamente pela inexistência de contrato com uma empresa de seguros e por incompatibilidades decorrentes, muitas vezes, de ingresso em sociedades de mediação.

A distribuição dos mediadores de seguros ativos em 31 de Dezembro de 2012, tendo em consideração as categorias, a forma jurídica e a atividade autorizada, pode ser observada no quadro seguinte.

#### Quadro 9 – Distribuição dos mediadores de seguros ativos

	Coletivo				Singular				TOTAL GERAL
	Ramo			TOTAL	Ramo			TOTAL	
	Não Vida	Vida	Ambos		Não Vida	Vida	Ambos		
Ligado 1	7	2	144	153	1 396	443	8 778	10 617	10 770
Ligado 2	2	0	8	10	1	1	2	4	14
Agente	42	1	2 278	2 321	1 153	17	10 256	11 426	13 747
Corretor	0	0	84	84	0	0	1	1	85
Mediador de resseguros	0	0	8	8	0	0	0	0	8
<b>TOTAL</b>	<b>51</b>	<b>3</b>	<b>2 522</b>	<b>2 576</b>	<b>2 550</b>	<b>461</b>	<b>19 037</b>	<b>22 048</b>	<b>24 624</b>

Nota: Ligado 1: exerce sobre inteira responsabilidade de uma empresa de seguros ou, com autorização desta, de várias empresas, desde que os produtos que promova não sejam concorrentes. Ligado 2: exerce em complemento da sua atividade profissional, sempre que o seguro seja acessório do bem ou serviço fornecido no âmbito da sua atividade principal, atua sob inteira responsabilidade de uma ou várias empresas de seguros.

No quadro que a seguir se apresenta, constata-se um sensível aumento global dos movimentos de registo. Refira-se que, para este acréscimo, contribuiu essencialmente o número de mediadores cujos registos foram cancelados por sua iniciativa, no âmbito do já referido processo de execução fiscal de taxas de supervisão cujo pagamento se encontrava em atraso.

#### Quadro 10 – Movimentos de registo de mediadores

	2010	2011	2012
Alteração ao registo inicial	8 495	6 288	5 732
Notificação de atividade fora de Portugal	9	16	10
Cancelamento (diversos)	4 584	3 933	5 389
Registo inicial (inscrição)	2 156	2 032	1 907
Mudança de categoria de mediador	241	167	177
Suspensão de registos	1 079	1 499	1 305
Levantamento de suspensão de registos	249	354	251
Notificação de mediadores em Portugal (LPS ou Sucursal)	327	336	311
Notificação de revogação de mediadores em Portugal (LPS ou Sucursal)	165	227	164
Participações qualificadas	16	9	5
<b>TOTAL</b>	<b>17 321</b>	<b>14 861</b>	<b>15 251</b>

#### Qualificação de novos mediadores

De acordo com a legislação em vigor, os mediadores de seguros ou resseguros, pessoas singulares, os membros do órgão de administração responsáveis pela mediação e as pessoas diretamente envolvidas nesta atividade têm que dispor de qualificação adequada.

Em 2012, observou-se uma redução do número de novos pedidos relacionados com o reconhecimento de cursos para a qualificação de mediadores de seguros, tendo sido requerido o reconhecimento de seis novos cursos, incluindo aqueles relativos a três novas entidades promotoras, e 11 alterações aos cursos já reconhecidos.

O ISP procedeu ainda ao cancelamento de 77 cursos, da responsabilidade de 12 entidades promotoras, verificando-se, no final de 2012 e face a 2011, uma diminuição no número de entidades formadoras (de 35 para 32) e no número de cursos reconhecidos (de 196 para 119).

Constata-se, assim, que no final de 2012, se encontravam reconhecidos 119 cursos distribuídos da seguinte forma:

- Mediadores de seguros ligados (atividade principal) – 39;
- Mediadores de seguros ligados (atividade acessória) – 24;
- Agentes e corretores – 53;
- Curso profissional de técnico de banca e seguros, criado pela Portaria n.º 888/2004, de 21 de julho – 3.

Esta redução do número de cursos reconhecidos pelo ISP resultou, em grande parte, de ações de inspeção presenciais às entidades promotoras, ações essas que incidiram sobre a organização, a lecionação, a realização de exames e as condições das instalações.

## Autorizações e registo

Durante o ano 2012, não se verificaram mudanças significativas no que respeita ao número de operadores estabelecidos no mercado segurador nacional.

Ao longo do ano, o ISP formalizou a sua não oposição a três pedidos de aquisição de participações qualificadas em empresas de seguros, sendo que todos eles implicaram alterações no grupo acionista em que as seguradoras se integravam.

Constatou-se também uma ligeira, mas continuada, diminuição do número de empresas comunitárias a comunicar a intenção em operar em Portugal em regime de livre prestação de serviços, tendo havido a notificação para a instalação de seis novas sucursais de empresas de seguros estrangeiras, o que constitui um número invulgar nos últimos anos.

No que concerne aos seguros obrigatórios, foram registados no ISP, até ao final de 2012, 604 apólices, tendo-se verificado um aumento do número de apólices registadas face a 2011. Só no decurso do ano passado foram objeto de deliberações de registo 211 apólices, num total de 274 processos.

O quadro seguinte indica o número de processos originados por requerimentos apresentados por empresas de seguros e notificações provenientes de autoridades de supervisão de outros Estados-Membros da União Europeia.

### Quadro 11 – Autorizações e notificações – empresas de seguros

	2010	2011	2012
Autorização para alteração de estatutos	34	16	14
Autorização para exploração de novos ramos ou modalidades	1	1	1
Autorização de novas seguradoras	0	0	0
Autorização de fusão e dissolução de seguradoras	2	3	1
Autorização para aquisição de participações qualificadas	8	7	5
Notificação de novos titulares de órgãos sociais	123	53	63
Notificação de sucursais de empresas comunitárias em Portugal	0	0	6
Notificação de LPS comunitárias em Portugal	48	43	39
Notificação de transferências de carteiras (seguradoras da UE)	22	40	41
Empréstimos subordinados e similares	2	12	5
Registo de apólices de seguros obrigatórios	303	220	274

No que respeita aos fundos de pensões, continua a verificar-se uma redução significativa dos processos relacionados com alterações aos contratos. No que se refere à extinção de fundos de pensões e respetivas quotas-partes, assim como à cessação de adesões coletivas, verificou-se um ligeiro decréscimo face aos números já verificados em 2011.



## Quadro 12 – Processos de autorização – SGFP e fundos de pensões

	2010	2011	2012
<b>Sociedades gestoras de fundos de pensões</b>			
Autorização para alteração de estatutos	4	1	2
Autorização para aquisição de participações qualificadas	0	1	0
Certificação de atuários responsáveis de fundos de pensões	0	2	2
Notificação de novos titulares de órgãos sociais	20	17	12
<b>Fundos de pensões</b>			
Autorização para constituição de fundos de pensões	9	2	5
Autorização para alteração de contratos	53	44	36
Autorização para transferência de gestão	2	2	8
Autorização para extinção de fundos de pensões e quotas-partes	20	10	9
Cessação de adesões coletivas a fundos de pensões abertos	9	31	22

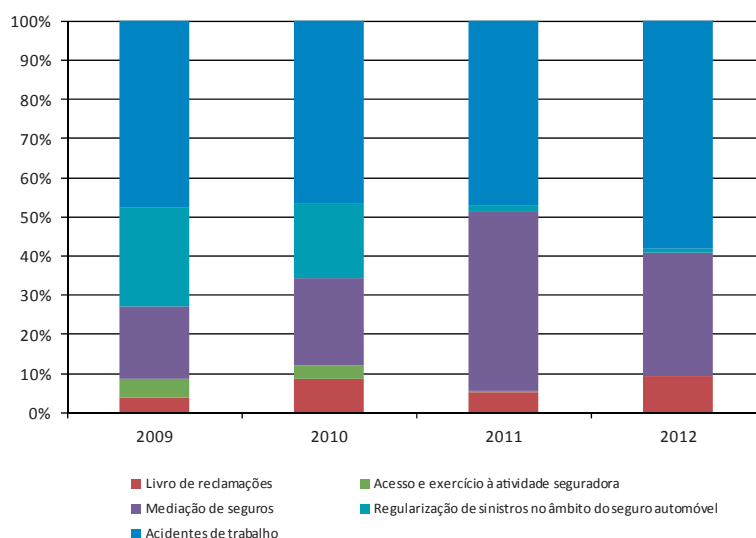
No final de 2012, existiam 155 fundos de pensões fechados e 73 fundos de pensões abertos.

De acordo com o estabelecido na legislação aplicável, procedeu-se, ainda, à fiscalização preventiva de contratos de gestão, de depósito e de adesão coletiva. Além disso, realizou-se a apreciação prévia, nos termos da legislação em vigor, de seis contratos de adesão coletiva e de 22 contratos de extinção de adesões coletivas.

## Sanções e contraordenações

Em 2012, deram entrada 233 processos contraordenacionais relativos às diversas áreas de atuação do ISP. Destes, apenas 50,2% apresentavam matéria contraordenacional (76% em 2011). Os processos relativos a acidentes de trabalho continuam a ser aqueles que maior peso apresentam no total recebido. A significativa diminuição dos processos relativos a mediadores é resultado da melhoria no controlo da viabilidade contraordenacional, visto que estes são os mais trabalhosos e que consomem mais recursos.

Figura 24 – Distribuição dos processos contraordenacionais por áreas



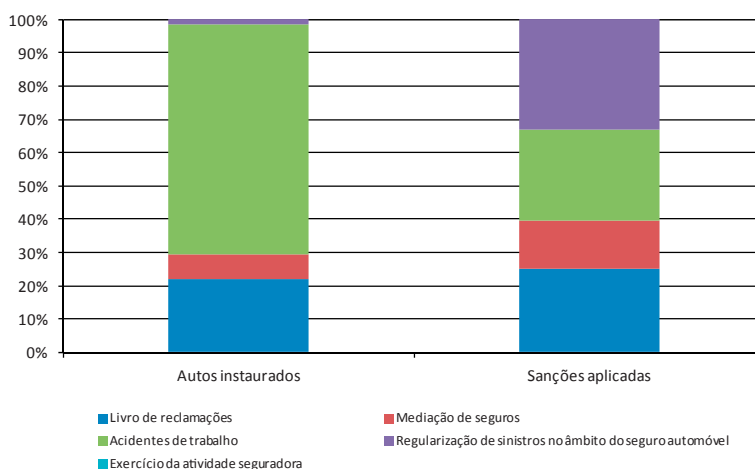
Apesar de o número de processos contraordenacionais que deram entrada no ISP ter diminuído face ao ano transato, regista-se um aumento das atividades nesta área, muito devido ao incremento do número de processos que transitaram de ano. É de salientar a significativa diminuição do valor das coimas aplicadas (82% face ao ano 2011).

Quadro 13 – Dados globais sobre processos contraordenacionais

	2010	2011	2012
Processos contraordenacionais entrados	310	262	233
Processos arquivados (sem matéria para contraordenação)	49	45	33
Autos instaurados	238	149	117
Processos que deram origem a queixa-crime	13	24	15
Autos concluídos (coima, admoestação, arquivamento)	150	146	166
Número em curso	129	138	114
Número de testemunhas ouvidas	167	58	31
Valor das coimas aplicadas (milhares de euros)	993,4 m€	815,7 m€	144,1 m€
Autos e processos que transitaram para o ano seguinte (excluindo recursos para Tribunal)	207	266	319
Recursos de impugnação judicial	51	53	30

Na figura seguinte é apresentada a distribuição dos autos instaurados e sanções aplicadas pelas diversas áreas de atuação do ISP.

Figura 25 – Autos instaurados e sanções aplicadas por áreas (2012)



No ano 2012, no que concerne à área de mediação de seguros, os autos de contraordenação instaurados decorreram, essencialmente, da ausência de prestação de contas por parte dos mediadores de seguros. Já no que respeita às sanções aplicadas, a maioria teve como fundamento a falta de seguro de responsabilidade civil obrigatório e a prestação de falsas informações, no âmbito de autos instaurados previamente ao ano transato.

Em matéria de acidentes de trabalho, os autos de contraordenação instaurados, assim como as sanções aplicadas, tiveram como fundamento o incumprimento, pelas empresas de seguros, dos prazos de participação aos tribunais dos acidentes de que tenham resultado incapacidades permanentes ou temporárias.

Relativamente ao livro de reclamações, quer os autos de contraordenação instaurados pelo ISP, quer as sanções por este aplicadas, dizem respeito à violação dos deveres de possuir o livro de reclamações e de facultá-lo, quando solicitado, bem como à violação do dever de envio à autoridade de supervisão do original da folha do livro de reclamações.

No que diz respeito à regularização de sinistros do ramo automóvel, as sanções aplicadas pelo ISP decorreram da não observação dos deveres de diligência e prontidão na regularização de sinistros.

## 2. Política regulatória

### Área prudencial

#### Questionário sobre as práticas de gestão de ativos e passivos (ALM) implementadas pelas empresas de seguros

A gestão de ativos e passivos (*Asset Liability Management* ou ALM) institui-se como parte integrante do sistema de gestão de riscos das empresas de seguros, sendo essencial para a condução sã e prudente do negócio, sobretudo quando as responsabilidades assumem um carácter de médio e longo prazo, contribuindo de forma decisiva para assegurar a sustentabilidade dos compromissos assumidos, quer em matéria de solvência, quer de liquidez.

Atendendo ao facto de esta gestão consistir num processo contínuo de formulação, implementação, monitorização e revisão de estratégias relacionadas com ativos e passivos, a mesma visa alcançar os objetivos financeiros de uma empresa. Assim, o ALM surge como um processo fundamental para a gestão financeira e de riscos eficiente de qualquer empresa que realiza investimentos, com a finalidade de cobrir as suas necessidades de *cash flow* futuras.

Em reconhecimento da importância desta matéria, sobretudo no contexto da atual de crise financeira, entendeu o ISP que seria relevante obter informação abrangente junto das empresas de seguros sujeitas à sua supervisão, no que concerne às práticas ALM implementadas através de um questionário, divulgado nos termos da Circular n.º 1/2012, de 2 de fevereiro. O lançamento do questionário em apreço prosseguiu diversos objetivos: permitir a compreensão da situação dos operadores neste domínio, tendo presente que a avaliação integrada de todos os riscos a que se encontram expostos é um dos princípios basilares do regime "Solvência II"; facultar um *benchmark* por referência ao qual cada uma das empresas poderá realizar a sua autoavaliação; e extrair conclusões que sirvam de base de ponderação à emissão de regulamentação específica sobre a matéria.

#### Cálculo e reporte das provisões técnicas com base em princípios económicos

O cálculo das provisões técnicas segundo princípios económicos, para efeitos de reporte ao ISP, foi estabelecido pela Norma Regulamentar n.º 9/2008-R, de 25 de setembro. Este conjunto de requisitos constitui um passo na preparação das empresas de seguros para as exigências que o novo regime de solvência, decorrente da Diretiva Solvência II, irá implicar.

Visa-se, assim, uma articulação entre os cálculos exigidos às empresas de seguros, por via regulamentar, e a progressiva evolução do regime de solvência, designadamente traduzida nos estudos de impacto quantitativo (QIS) que têm vindo a ser realizados. Atendendo à intenção de realizar o QIS 5+, um estudo de impacto quantitativo adicional de índole nacional, baseado em especificações técnicas adaptadas a partir das utilizadas no QIS 5, importava introduzir algumas alterações ao referido normativo.

Assim, a Norma Regulamentar n.º 5/2012-R, de 27 de junho, veio prever que os princípios de cálculo das provisões técnicas estabelecidas na Norma Regulamentar n.º 9/2008-R, deveriam ser consistentes com as regras estabelecidas nas especificações técnicas do estudo de impacto quantitativo referido, sendo igualmente diferido o prazo, para 31 de outubro de 2012, de envio do relatório anual previsto no artigo 15.º da Norma Regulamentar n.º 9/2008-R.

Contudo, atendendo aos desenvolvimentos comunitários ocorridos no quadro do regime Solvência II, designadamente os resultantes da decisão de execução de um exercício europeu de avaliação de impacto do conjunto de medidas relacionadas com o pacote de produtos com garantias de longo prazo, revelou-se necessário efetuar a nova alteração do normativo vigente.

Deste modo, procedeu-se, através da Norma Regulamentar n.º 8/2012-R, de 29 de outubro, a novo diferimento do reporte ao ISP do cálculo das provisões técnicas segundo princípios económicos para 31 de dezembro de 2012, sendo igualmente incorporados os princípios e regras que permitem o respetivo cálculo, mantendo a consistência com aquele que se esperava ser o cenário correspondente, resultante da realização do exercício europeu do estudo de impacto.

## Área contratual / comportamental

### Seguros de Proteção ao Crédito

Reconhecendo a relevância social e a função económica dos seguros de proteção ao crédito, que abrangem a cobertura de um conjunto de riscos, geralmente associados a situações de incapacidade temporária por motivo de acidente ou de doença e de desemprego involuntário, que podem afetar a capacidade do segurado / mutuário auferir rendimento, estabelecem-se, através da Circular n.º 2/2012, de 1 de março, os deveres legais de diligência dos seguradores relativamente aos referidos seguros.

Assim, considerando o papel fundamental que estes seguros desempenham na proteção do segurado e da sua família num contexto adverso, e atendendo à análise efetuada pelo ISP, no âmbito das suas competências de regulação e supervisão, são previstos princípios e regras particularmente exigentes no que concerne ao desenho destes produtos, garantia da transparência a nível contratual e adequação da política de subscrição.

### Aprovação da Apólice Uniforme do Seguro de Colheitas para Portugal Continental

Face à aprovação do novo Regulamento do Sistema Integrado de Proteção contra as Aleatoriedades Climáticas (SIPAC) pela Portaria n.º 318/2011, de 30 de dezembro, e atendendo à necessidade de proceder a ajustamentos pontuais à apólice uniforme do seguro de colheitas decorrentes da aprovação da referida Portaria, julgou-se igualmente oportuno adaptar o sistema em apreço ao regime jurídico do contrato de seguro, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 72/2008, de 16 de abril.

Assim, a Norma Regulamentar n.º 2/2012-R, de 5 de março, aprova as condições gerais e especiais uniformes do seguro de colheitas a adotar pelas empresas que subscrevam este risco em Portugal Continental, nos termos do SIPAC.

São, em particular, de salientar as disposições referentes à declaração do risco, inicial e superveniente, em linha com o disposto nesta matéria no regime jurídico do contrato de seguro.

## Registo Central de Contrato de Seguro de Vida, de Acidentes Pessoais e de Operações de Capitalização

A Norma Regulamentar n.º 14/2010-R, de 14 de outubro, regulamenta o registo central de contratos de seguro de vida, de acidentes pessoais e de operações de capitalização com beneficiários em caso de morte do segurado ou do subscritor. O prazo fixado para a operacionalização deste registo foi prorrogado para 1 de janeiro de 2013 pela Norma Regulamentar n.º 3/2012-R, de 20 de março, e para 1 de julho de 2013 pela Norma Regulamentar n.º 9/2012-R, de 14 de dezembro, atendendo à circunstância de se encontrar pendente uma proposta de alteração legislativa que, a ser aprovada, determinará alterações na informação a ser registada.

O referido adiamento não obsta, porém, a que as empresas de seguros prossigam os trabalhos de operacionalização inerentes à criação da base de dados compatível com a plataforma gerida pelo ISP, uma vez que, ainda que venha a ser concretizada, a referida alteração legislativa não acarretará previsivelmente alterações estruturais ao sistema de registo central.

## Prevenção e repressão do combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo

Nos termos do artigo 42.º da Lei n.º 25/2008, de 5 de junho, que estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo, cabe às autoridades de supervisão do setor financeiro, no âmbito das respetivas atribuições e competências legais, emitir alertas e difundir informação atualizada sobre tendências e práticas conhecidas, com o propósito de prevenir o branqueamento e o financiamento do terrorismo.

Com esta finalidade, o ISP divulgou junto das entidades supervisionadas, via Carta-Circular, e na sequência da emissão de comunicados do Grupo de Ação Financeira Internacional, as jurisdições que representam risco não negligenciável para a integridade do sistema financeiro internacional, atenta a sua permeabilidade a práticas relacionadas com o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo.

## Iniciativas legislativas nacionais

No domínio da colaboração em iniciativas legislativas nacionais haverá ainda que referir:

- A elaboração do anteprojeto de alteração da Lei n.º 14/2008, de 12 de março, para acolhimento da jurisprudência do Tribunal de Justiça da União Europeia que declarou inválido, a partir de 21 de dezembro de 2012, o n.º 2 do artigo 5.º da Diretiva n.º 2004/113/CE, do Conselho, de 13 de dezembro de 2004, que aplica o princípio da igualdade de tratamento entre homens e mulheres no acesso a bens e serviços e o seu fornecimento (Acórdão de 1 de março de 2011, no proc. C-236/09, "Test-Achats").
- A colaboração na elaboração da que viria a ser a Lei n.º 14/2012, de 26 de março, com a terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 95/2006, de 29 de maio, relativo ao regime dos contratos relativos a serviços financeiros prestados a consumidores celebrados através de meios de comunicação à distância.
- A emissão de pareceres relativos a múltiplas iniciativas legislativas, cujo teor se relaciona com as atribuições e competências do ISP.

## Iniciativas legislativas comunitárias

### Solvência II

Com a implementação da nova arquitetura da supervisão financeira europeia para o setor financeiro, a qual determinou a substituição do Comité Europeu dos Supervisores de Seguros e Pensões Complementares (CEIOPS) pela Autoridade Europeia dos Seguros e Pensões Complementares de Reforma (EIOPA), cujas atribuições e competências têm impacto direto na regulação do mercado segurador e dos fundos de pensões comunitário, surgiu a necessidade de adaptação da Diretiva Solvência II, instrumento comunitário que visa introduzir um novo regime de acesso e de exercício da atividade seguradora e resseguradora ao novo enquadramento, pelo que, em 19 de janeiro de 2011, a Comissão Europeia publicou a proposta de Diretiva designada por Omnibus II<sup>2</sup> que visa consagrar tais alterações<sup>3</sup>.

No que respeita à Diretiva Solvência II, esta iniciativa legislativa pretendia essencialmente:

- Refletir a substituição do CEIOPS pela EIOPA;
- Determinar as áreas elegíveis para efeitos de elaboração e aprovação de normas técnicas de regulamentação e de execução;
- Adiar a respetiva data de aplicação para 1 de janeiro de 2013; e
- Adaptar as competências de nível 2 ao Tratado de Lisboa e fixar disposições transitórias nesse âmbito (medidas de implementação / atos delegados da Comissão Europeia).

Na sequência da definição e votação, em março de 2012, pelo Parlamento Europeu, de uma posição de compromisso para o texto da referida Diretiva, foi dado início ao processo de trilogos técnicos e políticos entre a Comissão Europeia, o Parlamento Europeu e o Conselho.

As negociações revelaram-se difíceis, particularmente na sequência da decisão de incorporar também, no âmbito desta Diretiva, a definição de um conjunto de medidas desenhadas para salvaguardar o caráter de longo prazo, tradicionalmente associado aos produtos de seguros, relativamente às quais não foi ainda possível a conciliação das posições do Parlamento Europeu e do Conselho.

O atraso relevante na adoção da Diretiva Omnibus II conduziu à necessidade de a Comissão Europeia autonomizar, numa outra proposta de Diretiva, o adiamento da data de transposição e aplicação, a qual veio a ser apresentada em 16 de maio de 2012.

Efetivamente, terminando o prazo de transposição da Diretiva Solvência II, em 31 de outubro de 2012, e estando a plena operacionalidade do novo regime dependente de um elevado número de atos delegados e de atos de execução que não poderão ser apresentados antes da publicação da Diretiva Omnibus II, existia o risco de esta não ser publicada e entrar em vigor antes do termo do prazo de transposição da Diretiva Solvência II.

Para evitar um vazio jurídico após 31 de outubro de 2012, facultar a continuidade jurídica do regime Solvência I, bem como para assegurar um período de preparação aos operadores e às autoridades de supervisão, a Comissão Europeia adotou, assim, a proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho, que altera a Diretiva Solvência II, no que respeita aos prazos de transposição e de entrada em aplicação e à data de revogação de certas diretivas.

2 COM/2011/0008 final - COD 2011/0006, acessível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2011:0008:FIN:PT:PDF>

3 Assim como à Diretiva n.º 2003/71/CE, do Parlamento e do Conselho, de 4 de novembro, relativa ao prospecto a publicar em caso de oferta pública de valores mobiliários ou da sua admissão à negociação e que altera a Diretiva n.º 2001/34/CE.

Esta Diretiva, que seguiu um processo legislativo célere (designado por “*Quick-fix*”), adia o prazo de transposição da Diretiva Solvência II para 30 de junho de 2013 e o da respetiva aplicação para 1 de janeiro de 2014, tendo sido publicada em 14 de setembro<sup>4</sup>.

Face ao impasse resultante da impossibilidade de obtenção de compromisso para aprovação da Diretiva Omnibus II, os participantes no trílogo decidiram solicitar à EIOPA a realização de um exercício de análise de impacto das medidas mais discutidas, de modo a fornecer informações sobre os efeitos e exequibilidade das mesmas, que permitam uma decisão informada quanto à sua adoção. Este exercício, designado “*Long Term Guarantees Assessment*” (LTGA), consiste no cálculo de múltiplos cenários de implementação das principais medidas propostas.

O ISP tem participado ativamente neste processo legislativo, quer através da prestação de apoio técnico à fundamentação da posição nacional, no âmbito das discussões da Diretiva Omnibus II, quer no que se refere à execução do exercício LTGA.

## Mediação de seguros

Com o intuito de reforçar a proteção eficaz dos consumidores de seguros, objetivo ressaltado no contexto da crise financeira, bem como assegurar a igualdade de condições para todos os participantes envolvidos na venda de produtos de seguros e aumentar o grau de integração dos mercados, a Comissão Europeia divulgou, em 3 de julho de 2012, a Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à mediação de seguros<sup>5</sup>.

Com vista à prossecução destes objetivos, a proposta introduz as seguintes alterações principais por referência ao atual regime vigente, corporizado na Diretiva n.º 2002/92/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à mediação de seguros<sup>6</sup> (DMS I):

- Alarga o âmbito de aplicação à comercialização de contratos de seguros por parte de empresas de seguros e de resseguros sem intervenção de um mediador, à venda de seguros a título acessório de uma venda de serviços (por exemplo, no caso de contratos de seguro de viagem vendidos por agências de viagens ou de contratos de seguro vendidos pelas empresas de aluguer) e às atividades de gestão, regularização e peritagem de sinistros.
- Embora em matéria de requisitos de registo não altere de forma substancial os previstos na DMS I, exige a instituição e manutenção de um registo eletrónico único pela EIOPA.
- Por outro lado, isenta do registo duas categorias de operadores, permitindo-lhe o exercício de atividade através de um procedimento de simples declaração: quem exerce atividade de mediação de seguros a título acessório da sua atividade profissional principal e que preencha determinadas outras condições (complementaridade com outro produto ou serviço, que não inclua seguros de vida ou de responsabilidade civil, exceto a título acessório) e quem exerce atividade de gestão profissional e regularização de sinistros.
- No que se refere aos requisitos de informação e regras de conduta profissional, adita aos já previstos na DMS I o princípio geral no sentido de que os mediadores devem atuar no melhor interesse dos seus clientes e estabelece requisitos de informação semelhantes para as empresas de seguros.

4 JO, L, n.º 249, de 14.09.2012, p. 1 e 2.

5 COM(2012) 360 final - 2012/0175 (COD), acessível em:  
<http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2012:0360:FIN:PT:PDF>

6 JO, L, n.º 9, de 15.1.2003, p. 3.

- Em matéria de informação sobre remuneração, introduz a obrigação de divulgar a base de cálculo e o montante da remuneração dos mediadores de seguros, bem como o montante de qualquer componente variável da remuneração recebida pelo pessoal de vendas das empresas e mediadores de seguros. No entanto, estabelece um regime obrigatório de «divulgação integral» na venda de produtos de seguro de vida e um regime «a pedido do cliente» na venda de produtos de seguro não vida, durante um período transitório de cinco anos, após o que lhe será aplicável igualmente o regime de divulgação integral.
- No âmbito das vendas cruzadas, vem proibir as práticas de “tying”, admitindo práticas de “bundling”, desde que o mediador de seguros ofereça e informe o cliente de que é possível adquirir separadamente os componentes do pacote e lhe preste informações sobre os custos e as despesas de cada um dos componentes que podem ser comprados separadamente.
- Estabelece requisitos adicionais de proteção dos clientes, no que se refere aos produtos de investimento do setor dos seguros, designadamente em matéria de conflito de interesses, de apreciação da adequação e do caráter apropriado do produto ao perfil do cliente e prestação de informações aos clientes. Cabe ressaltar que, quando o mediador de seguros informe o cliente de que o aconselhamento é prestado a título independente, o mesmo não deve aceitar nem receber honorários, comissões ou quaisquer benefícios monetários pagos ou concedidos por qualquer terceiro ou por uma pessoa que atue em nome de um terceiro em relação com a prestação do serviço aos clientes.

O ISP tem participado e contribuído para a formação da posição nacional no âmbito das discussões desta proposta em sede do Conselho.

### Produtos de investimento de retalho

As assimetrias na informação disponibilizada sobre os produtos de investimento de retalho – que incluem fundos de investimento, determinados tipos de contratos de seguros e produtos estruturados do mercado de retalho – estiveram na base da Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, sobre os documentos de informação fundamental para produtos de investimento, divulgada em 3 de julho de 2012<sup>7</sup>. Esta proposta encontra-se integrada num pacote destinado a restabelecer a confiança dos consumidores, o qual inclui a revisão da Diretiva relativa à Mediação de Seguros (cf. ponto anterior *supra*), a qual introduz regras específicas aplicáveis à comercialização de produtos de seguros para investimento e a proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa aos mercados de instrumentos financeiros, que revoga a Diretiva n.º 2004/39/CE (Diretiva-quadro relativa aos mercados de instrumentos financeiros)<sup>8</sup>.

O objetivo de política regulatória pretendido pela proposta é o reforço da transparência da informação transmitida aos investidores de retalho em resposta a vários problemas que identifica e que se sintetizam nos seguintes pontos:

- A informação prestada aos investidores de retalho é, frequentemente, pouco clara, não permitindo a perceção dos riscos e custos associados aos produtos, bem como a respetiva avaliação e comparação, o que conduz à aquisição de produtos não adequados ao perfil do investidor e à elevação dos preços, em detrimento da eficiência dos mercados de investimento;
- A informação prestada depende da forma jurídica dos produtos e não da sua natureza económica ou dos riscos que comportam;

7 COM(2012) 352 final - 2012/0169 (COD), acessível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2012:0352:FIN:PT:PDF>

8 COM(2011) 656 final - 2011/0298 (COD), acessível em <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2011:0656:FIN:pt:PDF>



- Em contexto de crise, o facto de os investidores terem sofrido perdas financeiras com investimentos que envolviam riscos que não eram transparentes ou que não compreendiam, atenta a respetiva complexidade, contribuiu para uma quebra acentuada da confiança nos serviços financeiros.

A fim de prosseguir o referido objetivo de política regulatória, a proposta assenta nos seguintes princípios fundamentais:

- Impõe que os produtos de investimento devam ser acompanhados de um KID (*key information document*) quando comercializados junto de pequenos investidores. O KID, independentemente de outros documentos contratuais, deve facultar a informação essencial, sucinta, clara e suficiente para que um pequeno investidor possa compreender as características fundamentais de um produto de investimento, compará-lo com outros produtos de investimento e tomar uma decisão de investimento fundamentada.
- Atribui a responsabilidade pela elaboração do KID à pessoa que cria um produto de investimento, mas também à que altere substancialmente a estrutura de risco ou de custos de um produto de investimento já existente. Regula também o ónus da prova a este respeito: quando um pequeno investidor apresenta uma queixa, é ao criador do produto que incumbe demonstrar a conformidade com o regulamento.
- Determina que os KID devem ter uma «aparência e forma» normalizadas e um conteúdo concebido de forma a mantê-los centrados em informações fundamentais apresentadas de um modo comum, a fim de promover a comparabilidade da informação e a sua compreensão pelos pequenos investidores.
- Elenca os elementos essenciais do produto de investimento que devem ser descritos no KID, entre outros, a identidade do produto e do seu criador, a natureza e as características principais do produto, nomeadamente se o investidor pode perder capital, o seu perfil de risco e remuneração, os custos e desempenho anteriores, se aplicável, informações para produtos específicos e informações sobre eventuais resultados futuros para os produtos de pensões privadas.
- Prevê que quem vende o produto a pequenos investidores (quer se trate de um distribuidor ou do criador do produto, em caso de venda direta) deve disponibilizar a informação ao investidor potencial, em tempo útil, antes de a venda ser efetuada (com exceção das situações de comercialização à distância), regulando ainda os meios a utilizar nessa disponibilização.

O ISP tem participado e contribuído para a formação da posição nacional, no âmbito das discussões desta proposta em sede do Conselho.

### Iniciativas da EIOPA

Caberá mencionar algumas das principais iniciativas regulatórias da EIOPA em 2012, não só porque o ISP integra esta Autoridade e intervém nos respetivos processos de elaboração e decisão, como pelo impacto que as mesmas têm na regulação e supervisão nacional.

## Solvência II

No decurso de 2012, a EIOPA emitiu duas opiniões, endereçadas às autoridades nacionais de supervisão, sobre a aplicação do regime Solvência II.

A EIOPA publicou, em maio, uma opinião<sup>9</sup> relativa ao procedimento de aprovação dos modelos internos das empresas de seguros para efeitos de cálculo do requisito de capital de solvência, conforme previsto na Diretiva Solvência II. De acordo com o documento em apreço, as empresas de seguros deverão apresentar às autoridades nacionais de supervisão a informação e o suporte documental que se revelem necessários à apreciação da adequação do modelo interno proposto. Caso as empresas de seguros não prestem a informação ou não facultem os documentos solicitados pela autoridade de supervisão, a proposta de modelo interno total ou parcial deverá ser rejeitada. Adicionalmente, a opinião reforça que, mesmo na situação de recurso a modelos e / ou dados preparados por terceiros, as empresas de seguros deverão certificar-se que o modelo proposto observa os requisitos exigidos. A EIOPA recomenda que, no contrato que as empresas de seguros celebrem com as entidades terceiras, fique regulada a disponibilização de informação, de modo a assegurar o acesso à mesma pelas autoridades de supervisão, sendo que, não obstante a disciplina dos referidos acordos, a responsabilidade pela prestação da informação e pela disponibilização dos documentos recairá sobre a empresa de seguros proponente. A opinião enfatiza que a informação prestada às autoridades de supervisão no âmbito do processo de aprovação dos modelos internos, designadamente a produzida por entidades terceiras, se encontra protegida por regras de confidencialidade.

Por sua vez, a 20 de dezembro último, a EIOPA emitiu opinião<sup>10</sup> relativa à aplicação intercalar da Diretiva Solvência II. Não obstante reconhecer que o regime em apreço ainda não se tornou vinculativo para os Estados-Membros e que estão em curso negociações para diferir a sua aplicação para data posterior a 2014 (ano atualmente previsto para a respetiva transposição), a EIOPA decidiu promover a aplicação intercalar das disposições do regime Solvência II, no que concerne aos seguintes domínios: sistema de governação, incluindo o sistema de gestão de riscos e os princípios da autoavaliação do risco e da solvência; pré-pedido de aprovação dos modelos internos e reporte às autoridades de supervisão. Para o referido efeito, a EIOPA irá emitir orientações sobre as matérias elencadas, competindo às autoridades nacionais de supervisão assegurar a respetiva implementação a partir de 1 de janeiro de 2014.

No âmbito do regime Solvência II, cumpre ainda mencionar que a EIOPA produziu e divulgou, em julho de 2012, o relatório final sobre a consulta pública ao projeto de orientações relativas à autoavaliação do risco e da solvência a efetuar pelas empresas de seguros (comumente designada pelo acrónimo "ORSA": *Own Risk and Solvency Assessment*), a qual decorreu entre novembro de 2011 e janeiro de 2012<sup>11</sup>.

A EIOPA elaborou, igualmente, o relatório final referente aos procedimentos de consulta pública que incidiram sobre os formulários de reporte quantitativo e sobre o projeto de orientações relativas aos deveres de reporte e informação a que as empresas de seguros se encontrarão adstritas no contexto do regime Solvência II<sup>12</sup>.

9 Acessível em: [https://eiopa.europa.eu/fileadmin/tx\\_dam/files/publications/opinions/1622\\_001.pdf](https://eiopa.europa.eu/fileadmin/tx_dam/files/publications/opinions/1622_001.pdf)

10 Acessível em: [https://eiopa.europa.eu/fileadmin/tx\\_dam/files/publications/opinions/EIOPA\\_Opinion-Interim-Measures-Solvency-II.pdf](https://eiopa.europa.eu/fileadmin/tx_dam/files/publications/opinions/EIOPA_Opinion-Interim-Measures-Solvency-II.pdf)

11 Acessível em: [https://eiopa.europa.eu/fileadmin/tx\\_dam/files/consultations/consultationpapers/CP08-11/final/Final\\_Report\\_CP08\\_ORSA.pdf](https://eiopa.europa.eu/fileadmin/tx_dam/files/consultations/consultationpapers/CP08-11/final/Final_Report_CP08_ORSA.pdf)

12 Acessível em: <https://eiopa.europa.eu/?id=1962>

## Tratamento de reclamações por empresas de seguros

Depois de realizada a consulta pública do respetivo projeto e concluída a análise dos custos e benefícios que lhes estão associados, o Conselho de Supervisores da EIOPA aprovou, em junho de 2012, as orientações relativas ao tratamento de reclamações por empresas de seguros<sup>13</sup>. Na sequência da referida aprovação, a EIOPA publicou, em novembro seguinte, as traduções das orientações para as línguas oficiais da União Europeia.

As orientações configuram instrumentos jurídicos que se destinam a definir práticas coerentes e eficazes no seio do mercado interno. As orientações em apreço pretendiam, em termos genéricos e entre outros objetivos de proteção dos consumidores, incentivar a implementação pelas empresas de seguros de uma política adequada de gestão de reclamações e a instituição da correspondente função e, bem assim, promover o acompanhamento diligente dos processos de reclamações. As orientações estabelecem, igualmente, relevantes deveres de informação e reporte.

As orientações dirigiam-se às autoridades nacionais de supervisão (no caso português, o ISP), as quais deveriam, até ao dia 15 de janeiro de 2013 (i.e. no prazo de dois meses contados da publicação das traduções das orientações), comunicar à EIOPA se davam ou tencionavam dar cumprimento – através da sua incorporação no quadro regulatório nacional – a cada uma das sete diretrizes que compõem as orientações em referência. Com efeito, assinala-se que, nos termos do Direito da União Europeia, as autoridades nacionais de supervisão devem envidar os esforços necessários à observância das orientações emitidas pela EIOPA<sup>14</sup>.

Adicionalmente, refira-se que a EIOPA publicou o *“One-Minute Guide on EIOPA Guidelines on Complaints-Handling by Insurance Undertakings”*, documento de cariz informativo e sem força vinculativa que se destina a clarificar o teor das orientações em análise e a concretizar a respetiva aplicação às empresas de seguros de reduzida dimensão, de acordo com uma lógica de proporcionalidade.

## Mediação de seguros

Em setembro de 2012, a EIOPA publicou o relatório sobre a inventariação dos regimes nacionais relativos à formação profissional dos mediadores de seguros<sup>15</sup>. O relatório aborda os seguintes tópicos:

- requisitos de conhecimentos e aptidão (e respetiva diferenciação de acordo com a categoria de mediador de seguros em causa);
- formação contínua;
- entidades responsáveis por avaliar os níveis de conhecimento e aptidão;
- reconhecimento mútuo de qualificações e experiência profissionais; e
- sanções aplicáveis em caso de inobservância dos requisitos de formação e aptidão (tanto aquando da entrada no mercado como ao longo do exercício da atividade).

13 Acessível em: <https://eiopa.europa.eu/publications/eiopa-guidelines/index.html>

14 O ISP informou dar cumprimento integral às orientações. Cf. as respostas das autoridades de supervisão no âmbito das presentes orientações na hiperligação mencionada na nota anterior.

15 Acessível em: [https://eiopa.europa.eu/fileadmin/tx\\_dam/files/publications/reports/EIOPA-BoS-12-092\\_Report\\_on\\_mapping\\_exercise\\_on\\_Industry\\_Training\\_Standards\\_applied\\_by\\_NCAs\\_01.pdf](https://eiopa.europa.eu/fileadmin/tx_dam/files/publications/reports/EIOPA-BoS-12-092_Report_on_mapping_exercise_on_Industry_Training_Standards_applied_by_NCAs_01.pdf)

## Proteção dos consumidores e tendências de consumo

Para além da aprovação das orientações relativas ao tratamento de reclamações por empresas de seguros, a EIOPA desenvolveu outras iniciativas, no âmbito específico da proteção de consumidores, as quais se passa a destacar.

Em junho de 2012, a EIOPA publicou o relatório atualizado sobre as competências das autoridades de supervisão dos Estados-Membros em matéria de proteção dos consumidores<sup>16</sup>. No estudo que culminou na apresentação do referido relatório foram analisados os sistemas nacionais de regulação e supervisão no âmbito das seguintes matérias: estrutura institucional; conduta de mercado das empresas e mediadores de seguros; requisitos de informação; publicidade; e condições de interesse geral (para efeitos de exercício transfronteiriço da atividade seguradora e resseguradora).

Nos termos do Direito da União Europeia, compete à EIOPA observar, analisar e comunicar as tendências dos consumidores. Nesta senda, em fevereiro de 2012, a EIOPA divulgou – no documento intitulado *"Initial Overview of Consumer Trends in the European insurance and occupational pensions sectors"*<sup>17</sup> – as principais tendências de consumo registadas na União Europeia: problemas de tutela dos consumidores relacionados com os seguros de proteção ao crédito; aumento da subscrição de produtos *unit-linked*; e utilização crescente de *sites* comparativos.

Neste âmbito, refira-se, adicionalmente, que o Committee on Consumer Protection and Financial Innovation (CCPFI) preparou o documento intitulado *"Draft Methodology for collecting, analyzing and reporting consumer trends"*<sup>18</sup>. Este documento, publicado em novembro de 2012, inclui uma descrição dos procedimentos (e respetiva calendarização) a adotar, para efeitos de inventariação das tendências de consumo de produtos seguradores e de fundos de pensões profissionais. Para além da parte descritiva da metodologia a considerar para o tratamento das tendências de consumo, o documento em referência inclui os formulários de reporte de dados estatísticos e demais informações qualitativas que as autoridades de supervisão nacionais deverão submeter à EIOPA.

Por fim, cumpre mencionar que a EIOPA divulgou, em abril de 2012, a versão final do relatório de boas práticas relativas à informação e comercialização de anuidades variáveis, o qual foi objeto de consulta pública até janeiro do mesmo ano<sup>19</sup>.

## Instituições de realização de planos de pensões profissionais

No que diz respeito às instituições de realização de planos de pensões profissionais, a EIOPA publicou, em 25 de julho de 2012, o relatório sobre a evolução da operação transfronteiriça de instituições de realização de planos de pensões profissionais<sup>20</sup>. O relatório fornece informação agregada sobre o número de operadores no mercado; quais os Estados de origem e de acolhimento das instituições de realização de planos de pensões profissionais; formas de realização dos planos de pensões; número de membros e beneficiários; fundamentos da cessação do exercício de atividade transfronteiriça.

16 Acessível em: [https://eiopa.europa.eu/fileadmin/tx\\_dam/files/publications/reports/Updated\\_survey\\_of\\_competences\\_in\\_Consumer\\_Protection\\_\\_EIOPA-BoS-12074\\_.pdf](https://eiopa.europa.eu/fileadmin/tx_dam/files/publications/reports/Updated_survey_of_competences_in_Consumer_Protection__EIOPA-BoS-12074_.pdf)

17 Acessível em: [https://eiopa.europa.eu/fileadmin/tx\\_dam/files/publications/reports/EIOPA-CCPFI-11029\\_Overview\\_of\\_Consumer\\_Trends\\_20120201.pdf](https://eiopa.europa.eu/fileadmin/tx_dam/files/publications/reports/EIOPA-CCPFI-11029_Overview_of_Consumer_Trends_20120201.pdf)

18 Acessível em: [https://eiopa.europa.eu/fileadmin/tx\\_dam/files/publications/reports/2012-11\\_Methodology\\_on\\_collecting\\_consumer\\_trends.pdf](https://eiopa.europa.eu/fileadmin/tx_dam/files/publications/reports/2012-11_Methodology_on_collecting_consumer_trends.pdf)

19 Acessível em: [https://eiopa.europa.eu/fileadmin/tx\\_dam/files/consultations/consultationpapers/CP07-11/EIOPA-CP-11-007\\_Good\\_Practices\\_Report\\_for\\_publication.pdf](https://eiopa.europa.eu/fileadmin/tx_dam/files/consultations/consultationpapers/CP07-11/EIOPA-CP-11-007_Good_Practices_Report_for_publication.pdf)

20 Acessível em: [https://eiopa.europa.eu/fileadmin/tx\\_dam/files/publications/reports/2012-07-25\\_EIOPA-OPC-12-046\\_Report\\_on\\_market\\_developments\\_2012\\_\\_1\\_.pdf](https://eiopa.europa.eu/fileadmin/tx_dam/files/publications/reports/2012-07-25_EIOPA-OPC-12-046_Report_on_market_developments_2012__1_.pdf)

Refira-se ainda que, no âmbito do processo de revisão da Diretiva n.º 2003/41/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de junho (que incide sobre as aludidas instituições de realização de planos de pensões profissionais)<sup>21</sup>, a EIOPA publicou, em outubro de 2012, as conclusões da consulta pública relativa às especificações técnicas a implementar no estudo de impacto quantitativo das alterações a introduzir à Diretiva identificada<sup>22</sup>.

## Sistemas de garantia de seguros

Em 25 de maio de 2012, a EIOPA divulgou o relatório sobre os sistemas de garantia de seguros nos processos de liquidação das empresas de seguros insolventes atualmente existentes na União Europeia e no Espaço Económico Europeu. O relatório contém informação sobre: tipo de sistemas de garantia; funções dos sistemas de garantia antes da insolvência; intervenção dos referidos sistemas nos processos de insolvência; colaboração de outras entidades com os sistemas de garantias; função dos tribunais nas diligências de liquidação; atuação dos sistemas de garantia no âmbito das reclamações de créditos<sup>23</sup>.

## Conglomerados financeiros

No âmbito da regulação dos designados conglomerados financeiros, o Comité Conjunto das Autoridades Europeias de Supervisão promoveu consultas públicas relativas aos documentos que se seguem:

- Resposta a um pedido de pronúncia dimanado da Comissão Europeia para efeitos de revisão da Diretiva n.º 2002/87/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro, relativa à supervisão complementar de instituições de crédito, empresas de seguros e empresas de investimento de um conglomerado financeiro<sup>24</sup>. O pedido de contribuições formulado pela Comissão Europeia incide sobre o âmbito de aplicação da Diretiva n.º 2002/87/CE e do respetivo perímetro de supervisão; os requisitos de governação (incluindo a determinação da entidade do grupo a quem é imputada a responsabilidade última pelo exercício da atividade financeira); e o reforço das sanções e do *enforcement*<sup>25</sup>;
- Projeto de normas técnicas de regulamentação sobre os métodos de cálculo dos fundos próprios do conglomerado financeiro<sup>26</sup>.

21 JO, L, n.º 235, de 23.09.2003, p. 10 a 21.

22 Acessível em: <https://eiopa.europa.eu/consultations/consultation-papers/2012-closed-consultations/june-2012/cp-0032012-draft-technical-specifications-for-the-qis-of-eiopas-advice-on-the-review-of-the-iorp-directive/index.html>

23 Acessível em: [https://eiopa.europa.eu/fileadmin/tx\\_dam/files/publications/reports/Report\\_on\\_the\\_Role\\_of\\_Insurance\\_Guarantee\\_Schemes\\_in\\_the\\_Winding-Up\\_Procedures\\_of\\_Insolvent\\_Undertakings\\_in\\_the\\_EU-EEA.pdf](https://eiopa.europa.eu/fileadmin/tx_dam/files/publications/reports/Report_on_the_Role_of_Insurance_Guarantee_Schemes_in_the_Winding-Up_Procedures_of_Insolvent_Undertakings_in_the_EU-EEA.pdf)

24 JO, L, n.º 35, de 11.02.2003, p. 1 a 27.

25 Acessível em: <https://eiopa.europa.eu/consultations/consultation-papers/2012-closed-consultations/may-2012/eba-eiopa-and-esmas-joint-consultation-paper-on-its-proposed-response-to-the-european-commissions-call-for-advice-on-the-fundamental-review-of-the-financial-conglomerates-directive-jccp201201/index.html>

26 Acessível em: <https://eiopa.europa.eu/consultations/consultation-papers/2012-closed-consultations/august-2012/eba-eiopa-and-esmas-joint-consultation-paper-on-draft-regulatory-technical-standards-on-the-uniform-conditions-of-application-of-the-calculation-methods-under-article-62-of-the-financial-conglomerates-directive-jccp201202/index.html>

## 3. Cooperação interinstitucional

### Nacional

#### Conselho Nacional de Supervisores Financeiros

O Conselho Nacional de Supervisores Financeiros (CNSF) continuou, em 2012, a divulgar publicamente uma síntese dos principais desenvolvimentos do sistema financeiro nacional e dos riscos observados mais relevantes, servindo de base ao estudo e debate, no seio daquele organismo, da evolução das condições de estabilidade financeira. Não obstante, com o intuito de reforçar a adequação deste documento aos objetivos prosseguidos, o Conselho decidiu que o relatório passaria a ter periodicidade semestral e definiu, ainda, orientações relativas à metodologia e procedimentos de elaboração dos futuros relatórios semestrais.

Os trabalhos desenvolvidos refletiram também as exigências que resultam do funcionamento do Sistema Europeu de Supervisão Financeira, integrando o Comité Europeu de Risco Sistémico (ESRB), as Autoridades Europeias de Supervisão e respetivo Comité Conjunto, bem como as autoridades nacionais de supervisão financeira. Neste âmbito, para além de se terem mantido os mecanismos de intercâmbio de informações entre as autoridades de supervisão nacionais no exercício da sua participação nas Autoridades Europeias de Supervisão, articularam-se posições em matéria de políticas macroprudenciais e de análise de riscos sistémicos, com vista à preparação das reuniões do Conselho Geral do ESRB.

Com a finalidade de preparar conjuntamente anteprojetos legislativos transversais ao setor financeiro, funcionaram no seio do CNSF grupos de trabalho no que se refere: *(i)* ao processo de transposição para a ordem jurídica nacional da Diretiva n.º 2009/65/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de julho, que coordena as disposições legislativas, regulamentares e administrativas respeitantes a alguns organismos de investimento coletivo em valores mobiliários (OICVM); *(ii)* à aplicação do Regulamento (UE) n.º 648/2012, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 4 de julho de 2012, relativo aos derivados do mercado de balcão, às contrapartes centrais e aos repositórios de transações; *(iii)* ao processo de transposição para a ordem jurídica nacional da Diretiva n.º 2011/61/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de junho de 2011, relativa aos gestores de fundos de investimento alternativos.

Em 2012, o CNSF prosseguiu ainda uma estreita articulação no domínio da prevenção e repressão do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, tendo designadamente adotado decisões comuns na sequência da revisão das Recomendações do Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI), aprovado o anteprojeto de Portaria que revoga a Portaria n.º 41/2009, de 17 de dezembro de 2008, procedendo à revisão da lista de “países terceiros equivalentes” para efeitos de aplicação do regime comunitário em vigor nesta matéria, o qual foi submetido à consideração do Governo.

Além disso, no seguimento da metodologia anteriormente aprovada pelo CNSF, para elaboração e consequente difusão de alertas e de informação ao abrigo do artigo 42.º da referida Lei, promoveu-se a articulação entre autoridades no que diz respeito a: *(i)* necessidade / oportunidade de emissão de alertas e de divulgação de informação; *(ii)* forma e modo de difusão das comunicações; *(iii)* teor das comunicações a transmitir às entidades sujeitas à supervisão de cada uma das autoridades; *(iv)* momento oportuno / adequado para a divulgação das comunicações.

Por último, cabe continuar a destacar a execução do Plano Nacional de Formação Financeira (PNFF), o qual constitui um instrumento destinado a enquadrar, dinamizar e difundir projetos de formação financeira, contribuindo para elevar o nível de conhecimentos financeiros da população e promover a adoção de comportamentos financeiros adequados. Entre as várias ações executadas ao abrigo deste plano, cabe ressaltar o lançamento do Portal “Todos Contam”, as atividades integradas no Dia da Formação Financeira, a edição do Concurso “Todos Contam” e o funcionamento do Grupo de Trabalho

responsável, em conjunto com a Direção-Geral de Educação e a Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I.P., pela elaboração do “Referencial de Educação Financeira para a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico e Secundário e a Educação e Formação de Adultos” (“Referencial de Educação Financeira”).

## Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria

No ano 2012, foram desenvolvidos os trabalhos de supervisão na área do controlo de qualidade referente ao ciclo 2011/2012, tendo sido aprovado o respetivo relatório de supervisão, que inclui um conjunto de recomendações à Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC) e o seguimento das recomendações do ano anterior, tendo resultado do mesmo o agravamento da classificação de alguns processos de controlo de qualidade. Foram iniciados os trabalhos relativos ao acompanhamento dos processos disciplinares instaurados pela OROC, que se encontram ainda em curso.

Durante o mesmo período, prosseguiram os trâmites relativos aos processos administrativos que estão a ser analisados pelo Conselho Nacional de Supervisão de Auditoria (CNSA), tendo sido dado o devido seguimento.

No âmbito da União Europeia, o CNSA deu o seu contributo (incluindo a participação ativa, através do seu Secretário-Geral, em sete reuniões do Grupo de Direito das Sociedades, em apoio à Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia) para a definição da posição nacional sobre a proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho, que visa alterar a Diretiva n.º 2006/43/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de maio de 2006, relativa à revisão legal das contas anuais e consolidadas, e a proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo aos requisitos específicos para a revisão legal das contas de entidades de interesse público, ambas apresentadas pela Comissão Europeia em novembro de 2011.

O CNSA acompanhou também os trabalhos desenvolvidos, em 2012, ao nível do International Forum of Independent Audit Regulators (IFIAR), do Grupo Europeu dos Órgãos de Supervisão dos Auditores (EGAOB) e do European Audit Inspections Group (EAIG), salientando-se a participação na reunião plenária do IFIAR realizada em outubro de 2012 e a cooperação em matéria de controlo de qualidade entre autoridades congéneres de Estados-Membros do Espaço Económico Europeu.

## Internacional

### European Insurance and Occupational Pensions Authority

Em linha com o que se tem vindo a verificar em anos anteriores, o ISP continua a apostar na sua representação ao nível dos grupos de trabalho que funcionam no âmbito da EIOPA destacando-se, em particular, os que se dedicam ao desenvolvimento do regime Solvência II.

Esta participação tem, por um lado, o objetivo de permitir aos técnicos do ISP um conhecimento profundo e alargado deste regime, o que permitirá não apenas um processo de adoção gradual, mas também a implementação de medidas que permitam antecipar e preparar o mercado nacional. Adicionalmente, os representantes do ISP têm procurado acautelar as especificidades do mercado nacional, integrando-as no âmbito daquele regime.

Refira-se, ainda neste contexto, o facto de a EIOPA ter publicado um conjunto de documentação relacionada com o impacto do regime Solvência II em termos de sistemas de informação, nomeadamente, no que respeita à taxonomia XBRL (a qual esteve em consulta pública no ano 2011) e ao modelo de dados, incluindo a metodologia e os princípios que definem a arquitetura que irá permitir a transformação do modelo de dados em taxonomia XBRL.

Na área da proteção do consumidor e da inovação financeira, destaque-se o facto de o ISP ter adotado o primeiro conjunto de orientações da EIOPA, relativas ao tratamento de reclamações, o qual se consubstanciou na Norma Regulamentar n.º 2/2013-R, de 10 de janeiro, que altera a Norma Regulamentar n.º 10/2009-R, de 25 de junho, ambas relativas a Conduta de Mercado.

## European Systemic Risk Board

Este organismo, que resulta da reestruturação da arquitetura europeia de supervisão financeira, tem como proposto primordial a coordenação da supervisão macroprudencial do sistema financeiro europeu, em conjunto com as autoridades de supervisão financeira nacionais.

De entre as atividades desenvolvidas durante o ano 2012, assumem particular relevância a participação nos processos de consulta pública da Comissão Europeia, relativamente à prática de *shadow banking*, bem como ao possível desenvolvimento de um quadro de recuperação e resolução para outras instituições financeiras que não bancos.

Adicionalmente, prosseguem os trabalhos dos vários grupos de trabalho coordenados por esta instituição, designadamente nas áreas relativas a:

- instrumentos regulatórios macroprudenciais que podem ser aplicáveis na UE, incluindo a sua identificação, monitorização e revisão;
- mandato macroprudencial das autoridades de supervisão presentes em cada Estado-Membro;
- deteção de riscos financeiros que se possam tornar sistémicos para a estabilidade financeira, através da sua supervisão regular e do seu reconhecimento atempado;
- análise do impacto que o ambiente de baixas taxas de juro pode ter na rentabilidade e solvência das empresas de seguros e dos fundos de pensões;
- avaliação do potencial risco sistémico decorrente do crescente envolvimento de investidores privados em produtos financeiros complexos.

Saliente-se ainda que o ESRB criou um grupo de trabalho que se dedica à análise dos possíveis efeitos e impactos em termos macroprudenciais da adoção de uma União Bancária.

Durante o ano 2012, foram publicadas as duas primeiras edições do *risk dashboard*, que tem por objetivo divulgar um conjunto de indicadores que permitem a monitorização permanente da estabilidade financeira europeia.

## Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico

Em 2012, o ISP deu continuidade à sua participação pró-ativa nos trabalhos do Comité de Seguros e Fundos de Pensões (IPPC), onde foram abordados assuntos basilares do setor segurador e dos fundos de pensões. Neste âmbito, salienta-se a discussão de temas de cariz económico-social, como sejam a promoção da educação financeira das populações ou a liberalização dos mercados, bem como de questões técnicas específicas do setor, tal como a gestão do risco catastrófico e de longevidade, ou o impacto das novas normas de contabilidade e de regulação e supervisão nos investimentos de longo prazo.

Adicionalmente, o ISP acompanhou o Grupo de Trabalho sobre Pensões Privadas (WPPP), contribuindo para os trabalhos realizados mediante a resposta a diversos pedidos de informação, entre os quais se destaca o questionário lançado na sequência da análise da implementação da Recomendação da OCDE relativa à regulação dos fundos de pensões profissionais, bem como o processo de revisão da base de



dados conjunta da OCDE-IOPS-ISSA<sup>27</sup> sobre pensões privadas. Por outro lado, foram acompanhados de perto os trabalhos desenvolvidos por este grupo sobre os princípios aplicáveis ao desenho dos planos de pensões de contribuição definida, a gestão do risco de longevidade, a adequação da poupança para a reforma e o impacto das regras contabilísticas e prudenciais no investimento de longo prazo por parte dos fundos de pensões.

No que se refere à *task force* dedicada às estatísticas dos fundos de pensões, releva-se a reeleição do representante do ISP enquanto presidente deste grupo de trabalho e a prossecução dos trabalhos técnicos sobre as estatísticas produzidas no âmbito dos fundos de pensões. A este nível, importa referir a apresentação dos resultados preliminares do estudo sobre as variáveis estatísticas produzidas por diferentes entidades (entre as quais a EUROSTAT, EIOPA e OCDE), assim como o projeto em curso de revisão das definições de reporte das delegações, com vista ao seu melhoramento.

### Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos

Nos dias 13 e 14 de novembro de 2012 decorreu, em S. Tomé e Príncipe, a 9ª Assembleia Geral e a XVI Conferência da ASEL, que contou com a presença dos representantes das autoridades de supervisão de seguros de Angola, Brasil, Cabo Verde, Macau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e Timor-Leste, na qual o ISP não se fez representar devido a restrições orçamentais.

Na Conferência foram apresentados vários temas, tendo merecido especial destaque os relativos ao seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais, seguro rural e zoneamento agrícola.

Procedeu-se, no âmbito desta Conferência, à troca de experiências entre os membros, tendo sido salientada a evolução positiva dos mercados segurador e de fundos de pensões nos países e territórios integrantes da ASEL.

### Outros

O ISP desenvolveu duas ações de formação com o Instituto de Supervisão de Seguros de Moçambique. A primeira, que se realizou entre 5 e 9 de março, contou com a participação de duas técnicas da Instituição, e foi subordinada às temáticas da supervisão dos fundos de pensões e da atividade de mediação de seguros. A segunda foi dedicada à Carta Verde e ao funcionamento do FGA aplicado aos sinistros transfronteiras, tendo decorrido a 17 de outubro e integrado, para além de dois técnicos do ISSM, um membro da Associação de Transportadores.

A 4 de abril, o ISP recebeu a visita de representantes da Comissão Reguladora de Seguros da China, que teve por objetivo aprofundar o conhecimento sobre o mercado português de fundos de pensões e o respetivo modelo de regulação e supervisão. Neste contexto, foi realizada uma sessão de trabalho na qual se abordaram temas como o envelhecimento da população portuguesa e as medidas tomadas, a caracterização geral do setor das pensões, o enquadramento jurídico, o atual processo de supervisão e os desenvolvimentos recentes, a nível europeu, no âmbito dos fundos de pensões profissionais.

No dia 12 de abril de 2012, o ISP, a pedido do ISS, IP – Centro Nacional de Proteção contra os Riscos Profissionais, organizou a visita de uma delegação finlandesa, composta por dez elementos representantes da Federação das Instituições do Seguro de Acidentes de Trabalho, de Confederações Patronais e de uma seguradora, para conhecimento do Regime Português de Cobertura dos riscos Laborais (Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais).

Saliente-se, ainda, o protocolo de cooperação e assistência técnica celebrado com o Banco de Cabo Verde, no dia 21 de novembro de 2012, que visa a intensificação da cooperação bilateral, mediante o desenvolvimento de ações que contribuam para um desenvolvimento equilibrado do setor dos seguros.

27 International Organisation of Pensions Supervisors (IOPS) e International Social Security Association (ISSA)

## 4. Gestão de recursos financeiros

### Balanço

No final do exercício de 2012, o total do ativo líquido do ISP atingiu o montante de 21 781 milhares de euros, refletindo um acréscimo de 47,6% relativamente a 2011 (14 755 milhares de euros), em consequência do aumento das disponibilidades e dos investimentos financeiros.

A forma de recebimento das taxas provenientes das empresas de seguros, através de Documento Único de Cobrança (DUC), numa única conta titulada pelo ISP junto da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), determina que 85,7% das disponibilidades correspondam a valores recebidos no ISP, a transferir no mês de janeiro, por conta de outras entidades, nomeadamente taxas para a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), taxa sobre Certificados de Responsabilidade Civil Automóvel (CRC), taxa para Prevenção Rodoviária (PR), taxas para o FAT e taxas para o FGA. Refira-se ainda que, na rubrica Contribuintes, conta corrente, existem 858 milhares de euros por receber, decorrentes das multas aplicadas pelo ISP às empresas de seguros, revertendo 515 milhares de euros a favor do Estado.

Todos os valores incluídos no ativo, mas pertencentes a outras entidades, encontram-se compensados no passivo que, em 2012, ascendeu a 16 064 milhares de euros, representando cerca de 87% deste.

Ainda do lado do ativo, cabe realçar os investimentos financeiros em títulos de dívida portuguesa (18,8%), estando o restante na sua quase totalidade relacionado com as tecnologias de informação, designadamente o investimento em curso, correspondente a projetos de desenvolvimento informáticos, por empresas externas ao ISP.

Nas rubricas de fundos próprios, destacam-se a integração dos resultados de 2012, a criação de uma reserva para equilíbrio financeiro e o ajustamento da reserva para riscos de atividade.

A constituição da reserva para equilíbrio financeiro, no montante de 1 200 milhares de euros, teve por base assegurar a estabilidade financeira do ISP face a possíveis desvios na receita. Quanto à reserva para riscos de atividade incorridos pelo ISP no exercício de poderes de regulação e supervisão de setor segurador e dos fundos de pensões (Lei n.º 67/2007, de 31 de dezembro), tendo por base a reavaliação efetuada dos riscos em causa, foi considerado adequado o seu reforço.

### Demonstração dos Resultados

Os proveitos evidenciaram um decréscimo de 8,3% face ao ano anterior, situando-se em 16 812 milhares de euros.

A quebra verificada na atividade seguradora refletiu-se, naturalmente, no valor das contribuições obrigatórias provenientes das entidades supervisionadas as quais, relativamente aos valores registados em 2011, decresceram 9,3%.

Refira-se que a produção que serviu de base ao cálculo das contribuições obrigatórias, em 2012, corresponde àquela que as empresas de seguros e os fundos de pensões registaram no segundo semestre de 2011 e no primeiro de 2012.

Os restantes proveitos registaram uma evolução positiva. A evolução apresentada pelos proveitos e ganhos financeiros (20%) deve-se, sobretudo, à obtenção de taxas de juro mais elevadas pela substituição de Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC), em 2011, pelo investimento em Obrigações do Tesouro.

Os custos de funcionamento atingiram o montante de 16 720 milhares de euros, revelando um crescimento de 2,8% face ao ano anterior.

Os fornecimentos e serviços externos registaram um aumento de 3% relativamente ao ano anterior. Destaca-se, na sua decomposição, o contributo da renda das instalações, dos serviços de manutenção informática e da comunicação de dados. O primeiro reflete a atualização contratual pelo índice de inflação; o segundo, os novos contratos de manutenção para as tecnologias de informação, findo o período de garantia, bem como novos licenciamentos para a nova solução de Gestão Documental; o terceiro reflete o incremento significativo de utilização do serviço de informação financeira Bloomberg para acompanhar, de uma forma mais frequente, a evolução do valor e exposição ao risco das carteiras das entidades supervisionadas. Estes aumentos foram em parte absorvidos pelas poupanças conseguidas na aquisição de material de escritório, na comunicação fixa e móvel e em outros trabalhos especializados, onde a renegociação de contratos desempenhou um papel importante.

Os custos com o pessoal, que registaram um acréscimo global de 1%, em 2012, relativamente a 2011, evidenciam evoluções distintas nas suas componentes principais. O decréscimo nas rubricas de remunerações (-8%) revela essencialmente o resultado da aplicação dos cortes remuneratórios preconizados na Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, do Orçamento de Estado para 2012. O aumento (76%) nas rubricas prémios para pensões advém do reforço do Fundo de Pensões, a 31 de dezembro de 2012.

## Orçamento

No cumprimento da sua missão, o ISP tem vindo a assumir um nível de exigência cada vez maior, tanto em recursos materiais de tecnologia sofisticada como de recursos humanos qualificados, que lhe permita acompanhar o funcionamento dos mercados, quer a nível nacional, quer de cooperação internacional, nomeadamente, no envolvimento em grupos de trabalho na União Europeia. Em 2012, o cumprimento destas exigências ocorreu num enquadramento orçamental de grande austeridade.

O ISP tem elaborado e executado o seu orçamento, numa perspetiva de equilíbrio da atividade corrente, procurando obter uma relação próxima entre as receitas e as despesas, como se constata na análise ao quadro seguinte:

Quadro 14 – Evolução das receitas e despesas do ISP

Rubricas	Unidades: milhares de euros			
	2009	2010	2011	2012
<b>Receitas (1)</b>	<b>19 428</b>	<b>20 237</b>	<b>18 013</b>	<b>16 707</b>
Correntes	19 419	20 235	18 010	16 704
Capital	9	2	3	3
<b>Despesas (2)</b>	<b>19 002</b>	<b>25 934</b>	<b>16 256</b>	<b>16 023</b>
Correntes	17 829	18 698	15 842	15 632
Aquisição de bens de capital	1 173	650	414	391
Transferências de capital para o Estado	0	6 586	0	0
<b>Saldo orçamental (1) - (2)</b>	<b>426</b>	<b>-5 697</b>	<b>1 757</b>	<b>684</b>

Esta análise exclui as rubricas de Ativos financeiros e saldos de gerências anteriores, de acordo com a fórmula prevista na Lei de Enquadramento Orçamental.

As receitas realizadas pelo ISP são essencialmente compostas por taxas de supervisão cobradas às entidades supervisionadas que, em 2012, representam 94% do total das receitas correntes. Estas apresentam o valor de 16 704 milhares de euros, atingindo um grau de execução de 89%.

Relativamente às despesas correntes realizadas pelo ISP, são originadas essencialmente por duas grandes rubricas: despesas com o pessoal e aquisição de bens e serviços. No que respeita às despesas com o pessoal, que em 2012 representam 63% da despesa corrente, obtiveram um grau de execução de 95%. O peso desta rubrica no orçamento do ISP está relacionada com a necessidade que o ISP tem de contratar profissionais dotados de níveis de qualificação e de experiência já firmados no mercado segurador. Quanto à aquisição de bens e serviços, o ISP tem feito um esforço de racionalização e de promoção de eficiência, bem traduzido pelo grau de execução que, em 2012, se situou nos 78% dos valores orçamentados. Note-se que nesta rubrica se encontra incluída a despesa relativa ao arrendamento do edifício sede, a qual tem um peso relevante, cerca de 36% do total das aquisições de bens e serviços, e cujo grau de execução foi de 100%, em 2012.

Uma outra rubrica é a de aquisição de bens de capital, que representou, em 2012, cerca de 2,4% do orçamento de funcionamento do ISP. Estas despesas de investimento respeitam fundamentalmente a tecnologias de informação destinadas a melhorar e a manter atualizado o parque informático do ISP (*hardware e software*).

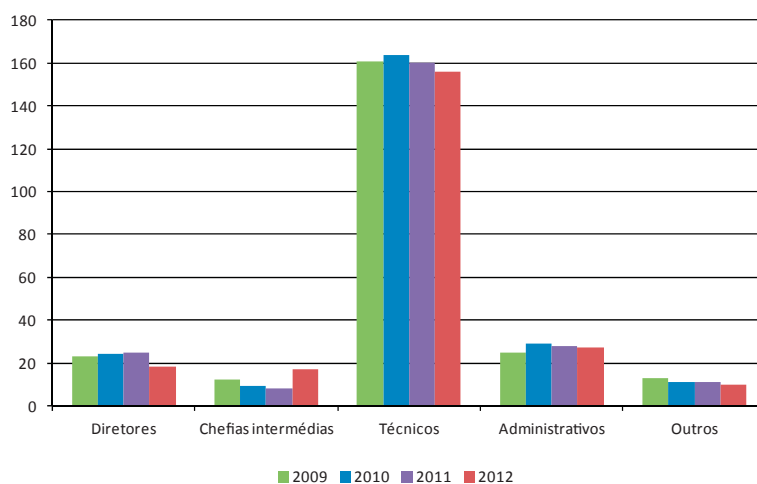
## 5. Gestão de recursos humanos

### Evolução e caracterização do quadro de pessoal

Durante o ano 2012, o ISP deparou-se com a saída de alguns dos seus quadros técnicos mais qualificados, em parte devido aos constrangimentos sofridos, em consequência das contrapartidas laborais que o ISP foi obrigado a adotar. Em termos agregados, registou-se a saída de 10 colaboradores, parcialmente compensada pela contratação de seis quadros com um perfil tipicamente jovem. No final desse ano, o quadro de pessoal do ISP era composto por 228 colaboradores, verificando-se uma redução líquida de quatro trabalhadores relativamente ao ano anterior.

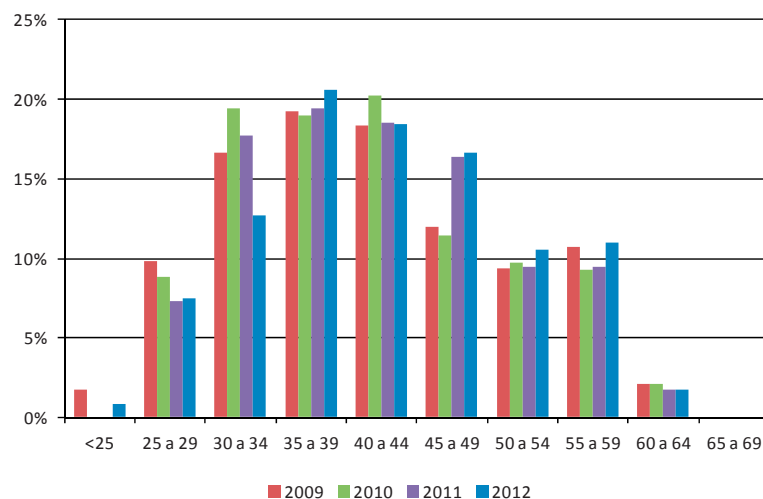
Neste enquadramento, destaca-se a elevada aplicação e espírito de equipa dos colaboradores que permitiu responder, com a qualidade exigida, aos desafios que foram colocados e confiados ao ISP, quer a nível interno, quer a nível externo.

Figura 26 – Evolução do quadro de pessoal



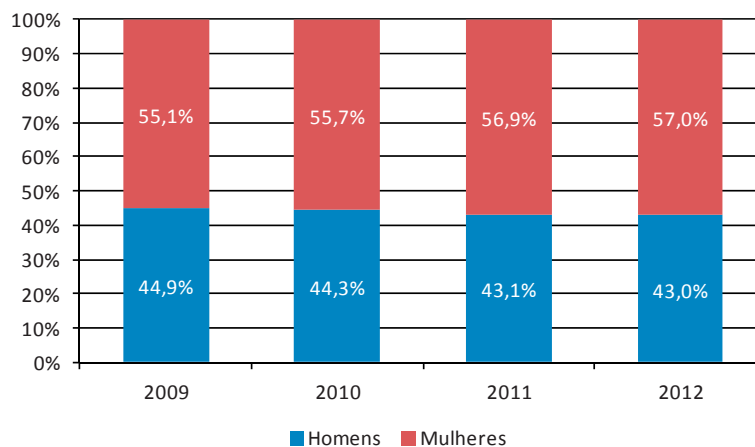
Relativamente à estrutura etária, observou-se um incremento da média de idades dos colaboradores, que passou para 42,4 anos, em 2012 (41,8 em 2011).

Figura 27 – Estrutura etária do pessoal do ISP



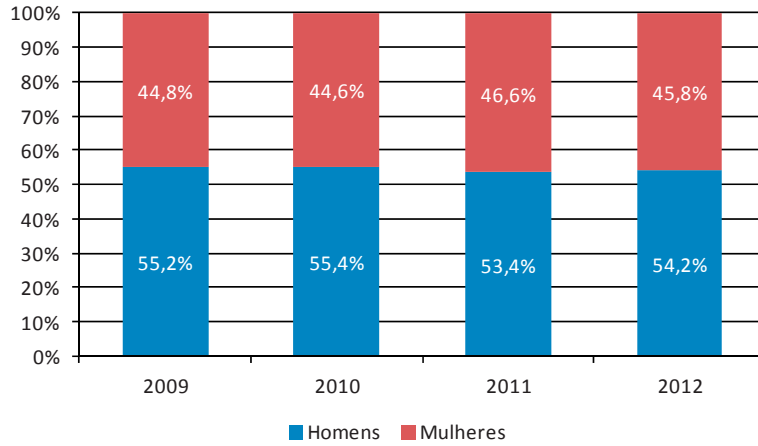
Em linha com o verificado desde 2009, o peso relativo dos colaboradores do sexo feminino tem vindo a aumentar, em termos de distribuição por sexo. Em 2012, esse acréscimo foi de 0,1 pontos percentuais.

Figura 28 – Distribuição dos colaboradores do ISP por sexo



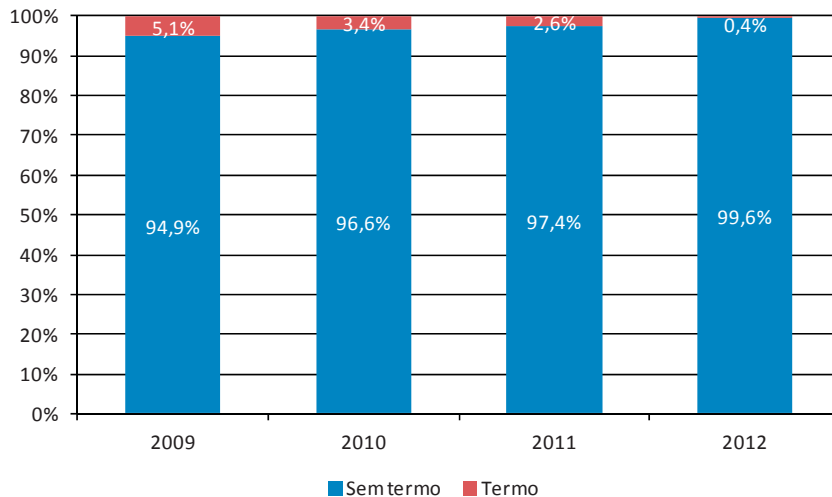
O relativo equilíbrio existente na estrutura dos colaboradores desta autoridade de supervisão espelha as boas práticas adotadas ao nível da gestão dos seus recursos humanos. Com efeito, analisando a distribuição dos colaboradores que ocupam cargos de chefia, observa-se que esta se manteve, em termos gerais, em linha com os valores verificados nos anos anteriores. Ainda assim, relativamente a 2011, denota-se um ligeiro aumento da representatividade do sexo masculino, resultante do aumento de um colaborador no número total dos quadros desta natureza.

Figura 29 – Distribuição dos colaboradores do ISP que integram cargos de chefia por sexo



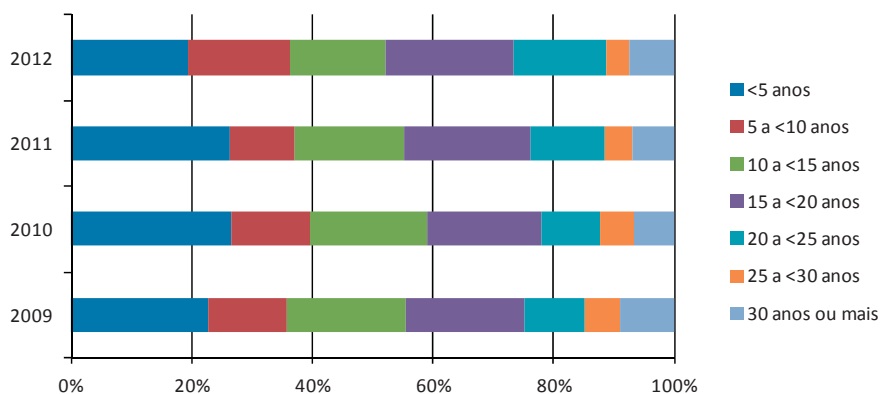
No que se refere à relação jurídica de emprego, verifica-se que a grande maioria dos trabalhadores encontra-se vinculado ao ISP através de contratos de trabalho sem termo. Saliente-se o contínuo aumento do peso deste tipo de contrato ao longo dos anos, o que se traduz numa maior estabilidade das relações laborais que, dadas as especificidades inerentes ao setor e à atividade desenvolvida, se revela fundamental para a aquisição e manutenção de um capital de experiência indispensável ao cumprimento dos objetivos da instituição.

Figura 30 – Distribuição dos colaboradores do ISP por relação jurídica de emprego



A estrutura dos colaboradores do ISP, por antiguidade, continua relativamente equilibrada, o que permite aliar e otimizar os benefícios da experiência com as vantagens decorrentes da presença de quadros com formação mais recente.

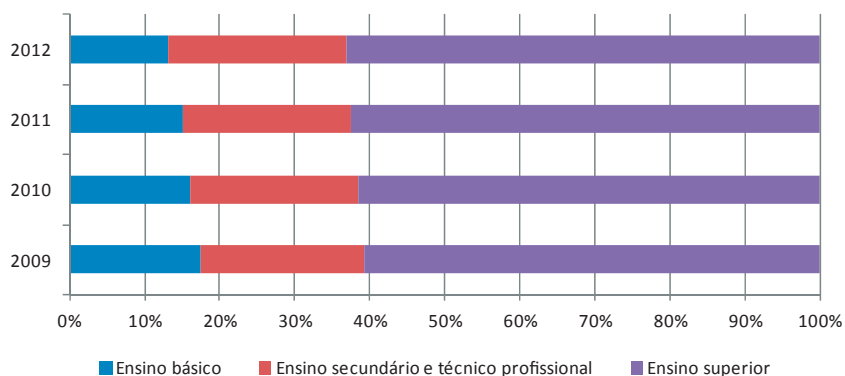
Figura 31 – Distribuição dos colaboradores do ISP por antiguidade



Relativamente às habilitações académicas dos colaboradores do ISP, continua a verificar-se um contínuo aumento do nível de formação médio. Esta evolução decorre naturalmente da política de recrutamento prosseguida, a qual privilegia a qualificação académica dos recursos humanos.

É de salientar que, de um universo de 228 colaboradores, 144 completaram um nível de ensino superior e, entre estes últimos, 45 concluíram Pós-Graduações e 36 detêm o grau de Mestre, demonstrativo das elevadas habilitações académicas do quadro de colaboradores.

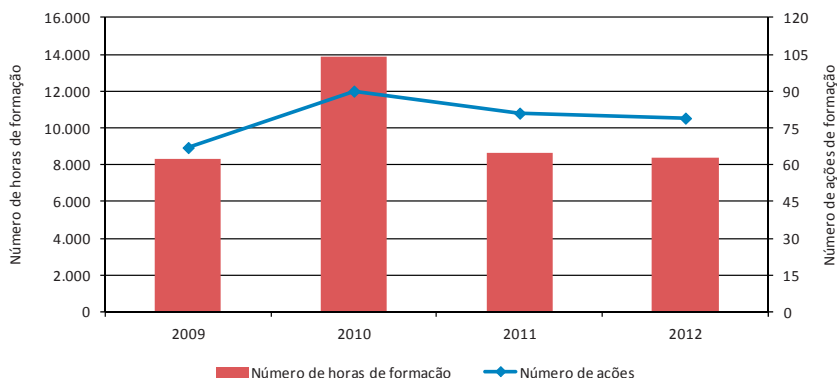
Figura 32 – Habilitações académicas dos colaboradores



Em linha com a sua estratégia, o ISP manteve as condições para uma política de formação sustentada dos seus colaboradores. Refira-se que o maior número de ações de formação incidiu sobre a área das tecnologias de informação. Assim, a formação técnica foi direcionada essencialmente para as áreas indispensáveis, tendo em conta as restrições orçamentais.

Sem prejuízo da manutenção de parâmetros de formação considerados aceitáveis, pelos motivos já mencionados, é de referir que não foi possível concretizar o Plano de Formação na sua totalidade.

Figura 33 – Ações e horas de formação



## 6. Gestão patrimonial, de instalações e de recursos materiais

### Promoção da eficiência e responsabilidade social

Em 2012, o ISP manteve as práticas de responsabilidade social como fator indispensável da sua orientação estratégica, dando continuidade à consolidação da sua posição enquanto instituição de referência.

Para tal, prosseguiu-se uma política de sustentabilidade ambiental através da promoção da reciclagem de resíduos (papel, consumíveis e plástico) e da implementação de medidas de racionalização de energia elétrica, mantendo-se simultaneamente a aposta no arquivo e circulação de documentos digitalizados e na aplicação de uma rigorosa política de controlo de gastos.

Relativamente à área da saúde, higiene e segurança no trabalho, procurou-se avaliar, através de peritos, as condições de iluminação, ergonomia e climatização de todos os postos de trabalho. Foi ainda realizado um simulacro de incêndio no edifício República 59 e dada formação de primeiros socorros. Por último, refira-se a conclusão do Manual de Utilização, Manutenção e Segurança do edifício Sede do ISP (entregue na Autoridade Nacional de Proteção Civil).

### Sistemas de informação

Em sintonia com os anos anteriores, o ISP prosseguiu a sua estratégia de desenvolvimento e consolidação das diferentes soluções de apoio às suas atividades, bem como da infraestrutura tecnológica que as suportam.

Neste domínio, foram praticamente concluídos os trabalhos de substituição da ferramenta de gestão documental, dando seguimento à estratégia de dotar toda a instituição com uma solução única e transversal, contribuindo para uma maior eficiência na gestão de processos e no trabalho em equipa, rigor acrescido na informação de gestão e desmaterialização dos processos, com significativos ganhos de produtividade.

Adicionalmente, prosseguiu-se com o projeto de migração tecnológica da solução de Gestão da Autorização da Atividade (GAA), com recurso aos portais existentes, potenciando a interação e a visibilidade sobre o processo em curso.

No âmbito da criação da plataforma de gestão do registo central de contratos Vida, deu-se início, internamente, ao estudo de suporte aos operadores que estão a desenvolver os interfaces de ligação ao sistema do ISP.



A solução de suporte à gestão do FGA foi alvo de várias melhorias, com especial incidência sobre a área de Gestão de Reembolsos e adoção do DUC como meio de pagamento. Foram também identificados e disponibilizados indicadores e alertas de gestão e desenvolvida uma nova solução integrada para o acompanhamento das cartas utilizadas naquele Fundo. No Portal FGA, de interação com os diferentes fornecedores, foram implementados novos processos de Recuperação de Crédito.

No FAT, foi atualizado o algoritmo de cálculo de provisões, implementado o histórico de Prestações e foram disponibilizados novos relatórios na área de Receitas e Reembolsos de Seguradoras.

Foram ainda efetuadas várias intervenções de caráter evolutivo e / ou corretivo aos diversos sistemas aplicativos, destacando-se as realizadas no sítio institucional do ISP na Internet, na solução de Gestão de Mediadores, nos reportes financeiros e várias integrações aplicativos na solução de gestão de recursos humanos. Foi igualmente disponibilizada uma solução de exploração de indicadores e análise estatística, relacionada com as Reclamações e Pedidos de Esclarecimento recebidos no ISP.

Refira-se, adicionalmente, o início dos trabalhos de adequação de todo o código fonte das soluções, na sequência do projeto de migração da base de dados SQL\*Server para a versão 2008, bem como o arranque do projeto de implementação de uma base de dados de pareceres jurídicos produzidos pelo ISP.

Foi também implementada uma nova solução de segurança para controlo de acessos à rede informática do ISP e atualizada a infraestrutura central, com a migração da plataforma de autenticação de rede e correio eletrónico para novas versões.

Por último, refiram-se as melhorias introduzidas na governação de sistemas de informação, com a alteração de procedimentos, adequando-os às recomendações e sugestões dos auditores.

## 7. Comunicação, informação e relações públicas

### Atendimento ao público e apoio ao consumidor

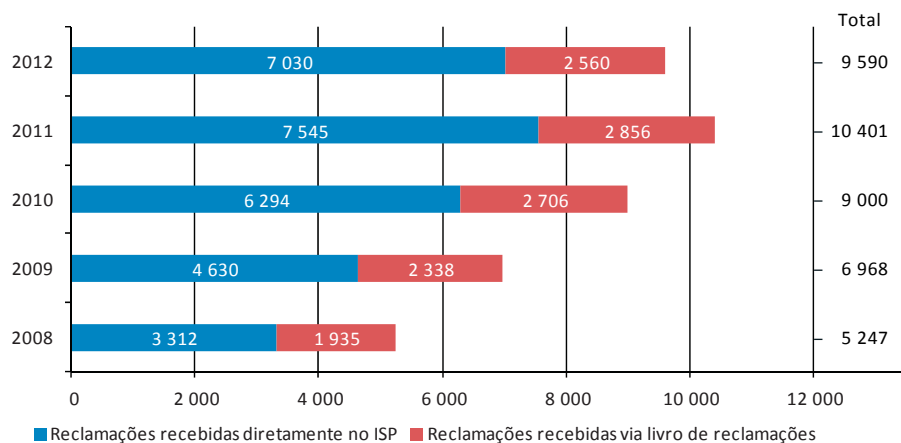
#### Gestão de reclamações

O ISP dispõe de um serviço especialmente vocacionado para a gestão das reclamações, no âmbito do qual procura contribuir para a resolução e esclarecimento das situações apresentadas, desenvolvendo diligências no sentido de promover a conciliação de interesses entre as partes envolvidas. Através da análise das reclamações, são ainda identificados potenciais indícios de desconformidades, relativamente a preceitos legais e regulamentares aplicáveis, bem como de formas de atuação que, não obstante a sua adequação legal, possam ser objeto de aperfeiçoamento.

Na prática, a apreciação de uma reclamação pode justificar o início de uma ação de supervisão ou a identificação de uma prática proibida e sancionável. Adicionalmente, a informação recolhida nesta sede é também objeto de reflexão para efeitos de eventuais iniciativas regulatórias.

Em 2012, o ISP rececionou 9 590 reclamações, quer diretamente, quer mediante a utilização do livro de reclamações, disponível nos estabelecimentos dos operadores sujeitos à sua supervisão, o que correspondeu a uma diminuição da ordem dos 8%, comparativamente ao número de reclamações recebidas por esta autoridade de supervisão no ano anterior. De notar ainda que, em 2012, foram encerrados 9 381 processos de reclamação.

Figura 34 – Evolução das reclamações apresentadas ao ISP



No quadro seguinte, que reflete os processos de reclamação encerrados em 2012, pode verificar-se que a maioria diz respeito a seguros dos ramos Não Vida (que totalizam cerca de 86% das reclamações), em particular ramo Automóvel (54%) e ramo Incêndio e Outros Danos (14%).

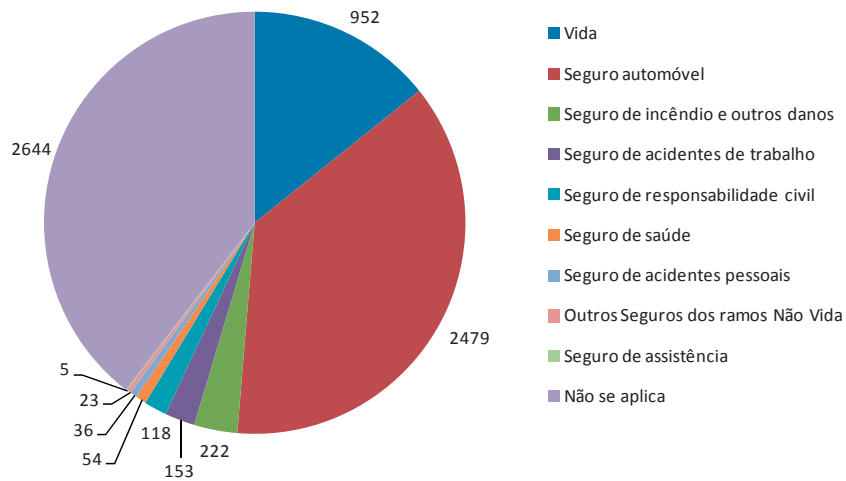
Quadro 15 – Distribuição das reclamações por ramos e tipo de seguros (2012)

	N.º	%	Variação
<b>Vida</b>	<b>1 101</b>	<b>11,7%</b>	<b>-3,6%</b>
Seguro de vida	808	8,6%	2,3%
PPR/E	121	1,3%	-33,5%
Operações de capitalização	119	1,3%	-4,8%
Seguros ligados a fundos de investimento	31	0,3%	10,7%
Operações de gestão de fundos coletivos de reforma (fundos de pensões)	22	0,2%	29,4%
<b>Não Vida</b>	<b>8 106</b>	<b>86,4%</b>	<b>-11,5%</b>
Seguro automóvel	5 029	53,6%	-15,7%
Seguro de incêndio e outros danos	1 333	14,2%	-9,7%
Seguro de acidentes de trabalho	608	6,5%	-0,8%
Seguro de saúde	431	4,6%	-7,9%
Seguro de acidentes pessoais	259	2,8%	14,6%
Seguro de responsabilidade civil	215	2,3%	4,9%
Seguro de perdas pecuniárias	113	1,2%	8,7%
Seguro de assistência	73	0,8%	2,8%
Seguro marítimo	18	0,2%	38,5%
Seguro de proteção jurídica	16	0,2%	100,0%
Seguro de financeiro (crédito e caução)	9	0,1%	28,6%
Seguro aéreo	2	0,0%	-33,3%
<b>Não se aplica</b>	<b>174</b>	<b>1,9%</b>	<b>-49,3%</b>
<b>Total</b>	<b>9 381</b>	<b>100,0%</b>	<b>-11,9%</b>

Para além da atividade de gestão das reclamações que lhe são dirigidas, o ISP responde igualmente, no âmbito do exercício das suas competências, a outros pedidos de esclarecimento de natureza técnico-jurídica que lhe sejam apresentados.

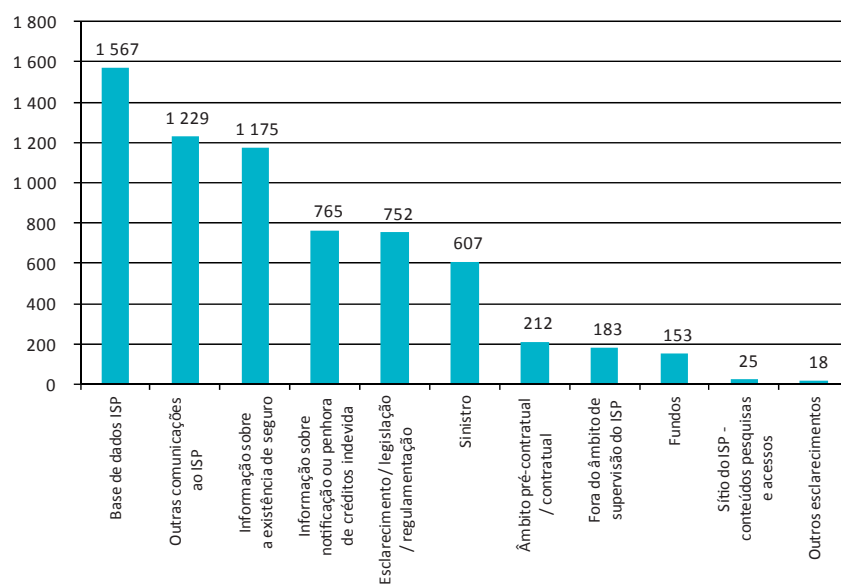
Em 2012, foram analisados e respondidos 6 686 pedidos de esclarecimento, o que representou um crescimento da ordem dos 3%, sendo de assinalar o facto de os temas relacionados com o seguro automóvel atingirem 37% do total, enquanto os pedidos relacionados com o ramo Vida representaram 14%.

Figura 35 – Pedidos de esclarecimento – tipo de seguro (2012)



Salientam-se, dos temas mais recorrentes neste tipo de pedidos, os referentes a consultas à base de dados (23%) e os pedidos de informação sobre a existência de seguro (18%).

Figura 36 – Pedidos de esclarecimento – matérias (2012)



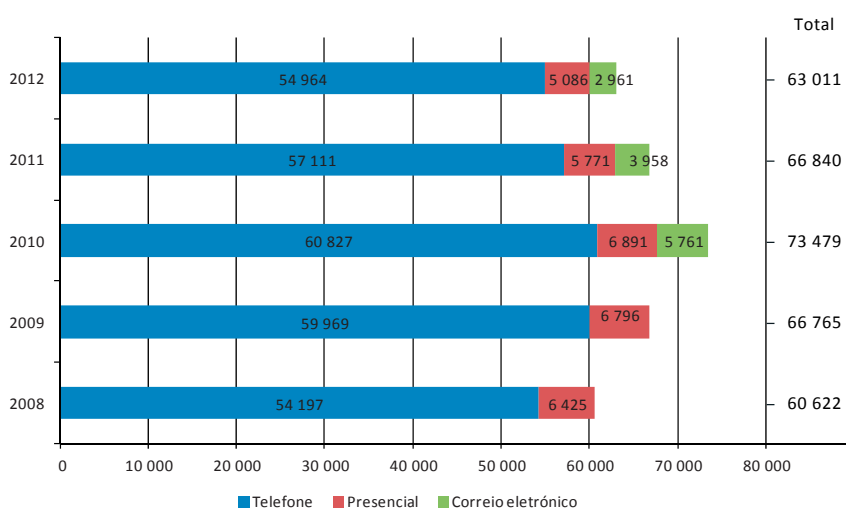
## Serviços de atendimento ao público e apoio ao consumidor

No quadro das suas atribuições, o ISP tem procurado desenvolver iniciativas que contribuam para uma maior compreensão do funcionamento do mercado, bem como dos produtos e serviços oferecidos pelos operadores supervisionados.

Uma das ferramentas disponíveis para dar cumprimento a esse desígnio é a unidade de atendimento direto, um serviço que se encontra especialmente vocacionado para o esclarecimento de questões relacionadas com a atividade seguradora e dos fundos de pensões. Este serviço está disponível para qualquer interessado, através de via telefónica, presencialmente, por correio eletrónico ou no sítio do ISP na Internet.

Em 2012, o serviço de atendimento direto recebeu 63 011 contactos, o que correspondeu a um decréscimo, de cerca de 5,7%, face ao ano anterior, como se discrimina na figura seguinte.

Figura 37 – Serviço de atendimento ao público – distribuição por via de comunicação utilizada



Os principais utilizadores do serviço de atendimento direto enquadram-se na classificação de pessoa singular e procuram obter esclarecimentos sobre matérias relacionadas com o setor segurador e dos fundos de pensões, conforme se pode concluir da leitura do quadro seguinte.

Quadro 16 – Serviço de atendimento ao público – caracterização dos utentes

Tipo de contacto	2011		2012		Variação
	N.º	%	N.º	%	
Pessoa singular	53 035	79,3%	47 983	76,2%	-9,5%
Mediador	12 208	18,3%	13 393	21,3%	9,7%
Autoridades policiais	535	0,8%	712	1,1%	33,1%
Pessoa coletiva	584	0,9%	484	0,8%	-17,1%
Segurador	455	0,7%	414	0,7%	-9,0%
Outras entidades públicas	22	0,0%	24	0,0%	9,1%
SGFP	1	0,0%	1	0,0%	0,0%
<b>Total geral</b>	<b>66 840</b>	<b>100,0%</b>	<b>63 011</b>	<b>100,0%</b>	<b>-5,7%</b>

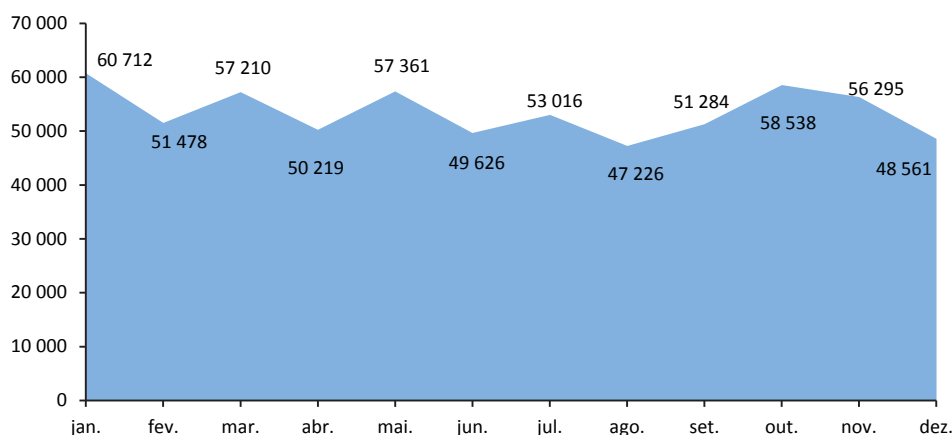
## Portal do consumidor

Em complemento ao sítio institucional na Internet, o ISP dispõe de um Portal do Consumidor de Seguros e Fundos de Pensões ([www.isp.pt](http://www.isp.pt)), que inclui informação abrangente e estruturada, de modo a agregar conteúdos e serviços que sirvam os interesses do consumidor de seguros e fundos de pensões. Entre as funcionalidades disponíveis, destacam-se os serviços de consulta *on-line*, designadamente a identificação do segurador que garante a responsabilidade civil automóvel a partir de uma matrícula e a consulta à lista dos operadores autorizados.

Não obstante este Portal estar direcionado para a divulgação de temas relacionados com os consumidores dos produtos e serviços comercializados pelos operadores, os serviços e conteúdos existentes no Portal também se revelam úteis para os profissionais que, nas diversas áreas, se relacionam com estas matérias, precisando de as compreender e explicar.

Em 2012, o número de visitas ao Portal do Consumidor ascendeu a 641 526, o que corresponde a uma média diária de 1 753.

Figura 38 – Visitas ao Portal do Consumidor (2012)



## Plano Nacional de Formação Financeira

O PNFF é um instrumento de enquadramento das iniciativas de promoção da literacia financeira, no âmbito do qual foram definidos os objetivos a atingir numa ótica de médio e longo prazo, bem como as principais linhas de atuação em função de um conjunto de públicos-alvo. O PNFF assume um horizonte temporal de cinco anos, abrangendo o período de 2011 a 2015, tendo em conta o prazo de implementação necessário à natureza dos projetos e as áreas de atuação que abrange.

O Portal do PNFF, lançado a 9 julho de 2012, em sessão pública presidida pelo CNSF, constituiu uma etapa chave na implementação do PNFF.

Trata-se de um portal de formação financeira que disponibiliza informação e ferramentas úteis sobre a gestão do orçamento familiar e sobre os vários produtos e serviços financeiros. Apresenta também informação de apoio às decisões financeiras inerentes a diferentes etapas da vida. Este Portal constitui ainda uma plataforma de divulgação das iniciativas, projetos e materiais de formação financeira desenvolvidos pelos supervisores financeiros e pelas várias entidades que colaboram com o PNFF.

O CNSF, em parceria com o Ministério da Educação e Ciência, através da Direção-Geral da Educação e da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino, lançou, em setembro de 2012, o “Concurso Todos Contam”. Este concurso foi desenvolvido no âmbito dos trabalhos do PNFF e teve como objetivo premiar os melhores projetos de formação financeira a implementar nas escolas, durante o ano letivo 2012/2013. O concurso foi dirigido a agrupamentos de escolas e a escolas não agrupadas, bem como a estabelecimentos de ensino particular e cooperativo que ministrem o ensino básico e secundário.

O regulamento do concurso previa que os projetos candidatos a cada um dos prémios sensibilizassem para a importância de conhecimentos financeiros no quotidiano, desenvolvessem conhecimentos e capacidades financeiras nos alunos, promovessem comportamentos e atitudes financeiras adequados, criassem hábitos de poupança e divulgassem a utilização do Portal do Plano Nacional de Formação Financeira – “Todos Contam” (disponível em [www.todoscontam.pt](http://www.todoscontam.pt)). A avaliação dos projetos a concurso teve em consideração a sua qualidade pedagógica e científica, a criatividade e relevância, o envolvimento da comunidade escolar, a viabilidade e exequibilidade e a utilização do Portal “Todos Contam”.

Foram recebidas 59 candidaturas, envolvendo aproximadamente 190 escolas e 17 000 alunos. Registou-se uma elevada dispersão geográfica das candidaturas recebidas, tendo-se verificado a participação de escolas de todos os distritos de Portugal continental, com exceção de Bragança e da Guarda. Foi também recebido um projeto da Região Autónoma dos Açores. Os distritos mais representativos foram Lisboa (com dez candidaturas), Porto (com nove candidaturas) e Braga (com seis candidaturas).

Foram identificadas duas candidaturas cujos projetos se destinam a alunos de Currículo Específico Individual (do Colégio Salesiano de Poiares e do Agrupamento de Escolas Camilo Castelo Branco) e cinco projetos candidatos referiram ter alunos de um contexto socioeconómico desfavorecido (EB1 N.º 1 de Camarate, Agrupamento Vertical de Escolas Eng.º Nuno Mergulhão, Agrupamento de Escolas D. Dinis – Odivelas, EB 2/3 Prof. Agostinho da Silva e Agrupamento de Escolas da Damaia).

O Júri do concurso atribuiu, por unanimidade, os seguintes prémios previstos no regulamento.

#### Quadro 17 – Vencedores do concurso “Todos Contam”

Ciclo	Escola	Distrito
1.º ciclo do ensino básico	Agrupamento de Escolas de Cinfães	Viseu
2.º ciclo do ensino básico	Escola Básica e Secundária de Fontes Pereira de Melo	Porto
3.º ciclo do ensino básico	Agrupamento de Escolas de Almodôvar	Beja
Ensino secundário	INETESE - Instituto de Educação Técnica de Seguros	Lisboa

O Júri, com o acordo do CNSF, decidiu ainda atribuir um prémio especial para projetos destinados a alunos integrados no Currículo Específico Individual, por considerar fundamental valorizar e apoiar este tipo de projetos e reconhecer o esforço da promoção de igualdade de oportunidades. Após a avaliação das candidaturas recebidas neste âmbito, o Júri decidiu atribuir o prémio ao Colégio Salesiano de Poiares (distrito de Vila Real).

No Dia da Formação Financeira de 2012, as entidades parceiras do PNFF promoveram um evento para sensibilizar a população relativamente à importância da literacia financeira. A data escolhida para a sua realização coincidiu com o Dia Mundial da Poupança, que se assinala anualmente a 31 de outubro. As iniciativas tiveram lugar em Lisboa e no Porto, registando-se uma adesão de aproximadamente 2 500 visitantes.

No quadro dos trabalhos desenvolvidos, em 2012, pelo PNFF destaca-se, também, a elaboração de um Referencial de Educação Financeira para a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico e Secundário e a Educação e Formação de Adultos, um projeto conjunto da Direção-Geral da Educação, da Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, BdP, CMVM<sup>28</sup> e ISP.

Este trabalho surge no contexto de uma parceria estabelecida entre estas entidades para desenvolver uma estratégia de intervenção no sistema educativo português, que visa promover a educação financeira nas escolas.

O Referencial de Educação Financeira é um enquadramento para a introdução de conteúdos de educação financeira nas escolas, adaptados aos vários níveis de ensino. No quadro da Educação para a Cidadania, o Referencial de Educação Financeira constitui um documento orientador para a implementação da educação financeira em contexto educativo e formativo, contribuindo para elevar o nível de conhecimentos financeiros da população escolar e para a adoção de comportamentos financeiros adequados.

Como resposta à necessidade de educação e formação de adultos, criou-se também um conjunto de Unidades de Formação de Curta Duração (UFCD), tendo por base temas, subtemas e objetivos definidos no Referencial de Educação Financeira, a integrar no Catálogo Nacional de Qualificações.

## Estudos e publicações

O ISP publicou o Relatório do Setor Segurador e dos Fundos de Pensões relativo a 2011 que, entre outra, inclui informação detalhada no que respeita à situação económica, financeira e patrimonial das entidades sujeitas à sua supervisão. Destaque-se a inclusão, nesta edição, dos estudos “O impacto nas demonstrações financeiras das alterações ocorridas nos Planos de Contas para as empresas de seguros” e “Práticas de ALM no mercado segurador português”.

Refira-se também a publicação do Relatório de Regulação e Supervisão da Conduta de Mercado, que complementa a informação que havia sido incluída na síntese intercalar relativa ao primeiro semestre de 2011. Este Relatório inclui não somente um enquadramento legislativo e regulamentar no que respeita à conduta de mercado, mas também informação detalhada sobre as práticas das empresas de seguros. Destaque-se a relevância que é dada à formação financeira e à aposta que o ISP tem vindo a fazer nesta matéria.

Em 2012, foram publicadas duas edições da Revista Fórum. A primeira, número 31, inclui os resultados do exercício de impacto quantitativo (QIS 5) efetuado pela EIOPA, no contexto da preparação para o regime Solvência II. Foca ainda o regime jurídico da discriminação aplicável aos seguros, bem como um conjunto de estudos relativos à gestão de reclamações, incluindo o quadro legal e regulamentar que enforma o seu tratamento, bem como alguns dados do ISP.

A edição número 32 foi uma edição especial, dedicada aos 30 anos do ISP. Na mesma, é apresentada uma descrição do processo de supervisão seguido em 1982 e uma análise da evolução da regulação do setor segurador e dos fundos de pensões desde essa data.

---

28 Comissão do Mercado de Valores Mobiliários

## Centro de documentação

No decurso de 2012, desenvolveram-se várias ações que visaram, mais uma vez, incrementar a qualidade e quantidade dos recursos documentais, atualizar, diversificar e melhorar os serviços prestados e reforçar a comunicação com os seus utilizadores.

Relativamente à área das aquisições de bibliografia, foi dada especial atenção às necessidades e interesses dos utilizadores e procedeu-se a atualizações, no que respeita ao mercado da informação, promovendo-se o crescimento e o desenvolvimento da coleção, disponibilizando um fundo documental adequado. Em linha com o verificado em anos anteriores, em 2012 registou-se um aumento de 29% do fundo monográfico.

Para além das operações tradicionais de tratamento técnico de documentos e de gestão das coleções, foi dado início ao projeto de catalogação dos analíticos das publicações periódicas do fundo reservado e das Normas Regulamentares do ISP anteriores a 1994. Deu-se, também, continuidade aos processos de tratamento técnico documental e de digitalização das publicações periódicas, assim como das monografias que fazem parte integrante do acervo da Biblioteca do ISP. Adicionalmente, foram desenvolvidas diversas iniciativas visando a melhoria dos serviços prestados.

No que se refere à atividade de referência e de apoio aos utilizadores, foi dada resposta a um elevado número de solicitações, realizadas por via de canais diversos (presencial, telefone, correio eletrónico, carta e fax), salientando-se o significativo aumento do atendimento não presencial, que registou um incremento de 9,9% comparativamente ao ano transato.

No âmbito da divulgação e comunicação, manteve-se o elevado empenho na implementação do projeto da “Biblioteca Digital”, enquanto serviço que integra: (i) o acesso em linha à cópia digital de documentos pertencentes à coleção da Biblioteca (caídos em domínio público); (ii) o conjunto de recursos de informação, disponíveis na Internet, relacionados com a atividade seguradora e de fundos de pensões; e (iii) o arquivo digital do ISP.

Relativamente à caracterização do perfil e grau de satisfação dos utilizadores externos, verificou-se um aumento da frequência de indivíduos com idade inferior a 25 anos, na sua maioria estudantes. Quanto ao grau de satisfação, grande parte dos utilizadores externos continuam a classificar de “Muito Bom” o modo como foram atendidos, bem como a adequação das instalações e ambiente. Relativamente à coleção, continua a observar-se que as obras e recursos existentes na Biblioteca correspondem às necessidades dos utilizadores.

## 8. Gestão dos fundos autónomos

### Fundo de Garantia Automóvel

#### Abertura de processos

Em 2001, registaram-se 4 604 processos, menos 446 do que em 2011 (decrésimo de 9%). De facto, a evolução da abertura de processos no FGA evidencia uma redução da sinistralidade que se vem a observar desde 2004. A oscilação mensal das aberturas de processos não foi significativa, com um máximo de 474 (maio) e um mínimo de 323 (setembro).

Perante a ausência de dados que permitam aferir de forma exata a evolução do parque automóvel sem seguro, atribui-se esta tendência, pelo menos em parte, à evolução da situação macroeconómica, que se manifestou também numa redução da circulação rodoviária.



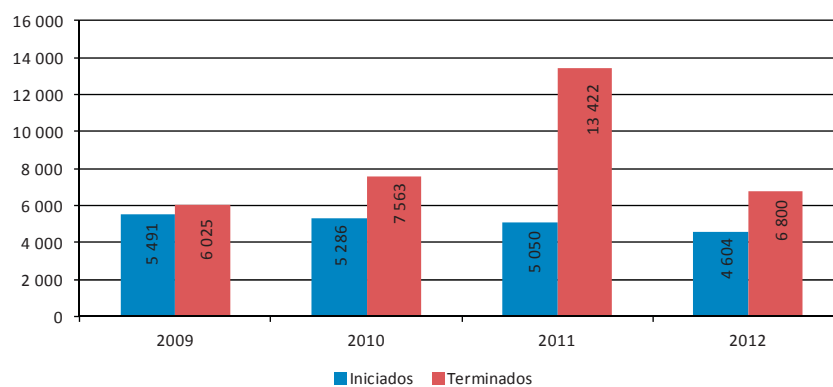
Contrariando o comportamento do último exercício, é de salientar o decréscimo de 11% nas aberturas judiciais, sinal de sucesso da política de regularização seguida e divulgada pelo FGA.

No que respeita às situações de responsável desconhecido, registou-se um expressivo decréscimo de 56% em relação a 2011, com menos casos de morte (10 em 2012 e 15 em 2011).

### Encerramento de processos

Em 2012, foram encerrados 6 800 processos, menos 49% do que em 2011. Saliente-se, no entanto, que o rácio encerramentos / aberturas se manteve em níveis bastante satisfatórios (147%).

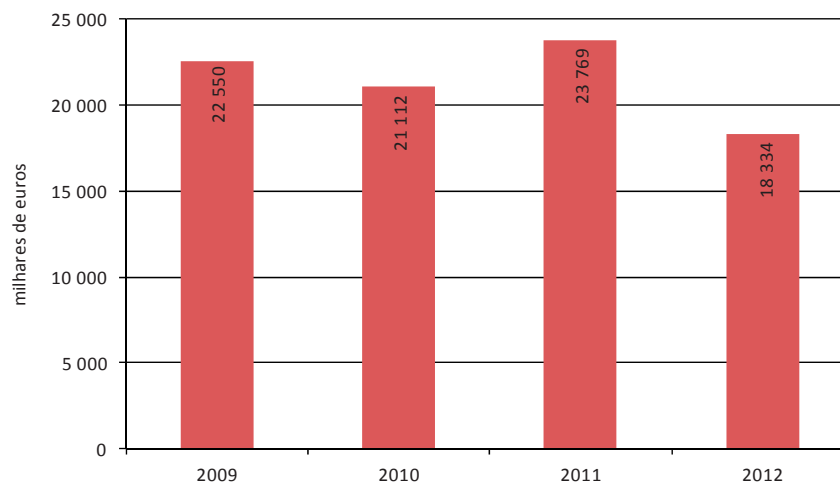
Figura 39 – Processos de sinistros iniciados / terminados



### Indemnizações

As indemnizações pagas no exercício somaram 18 432 milhares de euros, consubstanciando uma redução pronunciada face a 2011.

Figura 40 – Indemnizações pagas



## Organismo de indemnização

No que respeita à atividade do FGA, enquanto Organismo de Indemnização no âmbito da Quarta Diretiva Automóvel, foram recebidas 315 participações, ou seja, mais 7% do que no ano anterior, em que se registaram 295 ocorrências. Não obstante este aumento, o valor total das indemnizações pagas neste âmbito observou uma redução de 25%, totalizando 75 mil euros.

Quadro 18 – Evolução da atividade do FGA enquanto organismo de indemnização

Exercícios	Processos abertos	Var. %	Indemnizações pagas (EUR)	Var. %
2009	351	-6,4%	318 041	34,6%
2010	329	-6,3%	170 523	-46,4%
2011	295	-10,3%	100 854	-40,9%
2012	315	6,8%	75 354	-25,3%

## Pagamentos ao Gabinete Português de Carta Verde

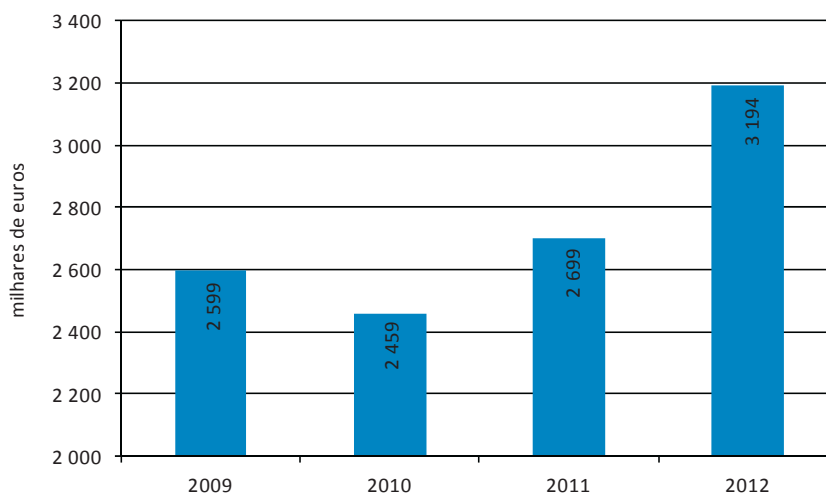
Ao Gabinete Português de Carta Verde, por acidentes causados no espaço europeu por veículos matriculados em Portugal sem seguro automóvel obrigatório, foram reembolsados cerca de 503 milhares de euros, menos 35% do que em 2011.

## Reembolsos cobrados

Os reembolsos cobrados em 2012 atingiram 3 194 milhares de euros, verificando-se um crescimento de 18% face a 2011.

Considerando todas as indemnizações e despesas pagas, o rácio global (relação da despesa total vs. total dos reembolsos) teve também um comportamento positivo em 2012, aumentando para 17,3% (11,4% em 2011).

Figura 41 – Reembolsos cobrados



## Sistema de gestão da qualidade

A certificação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) manteve-se em 2012.

Foi realizada uma auditoria, em novembro do mesmo ano, que veio confirmar a conformidade do SGQ com a norma NP EN ISO 9001:2008 e com a documentação aplicável, revelando uma eficácia adequada ao seu funcionamento. Nesta auditoria identificaram-se ainda alguns pontos fortes do sistema, como sejam o envolvimento da estrutura hierárquica do FGA, o grau de conhecimento do sistema demonstrado pelos colaboradores contactados e o suporte em aplicações informáticas, com a vantagem de permitir um melhor controlo do sistema e contribuir para a redução de anomalias.

O grau de satisfação dos utentes, numa escala de um a cinco, atingiu o valor médio de 3,8.

## Protocolos

Realça-se, em 2012, a conclusão das negociações com a Liga dos Bombeiros Portugueses, que visou a assinatura de um Protocolo de Prestação de Serviços de Transporte de Sinistrados, no âmbito do SAAS – Sistema de Apoio e Acompanhamento de Sinistrados.

## Recursos financeiros

No final do exercício de 2012, o total do ativo líquido do FGA atingiu o montante de 377 976 milhares de euros, refletindo um aumento de 4,5% relativamente a 2011 (361 612 milhares de euros).

Este aumento foi provocado, essencialmente, pela diminuição das provisões para investimentos financeiros e pela alteração na forma de registo dos acordos de reembolsos.

A diminuição das provisões deve-se, sobretudo, ao facto de 35% dos investimentos financeiros estarem representados por dívida nacional, fortemente valorizada em 2012. De realçar que, no reconhecimento contabilístico, apenas foram relevadas as perdas potenciais, em obediência ao princípio da prudência.

Em 2012, foi implementado o sistema de DUC, como forma de recebimento dos reembolsos efetuados para o FGA, ao abrigo da sub-rogação nos direitos do lesado. Este novo procedimento transfere, para o sistema aplicacional do FGA, o registo e controlo decorrente dos acordos dos reembolsos efetuados entre o FGA e os responsáveis pelos sinistros. Assim, a rubrica Utentes sinistros a reembolsar que, em 2011, tinha o montante de 10 358 milhares de euros, diminuiu para o valor zero, tanto no ativo como no passivo.

O incremento, relativamente a 2011, nas disponibilidades justifica-se pela opção de investimento em aplicações de curto prazo, em detrimento da compra de outros ativos financeiros, face à volatilidade dos mercados de capitais e ao perfil de risco definido.

Por outro lado, a rubrica Acréscimo de proveitos reflete o montante a receber das contribuições das empresas de seguros para o FGA, recebidos por estas em conjunto com os prémios referentes ao quarto trimestre de 2012.

Quanto ao passivo, o mesmo ascendeu ao montante de 151 160 milhares de euros (172 262 milhares de euros em 2011), sendo que 99,5% refere-se à provisão para riscos e encargos.

Esta provisão corresponde à estimativa dos custos com sinistros ocorridos e ainda não pagos à data do balanço, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e à estimativa de encargos futuros de gestão relativos à regularização dos sinistros pendentes declarados e não declarados.

Decorrente da análise de *run-off*, efetuada a 31 de dezembro de 2012, concluiu-se por uma diminuição das provisões para riscos e encargos por comparação com o ano anterior.

#### Quadro 19 – Distribuição do total da provisão (2012)

Provisão para processos	48 203 965 €
Provisão para IBNER	75 280 549 €
Provisão para IBNR	19 977 783 €
Provisão para despesas de gestão	7 436 399 €
<b>Total da provisão</b>	<b>150 898 696 €</b>

O rácio de cobertura dos ativos financeiros sobre as responsabilidades (provisões para riscos e encargos) é de 2,4, em 2012, face a 2,3, em 2011 e 2010.

#### Quadro 20 – Evolução do fundo líquido de responsabilidades

	Unidade: milhares de euros									
	Valor absoluto					Variação %				
	2008	2009	2010	2011	2012	2009/2008	2010/2009	2011/2010	2012/2011	
Activos Financeiros	338 271	368 761	373 787	376 071	367 794	9	1	1	-2	
Responsabilidades	193 888	185 246	166 299	161 651	150 899	-4	-10	-3	-7	
Fundo Líquido de Responsabilidades	144 383	183 515	207 488	214 420	216 895	27	13	3	1	

Conforme evidencia o quadro seguinte, o resultado líquido do FGA, em 2012, aumentou substancialmente em relação ao ano anterior.

#### Quadro 21 – Evolução dos resultados líquidos

	Unidades: milhares de euros			
	Exercício		Diferença	
	2011	2012	Valor	%
Proveitos e Ganhos	105 064	134 810	29 746	28,3
Custos e Perdas	109 678	97 345	- 12 333	-11,2
Resultados Líquidos	- 4 614	37 465	42 079	-912,0

Este aumento deve-se, essencialmente, ao efeito conjugado da diminuição do montante das indemnizações de sinistros (21%), da redução das provisões técnicas (7%) e das provisões para investimentos financeiros.

A evolução, relativamente a 2011, dos montantes pagos em indemnizações de sinistros e do valor provisionado justifica-se pela diminuição da sinistralidade decorrente da atual conjuntura económica.

As contribuições das empresas de seguros a favor do FGA estão previstas no artigo 58.º, n.º 1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, e resultam da aplicação de uma percentagem sobre o montante total dos prémios comerciais da cobertura obrigatória do seguro de responsabilidade civil automóvel, líquido de estornos e anulações e que, nos termos do n.º 6 do mesmo artigo, são entregues ao FGA, no mês seguinte a cada trimestre civil de cobrança.

## Execução orçamental

As receitas correntes cobradas, no valor de 34 213 milhares de euros, apresentaram um grau de execução de 100%, relativamente aos valores orçamentados.

A diminuição da sinistralidade, a concretização de alguns ganhos de eficiência, bem como a aplicação das cativações previstas no n.º 2 da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, levou a que o grau de execução orçamental das despesas correntes tenha sido de 72%.

## Análise sumária dos ativos financeiros

A composição dos ativos financeiros consta no quadro seguinte, onde se comparam os valores de aquisição, de balanço (líquidos) e de mercado. Registe-se que o valor de balanço diverge em 14 519 milhares de euros do valor de mercado, dado que o primeiro considera os custos de aquisição deduzidos das menos-valias potenciais (provisões) e o segundo inclui naturalmente as mais-valias potenciais.

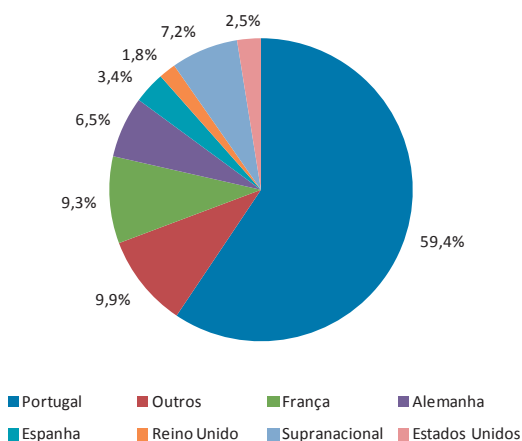
Quadro 22 – Composição dos ativos financeiros do FGA

	Unidade: milhares de euros					
	Valores de Aquisição	%	Valores Líquidos	%	Valores de Cotação (em 31-12-12)	%
1. Partes de capital	14 653	4	2 086	1	2 086	1
2. Fundos de Investimento	25 152	7	21 698	6	26 112	7
3. Obrigações e Títulos de Participação	51 234	14	50 312	15	58 634	16
4. Títulos da Dívida Pública Portuguesa	48 997	13	46 272	13	47 659	13
<b>5. Σ (1,...,4)</b>	<b>140 036</b>	<b>39</b>	<b>120 368</b>	<b>35</b>	<b>134 491</b>	<b>38</b>
6. Depósitos e Outras Aplicações de Tesouraria	247 426	61	247 426	65	247 822	62
<b>7. Σ (5,6)</b>	<b>387 462</b>	<b>100</b>	<b>367 794</b>	<b>100</b>	<b>382 313</b>	<b>100</b>
8. Imóveis	0	0	0	0	0	0
<b>9. Σ (7,8)</b>	<b>387 462</b>	<b>100</b>	<b>367 794</b>	<b>100</b>	<b>382 313</b>	<b>100</b>

A política de investimentos foi prudente e conservadora, tendo-se privilegiado os depósitos em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC) e os títulos de dívida portuguesa, mantendo-se, assim, baixo o nível de risco presente nos investimentos dos anos anteriores.

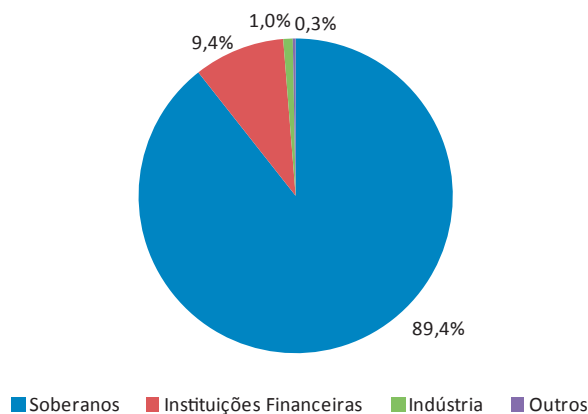
A figura seguinte apresenta a distribuição dos títulos de dívida por país emissor.

Figura 42 – Títulos de dívida por país emissor



O *rating* médio dos títulos que compõem a carteira de obrigações e dívida manteve-se, constatando-se que cerca de 49% do total apresentam uma classificação igual ou superior BBB+, consequência da notação de *rating* atribuída à Dívida Pública Portuguesa.

Figura 43 – Distribuição setorial dos emitentes



A rentabilidade média dos investimentos financeiros, apurada no exercício, foi de 16,6%, o que é consistente com o perfil de risco conservador subjacente aos investimentos.

A taxa média relativa às aplicações de curto prazo foi de 1,1%, obtida pela aplicação dos excedentes de tesouraria junto do IGCP, em CEDIC. Apesar da remuneração inferior à da banca comercial, mantiveram-se disponibilidades elevadas devido à situação do país e dos mercados de capitais durante o ano 2012.

## Fundo de Acidentes de Trabalho

### Atividade desenvolvida

Em 2012, a atividade do FAT focou-se, sobretudo, na tramitação técnico-jurídica e na gestão dos processos de indemnizações resultantes de acidentes de trabalho da responsabilidade de entidades empregadoras economicamente incapazes, na recuperação dos créditos associados a estes processos e, ainda, no controlo e análise dos fluxos financeiros das empresas de seguros, relativos à receita com origem nestas empresas e ao reembolso das atualizações das pensões. Foram, também, desenvolvidas outras atividades decorrentes das competências do FAT, nomeadamente as relacionadas com a colocação dos riscos recusados de acidentes de trabalho e com o recebimento das verbas previstas no Artigo 63.º da Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro (reversões).

### Processos de indemnizações de acidentes de trabalho e de recuperação de créditos

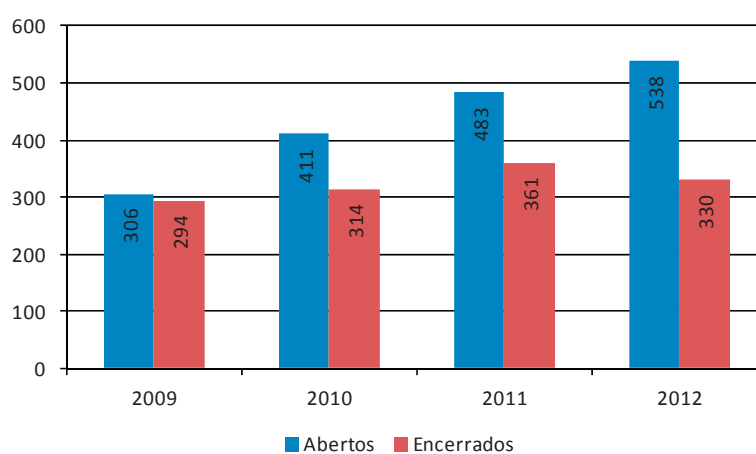
No final de 2012, o número total de processos em gestão ascendia a 2 099, tendo sido abertos 1 051 e encerrados 904 no decorrer do ano. O número de processos abertos relativos a indemnizações de acidentes de trabalho somou 538 (acréscimo de 11% face a 2011), tendo sido encerrados 330 processos pelo que, no final do ano, se encontravam em gestão 1 689 processos.

Durante o mesmo período foram remidas 290 pensões, tendo transitado para o ano seguinte 1 401 pensionistas com pensões em pagamento (570 beneficiários por morte e 831 sinistrados), dos quais 81 beneficiam de prestação suplementar de assistência a terceira pessoa. Foram ainda indemnizados 332 sinistrados por incapacidades temporárias e outras prestações em espécie e em dinheiro.

Ainda no âmbito dos processos de indemnizações de acidentes de trabalho, procedeu-se à revisão / atualização da respetiva base de dados, com vista à publicação de estatísticas relativas aos pensionistas / sinistrados do FAT no portal do ISP.

O gráfico seguinte ilustra a evolução do número de processos de indemnizações abertos e encerrados.

**Figura 44 – Evolução do número de processos de indemnizações**



No que respeita aos processos de reembolso, com vista à recuperação dos créditos constituídos no âmbito dos processos de indemnizações, foram abertos 330 processos e encerrados 301, o que resultou num total de 592 processos em gestão no final do ano. Durante o período em análise, foram abertos 23 processos de reversão e de riscos recusados, bem como encerrados 23, o que resultou num número de processos em gestão no final do ano.

Em matéria de representação do FAT junto dos Tribunais, foram efetuadas 363 diligências, nomeadamente, relativas a audiências de julgamento, tentativas de conciliação, audiências de parte e entregas presenciais de capital de remição, tendo ainda sido emitidos 551 pareceres jurídicos.

### **Processos relativos ao controlo da receita e dos reembolsos de empresas de seguros**

Quanto ao controlo e análise dos fluxos financeiros das empresas de seguros relativos à receita com origem nestas empresas, designadamente as relativas aos capitais de remição e aos salários seguros e ao reembolso das atualizações das pensões, foram auditadas / notificadas as empresas de seguros que exploram acidentes de trabalho em Portugal, tendo sido abertos 160 processos e encerrados 250, o que resultou em diversas correções, quer dos dados constantes dos ficheiros remetidos pelas empresas de seguros, quer dos quantitativos em causa. No final do ano, o número de processos em curso era de 59.

Procedeu-se ainda à implementação de uma base de dados relativa às intervenções / interações do FAT junto das empresas de seguros, que visa permitir um controlo mais eficaz dos montantes recebidos e reembolsados pelas mesmas. Foi também introduzido um sistema de controlo interno de autorizações de pagamentos devidamente cabimentados.

## Sistema de Gestão da Qualidade

No âmbito do SGQ do FAT, foi mantida a certificação em conformidade com a norma ISO 9001:2008, não tendo a entidade certificadora registado qualquer não conformidade. De facto, a avaliação efetuada aos processos de gestão relevou a eficácia do sistema. A gestão pela qualidade, orientada para o aumento da eficiência da atividade e melhoria do grau de satisfação dos sinistrados / pensionistas, assenta na superação dos objetivos definidos para os indicadores de desempenho dos processos de atividade do FAT. Assim, o grau de eficiência do desempenho dos indicadores do SGQ registou um desempenho global de 113%.

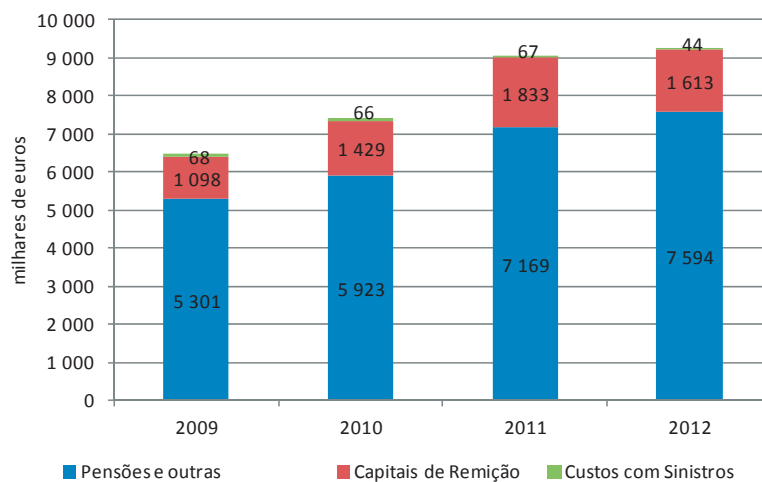
Ressalve-se ainda o indicador de “avaliação da satisfação dos utentes”, que atingiu um grau de satisfação de 98%. Tal avaliação resultou da análise às respostas dadas aos 1 183 inquéritos enviados aos sinistrados / pensionistas do FAT, tendo a entidade certificadora identificado como ponto forte do sistema, entre outros, a tendência favorável na evolução dos parâmetros de avaliação de satisfação de utentes no período de 2005 a 2012. Procedeu-se ainda à criação de uma base de dados relativa às respostas dadas pelos pensionistas aos inquéritos enviados pelo FAT, visando o estudo do grau de satisfação dos mesmos.

## Indemnizações de acidentes de trabalho e reembolsos a empresas de seguros

Quanto aos montantes pagos pelo FAT, destacam-se os valores desembolsados enquanto entidade que se substitui às entidades empregadoras economicamente incapazes e o reembolso às empresas de seguros dos custos suportados em cumprimento das disposições legais relativas às atualizações de pensões. Relativamente aos primeiros, destaca-se o valor global das pensões e outras prestações de acidentes de trabalho da responsabilidade direta do FAT, que se cifrou em 7 594 milhares de euros, o que representa um aumento de 6% face a 2011. Já o montante pago em capitais de remição ascendeu a 1 613 milhares de euros, um decréscimo de 13%, relativamente a 2011. Os custos com a gestão e regularização de sinistros ascenderam a 44 mil euros.

O gráfico seguinte ilustra a evolução dos montantes pagos pelo FAT em indemnizações por acidentes de trabalho.

Figura 45 – Evolução das indemnizações de acidentes de trabalho



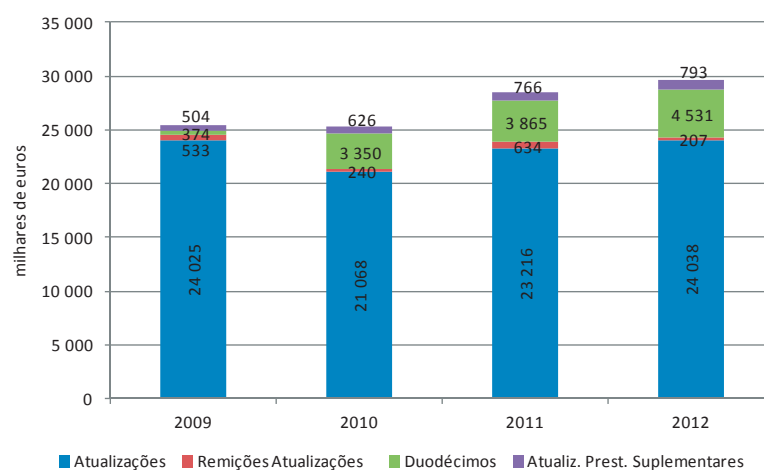


Por outro lado, no que se refere ao reembolso às empresas de seguros, foram desembolsadas as seguintes verbas:

- 29 361 milhares de euros relativos a atualizações de pensões, duodécimos adicionais e atualizações de prestações suplementares de assistência por terceira pessoa (acréscimo de 5% face a 2011);
- 207 milhares de euros relativos a remições de atualizações de pensões (decréscimo de 67% face a 2011).

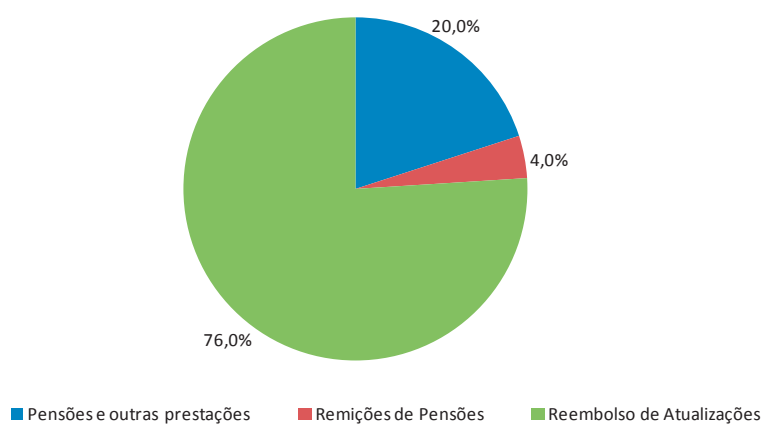
Assim, o valor global transferido pelo FAT para as empresas de seguros foi de 29 569 milhares de euros. O gráfico seguinte ilustra a distribuição dos montantes pagos pelo FAT.

Figura 46 – Evolução dos reembolsos a empresas de seguros



O gráfico seguinte ilustra a distribuição dos montantes pagos pelo FAT, em 2012.

Figura 47 – Distribuição dos montantes pagos pelo FAT

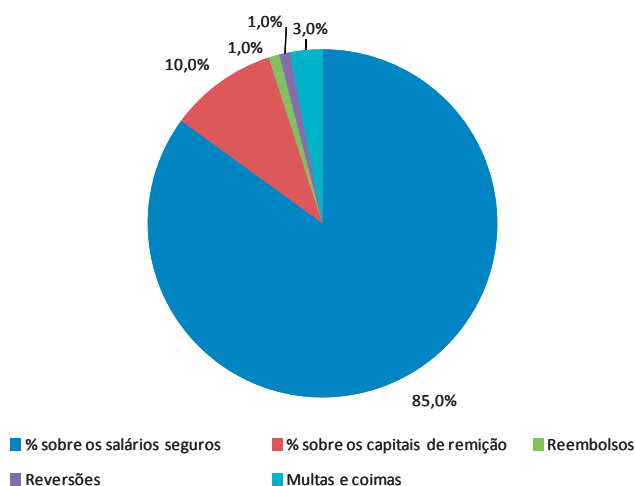


## Receitas

Quanto aos montantes recebidos pelo FAT, saliente-se o valor de 513 milhares de euros a título de reversões, enquanto os reembolsos de indemnizações, ao longo do exercício, ascenderam a 726 milhares de euros.

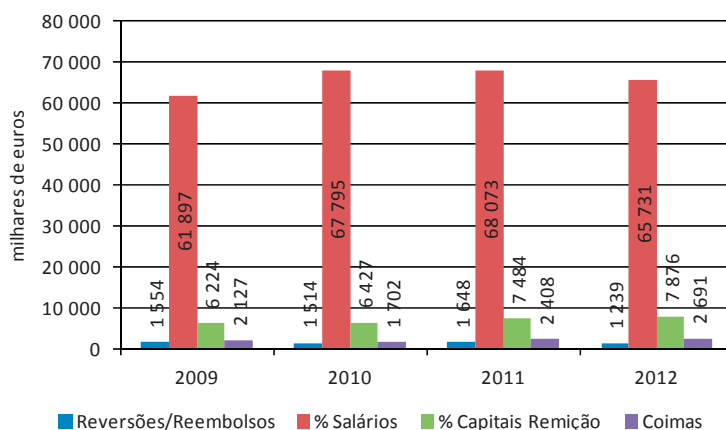
Relativamente às receitas previstas nas alíneas a) e b), do Artigo 3.º Decreto-Lei n.º 142/99, de 30 de abril, resultantes da aplicação das percentagens de 0,15% sobre os salários seguros e de 0,85% sobre o capital de remição das pensões em pagamento e sobre as provisões matemáticas das prestações suplementares de assistência por terceira pessoa, à data de 31 de dezembro de 2011, os montantes recebidos foram de 65 731 milhares de euros e de 7 876 milhares de euros, respetivamente, o que significou, face ao ano precedente, um decréscimo de 4% e um aumento de 5%. O montante total recebido com origem nas empresas de seguros foi, assim, de 73 607 milhares de euros, o que representa um decréscimo de 2,5% face a 2011. A título de “Multas e Coimas”, a receita arrecadada foi de 2 691 milhares de euros.

Figura 48 – Decomposição das receitas do FAT



O gráfico seguinte ilustra a evolução das receitas do FAT.

Figura 49 – Evolução das receitas do FAT



## Recursos financeiros

No final do exercício de 2012, o total do ativo líquido do FAT atingiu o montante de 303 456 milhares de euros, refletindo um aumento de 17%, relativamente ao valor de 2011 (258 842 milhares de euros), em consequência do crescimento das disponibilidades. O crescimento desta rubrica justifica-se pela opção de investimento em aplicações de curto prazo, em detrimento da compra de outros ativos financeiros, face à volatilidade dos mercados de capitais e ao perfil de risco definido.

A rubrica utentes (responsáveis de sinistros) reflete os montantes a recuperar decorrentes da transferência de responsabilidades para o FAT, pelo pagamento das prestações emergentes dos acidentes de trabalho da responsabilidade das entidades empregadoras economicamente incapazes. O seu contravalor encontra-se registado no passivo em sinistros a reembolsar.

Por outro lado, a rubrica acréscimos de proveitos reflete os montantes de contribuições das empresas de seguros para o FAT, recebidas por estas nos meses de novembro e dezembro de 2012, resultantes da aplicação da percentagem sobre os salários seguros. Tal situação resulta do sistema de recebimentos através do DUC, em que as receitas provenientes das empresas de seguros são recebidas pelo ISP, que as transfere para o FAT logo que identificadas. Deste modo, este mecanismo implica um desfasamento temporal de dois meses entre a cobrança pelas empresas de seguros e o efetivo recebimento dos montantes pelo FAT.

O passivo atingiu um volume de 683 270 milhares de euros, sendo que 98,8% deste montante corresponde às provisões das pensões em pagamento, ao IBNR e às provisões para prestações em espécie, reconhecidas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites. Esta rubrica aumentou 12,3% em relação ao ano anterior, apresentando um valor global de 675 565 milhares de euros.

As provisões matemáticas para pensões correspondem ao valor atual das responsabilidades com pensões em pagamento, assumidas diretamente pelo FAT, e das pensões em pagamento devidas por incapacidade permanente igual ou superior a 30% ou por morte, das atualizações das prestações suplementares de assistência por terceira pessoa e dos duodécimos adicionais, assumidos pelas empresas de seguros e da responsabilidade do FAT.

O IBNR corresponde a uma estimativa relativa a acidentes de trabalho da responsabilidade das entidades empregadoras economicamente incapazes, ocorridos antes de 31 de dezembro de 2012 e ainda não reportados ao FAT.

A provisão para prestações em espécie corresponde a uma estimativa do valor a suportar pelo FAT decorrente de despesas de saúde, próteses, ortóteses e outras devidas a sinistrados.

O referido aumento de 12,3% resulta essencialmente do efeito conjugado do crescimento de 11% do número de processos de indemnização resultantes de acidentes de trabalho da responsabilidade de entidades empregadoras economicamente incapazes, da atualização anual das pensões de 3,6% (Portaria n.º 122/2012, de 3 de maio), do pressuposto de crescimento de 2% a longo prazo das pensões no cálculo das provisões matemáticas e da alteração no critério de cálculo do IBNR. Esta alteração, que equivale a três pontos percentuais na taxa de crescimento das provisões, corresponde à consideração dos montantes pagos por ano de ocorrência de sinistro, em detrimento do ano de abertura dos processos de indemnização.

Conforme se pode verificar no quadro seguinte, o rácio de cobertura das responsabilidades pelos ativos financeiros tem tido uma evolução bastante positiva.

### Quadro 23 – Rácio de cobertura das responsabilidades

	Unidade: milhares de euros				
	2008	2009	2010	2011	2012
Ativos financeiros (Títulos e disponibilidades)	121 525	161 963	205 953	246 935	292 870
Provisões ou responsabilidades	547 554	590 406	582 772	601 534	675 565
Rácio de cobertura	22,2%	27,4%	35,3%	41,1%	43,4%

O resultado líquido em 2012 foi negativo em 28 887 milhares de euros, refletindo o supramencionado reforço das provisões matemáticas, o aumento de 3,9% dos gastos com as transferências para empresas de seguros e pensionistas e a diminuição de 3,7% das contribuições com origem nas empresas de seguros. Este resultado determinou que os Fundos Próprios tenham diminuído no mesmo montante, atingindo -379 813 milhares de euros, em 2012 (-350 926 milhares de euros em 2011). Estes saldos negativos são ainda consequência do montante das responsabilidades (506 802 milhares de euros) transferidas para o FAT aquando da sua criação<sup>29</sup>.

No pressuposto de manutenção da legislação em vigor, designadamente no que respeita à receita a cobrar, não se estima que o FAT venha a ter problemas de solvência financeira a longo prazo.

### Execução orçamental

As receitas correntes cobradas, no valor de 81 432 milhares de euros, ultrapassaram em 11% os valores orçamentados, sobretudo pelo aumento, face ao orçamentado, da receita proveniente das empresas de seguros e rendimentos financeiros decorrentes de um maior saldo médio de disponibilidades. Este último efeito deveu-se, essencialmente, à não realização da despesa, cujo grau de execução foi de 81%.

Embora este baixo grau de execução se deva também a alguns ganhos de eficiência, o principal motivo que contribuiu para tal foi o facto de o Fundo não ter suportado as atualizações de pensões relativas a incapacidades inferiores a 30% e não remíveis devido ao não alargamento das competências do Fundo, nesta matéria (Decreto Lei n.º 142/99 de 30 de abril).

### Análise sumária dos ativos financeiros

Consta do quadro seguinte a composição dos ativos financeiros, em 31 de dezembro de 2012, onde se comparam os valores de aquisição, de balanço (líquidos) e de mercado. Registe-se que o valor de balanço diverge em 3 752 milhares de euros do valor de mercado, visto que o primeiro considera os custos de aquisição deduzidos das menos-valias potenciais (provisões), enquanto no segundo se utiliza o preço de mercado à data do balanço.

### Quadro 24 – Composição dos ativos financeiros do FAT

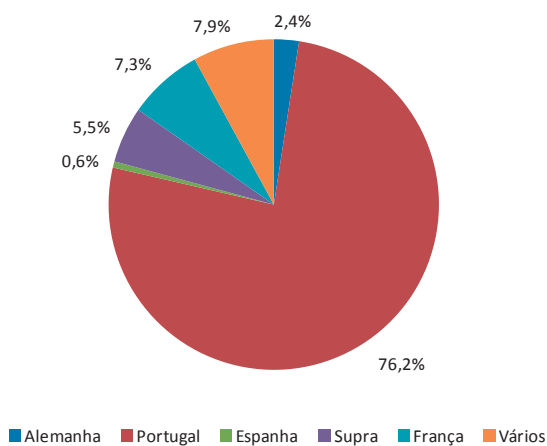
	Unidade: milhares de euros					
	VALORES DE AQUISIÇÃO	%	VALORES LÍQUIDOS	%	VALORES DE COTAÇÃO (em 31-12-12)	%
1. Partes de capital	0	0	0	0	0	0
2. Fundos de Investimento	3 770	1	3 594	1	3 868	1
3. Obrigações e Títulos de Participação	11 558	4	11 310	4	13 086	4
4. Títulos da Dívida Pública Portuguesa	14 883	5	14 584	5	16 032	5
<b>5. Σ(1,...,4)</b>	<b>30 211</b>	<b>10</b>	<b>29 488</b>	<b>10</b>	<b>32 986</b>	<b>11</b>
6. Depósitos e Outras Aplicações de Tesouraria	263 382	90	263 382	90	263 636	89
<b>7. Σ(5,6)</b>	<b>293 593</b>	<b>100</b>	<b>292 870</b>	<b>100</b>	<b>296 622</b>	<b>100</b>

<sup>29</sup> O FAT foi constituído com a transferência de património dos extintos Fundo de Garantia e Atualização de Pensões (FGAP) e Fundo de Atualização de Pensões de Acidentes de Trabalho (FUNDAP), que totalizava um valor negativo de 506 802 milhares de euros.

A política de investimento foi prudente e conservadora, tendo-se privilegiado os depósitos e outras aplicações de tesouraria na IGCP.

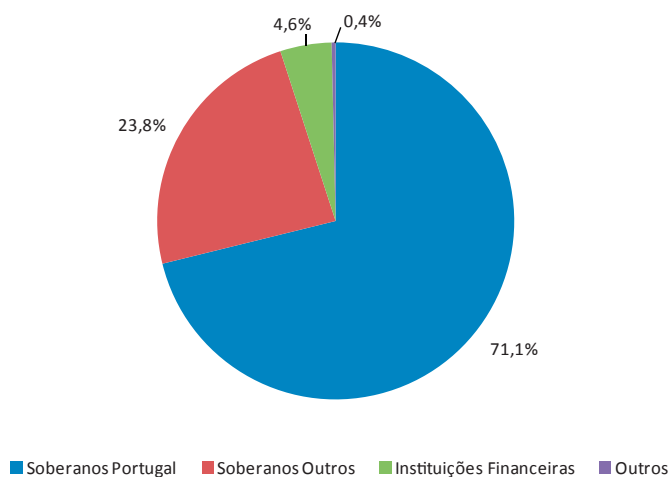
A figura seguinte evidencia a distribuição dos títulos de dívida pelos Países emitentes.

Figura 50 – Títulos de dívida por país emitente



Ao longo do ano 2012, a carteira de títulos do FAT manteve uma estrutura idêntica à do ano anterior. Na próxima figura, apresenta-se a distribuição setorial dos emitentes dos títulos em carteira.

Figura 51 – Distribuição setorial dos emitentes



A rentabilidade média dos investimentos financeiros foi de 12,7%, consistente com o perfil de risco conservador subjacente aos investimentos. Este resultado não é alheio ao facto de 71,1% da carteira corresponder a dívida soberana portuguesa, que conheceu uma significativa valorização em 2012.

A taxa média de rentabilidade das aplicações de curto prazo foi de 1,1%, obtida pela aplicação dos excedentes de tesouraria, junto do IGCP, em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC). Apesar de a remuneração ser inferior à da banca comercial, mantiveram-se disponibilidades elevadas devido à situação do país e dos mercados de capitais durante o ano 2012.

## E. Linha de orientação estratégica para o triénio 2013-2015

A linha de orientação estratégica definida pelo ISP, para o triénio 2013-2015, enquadra-se num contexto em que os mercados financeiros internacionais persistem em manter-se algo conturbados.

Não obstante o facto de os operadores do setor segurador e de fundos de pensões nacional estarem a atravessar este período de forma mais ou menos incólume, é fundamental que o ISP se mantenha vigilante e preparado para intervir prontamente em caso de necessidade.

Assim, em primeiro lugar, é fundamental manter o enfoque na perspetiva microprudencial, continuando a privilegiar uma supervisão próxima e atenta. Adicionalmente, dever-se-á manter a aposta na promoção dos mecanismos de governação dos operadores, assentes sobre sistemas de gestão de riscos e de controlo interno robustos, que lhes permitam precaver-se adequada e eficazmente contra os riscos que se lhes deparam ou podem vir a deparar. Do mesmo modo, também o ISP irá dar continuidade a uma supervisão prospetiva e cada vez mais orientada para os riscos.

Por outro lado, é também necessário acautelar a vertente macroprudencial, através da implementação de medidas que permitam a identificação de potenciais riscos sistémicos, a adoção de medidas de prevenção e / ou correção, bem como a adequada articulação entre as perspetivas macro e microprudencial.

Apesar dos sucessivos adiamentos que se têm verificado no que respeita à implementação do regime Solvência II, a EIOPA pretende avançar, a partir de 2014, com a adoção, por parte dos Estados-Membros, de um conjunto de medidas intercalares associadas a este novo regime. Consequentemente, torna-se fundamental encetar, desde já, os trabalhos de preparação, quer ao nível dos operadores, quer internamente no ISP.

Ainda no contexto internacional, durante este triénio serão dados os principais passos para a revisão do atual regime que regula os fundos de pensões, no sentido de o dotar, cada vez mais, de uma perspetiva orientada para os riscos, à semelhança do que está a suceder no mercado segurador.

No campo da mediação, está em fase de preparação pela Comissão Europeia a alteração à diretiva comunitária relativa à mediação de seguros (IMD), que irá acarretar a necessidade de transposição para o enquadramento jurídico nacional, bem como a adaptação dos atuais instrumentos regulatórios.

Manter-se-á, necessariamente, a premissa da proteção dos consumidores, procurando-se, cada vez mais, dotá-los dos conhecimentos e informação necessários que lhes permitam tomar decisões adequadas e ponderadas, face à sua realidade. Com efeito, continuar-se-á a trabalhar na implementação do plano de formação financeira, em articulação com as restantes autoridades de supervisão financeira nacionais.

Para o cumprimento da estratégia a que se propõe, o ISP conta, necessariamente, manter a aposta na retenção e motivação de um conjunto de quadros técnicos suficientes e competentes, o que se revela, cada vez mais, um forte desafio no atual contexto económico e financeiro.

A linha de orientação estratégica para o triénio em apreço pode ser resumida no seguinte conjunto de objetivos estratégicos:

1. Assegurar a definição e o cumprimento de adequados padrões de governação e níveis de solidez financeira por parte dos operadores;
2. Assegurar a implementação de elevados padrões de conduta por parte dos operadores;

3. Assegurar a transição eficaz e eficiente para o regime Solvência II;
4. Intensificar as análises ao nível macroeconómico, através do reforço dos mecanismos de monitorização e de avaliação dos riscos sistémicos;
5. Contribuir para a evolução equilibrada dos regimes jurídicos relevantes no âmbito de intervenção do mercado segurador e dos fundos de pensões;
6. Reforçar a proteção dos consumidores de seguros e fundos de pensões, promovendo a transparência, a simplicidade e a equidade no que se refere aos produtos e serviços comercializados;
7. Consolidar a estratégia de cooperação interinstitucional;
8. Dispor de recursos humanos suficientes, qualificados e motivados;
9. Maximizar a utilização eficiente dos recursos globais disponíveis, observando, simultaneamente, as melhores práticas de responsabilidade social.

## F. Principais objetivos para 2013

Para o ano 2013, e em linha com os objetivos estratégicos definidos, o ISP pretende dar prioridade aos seguintes aspetos:

- Manter uma supervisão contínua dos operadores, a nível individual e de grupo, agindo preferencialmente de forma preventiva;
- Aperfeiçoar o processo de supervisão baseado nos riscos dos operadores;
- Consolidar as estratégias de supervisão da governação dos operadores;
- Aprofundar e aperfeiçoar o processo de supervisão da prestação de informação financeira ao mercado por parte dos operadores;
- Reforçar o processo de supervisão *on-site* da conduta de mercado, aumentando a sua frequência através de ações segmentadas por linha de negócio;
- Reforçar a monitorização *off-site* da atuação dos operadores no âmbito da conduta de mercado;
- Analisar os pedidos de informação e reclamações, apresentados por particulares e organismos oficiais, relativamente ao exercício das atividades seguradora, de mediação de seguros e de gestão de fundos de pensões;
- Assegurar a implementação intercalar de alguns aspetos do regime Solvência II, quer em termos legislativos e regulamentares, quer do ponto de vista operacional, do ISP e dos operadores;
- Continuar a acompanhar os desenvolvimentos macroeconómicos e financeiros globais, antecipando e atuando de forma adequada face a riscos sistémicos emergentes e vulnerabilidades nos níveis de solidez financeira do mercado e de operadores nacionais;
- Prosseguir a implementação de soluções que contribuam para o equilíbrio entre os direitos dos consumidores, a proteção da mutualidade, a inovação e competitividade do mercado, bem como a estabilidade a nível macroeconómico;
- Efetuar um acompanhamento circunstanciado dos trabalhos legislativos, a nível europeu, com impacto no mercado segurador e dos fundos de pensões;
- Consolidar a regulamentação nas várias áreas de intervenção do ISP;
- Continuar a contribuir para o reforço da formação financeira e para a criação de uma cultura de perceção e mitigação dos riscos por parte dos consumidores;
- Garantir que é fornecida aos consumidores informação clara, relevante e imparcial sobre os custos, os riscos e os benefícios dos produtos do setor segurador e dos fundos de pensões;
- Potenciar e disseminar o conhecimento técnico do setor segurador e dos fundos de pensões, junto de grupos profissionais específicos;
- Otimizar a interação com entidades que intervêm no processo regulatório, com impacto nas áreas sob supervisão do ISP;
- Participar ativamente nas estruturas de cooperação e coordenação no domínio da regulação e supervisão do sistema financeiro nacional, bem como ao nível internacional;



- Manter a cooperação internacional com os países de língua oficial portuguesa;
- Garantir que o ISP dispõe de quadros motivados, em número e com qualidade adequados para cumprir a sua missão e responsabilidades;
- Garantir a crescente qualificação dos quadros do ISP, através de um adequado e criterioso planeamento e escolha das ações de formação a desenvolver;
- Proporcionar maior eficiência na realização dos processos internos e orientar o desenvolvimento dos sistemas de informação, através de uma gestão adequada e eficiente dos recursos (humanos, financeiros e materiais) do ISP;
- Implementar procedimentos que contribuam para a melhoria das condições de trabalho;
- Nortear a gestão operacional e o desenvolvimento da arquitetura de sistemas pelo cumprimento de boas práticas;
- Reforçar a estruturação dos sistemas de gestão de riscos e controlo interno do ISP.

## G. Proposta de aplicação de resultados referências e anexos

### 1. Proposta de Aplicação de Resultados

Em 2012, os resultados líquidos do ISP e dos Fundos por ele geridos foram os seguintes:

INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL	92 353,47 €
FUNDO DE GARANTIA AUTOMÓVEL	37 465 468,13 €
FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO	(28 887 321,84 €)

Nos termos do n.º 2 do art.º 30.º do Estatuto do ISP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 289/2001, de 13 de novembro, o resultado apurado no exercício 2012 fica em resultados transitados.

Nos termos da alínea c) do art.º 15.º daquele Estatuto, o Relatório de Atividades e as Contas do Exercício serão publicados no Diário da República, 2.ª Série, no cumprimento do estabelecido no Decreto-Lei n.º 116-C/2006, de 16 de Junho.

## 2. Referências

O Conselho Diretivo manifesta o seu agradecimento às seguintes pessoas e entidades:

- Ao Ministério das Finanças, pela forma como estimulou e acompanhou a atividade do Instituto e pela disponibilidade que sempre tem manifestado no âmbito desta fundamental relação institucional;
- À Comissão de Fiscalização, pela cooperação mantida que tem assumido a maior importância para o bom desenvolvimento e controlo da atividade;
- Ao Conselho Consultivo, pela forma eficiente e cooperante como exerceu as atribuições que lhe estão cometidas;
- Ao conjunto das várias entidades do setor segurador e fundos de pensões, pela boa colaboração desenvolvida que assume particular importância para o cumprimento das missões desta instituição;
- A todos os colaboradores do ISP, pelo seu continuado empenhamento na prossecução e constante evolução qualitativa dos objetivos deste Instituto.

Lisboa, aos 12 de março de 2013

### O CONSELHO DIRETIVO

José Figueiredo Almaça (**Presidente**)

Filipe Aleman Serrano (**Vice-Presidente**)

Maria de Nazaré Barroso (**Vogal**)

### 3. Anexo nos termos do n.º 6 do art.º 21.º do Estatuto do ISP

#### A) Conselho Diretivo

**José António Figueiredo Almaça**, Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Seguros de Portugal, à data da sua nomeação, detinha:

- 9 350 ações do Banco BPI, S.A., adquiridas pelo valor médio de 2,0987 €;
- 18 508 ações do Banco Comercial Português, S.A., adquiridas pelo valor médio de 0,9269 €; e
- 8 250 ações do Banco Espírito Santo, S.A., adquiridas pelo valor médio de 3,7626 €.

Mais se informa que as sociedades comerciais *supra* identificadas estão autorizadas pelo ISP a desenvolver a atividade de mediação de seguros.

**Filipe Alexandre Aleman Ferreira Serrano**, Vice-Presidente do Conselho Diretivo do Instituto de Seguros de Portugal, à data da sua nomeação, detinha 704 ações do Banco Comercial Português, S.A., sociedade comercial autorizada a desenvolver a atividade de mediação de seguros.

Das mencionadas 704 ações, 675 foram adquiridas pelo valor inicial de 1,85 € (um euro e oitenta e cinco centimos) por cada ação. Posteriormente, foram atribuídas ao declarante, em consequências de um aumento de capital, outras 29 ações a custo zero.

**Maria de Nazaré Rala Esparteiro Barroso**, Vogal do Conselho Diretivo do Instituto de Seguros de Portugal, à data da sua nomeação não detinha quaisquer valores mobiliários emitidos por empresas sujeitas à supervisão do ISP.

#### B) Comissão de Fiscalização

**Álvaro Pinto Correia**, Presidente da Comissão de Fiscalização do Instituto de Seguros de Portugal, detinha 16 494 ações do Banco Comercial Português, S.A., sociedade comercial autorizada pelo ISP a desenvolver a atividade de mediação de seguros.

**Manuel de Lima Dias Martins**, Vogal da Comissão de Fiscalização do Instituto de Seguros de Portugal, à data da sua nomeação, detinha 75 obrigações BES FINANCE VAR (02/2035) CALL.

As mencionadas obrigações foram adquiridas, em fevereiro de 2005, por 74 625 € (setenta e quatro mil seiscentos e vinte e cinco euros).

**Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus**, Revisora Oficial de Contas do Instituto de Seguros de Portugal, à data da sua nomeação não detinha quaisquer valores mobiliários emitidos por empresas sujeitas à supervisão do ISP.



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ISP - Instituto de Seguros de Portugal

## BALANÇO

## INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL

Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2012

ATIVO	2012		2011		(em Euros)
	ATIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES	ATIVO LÍQUIDO	ATIVO LÍQUIDO	
<b>IMOBILIZADO</b>					
<b>IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS</b>					
EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	127 992,96	127 992,96	0,00	0,00	4 300 000,00
EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	3 457 788,54	2 873 168,60	584 619,94	747 020,37	1 200 000,00
OUTRAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	7 990 520,09	7 573 981,68	416 538,41	515 850,90	124 468,71
IMOBILIZADO EM CURSO	113 169,30	113 169,30	113 169,30	192 329,94	92 353,47
	<b>11 689 470,89</b>	<b>10 575 143,24</b>	<b>1 114 327,65</b>	<b>1 455 201,21</b>	<b>5 716 822,18</b>
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>					
OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	2 604 150,00	0,00	2 604 150,00	1 116 288,20	
	<b>2 604 150,00</b>	<b>0,00</b>	<b>2 604 150,00</b>	<b>1 116 288,20</b>	
<b>CIRCULANTE</b>					
<b>DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO</b>					
CLIENTES, C/C	0,00	0,00	0,00	0,00	212 111,00
CONTRIBUÍNTES, C/C	857 858,78	0,00	857 858,78	2 208 531,48	18 168,38
DEVEDORES PELA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADIANTEMENTOS A FORNECEDORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADIANTEMENTOS AO PESSOAL	55 087,70	0,00	55 087,70	64 209,57	0,00
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	0,00	5 000,50
OUTROS DEVEDORES	34 696,14	0,00	34 696,14	22 655,40	361 958,43
	<b>947 642,62</b>	<b>0,00</b>	<b>947 642,62</b>	<b>2 295 396,45</b>	<b>405 780,93</b>
<b>CERTIFICADOS ESPECIAIS DE DÍVIDA DE CURTO PRAZO - CEDIC</b>					
<b>DEPÓSITOS E CAIXA</b>					
CONTAS NO IGCP	1 500 000,00	0,00	1 500 000,00	1 500 000,00	0,00
DEPÓSITOS À ORDEM - ISP	791 544,99	0,00	791 544,99	1 581 748,24	733,84
DEPÓSITOS À ORDEM - PR	7 994,38	0,00	7 994,38	8 853,83	7 823 883,75
DEPÓSITOS À ORDEM - CRC	7 823 883,75	0,00	7 823 883,75	8 541,75	8 541,75
DEPÓSITOS À ORDEM - ANPC	2 396 222,21	0,00	2 396 222,21	2 106 198,42	2 396 222,21
DEPÓSITOS À ORDEM - FAT	3 772 780,84	0,00	3 772 780,84	4 142 057,07	3 772 780,84
OUTRAS CONTAS DE DEPÓSITOS À ORDEM / ISP	39 449,41	0,00	39 449,41	40 677,31	7 994,38
CAIXA	1 666,28	0,00	1 666,28	1 441,75	774 725,17
	<b>14 833 541,86</b>	<b>0,00</b>	<b>14 833 541,86</b>	<b>7 889 518,37</b>	<b>15 161 467,50</b>
<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>					
ACRÉSCIMOS DE PROJETOS	13 787,91	0,00	13 787,91	9 858,14	690 406,10
CUSTOS DIFERIDOS	767 356,74	0,00	767 356,74	488 285,54	0,00
	<b>781 144,65</b>	<b>0,00</b>	<b>781 144,65</b>	<b>498 143,68</b>	<b>668 619,73</b>
<b>TOTAL DE AMORTIZAÇÕES</b>					
<b>TOTAL DE PROVISÕES</b>					
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>32 355 950,02</b>	<b>10 575 143,24</b>	<b>21 780 806,78</b>	<b>14 754 527,91</b>	<b>21 780 806,78</b>
<b>FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>					
<b>FUNDOS PRÓPRIOS</b>					
RESERVA PARA RISCOS DE ATIVIDADE					3 500 000,00
RESERVA PARA EQUILÍBRIO FINANCEIRO					0,00
RESULTADOS TRANSFERIDOS					46 302,39
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO					2 078 166,32
<b>TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS</b>					<b>5 624 468,71</b>
<b>PASSIVO</b>					
<b>PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS</b>					
PROVISÕES PARA PRÉMIOS DE PERMANÊNCIA					182 376,00
<b>DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO</b>					
FORNECEDORES, C/C					22 044,75
CREDORES PELA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO					0,00
ADIANTEMENTOS DE CLIENTES CONTRIB. E UTENTES					0,00
FORNECEDORES DE IMOBILIZADO, C/C					5 000,50
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS					361 958,43
OUTROS CREDITORES					0,00
REMUNERAÇÕES A LIQUIDAR					0,00
SINDICATOS					733,84
CERTIFICADOS RESPONS. CIVIL AUTOMÓVEL (CRC)					8 541,75
AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL (ANPC)					2 106 198,42
FUNDO DE ACIDENTES TRABALHADO (FAT)					3 772 780,84
PREVENÇÃO RODOVIÁRIA (PR)					7 994,38
DIVERSOS					1 584 610,49
	<b>15 161 467,50</b>				<b>8 279 063,47</b>
<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>					
ACRÉSCIMOS DE CUSTOS					668 619,73
PROJETOS DIFERIDOS					0,00
					<b>668 619,73</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>					<b>16 063 984,60</b>
<b>TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO</b>					<b>21 780 806,78</b>
					<b>14 754 527,91</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**  
**INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL**  
Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2012

(Em euros)

Custos e perdas	Exercícios			
	2012		2011	
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>		4 053 768,61		3 933 500,87
<b>Custos com o pessoal:</b>				
Remunerações	6 071 056,92		6 590 268,75	
Encargos Sociais				
Pensões	2 247 558,12		1 271 736,77	
Outros	1 830 222,74	10 148 837,78	2 147 206,91	10 009 212,43
<b>Transferências correntes concedidas e prestações sociais</b>		1 098 094,00		1 088 536,00
<b>Amortizações do exercício</b>	736 201,63		656 468,09	
<b>Provisões do exercício</b>	0,00	736 201,63	0,00	656 468,09
<b>Outros custos e perdas operacionais</b>				
Impostos e taxas	2 910,82		2 776,00	
Outros	78 458,34	81 369,16	284 630,35	287 406,35
<b>(A)</b>		<b>16 118 271,18</b>		<b>15 975 123,74</b>
<b>Custos e perdas financeiras</b>				
Juros suportados	0,00		0,00	
Outros custos e perdas financeiras	27 229,00	27 229,00	74 582,19	74 582,19
<b>(C)</b>		<b>16 145 500,18</b>		<b>16 049 705,93</b>
<b>Custos e perdas extraordinárias</b>		574 361,57		206 319,33
<b>(E)</b>		<b>16 719 861,75</b>		<b>16 256 025,26</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>92 353,47</b>		<b>2 078 166,32</b>
		<b>16 812 215,22</b>		<b>18 334 191,58</b>
<b>Proveitos e ganhos</b>				
<b>Vendas e prestações de serviços:</b>				
Vendas	0,00		0,00	
Prestações de serviços		0,00	638,49	638,49
<b>Impostos, taxas e outros</b>				
Empresas de seguros e S. G. F. pensões		15 725 368,91		17 341 181,08
<b>Outros proveitos e ganhos operacionais</b>		901 356,56		882 823,76
<b>(B)</b>		<b>16 626 725,47</b>		<b>18 224 643,33</b>
<b>Proveitos e ganhos financeiros</b>				
Juros obtidos	84 593,06		70 359,39	
Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	84 593,06	0,00	70 359,39
<b>(D)</b>		<b>16 711 318,53</b>		<b>18 295 002,72</b>
<b>Proveitos e ganhos extraordinários</b>		100 896,69		39 188,86
<b>(F)</b>		<b>16 812 215,22</b>		<b>18 334 191,58</b>
<b>Resumo:</b>		<b>2012</b>		<b>2011</b>
Resultados operacionais (B) - (A) =		<b>508 454,29</b>		<b>2 249 519,59</b>
Resultados financeiros (D-B) - (C-A) =		<b>57 364,06</b>		<b>(4 222,80)</b>
Resultados correntes (D) - (C) =		<b>565 818,35</b>		<b>2 245 296,79</b>
Resultado líquido do exercício (F) - (E) =		<b>92 353,47</b>		<b>2 078 166,32</b>

## FLUXOS DE CAIXA

## INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL

Gerência de 1 de Janeiro a 31 de dezembro de 2012

		Recebimentos		Capit. Grup.	Pagamentos		(em Euros)
Capit. Grup.							
16	01	<b>SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR</b>		<b>9 389 518,37</b>			<b>153 967 497,85</b>
		Execução orçamental	0,00	2 561 374,52			0,00
		De dotações orçamentais (OE)					
		De receitas próprias	2 561 374,52				
		Na posse do serviço	2 561 374,52				
		Na posse do Tesouro 2 519 255,46 €					
		De receita do Estado	301 427,71				
		De operações de tesouraria	6 526 716,14				
		Descontos em vencimentos e salários:					
		Receitas do Estado 256 235,14 €					
		<b>RECEITAS</b>		<b>16 091 152,34</b>			<b>15 631 994,50</b>
		Dotações orçamentais (OE)	0,00				
		Receitas Próprias	16 703 800,12				
		<b>CORRENTES</b>					
		Taxas	15 691 678,58				
		Juros - Administração pública	80 663,29				
		Vendas de bens	0,00				
		Serviços	899 625,28				
		Reposições não abatidas nos pagamentos	31 832,97				
		<b>CAPITAL</b>					
		Outros bens de investimentos	3 291,10				
		<b>Recebido do Tesouro em conta de receitas próprias</b>		0,00			
		<b>Importâncias retidas para entrega ao Estado ou outras entidades</b>					
		Receita do Estado	2 811 674,93				
		Operações de tesouraria	141 392 755,19				
		<b>Descontos em vencimentos e salários:</b>					
		Receita do Estado 2 501 905,80 €					
		Operações de tesouraria 241 391,33 €					
		<b>Total Geral</b>		<b>170 301 039,71</b>			<b>170 301 039,71</b>
		<b>DESPESAS</b>					
		Despesas Orçamentais (OE)					
		<b>Despesas orçamentais com compensação em receita própria e com ou sem transição dos saldos</b>					
		<b>CORRENTES</b>					
		Remunerações certas e permanentes	6 030 159,85				
		Abonos variáveis ou eventuais	58 317,09				
		Segurança Social	3 936 289,52				
		Aquisição de bens	234 367,58				
		Aquisição de serviços	3 856 078,21				
		Administração central SFA	1 098 094,00				
		Instituições sem fins lucrativos	11 571,50				
		Famílias	11 440,00				
		Resto do Mundo	365 536,93				
		Diversas	30 139,82				
		<b>CAPITAL</b>					
		Investimentos	390 879,63				
		Administração central (Estado)	0,00				
		Títulos a médio e longo prazo	1 432 080,00				
		<b>Entrega ao Tesouro em conta de receitas próprias</b>					
		<b>Descontos em vencimentos e salários:</b>					
		Receita do Estado 2 558 308,01 €					
		Operações de tesouraria 220 466,23 €					
		<b>Importâncias entregues ao Estado e outras entidades</b>					
		Receita do Estado	2 859 581,71				
		Operações de tesouraria	133 652 962,01				
		<b>SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE</b>					<b>16 333 541,86</b>
		Execução orçamental	0,00				1 817 781,84
		De dotações orçamentais (OE)					
		<b>De receitas próprias</b>					
		Na posse do serviço	1 817 781,84				
		Na posse do Tesouro 1 776 578,85 €					
		De receita do Estado					
		De operações de tesouraria					
		<b>Descontos em vencimentos e salários</b>					
		Receita do Estado 199 831,93 €					
		<b>Total Geral</b>		<b>170 301 039,71</b>			<b>170 301 039,71</b>

Saldo final da conta 24 = 361 958,51 € que se decompõe em 131 649,47 € (encarg. S. S.) + 230 130,49 € (retenções) + 178,55 € IVA  
 Dos 131 649,47 € de encargos, 108 607,12 € são do ISP e 23 042,35 € são referentes a encarg. do FGA e FAT que o ISP já recebeu



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL

Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2012

Na elaboração do anexo seguiu-se a ordem do P.O.C.P.

#### 8.1 – Caracterização da Entidade

8.1.1 – O Instituto de Seguros de Portugal, designado abreviadamente por ISP, é uma pessoa coletiva de direito público dotado de autonomia administrativa e financeira e de património próprio, sujeito à tutela do Ministro das Finanças.

A sua sede está situada na Avenida da República, n.º 76, 1600-205 Lisboa.

O ISP encontra-se inscrito no Registo Nacional de Pessoas Coletivas sob o nº 501328599 e com o código de atividade nº 84130.

O código de classificação orgânica atribuído ao ISP é o seguinte: 03 1 09 03 00.

8.1.2 – O Estatuto do ISP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 289/01 de 13 de novembro, com a declaração de retificação nº 20/AQ/2001, de 30 de novembro e com a alteração pelo Decreto-Lei nº 195/2002, de 25 de setembro.

No que respeita ao seu regime financeiro, o artigo 33º do Estatuto, estabelece o seguinte:

*“1 – A atividade de gestão financeira e patrimonial do ISP, em tudo o que não for especialmente regulado pelo presente diploma, rege-se exclusivamente pelo regime jurídico das entidades públicas empresariais, não lhe sendo aplicável o regime geral da atividade financeira dos fundos e serviços autónomos.*

*2 – O orçamento anual do ISP, que será elaborado de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade, depende de aprovação prévia do Ministro das Finanças.*

*3 – A contabilidade do ISP é elaborada de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade, não lhe sendo aplicável o regime da contabilidade pública.*

*4 – Compete ao ISP a gestão dos fundos públicos conexos ou complementares da atividade seguradora.*

*5 – Salvo disposição legal em contrário, o ISP representa, para todos os efeitos, os fundos cuja gestão lhe está confiada por lei e exerce todos os seus direitos e obrigações.*

*6 – Na gestão dos fundos que lhe estão confiados e nos processos de intervenção em empresas para fins de saneamento e de liquidação, o ISP pode renunciar a créditos e perdoar dívidas, dar e aceitar dações em pagamento e transigir em juízo ou fora dele.*

*7 – Na gestão dos fundos que estão confiados ao ISP aplicam-se os n.os 1 a 3 do presente artigo.*

8 — Sem prejuízo da competência do Tribunal de Contas quanto a esta matéria, a contabilidade do ISP pode, por iniciativa do conselho diretivo, ser auditada por entidades independentes.”

8.1.3 – São órgãos do ISP o Conselho Diretivo, o Conselho Consultivo e a Comissão de Fiscalização, cuja constituição e respetivas atribuições estão definidas nos artigos 7º a 28º do Estatuto do ISP.

### Organograma



8.1.4 – A atividade do ISP consiste na regulamentação, fiscalização e supervisão da atividade seguradora, resseguradora, de mediação de seguros e de fundos de pensões, bem como as atividades conexas ou complementares daquelas.

No âmbito dessa atividade, o ISP assegura ainda a cooperação com as autoridades de outros Estados nos domínios da sua competência, em particular com as autoridades congéneres dos Estados-Membros da União Europeia, a colaboração com as autoridades nacionais nos domínios da sua competência e, em particular, com as outras autoridades de supervisão financeira.

8.1.5 – Recursos Humanos

### **Identificação dos responsáveis pela Direção da entidade**

#### **Conselho Diretivo**

Composição do Conselho Diretivo até 31/08/2012

Fernando Dias Nogueira (Presidente)  
António Manuel da Silva Osório (Vice-Presidente)  
Rodrigo Fernandes Homem de Lucena (Vogal)  
Rui Carlos Alvarez Carp (Vogal)

Composição do Conselho Diretivo a partir de 01/09/2012

José António Figueiredo Almaça (Presidente)  
Filipe Alexandre Aleman Ferreira Serrano (Vice-Presidente)  
Maria de Nazaré Rala Esparteiro Barroso (Vogal)

### **Identificação dos responsáveis por Direções / Departamentos**

#### **Gabinete de Documentação**

Marta da Conceição Guilherme da Cruz

#### **Gabinete de Qualidade**

Pedro Manuel Cardoso Veludo

#### **Direção de Supervisão**

António Manuel Egídio Reis

##### **Departamento de Supervisão de Empresas de Seguros**

Ana Cristina Guerra Fernandes dos Santos

##### **Departamento de Supervisão Financeira de Fundos de Pensões**

Jorge Manuel da Silva Mendes Carriço

##### **Departamento de Supervisão de Conduta de Mercado**

Eduardo Alberto Farinha Pereira

##### **Departamento de Autorizações e Registo**

Vicente Rato Barracas Mendes Godinho

**Direção de Desenvolvimento e Relações Institucionais**

Mário Rui Garcia Ribeiro

**Departamento de Política Regulatória e Relações Institucionais**

Maria Eduarda Vieira Ribeiro

**Departamento de Análise de Riscos e Solvência**

Hugo Miguel Moreira Borginho

**Departamento de Estatística e Controlo de Informação**

José Manuel Santos Pavão Nunes

**Direção de Comunicação e Relações com os Consumidores**

Rui Manuel Lopes Fidalgo

**Gabinete de Monotorização da Publicidade e da Comercialização à Distância**

Paula Cristina Ribeiro C. Ramalho Alves

**Gabinete de Comunicação**

Ana Luísa Ribeiro Gonzaga dos Santos Ferreira

**Departamento de Relações com os Consumidores**

Francisco Luís Freire Ribeiro Alves

**Departamento Administrativo**

Paulo Manuel Rocha Líbano Monteiro

**Departamento Financeiro**

Maria Jacinta Dias

**Departamento Jurídico**

João Miguel Roberto Santa Rita Colaço

**Departamento de Recursos Humanos**

Armando José Pinheiro Santos

**Departamento de Sistemas de Informação**

Gil Manuel Gama Lobo Salema da Costa

**Pessoal do quadro em 31-12-12**

<b>Grupos de Categorias</b>	<b>Efetivos em 31-12-12</b>
Diretores	16
Chefias Intermédias	11
Técnicos	120
Administrativos	17
Outros	10
<b>Totais</b>	<b>174</b>

### Pessoal efetivo por estruturas e outras situações

<b>Estruturas</b>	<b>Efetivos</b>
Secretariado do Conselho Diretivo	2
Gabinete de Documentação	3
Gabinete de Qualidade	1
Direção de Supervisão	4
Departamento de Supervisão Financeira de Empresas de Seguros	16
Departamento de Supervisão Financeira de Fundos de Pensões	6
Departamento de Supervisão de Conduta de Mercado	12
Departamento de Autorizações e Registo	14
Direção de Desenvolvimento e Relações Institucionais	3
Departamento de Política Regulatória e Relações Institucionais	10
Departamento de Análise de Riscos e Solvência	10
Departamento de Estatística e Controlo de Informação	6
Direção de Comunicação e Relações com os Consumidores	2
Gab. de Monitorização da Publicidade e Comerc. à Distância	3
Gabinete de Comunicação	5
Departamento de Relações com os Consumidores	16
Departamento Administrativo	18
Departamento Financeiro	11
Departamento Jurídico	7
Departamento de Recursos Humanos	6
Departamento de Sistemas de Informação	16
Requisições	2
Licenças Sem Vencimento	1
<b>TOTAL</b>	<b>174</b>

#### 8.1.6 – Organização contabilística

O sistema de informação contabilística está centralizado na sede, com Demonstrações Financeiras intercalares.

Os registos contabilísticos do ISP estão assentes no sistema informático ERP Minimal, abrangendo a Contabilidade Geral, Contabilidade Orçamental, Controlo de Imobilizado, Aquisições de Bens e serviços e Recursos Humanos.

Relativamente à utilização deste sistema de informação, para além dos manuais de procedimentos disponíveis para consulta, foram implementadas séries de validações no registo de dados cujo objetivo é a minimização dos erros por parte do utilizador.

Todos os registos efetuados na contabilidade estão apoiados por justificativos em papel, os quais são arquivados por data de lançamentos em pastas de arquivo próprias.

É ainda prestada mensalmente, às entidades competentes, toda a informação prevista na legislação sobre a execução do Orçamento do Estado.

**8.2. – NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO  
INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL**

**Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2012**

Na elaboração do anexo seguiu-se a ordem do P.O.C.P.

Notas aplicáveis: 8.2.3, 8.2.7, 8.2.8, 8.2.24, 8.2.32, 8.2.37, 8.2.38, 8.2.39, 8.3.1, 8.3.2, 8.3.4 e 8.3.5

8.2.3 - Os critérios valorimétricos utilizados relativamente às contas do balanço e da demonstração dos resultados:

Imobilizações corpóreas

O imobilizado corpóreo está contabilizado ao custo de aquisição.

**Amortizações**

Efetuada em conformidade com o Decreto - Regulamentar nº 25/2009, de 14 de setembro.

**Outras rubricas**

As restantes rubricas do balanço estão valorizadas ao custo de aquisição.

Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros estão contabilizados ao custo de aquisição, e as provisões foram efetuadas, com base nas cotações de 31 de dezembro de 2012.

8.2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões.

**ATIVO BRUTO**

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL
<b>Imobilizações corpóreas</b>					
Equipamento de transporte	127 992,96	0,00	0,00	0,00	127 992,96
Equipamento administrativo	3 407 588,39	163 183,26	(67 674,33)	(45 308,78)	3 457 788,54
Outras imobilizações corpóreas	7 687 691,02	193 404,67	(68,02)	109 492,42	7 990 520,09
Imobilizações em curso	192 329,94	39 142,30	0,00	(118 302,94)	113 169,30
<b>Investimentos financeiros</b>					
Outras aplicações financeiras (OT's)	1 172 070,00	1 432 080,00	0,00	0,00	2 604 150,00
<b>TOTAL</b>	<b>12 587 672,31</b>	<b>1 827 810,23</b>	<b>(67 742,35)</b>	<b>(54 119,30)</b>	<b>14 293 620,89</b>

**AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES**

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
<b>Imobilizações corpóreas</b>				
Equipamento de transporte	127 992,96	0,00	0,00	127 992,96
Equipamento administrativo	2 660 568,12	325 451,42	112 850,94	2 873 168,60
Outras imobilizações corpóreas	7 171 840,02	410 750,21	8 608,55	7 573 981,68
<b>Provisões investimentos financeiros</b>				
Títulos e outras aplicações	55 801,80	0,00	55 801,80	0,00
<b>Provisões para riscos e encargos</b>				
Prov. p/prémios de permanência	182 376,00	29 735,00	0,00	212 111,00
<b>TOTAL</b>	<b>10 198 578,90</b>	<b>765 936,63</b>	<b>177 261,29</b>	<b>10 787 254,24</b>

8.2.24 - Valor das dívidas ativas e passivas respeitantes ao pessoal

**Dívidas do pessoal**

Adiantamentos **55 087,70 €**

**Dívidas ao pessoal**

Férias a pagar em 2013 **560 220,00 €**

8.2.31 - Desdobramento das contas de provisões acumuladas e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício.

Código das contas	RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
292	<b>Provisões para riscos e encargos</b>				
	Prov. p/prémios de permanência	182 376,00	29 735,00	0,00	212 111,00
49	<b>Provisões para investimentos financeiros</b>				
	Obrigações do Tesouro	55 801,80	0,00	55 801,80	0,00
	<b>TOTAL</b>	<b>238 177,80</b>	<b>29 735,00</b>	<b>55 801,80</b>	<b>212 111,00</b>

8.2.32 - Fundo Patrimonial - movimentos ocorridos no exercício.

RUBRICAS	SALDO INICIAL Credor /(Devedor)	MOVIMENTOS DO EXERCÍCIO		SALDO FINAL Credor /(Devedor)
		DÉBITO	CRÉDITO	
Reserva para riscos de atividade	3 500 000,00	0,00	800 000,00	4 300 000,00
Reserva para equilíbrio financeiro	0,00	0,00	1 200 000,00	1 200 000,00
Resultados transitados	46 302,39	2 000 000,00	2 078 166,32	124 468,71
Resultado líquido do exercício	2 078 166,32	2 078 166,32	92 353,47	92 353,47
<b>TOTAL</b>	<b>5 624 468,71</b>	<b>4 078 166,32</b>	<b>4 170 519,79</b>	<b>5 716 822,18</b>

8.2.37 - Demonstração dos resultados financeiros.

CUSTOS E PERDAS		Exercícios		PROVEITOS E GANHOS		Exercícios	
		2012	2011			2012	2011
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	52 470,00	781	Juros obtidos	84 593,06	70 359,39
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	26,59	26,10	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	786	Descontos pronto pagamentos obtidos	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiras	27 202,41	22 086,09	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
	<b>Resultados financeiros</b>	<b>57 364,06</b>	<b>(4 222,80)</b>				
		<b>84 593,06</b>	<b>70 359,39</b>			<b>84 593,06</b>	<b>70 359,39</b>

8.2.38 - Demonstração dos resultados extraordinários.

CUSTOS E PERDAS		Exercícios		PROVEITOS E GANHOS		Exercícios	
		2012	2011			2012	2011
692	Dívidas incobráveis	0,00	0,00	794	Ganhos em imobilizações	3 336,18	2 687,25
694	Perdas em imobilizações	402,16	161,33	796	Reduções de amortizações e provisões	55 801,80	0,00
695	Multas e penalidades	0,00	0,00				
697	Correções relativas a exercícios anteriores	573 959,41	206 158,00	797	Correções relativas a exercícios anteriores	41 758,71	36 479,61
698	Outros custos e perdas extraordinários	0,00	18,74	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	0,00	22,00
	<b>Resultados extraordinários</b>	( 473 464,88)	( 167 149,21)				
		<b>100 896,69</b>	<b>39 188,86</b>			<b>100 896,69</b>	<b>39 188,86</b>



8.2.39 - Outras informações, consideradas relevantes para a melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

8.2.39.1 - Acréscimos e diferimentos

Em 31 de dezembro de 2012 os saldos destas contas apresentavam a seguinte composição:

**Acréscimos de Proveitos:**

Juros de depósitos	404,24 €
Juros de obrigações	<u>13 383,67 €</u>
	<b>13 787,91 €</b>

**Custos Diferidos:**

Diversos (rendas, seguros e outros)	<b>767 356,74 €</b>
-------------------------------------	---------------------

**Acréscimos de Custos:**

Encargos com férias a pagar em 2013	560 220,00 €
Auditoria externa e comissão de gestão do fundo de pensões	89 996,88 €
Diversos (água, eletricidade, telefone e outros)	<u>40 189,22 €</u>
	<b>690 406,10 €</b>

8.2.39.2 - As remunerações atribuídas aos órgãos sociais foram as seguintes:

Conselho Diretivo (\*)

Presidente	182 194,92 €
Vice - Presidente	168 834,72 €
Vogal	155 195,64 €
Vogal	106 731,16 €
Sub - Total	612 956,44 €

Comissão de Fiscalização

Presidente	0,00 €
ROC	16 380,00 €
Vogal	13 104,00 €

Sub - Total 29 484,00 €

Conselho Consultivo (**senha de presença de € 191 cada reunião**) 382,00 €

TOTAL 642 822,44 €

(\*) – Alteração da composição do Conselho Diretivo de 4 para 3 Membros em 01 de setembro de 2012

## 8.3 – Notas sobre o processo orçamental e respectiva execução

### 8.3.1 – Alterações orçamentais

Classificação económica		Alterações orçamentais					Reposições abatidas aos pagamentos	Dotações corrigidas	Observações
		Dotações iniciais	Transferências de verbas entre rubricas		Créditos especiais (aumento da despesa)	Modif. na redação da rubrica			
Códigos	Descrição		Reforços	Anulações			(6)	(7)	(8)
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)
<b>1 - Despesa</b>									
<b>Despesas correntes</b>									
<b>01</b>	<b>Despesas com o pessoal</b>		<b>993 940</b>	<b>993 940</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		
01 01 02	Órgãos sociais	800 200	0	200 000	0	0	0	600 200	
01 01 04	Pessoal dos quadros-regime contrato individual de trabalho	5 308 600	0	204 440	0	0	0	5 104 160	
01 01 14	Subsídio de férias e de Natal	0	4 440	0	0	0	0	4 440	
01 02 01	Gratificações variáveis ou eventuais	600 000	0	587 300	0	0	0	12 700	
01 03 05 A0 A0	Caixa Geral de Aposentações	10 148	2 200	0	0	0	0	12 348	
01 03 05 A0 B0	Segurança Social	1 487 284	0	2 200	0	0	0	1 485 084	
01 03 08	Outras pensões	1 300 000	950 000	0	0	0	0	2 250 000	
01 03 09	Seguros	367 600	37 300	0	0	0	0	404 900	
<b>02</b>	<b>Aquisição de bens e serviços</b>		<b>345 500</b>	<b>192 500</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		
02 01 02	Combustíveis e lubrificantes	61 000	12 500	0	0	0	0	73 500	
02 01 04	Limpeza e higiene	20 000	0	7 200	0	0	0	12 800	
02 01 07	Vestuário e artigos pessoais	3 000	0	1 400	0	0	0	1 600	
02 01 08	Material de escritório	135 600	0	6 300	0	0	0	129 300	
02 01 15	Prémios, condecorações e ofertas	5 000	0	100	0	0	0	4 900	
02 01 19	Artigos honoríficos e de decoração	4 000	0	4 000	0	0	0	0	
02 01 21	Outros bens	23 000	4 000	0	0	0	0	27 000	
02 02 01	Encargos das instalações	132 000	18 000	0	0	0	0	150 000	
02 02 03	Conservação de bens	146 250	0	5 000	0	0	0	141 250	
02 02 04	Locação de edifícios	1 451 000	23 000	0	0	0	0	1 474 000	
02 02 09 A0 00	Acessos à internet	25 000	0	15 000	0	0	0	10 000	
02 02 09 B0 00	Comunicações fixas de dados	90 000	40 000	0	0	0	0	130 000	
02 02 11	Representação dos serviços	30 000	0	15 000	0	0	0	15 000	
02 02 12 B0 00	Outras	33 600	0	5 000	0	0	0	28 600	
02 02 13	Deslocações e estadas	193 000	105 500	0	0	0	0	298 500	
02 02 14 A0 00	Serviços de natureza informática	60 000	22 000	0	0	0	0	82 000	
02 02 14 B0 00	Outros	400 000	43 000	0	0	0	0	443 000	
02 02 15 B0 00	Outras	173 000	0	11 500	0	0	0	161 500	
02 02 16	Seminários, exposições e similares	50 000	16 000	0	0	0	0	66 000	
02 02 17	Publicidade	100 000	0	31 000	0	0	0	69 000	
02 02 18	Vigilância e segurança	140 000	0	6 000	0	0	0	134 000	
02 02 19 A0 00	Equipamento informático - hardware	125 000	0	61 500	0	0	0	63 500	
02 02 19 B0 00	Equipamento informático - Software	150 000	0	23 500	0	0	0	126 500	
02 02 19 C0 00	Outros	43 500	10 000	0	0	0	0	53 500	
02 02 20 A0 00	Serviços de natureza informática	565 000	20 000	0	0	0	0	585 000	
02 02 20 C0 00	Outros	148 700	26 500	0	0	0	0	175 200	
02 02 25	Outros serviços	55 800	5 000	0	0	0	0	60 800	
<b>04</b>	<b>Transferências correntes</b>		<b>5 000</b>	<b>110 000</b>	<b>833 094</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		
04 02 02	Companhias de seguros e fundos de pensões	110 000	0	110 000	0	0	0	0	
04 03 05	Autoridade da Concorrência	265 000	0	0	833 094	0	0	1 098 094	
04 07 01	Instituições sem fins lucrativos	10 000	5 000	0	0	0	0	15 000	
<b>06</b>	<b>Outras despesas correntes</b>		<b>10 000</b>	<b>58 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		
06 02 01	Impostos e taxas	95 000	0	58 000	0	0	0	37 000	
06 02 03 A0 00	Outros	20 000	10 000	0	0	0	0	30 000	
<b>Despesas de capital</b>									
<b>07</b>	<b>Aquisição de bens de capital</b>		<b>120 000</b>	<b>120 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		
07 01 07 B0 B0	Hardware outros	275 000	0	120 000	0	0	0	155 000	
07 01 08 B0 B0	Software outros	100 893	120 000	0	0	0	0	220 893	
<b>09</b>	<b>Ativos financeiros</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1 450 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		
09 03 05	Administração pública central - Estado	0	0	0	1 450 000	0	0	1 450 000	
<b>TOTAL</b>			<b>1 474 440</b>	<b>1 474 440</b>	<b>2 283 094</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		

### 2 - Receita

Classificação económica		Previsões iniciais	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas	Observações
Códigos	Descrição		Créditos especiais	Reforços	Anulações		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)+(5)-(6)	(8)
<b>Receitas de capital</b>							
<b>16</b>	<b>Saldo da gerência anterior</b>		<b>2 561 375</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		
16 01 01	Na posse dos serviços	0	2 561 375	0	0	2 561 375	
<b>TOTAL</b>			<b>2 561 375</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		

8.3.2 - Contratação administrativa

1 - Situação dos contratos

Entidade	Contrato				Visto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento	Pagamentos na gerência			Pagamentos acumulados			Observações
	Objeto	Data	Valor	Número do registo	Data	Trabalhos normais		Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)
AF Investimentos	Arrendamento	11.09.98	16 080	-	-	02.01.12	16 080	-	-	-	-	-	-	Rua Júlio Dinis - Porto
AF Investimentos	Parqueamentos	01.08.99	1656	-	-	02.01.12	1656	-	-	-	-	-	-	C. Gulbenkian
Amadeu H. Batista	Arrendamento	01.01.81	6 996	-	-	02.01.12	6 996	-	-	-	-	-	-	Armazém Portinha
Bloomberg	Ser. Informação financeira	01.01.12	84 386	-	-	02.01.12	84 386	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Câmara Municipal de Lisboa	Reclamo luminoso e mastros bandeiras	01.03.12	867,70	-	-	01.03.12	867,70	-	-	-	-	-	-	Licença de utilização via pública
Câmara Municipal de Lisboa	Detecção Aut. Incêndios Olatas	01.11.12	665,50	-	-	02.11.12	665,50	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Câmara Municipal de Lisboa	Det. Aut. Incêndios Av. Rep. 76	01.11.12	665,50	-	-	02.11.12	665,50	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Canon Hygiene	Serviços de higiene	14.05.12	1457	-	-	01.03.12	1457,39	-	-	-	-	-	-	Manutenção e Assistência
Caixa Gest	Serviços de aconselhamento	01.01.12	47970	-	-	02.01.12	47970	-	-	-	-	-	-	Serviço de aconselhamento
Cap Gemini	Administração de sistemas	01.02.12	19 195,90	-	-	01.02.12	19 195,90	-	-	-	-	-	-	Serviços de consultoria
Cap Gemini	Manutenção da solução VM Ware	01.01.12	18 566,85	-	-	02.12.12	18 566,85	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Cap Gemini	Desenvolvimento aplicacional	01.02.12	179 707,08	-	-	01.02.12	179 707,08	-	-	-	-	-	-	Serviços de consultoria
César de Araujo	Assessoria jurídica	01.01.12	18 322,32	-	-	02.01.12	18 322,32	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Climex, SA	Limpeza do edifício sede	01.02.12	59 468,64	-	-	01.02.12	59 231,76	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Climex, SA	Fornecimento de consumíveis de WC	01.01.12	11232,84	-	-	28.01.12	11232,84	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Climex, SA	Limpeza das instalações dos Fundos	01.01.12	22 19,76	-	-	02.01.12	22 19,76	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Comp.ª Seguros Fidelidade Mundial	Seg. Resp. Civil	16.09.12	179,57	-	-	25.07.12	179,57	-	-	-	-	-	-	Apólice 6.000.559
Comp.ª Seguros Fidelidade Mundial	Seg. Equip. Eletrónico	16.04.12	4 663,01	-	-	04.04.12	4 663,01	-	-	-	-	-	-	Apólice 4.700.820
Comp.ª Seguros Fidelidade Mundial	Seguro Frota Automóvel	01.01.12	4 530,21	-	-	06.12.12	4 530,21	-	-	-	-	-	-	Apólice 860.000.180
Comp.ª Seguros Fidelidade Mundial	Seguro Caução Tesouraria	06.04.12	44,88	-	-	08.05.12	44,88	-	-	-	-	-	-	Apólice 69.251
Comp.ª Seguros Fidelidade Mundial	Seg. Multi. Risco Comercial	01.04.12	3 792,07	-	-	02.04.12	4 129,44	-	-	-	-	-	-	Apólice 5.026.000
Comp.ª Seguros Fidelidade Mundial	Seguro Doença grupo	01.01.12	395 142,80	-	-	19.01.12	395 142,80	-	-	-	-	-	-	Apólices nºs 9901950, 9901954 e 9901950
Comp.ª Seguros Fidelidade Mundial	Seguro Acidentes Trabalho	01.01.12	23 494,04	-	-	15.03.12	23 494,04	-	-	-	-	-	-	Apólices nºs 6104443
Comp.ª Seguros Fidelidade Mundial	Seguro Vida Grupo	01.01.12	64 293,30	-	-	10.09.12	64 293,30	-	-	-	-	-	-	Apólice nº 1105001269
Comp.ª Seguros Fidelidade Mundial	Seguro Acidentes Pessoais	01.01.12	1053,86	-	-	25.07.12	1053,86	-	-	-	-	-	-	Apólice nº 50016139
Convex	Manutenção Vasco Data Security	01.01.12	420,66	-	-	01.04.12	420,66	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Convex	Manutenção software fax	01.01.12	562,85	-	-	02.11.12	562,85	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
CTT - Correios de Portugal SA	Envio de correspondência	01.01.12	97 027,43	-	-	02.01.12	97 027,43	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Dualinfor	Manutenção Multi-funcionais	01.01.12	18 691,17	-	-	02.12.12	18 303,79	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
EDP	Fornec. Energia Elétrica	01.01.12	127 641,35	-	-	02.01.12	127 641,35	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Eurotext	Manutenção software autowert Porto	19.10.12	777,98	-	-	01.10.12	777,98	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Elo	Assistência técnica	01.01.12	814,48	-	-	02.01.12	814,48	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Elo	Assistência software	01.02.12	1723,97	-	-	01.02.12	1723,97	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
EPAL	Fornecimento Água	01.01.12	7 920,95	-	-	02.01.12	7 920,95	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Finlog	Aluguer Operacional de Veículos	01.01.12	53 150,06	-	-	02.01.12	53 150,06	-	-	-	-	-	-	Contrato a 4 anos, o valor reflete só o exercício
Gartner Portugal	Serviços de assessoria informática	01.01.12	17 206,44	-	-	03.12.12	16 704,63	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Grupo 8	Serviços de vigilância instalações	01.07.12	105 175,78	-	-	02.07.12	105 174	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Grupo 8	Serviço de receção	01.01.12	18 597,6	-	-	04.01.11	18 837,45	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Huser Gestão	Arrendamento Arquivo	01.01.12	25 128	-	-	02.01.12	25 128	-	-	-	-	-	-	Arquivo Geral do ISP
Granjar, Lda	Manut. Ar Condicionado - Lisboa	01.07.12	18 302,40	-	-	01.02.12	18 302,40	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Granjar, Lda	Manut. Ar Condicionado - Porto	30.10.12	2 399,35	-	-	01.02.12	2 399,35	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Horto do Campo Grande, Lda	Cortato Manut. Edifício Rep. 59	01.01.12	2 760,12	-	-	04.01.12	2 760,12	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Horto do Campo Grande, Lda	Cortato Manut. plantas Sede	01.01.12	2 952	-	-	02.01.12	2 952	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Himolins-Grupos Electrónicos	Manutenção gerador Av. Rep. 76	02.03.12	1 097,68	-	-	02.05.12	1 097,68	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
IBM	Serviço de recuperação de dados	01.01.12	59 224,50	-	-	02.04.12	59 224,50	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
International House	Ensino de línguas - FGA	02.01.12	2 600	-	-	02.01.12	2 600	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
International House	Ensino de línguas	02.01.12	2 600	-	-	02.01.12	2 600	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
International House	Ensino de línguas	07.05.12	831	-	-	01.10.12	831	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Jet Color	Fornecimento de água	01.01.12	4 814,21	-	-	01.02.12	4 814,21	-	-	-	-	-	-	Aluguer de Equipamentos
Leaseplan	Aluguer Operacional de Veículos	01.01.12	63 892,51	-	-	01.02.12	63 892,51	-	-	-	-	-	-	Contrato a 4 anos, o valor reflete só o exercício
Locarent	Aluguer Operacional de Veículos	01.01.12	93 884,21	-	-	02.01.12	93 884,21	-	-	-	-	-	-	Contrato a 4 anos, o valor reflete só o exercício
Maqumoi, Lda	Manutenção de bombas sede	01.04.12	787,20	-	-	02.01.12	787,20	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Media Monitor	Serviço de recortes de imprensa	02.04.12	11 964,72	-	-	01.02.12	11 964,72	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Minimal	Manutenção de Licenças	01.03.12	20 708,52	-	-	01.02.12	20 708,52	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Millennium BCPRenting	Aluguer Operacional de Veículos	01.01.12	16 218,72	-	-	02.01.12	16 218,72	-	-	-	-	-	-	Contrato a 4 anos, o valor reflete só o exercício
Multirent	Aluguer Operacional de Veículos	01.01.12	48 162,54	-	-	01.02.12	48 162,54	-	-	-	-	-	-	Contrato a 4 anos, o valor reflete só o exercício
Mundiporta, Lda	Manutenção portas automáticas sede	19.03.12	356,70	-	-	01.02.12	356,70	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Município do Porto	Licença de Publicidade	01.01.12	77,50	-	-	01.02.12	77,50	-	-	-	-	-	-	Licença de utilização via pública
NÓNIO HROSS	Manutenção Ar Condicionado	27.01.12	1 999	-	-	01.03.12	0,00	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
NORFN	Arrendamento	27.04.12	315 936,72	-	-	04.01.12	315 936,72	-	-	-	-	-	-	Instalações da Av. da República, 59
Novabase	Manutenção do Winlib 2000	01.01.12	2 996,37	-	-	01.02.12	2 996,37	-	-	-	-	-	-	Software
Ondiser	Manutenção UPS - Lisboa	28.08.12	2 434,17	-	-	02.11.12	2 434,17	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Ondiser	Manutenção UPS - Porto	20.10.12	1 727,32	-	-	02.11.12	1 727,32	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
ONI	Comunicação de voz e dados	01.01.12	83 332,09	-	-	04.01.12	83 332,09	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
OTIS	Manutenção elevadores sede	01.01.12	16 673,15	-	-	02.01.12	16 673,15	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Papiro	Manutenção Arquivo	01.02.12	9 755,76	-	-	01.03.12	9 755,76	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Planotécnica, Lda	Manutenção e desenhagem	09.04.12	580,00	-	-	01.01.12	0,00	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Portugal Telecom Prime	Comunicações de voz	01.01.12	4 141,74	-	-	01.02.12	4 141,74	-	-	-	-	-	-	Comunicações de voz
Postlog / CTT Expresso	Despacho de Correio Urgente	01.01.12	10 883,25	-	-	02.01.12	10 883,25	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
PRIBERAM INFORMÁTICA, Lda.	Sistema Lexig e codinfo	01.04.12	4 532,55	-	-	16.02.12	4 532,55	-	-	-	-	-	-	Licenças de Software
Prosegur, Lda	Manutenção sistema de vídeo-vigilância	01.01.12	3 226,82	-	-	01.03.12	3 226,82	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Reditus Business Solutions, SA	Manutenção sistema de backup Arcserve/Aros	01.01.12	2 482,71	-	-	01.02.12	2 482,71	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Reiswolf, SA	Recolha e destruição confidencial de doc.	01.05.12	4 342,32	-	-	02.01.12	4 342,32	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Staff&Line	Software EasyVista	12.10.12	2 878,2	-	-	01.10.12	2 878,2	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Segur-Fogo, Lda.	Manutenção de extintores	01.01.12	3 562,60	-	-	02.07.12	3 562,60	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Soicifide	Contrato de arrendamento	02.01.08	1693 635,84	-	-	02.01.12	693 635,84	-	-	-	-	-	-	Instalações da Av. da República, 76
Servilimpe, Lda	Piquete da Av. Rep. 59	01.01.12	11 639,40	-	-	27.01.12	11 639,40	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Servilimpe, Lda	Piquete da Av. Rep. 76	01.01.12	22 730,40	-	-	27.01.12	22 730,40	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Sr. Hans Hekmer Valério	Ensino de línguas	02.01.12	4 840	-	-	08.02.12	3 730,30	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
The Language Company	Ensino de línguas	06.10.12	6 353,30	-	-	02.01.12	4 447,31	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
The Language Company	Ensino de línguas	06.10.12	6 353,30	-	-	02.01.12	4 447,31	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
The Language Company	Ensino de línguas - FGA	06.10.12	4 676,10	-	-	02.01.12	3 273,27	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
The Language Company	Ensino													

Tipo de contrato	Formas de adjudicação														Total	
	Concurso Público		Concurso limitado com prévia qualificação		Concurso limitado com apresentação de candidaturas		Concurso limitado sem apresentação de candidaturas		Por negociação com publicação prévia de anúncio		Por negociação sem publicação prévia de anúncio		Ajuste direto			
	Número de contratos (2)	Valor (3)	Número de contratos (4)	Valor (5)	Número de contratos (6)	Valor (7)	Número de contratos (8)	Valor (9)	Número de contratos (10)	Valor (11)	Número de contratos (12)	Valor (13)	Número de contratos (14)	Valor (15)	Número de contratos (16)	Valor (17)
(1)																
Locação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	2 334 741,6	11	2 334 741,6
Empreitada de obras públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gestão de serviços públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	699	2 085 859,57	699	2 085 859,57
Aquisição de bens	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	517	709 213,68	517	709 213,68

### 8.3.4 - Transferências e subsídios

#### Transferências - Despesa

Disposições legais (1)	Entidade beneficiária (2)	Transferências Orçamentadas (3)	Transferências autorizadas (4)	Transferências efetuadas (5)	Transferências autorizadas e não efetuadas (6) =(4) - (5)
<b>1 - CORRENTES</b>					
Decreto - Lei nº 30/2004, de 06 de fevereiro	Autoridade da Concorrência	1 098 094,00	1 098 094,00	1 098 094,00	0,00
Decreto - Lei nº 66/2011, de 01 de junho Bolsa de estágio profissionalizante	Famílias	16 000,00	11 440,00	11 440,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>1 114 094,00</b>	<b>1 109 534,00</b>	<b>1 109 534,00</b>	<b>0,00</b>

### 8.3.5 – Aplicações em ativos de rendimento fixo e variável

#### TÍTULOS DE DÍVIDA PÚBLICA

DESCRIÇÃO DO ATIVO	ENTIDADE DEVEDORA	VALOR EM 01-01-2012		VALOR EM 31-12-2012		RENDIMENTO		OBSERVAÇÕES
		VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VENCIDO E COBRADO	VENCIDO POR COBRAR	
<b>Curto Prazo</b>								
CEDIC	IGCP	1 500 000,00	1 500 000,00	1 500 000,00	1 500 000,00	47 612,86	404,24	
<b>Subtotal Curto Prazo</b>		<b>1 500 000,00</b>	<b>1 500 000,00</b>	<b>1 500 000,00</b>	<b>1 500 000,00</b>	<b>47 612,86</b>	<b>404,24</b>	
<b>Médio e Longo Prazo</b>								
O.T. outubro 3,35% 10/2015	PORTUGAL (SOBERANO)	180 000,00	127 350,00	180 000,00	177 575,40	4 522,50	954,06	
O.T. outubro 3,6% 10/2014	PORTUGAL (SOBERANO)	1 350 000,00	992 250,00	1 350 000,00	1 357 668,00	28 527,93	7 689,45	
O.T. junho 4,45% 06/2018	PORTUGAL (SOBERANO)			1 620 000,00	1 513 080,00	0,00	4 740,16	Aquisição em 2012
<b>Subtotal Médio e Longo Prazo</b>		<b>1 530 000,00</b>	<b>1 119 600,00</b>	<b>3 150 000,00</b>	<b>3 048 323,40</b>	<b>33 050,43</b>	<b>13 383,67</b>	
<b>TOTAIS</b>	<b>EUR</b>	<b>3 030 000,00</b>	<b>2 619 600,00</b>	<b>4 650 000,00</b>	<b>4 548 323,40</b>	<b>80 663,29</b>	<b>13 787,91</b>	



# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**FGA – Fundo de Garantia Automóvel**

## BALANÇO

## FUNDO DE GARANTIA AUTOMÓVEL

Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2012

(Euros)

	2012		2011			2012	2011
	ATIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES	ATIVO LÍQUIDO	ATIVO LÍQUIDO			
<b>IMOBILIZADO</b>					<b>FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>		
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>					<b>FUNDOS PRÓPRIOS</b>		
PARTES DE CAPITAL	14 653 476,24	12 567 397,35	2 086 078,89	3 926 782,83	RESULTADOS TRANSITADOS	189 350 096,31	193 964 488,90
OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO	51 233 967,97	921 445,24	50 312 522,73	57 074 442,05	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	37 465 468,13	(4 614 392,59)
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	42,90	0,00	42,90	42,90	<b>TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS</b>	<b>226 815 564,44</b>	<b>189 350 096,31</b>
OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	74 148 977,33	6 179 482,75	67 969 494,58	77 837 416,45	<b>PASSIVO</b>		
	<b>140 036 464,44</b>	<b>19 668 325,34</b>	<b>120 368 139,10</b>	<b>138 838 684,23</b>	<b>PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS</b>		
<b>CIRCULANTE</b>					PROVISÕES PARA SINISTROS	130 920 913,00	137 622 586,00
<b>DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO</b>					PROVISÕES PARA SINISTROS IBNR	19 977 783,00	24 028 003,00
CLIENTES, C/C	0,00		0,00	0,00		<b>150 898 696,00</b>	<b>161 650 589,00</b>
CONTRIBUÍNTES, C/C	0,00		0,00	0,00	<b>DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO</b>		
UTENTES, C/C (RESPONSÁVEIS DE SINISTROS)	0,00		0,00	10 358 413,61	FORNECEDORES, C/C	52 821,33	22 657,89
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	0,00		0,00	280,44	CREDORES P/ EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	0,00
DEVEDORES PELA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00		0,00	0,00	ADIANTEMENTOS DE CLIENTES	0,00	0,00
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	0,00		0,00	0,00	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	1 269,33	1 741,61
OUTROS DEVEDORES	860 866,01	33 401,35	827 464,66	609 530,04	OUTROS CREDORES	0,00	0,00
	<b>860 866,01</b>	<b>33 401,35</b>	<b>827 464,66</b>	<b>10 968 224,09</b>	SINISTROS A REEMBOLSAR	0,00	10 358 412,53
<b>TÍTULOS NEGOCIÁVEIS</b>					PREVENÇÃO RODOVIÁRIA	0,00	0,00
TÍTULOS DE DÍVIDA PÚBLICA	15 592 403,84	0,00	15 592 403,84	956 066,63	REMIUNERAÇÕES A LIQUIDAR	0,00	0,00
	<b>15 592 403,84</b>	<b>0,00</b>	<b>15 592 403,84</b>	<b>956 066,63</b>	OUTROS	91 296,87	107 651,85
<b>CERTIFICADOS ESPECIAIS DE DÍVIDA DE CURTO PRAZO - CEDIC</b>						<b>145 387,53</b>	<b>10 490 463,88</b>
	<b>223 000 000,00</b>		<b>223 000 000,00</b>	<b>199 000 000,00</b>	<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>		
<b>DEPÓSITOS E CAIXA</b>					ACRÉSCIMOS DE CUSTOS	116 230,97	120 806,94
CONTANTES	8 657 650,38		8 657 650,38	1 286 112,15			
DEPÓSITOS À ORDEM	174 775,53		174 775,53	75 580,75			
CAIXA	1 715,62		1 715,62	1 822,50			
	<b>8 834 141,53</b>		<b>8 834 141,53</b>	<b>1 363 515,40</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>151 160 314,50</b>	<b>172 261 859,82</b>
<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>					<b>TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>	<b>377 975 878,94</b>	<b>361 611 956,13</b>
ACRÉSCIMOS DE PROJETOS	9 287 454,94		9 287 454,94	10 413 982,57			
CUSTOS DIFERIDOS	66 274,87		66 274,87	71 483,21			
	<b>9 353 729,81</b>	<b>0,00</b>	<b>9 353 729,81</b>	<b>10 485 465,78</b>			
<b>TOTAL DE AMORTIZAÇÕES</b>		<b>19 701 726,69</b>					
<b>TOTAL DE PROVISÕES</b>		<b>19 701 726,69</b>					
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>397 677 605,63</b>		<b>377 975 878,94</b>	<b>361 611 956,13</b>			

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**  
**FUNDO DE GARANTIA AUTOMÓVEL**  
 Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2012

(Em euros)

Custos e perdas	Exercícios			
	2012		2011	
<b>Fornecimentos e serviços externos</b>		951 930,14		986 680,26
<b>Custos com o pessoal:</b>				
Remunerações	998 316,90		1 092 769,82	
Encargos sociais				
Pensões	280 677,18		197 417,00	
Outros	300 727,41	1 579 721,49	340 148,36	1 630 335,18
<b>Transf. correntes concedidas e prest. sociais</b>				
Indemnizações de sinistros	20 098 276,67		25 505 416,69	
Unidades institucionais ( EP, ANSR)	0,00	20 098 276,67	17 349,52	25 522 766,21
<b>Provisões do exercício</b>				
Provisões p/sinistros	72 467 180,86		58 150 243,34	
Outras provisões do exercício	0,00	72 467 180,86	0,00	58 150 243,34
<b>Outros custos e perdas operacionais</b>		0,00		0,00
<b>( A )</b>		<b>95 097 109,16</b>		<b>86 290 024,99</b>
<b>Custos e perdas financeiras</b>				
Provisões para aplic. financeiras	1 840 703,94		17 574 420,08	
Outros custos e perdas financeiras	37 226,98	1 877 930,92	29 844,40	17 604 264,48
<b>( C )</b>		<b>96 975 040,08</b>		<b>103 894 289,47</b>
<b>Custos e perdas extraordinárias</b>				
Perdas em investimentos financeiros	294 075,68		5 783 020,77	
Outras perdas extraordinárias	75 787,70	369 863,38	874,17	5 783 894,94
<b>( E )</b>		<b>97 344 903,46</b>		<b>109 678 184,41</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>37 465 468,13</b>		<b>(4 614 392,59)</b>
		<b>134 810 371,59</b>		<b>105 063 791,82</b>
<b>Proveitos e ganhos</b>				
<b>Impostos, taxas e outros</b>				
Empresas de seguros	23 025 016,71		24 450 265,63	
Juros compensatórios	0,00	23 025 016,71	0,00	24 450 265,63
<b>Transferências e subsídios correntes obtidos:</b>				
Reembolsos e outras		3 224 302,08		2 698 708,65
<b>( B )</b>		<b>26 249 318,79</b>		<b>27 148 974,28</b>
<b>Proveitos e ganhos financeiros</b>				
Juros de aplicações financeiras	6 720 679,87		7 982 137,45	
Rendimentos de participações de capital	94 397,21		194 193,64	
Outras proveitos e ganhos financeiros	5 378,96	6 820 456,04	682,13	8 177 013,22
<b>( D )</b>		<b>33 069 774,83</b>		<b>35 325 987,50</b>
<b>Proveitos e ganhos extraordinários</b>				
Anulação de provisões para sinistros	83 219 073,86		62 798 303,34	
Outros proveitos e ganhos extraordinários	18 521 522,90	101 740 596,76	6 939 500,98	69 737 804,32
<b>( F )</b>		<b>134 810 371,59</b>		<b>105 063 791,82</b>
<b>Resumo:</b>		<b>2012</b>		<b>2011</b>
Resultados operacionais ( B ) - ( A ) =		<b>(68 847 790,37)</b>		<b>(59 141 050,71)</b>
Resultados financeiros ( D-B ) - ( C-A ) =		<b>4 942 525,12</b>		<b>(9 427 251,26)</b>
Resultados correntes ( D ) - ( C ) =		<b>(63 905 265,25)</b>		<b>(68 568 301,97)</b>
Resultado líquido do exercício ( F ) - ( E ) =		<b>37 465 468,13</b>		<b>(4 614 392,59)</b>

**FLUXOS DE CAIXA**  
**FUNDO DE GARANTIA AUTOMÓVEL**  
**Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2012**

		(Em Euros)		
Capit. Grup	Recebimentos		Pagamentos	
	Capit.	Grup	Capit.	Grup
	<b>SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR</b> <b>Execução orçamental</b> De dotações orçamentais (OE) De receitas próprias		<b>200 363 515,40</b> 200 254 121,94	<b>53 958 855,62</b> 0,00
16	01	Na posse do serviço Na posse do tesouro 200 286 112,15 € De receita do Estado De operações de tesouraria Descontos em vencimentos e salários: Receitas do Estado 0,00	0,00 200 254 121,94 1 741,61 107 651,85	<b>22 634 545,77</b> 1 002 786,90 530,00 579 656,07 2 671 771,85
		<b>RECEITAS</b> Dotações orçamentais (OE)	<b>85 429 481,75</b> 0,00	0,00
		<b>Receitas Próprias</b> <b>CORRENTES</b> Taxas Juros - Sociedades financeiras Juros - Administração pública Juros - Resto do mundo Div. part. lucros de soc. Q. S. não financeiras Div. part. lucros de soc. financeiras Transferências correntes - Famílias Outras receitas correntes	<b>34 212 897,37</b> 23 380 272,86 126 656,25 5 065 065,32 2 290 770,40 94 397,21 9 448,96 3 193 897,99 1 204,20	<b>30 739 067,43</b> 30 739 067,43 0,00 0,00
04	01		85 122 427,70	0,00
05	02			0,00
05	03			0,00
05	06			
05	07			
05	08			
06	08			
08	01			
15	01			
		<b>CAPITAL</b> Títulos a curto prazo Títulos a médio e longo prazo Unidades de participação	<b>50 909 530,33</b> 16 024 768,50 30 322 971,83 4 561 790,00	14 433,53 570 808,89
11	02			
11	03			
11	09			
		<b>Recebido do Tesouro em conta de receitas próprias</b> <b>Importância retidas para entrega ao Estado ou outras entidades</b> Receita do Estado Operações de tesouraria <b>Descontos em vencimentos e salários:</b> Receita do Estado 0,00 Operações de tesouraria 0,00	0,00 307 054,05 13 961,25 293 092,80	0,00 231 741 575,33 231 741 575,33
17	01			
17	02			
		<b>Total Geral</b>	<b>285 792 997,15</b>	<b>285 792 997,15</b>
		<b>SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE</b> Execução orçamental De dotações orçamentais (OE) De receitas próprias Na posse do serviço Na posse do Tesouro 231 657 650,38 € De receita do Estado De operações de tesouraria <b>Descontos em vencimentos e salários</b> Receita do Estado 0,00	<b>231 834 141,53</b> 231 741 575,33 0,00 231 741 575,33	<b>231 834 141,53</b> 231 741 575,33 0,00 1 269,33 91 296,87
		<b>Total Geral</b>	<b>285 792 997,15</b>	<b>285 792 997,15</b>



## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### FUNDO DE GARANTIA AUTOMÓVEL

#### Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2012

Na elaboração do anexo seguiu-se a ordem do P.O.C.P.

#### 8.1– Caracterização da Entidade

8.1.1 – O Fundo de Garantia Automóvel, designado abreviadamente por FGA é gerido pelo Instituto de Seguros de Portugal.

O FGA é dotado de autonomia administrativa e financeira.

A sua sede está situada na Avenida da República, n.º 76, 1600-205 Lisboa, possui uma delegação na Rua Júlio Dinis, 127-1º, 4050-323 Porto e ainda instalações na Avenida da República, nº 59, 1050-189

O código de classificação orgânica atribuído ao FGA é o seguinte: 03 1 09 04 00.

8.1.2 – O FGA foi criado pelo Decreto-Lei n.º 408/79, nos termos do Decreto Regulamentar n.º 58/79, ambos de 25 de setembro.

Atualmente, o Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, define o âmbito de intervenção e as atribuições do FGA.

8.1.3 – A sua gestão é assegurada pelos órgãos do Instituto de Seguros de Portugal (ISP). O ISP é a autoridade portuguesa de supervisão de seguros e de fundos de pensões. São órgãos do ISP o Conselho Diretivo, o Conselho Consultivo e a Comissão de Fiscalização, cuja constituição e respetivas atribuições estão definidas nos artigos 7º a 28º do Estatuto do ISP.

8.1.4 – O Fundo de Garantia Automóvel garante a reparação de danos decorrentes de acidentes rodoviários ocorridos em Portugal e originados:

- por veículo sujeito ao seguro obrigatório de responsabilidade civil automóvel (SORCA), com estacionamento habitual em Portugal ou matriculado em país que não tenha serviço nacional de seguros, ou cujo serviço não tenha aderido ao acordo entre serviços nacionais de seguros;
- por veículo sujeito ao SORCA, sem chapa de matrícula ou com uma chapa de matrícula que não corresponde ou deixou de corresponder à chapa de matrícula do veículo (matrícula falsa);
- por veículo não sujeito ao SORCA em razão do veículo em si mesmo, ainda que com estacionamento habitual no estrangeiro;
- por veículo sujeito ao SORCA, importado de um estado membro, por um período de 30 (trinta) dias a contar da data da aceitação da entrega pelo adquirente, mesmo que o veículo não tenha sido formalmente registado em Portugal.

O Fundo de Garantia Automóvel satisfaz, até ao limite do capital mínimo do SORCA, as indemnizações que se mostrem devidas por:

- danos corporais, quando o responsável seja desconhecido ou não beneficie de seguro válido e eficaz, ou for declarada a insolvência da empresa de seguros;
- danos materiais, quando o responsável, sendo conhecido, não beneficie de seguro válido e eficaz;
- danos materiais quando, sendo o responsável desconhecido, deva o FGA satisfazer uma indemnização por danos corporais significativos, ou o veículo causador, não beneficiando de seguro válido e eficaz, tenha sido abandonado no local do acidente e a autoridade policial confirme a sua presença no respetivo auto de notícia.

O Fundo de Garantia Automóvel exerce as funções de Organismo de Indemnização (OI) e as de Centro de Informação (CI), no âmbito da Diretiva 2000/26/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de maio de 2000, designada por Quarta Diretiva Automóvel.

Neste domínio:

- no exercício das funções de Organismo de Indemnização e nos termos previstos no Título III do Decreto-Lei n.º 291/2007, de 21 de agosto, o FGA satisfaz indemnizações às pessoas lesadas residentes em Portugal, que tenham sido vítimas noutra Estado-Membro ou num País aderente ao Sistema Carta Verde, de acidente rodoviário causado por veículo habitualmente estacionado e segurado noutra Estado-Membro, que não o da sua residência, ou por veículo desconhecido ou relativamente ao qual não tenha sido possível identificar a Empresa de Seguros;
- no exercício das funções de Centro de Informação o FGA responde aos pedidos de informação dos utentes e dos centros de informação congéneres no que respeita à identificação de empresas de seguros, de representantes para sinistros e quando justificadamente, dos proprietários dos veículos.

#### 8.1.4 – Recursos Humanos

Identificação do responsável por Direções/ Departamentos

Fundo de Garantia Automóvel  
José Carlos Simões Ferreira Marques

**Pessoal do quadro em 31-12-12**

<b>Grupos de Categorias</b>	<b>Efetivos em 31-12-12</b>
Diretores	1
Chefias Intermédias	3
Técnicos	29
Administrativos	9
Outros	0
<b>Totais</b>	<b>42</b>

## 8.2 - NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO

### FUNDO DE GARANTIA AUTOMÓVEL

Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2012

Na elaboração do anexo seguiu-se a ordem do P.O.C.P.

Notas aplicáveis: 8.2.3, 8.2.7, 8.2.23, 8.2.29, 8.2.31, 8.2.32, 8.2.3, 8.2.38, 8.2.39, 8.3.1, 8.3.2, 8.3.4 e 8.3.5

8.2.3 – Os critérios valorimétricos utilizados relativamente às contas do balanço e da demonstração dos resultados:

Investimentos Financeiros

Os investimentos financeiros estão contabilizados ao custo de aquisição, e as provisões foram efetuadas com base nas cotações de 31 de dezembro de 2012.

8.2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões.

#### AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
<b>Provisões investimentos financeiros</b>				
Títulos e outras aplicações financeiras	35 911 917,98	1 840 703,94	18 084 296,58	19 668 325,34
<b>TOTAL</b>	<b>35 911 917,98</b>	<b>1 840 703,94</b>	<b>18 084 296,58</b>	<b>19 668 325,34</b>

#### ATIVO BRUTO

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	SALDO FINAL
<b>Investimentos financeiros</b>					
Partes de capital em empresas	14 653 476,24	0,00	0,00	0,00	14 653 476,24
Obrigações e títulos de participação	59 455 299,80	0,00	8 221 331,83	0,00	51 233 967,97
Terrenos e recursos naturais	42,90	0,00	0,00	0,00	42,90
Títulos da dívida pública	71 489 949,41	0,00	22 492 805,94	0,00	48 997 143,47
Fundos de investimento	29 151 833,86	0,00	4 000 000,00	0,00	25 151 833,86
<b>TOTAL</b>	<b>174 750 602,21</b>	<b>0,00</b>	<b>34 714 137,77</b>	<b>0,00</b>	<b>140 036 464,44</b>

8.2.23 – O valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas na rubrica “Outros Devedores e Credores” é de 33 401,35 €.

### 8.2.29 - Responsabilidades por garantias prestadas:

Em investimentos financeiros - Outras aplicações financeiras, estão incluídos títulos no valor nominal de 336 713,04 €, que foram dados como garantia junto de tribunais para processos judiciais em curso, relativos a indemnizações por sinistros automóveis, cuja decisão se aguarda. A composição daquele valor é como segue:

O.T. outubro 4,35% - 2017                      336 713,04 €

### 8.2.31 - Desdobramento das contas de provisões acumuladas e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício.

Código das contas	RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
291	Provisões para cobranças duvidosas	33 401,35	0,00	0,00	33 401,35
292	Provisões para riscos e encargos				
	Para IBNR	24 028 003,00	0,00	4 050 220,00	19 977 783,00
	Para sinistros	137 622 586,00	0,00	6 701 673,00	130 920 913,00
49	Provisões para investimentos financeiros				
	Partes de capital	10 726 693,41	1 840 703,94	0,00	12 567 397,35
	Obrigações e títulos de participação	2 380 857,75	0,00	1 459 412,51	921 445,24
	Outros investimentos financeiras	22 804 366,82	0,00	16 624 884,07	6 179 482,75
	<b>TOTAL</b>	<b>197 595 908,33</b>	<b>1 840 703,94</b>	<b>28 836 189,58</b>	<b>170 600 422,69</b>

### 8.2.32 – Fundo Patrimonial - movimentos ocorridos no exercício

RUBRICAS	SALDO INICIAL Credor /(Devedor)	MOVIMENTOS DO EXERCÍCIO		SALDO FINAL Credor /(Devedor)
		DÉBITO	CRÉDITO	
Resultados transitados	193 964 488,90	4 614 392,59	0,00	189 350 096,31
Resultado líquido do exercício	(4 614 392,59)	0,00	42 079 860,72	37 465 468,13
<b>TOTAL</b>	<b>189 350 096,31</b>	<b>4 614 392,59</b>	<b>42 079 860,72</b>	<b>226 815 564,44</b>

### 8.2.37 - Demonstração dos resultados financeiros.

CUSTOS E PERDAS	Exercícios		PROVEITOS E GANHOS	Exercícios	
	2012	2011		2012	2011
683 Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	781 Juros obtidos	6 720 679,87	7 982 137,45
684 Provisões para aplicações financeiras	1 840 703,94	17 574 420,08	783 Rendimentos de imóveis	0,00	0,00
685 Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	3 011,44	784 Rendimentos de participações de capital	94 397,21	194 193,64
687 Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	785 Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
688 Outros custos e perdas financeiras	37 226,98	26 832,96	787 Ganhos na alienação aplicações de tesouraria	5 378,96	682,13
			788 Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
<b>Resultados financeiros</b>	<b>4 942 525,12</b>	<b>(9 427 251,26)</b>			
	<b>6 820 456,04</b>	<b>8 177 013,22</b>		<b>6 820 456,04</b>	<b>8 177 013,22</b>

## 8.2.38 - Demonstração dos resultados extraordinários.

CUSTOS E PERDAS		Exercícios		PROVEITOS E GANHOS		Exercícios	
		2012	2011			2012	2011
694	Perdas em imobilizações	294 075,68	5 783 020,77	794	Ganhos em imobilizações	874 139,06	1 062 834,44
697	Correções relativas a exercícios anteriores	75 787,40	874,17	796	Reduções de amortizações e provisões	100 810 590,44	68 487 784,03
698	Outros custos perdas extraordinárias	0,30	0,00	797	Correções relativas a exercícios anteriores	54 663,06	185 938,81
				798	Outros provisões e ganhos extraordinários	1 204,20	1 247,04
	<b>Resultados extraordinários</b>	101 370 733,38	63 953 909,38				
		<b>101 740 596,76</b>	<b>69 737 804,32</b>			<b>101 740 596,76</b>	<b>69 737 804,32</b>

8.2.39 - Outras informações, consideradas relevantes, para a melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

### 8.2.39.1 - Acréscimos e diferimentos

Em 31 de dezembro de 2012 os saldos destas contas apresentavam a seguinte composição:

#### Acréscimos de proveitos:

Juros de CEDIC'S	159 078,89 €
Juros de Bilhetes do Tesouro	265 131,36 €
Juros de Obrigações	3 117 911,35 €
Receita do 4º trimestre de 2012 a receber em 2013	<u>5 745 333,34 €</u>
	<b>9 287 454,94 €</b>

#### Custos diferidos:

Renda edifício Avenida da República e Seguros	66 274,87 €
---	-------------

#### Acréscimos de custos:

Encargos com férias a pagar em 2013	91 200,00 €
Outros	<u>25 030,97 €</u>
	<b>116 230,97 €</b>

8.2.39.2 - Nos investimentos financeiros foram contabilisticamente reconhecidas apenas as perdas potenciais (menos-valias) através das provisões, em obediência ao princípio da prudência. No entanto, para informação e conseqüentemente melhor análise da rentabilidade, evidenciamos também no quadro seguinte os ganhos e as perdas potenciais (mais-valias) e o valor global de cotação da carteira em 31 de dezembro de 2012, com as mais e menos-valias.

RUBRICAS	VALOR DE AQUISIÇÃO	PERDAS POTENCIAIS (PROVISÕES)	GANHOS POTENCIAIS	VALOR DE COTAÇÃO EM 31-12-12
<b>Curto Prazo</b>	<b>238 592 403,84</b>	<b>0,00</b>	<b>396 076,16</b>	<b>238 988 480,00</b>
CEDIC's	223 000 000,00	0,00	0,00	223 000 000,00
Bilhetes do Tesouro	15 592 403,84	0,00	396 076,16	15 988 480,00
<b>Médio e Longo Prazo</b>	<b>140 036 421,54</b>	<b>19 668 325,34</b>	<b>14 122 920,32</b>	<b>134 491 016,52</b>
Partes de capital	14 653 476,24	12 567 397,35	0,00	2 086 078,89
Fundos de investimento	25 151 833,87	3 454 162,35	4 413 858,34	26 111 529,86
Obrigações e títulos de participação	51 233 967,97	921 445,24	8 321 531,15	58 634 053,88
Títulos da dívida pública	48 997 143,46	2 725 320,40	1 387 530,83	47 659 353,89
<b>TOTAL</b>	<b>378 628 825,38</b>	<b>19 668 325,34</b>	<b>14 518 996,48</b>	<b>373 479 496,52</b>

### 8.3 – Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

#### 8.3.1 – Alterações orçamentais

**1 - Despesa**

Classificação económica		Dotações iniciais	Alterações orçamentais				Reposições ab atidas aos pagamentos	Dotações corrigidas	Observações
Códigos	Descrição		Transferências de verbas entre rubricas		Créditos especiais ( aumento da despesa)	Modificações na redação da rubrica			
			Reforços	Anulações					
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(3)+(4)-(5)+(7)-(6)	(10)
<b>Despesas Correntes</b>									
<b>01</b>	<b>Despesas com o pessoal</b>		<b>97 300</b>	<b>97 300</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		
01 01 04	Pessoal dos quadros - Reg. de c. ind. de tra.	957600	0	1 600	0	0	0	956 000	
01 01 14	Subsídio de férias e de Natal	0	1 600	0	0	0	0	1 600	
01 02 01	Gratificações variáveis ou eventuais	100 000	0	97 300	0	0	0	2 700	
01 03 08	Outras pensões	300 000	90 000	0	0	0	0	390 000	
01 03 09	Seguros	82 000	7 300	0	0	0	0	89 300	
<b>02</b>	<b>Aquisição de bens e serviços</b>		<b>700 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		
02 02 25	Outros serviços	2 299 834	700 000	0	0	0	0	2 999 834	
<b>04</b>	<b>Transferências correntes</b>		<b>8 675</b>	<b>708 675</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		
04 03 01	Estado	0	8 675	0	0	0	0	8 675	
04 08 02 B0 00	Outras	25 000 000	0	708 675	0	0	0	24 291 325	
<b>Despesas de Capital</b>									
<b>09</b>	<b>Ativos financeiros</b>		<b>25 000 000</b>	<b>25 000 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		
09 02 05	Administração pública central - Estado	10 000 000	25 000 000	0	0	0	0	35 000 000	
09 03 05	Administração pública central - Estado	40 000 000	0	25 000 000	0	0	0	15 000 000	
<b>TOTAL</b>			<b>25 805 975</b>	<b>25 805 975</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		

**2 - Receita**

Classificação económica		Previsões iniciais	Alterações		Previsões corrigidas	Observações	
Códigos	Descrição		Créditos especiais	Reforços			Anulações
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)=(3)+(4)+(5)-(6)	(8)
<b>Receitas de Capital</b>							
<b>16</b>	<b>Saldo da gerência anterior</b>		<b>73 757 382</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		
16 01 01	Na posse dos serviços	126 496 740	73 757 382	0	0	200 254 122	
<b>TOTAL</b>			<b>73 757 382</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		

#### 8.3.2 – Contratação Administrativa

**1 - Situação dos contratos**

Entidade	Contrato			Visto do Tribunal de Contas		Data do primeiro pagamento	Pagamentos na gerência			Pagamentos acumulados			Observações	
	Objeto	Data	Valor	Número do registo	Data		Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais	Trabalhos normais	Revisão de preços	Trabalhos a mais		
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)	(10)	(11)	(12)	(13)	(14)	(15)
João Carlos Silva & Associados, Sociedade de Advogados, RL	Serviços Jurídicos/ Advocacia	28.12.09	270.354,86	-	-	13-01-2012	270.354,86	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Pereira dos Reis e Tabor da Mourozinhos - Sociedade de Advogados	Serviços Jurídicos/ Advocacia	28.12.09	237.774,37	-	-	16-01-2012	237.774,37	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Margarida Urbano & Associados, Sociedade de Advogados, RL	Serviços Jurídicos/ Advocacia	28.12.09	143.504,10	-	-	13-01-2012	143.504,10	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Eduardo Fretas & Sandra Galhardo - Sociedade de Advogados, RL	Serviços Jurídicos/ Advocacia	28.12.09	148.926,77	-	-	24-01-2012	148.926,77	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
José Macielirinha, Pedro Macielirinha e Associados - Sociedade de Advogados	Serviços Jurídicos/ Advocacia	28.12.09	103.721,09	-	-	13-01-2012	103.721,09	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Intrum Justiça Portugal - Consultoria e Apoio à Gestão de Contas Correntes Unipessoal, Lda	Serviços de Recuperação de Créditos	23.12.11	96 000	-	-	20-01-2012	71.574,75	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
Dekra Portugal Expertises - Peritagem Autóvel, Sociedade Anónima	Serviços de Avaliação de Dano Material (em veículos automóveis, ou outros bens móveis ou imóveis)	16.04.12	100 000	-	-	24-01-2012	102.311,85	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços
UNION - Consulting, S.A.	Serviços de Averiguações para Sinistros (Recolha e tratamento de informação para Gestão dos Processos de Sinistros)	16.04.12	75 000	-	-	13-01-2012	76.957,47	-	-	-	-	-	-	Prestação de serviços

Tipo de contrato	Formas de adjudicação														Total	
	Concurso Público		Concurso limitado com prévia qualificação		Concurso limitado com apresentação de candidaturas		Concurso limitado sem apresentação de candidaturas		Por negociação com publicação prévia de anúncio		Por negociação sem publicação prévia de anúncio		Ajuste direto			
	Número de contratos (2)	Valor (3)	Número de contratos (4)	Valor (5)	Número de contratos (6)	Valor (7)	Número de contratos (8)	Valor (9)	Número de contratos (10)	Valor (11)	Número de contratos (12)	Valor (13)	Número de contratos (14)	Valor (15)	Número de contratos (16)	Valor (17)
(1)																
Locação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empreitada de obras públicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gestão de serviços públicos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prestação de serviços	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	1.155.125	8	1.155.125	-
Aquisição de bens	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

### 8.3.4 – Transferências e subsídios

Transferências - Despesa					
Disposições legais	Entidade beneficiária	Transferências Orçamentadas	Transferências autorizadas	Transferências efetuadas	Transferências autorizadas e não efetuadas
(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)=(4)-(5)
<b>1 - CORRENTES</b>					
Decreto - Lei nº 522/85, de 31 de dezembro com a redação que lhe foi dada pelo Decreto - Lei nº 358/93, de 14 de outubro.	Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	8 675,00	8 674,76	8 674,76	0,00
Decreto - Lei nº 66/2011, de 01 de junho Bolsa de estágio profissionalizante	Famílias	7 200,00	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>		<b>15 875,00</b>	<b>8 674,76</b>	<b>8 674,76</b>	<b>0,00</b>

### 8.3.5 – Aplicações em ativos de rendimento fixo e variável

DESCRIÇÃO DO ATIVO	ENTIDADE DEVEDORA	PARTES DE CAPITAL				RENDIMENTO		OBSERVAÇÕES
		VALOR EM 01-01-2012		VALOR EM 31-12-2012		VENCIDO E COBRADO	VENCIDO POR COBRAR	
		VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO			
Fab.Porc.Vista Alegre	VISTA ALEGRE SGPS	4 251,28	3 719,87	4 251,28	4 251,28	0,00	0,00	
Matrena *	MATRENA	166 264,30	0,00	166 264,30	0,00	0,00	0,00	
BanifSGPS	BANIF SGPS	8 906 095,00	3 028 072,30			0,00	0,00	Fusão Banif, S.A.
BANIF - Banco Internacional do Funchal S.A.	BANIF S.A.			8 906 095,00	1 300 289,87	0,00	0,00	
Portugal Telecom	PORTUGAL TELECOM	186 950,00	831 927,50	186 950,00	700 875,55	91 138,13	0,00	
ZON Multimedia	ZON MULTIMÉDIA	249 319,62	63 063,20	249 319,62	80 662,23	3 259,08	0,00	
<b>TOTAIS</b>	<b>EUR</b>	<b>9 512 880,20</b>	<b>3 926 782,87</b>	<b>9 512 880,20</b>	<b>2 086 078,93</b>	<b>94 397,21</b>	<b>0,00</b>	

\* Última cotação do título 30.set.98

**OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO**

DESCRIÇÃO DO ATIVO	ENTIDADE DEVEDORA	VALOR EM 01-01-2012		VALOR EM 31-12-2012		RENDIMENTO		OBSERVAÇÕES
		VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VENCIDO E COBRADO	VENCIDO POR COBRAR	
<b>Taxa Variável</b>								
Matrena/90	MATRENA	349 300,00	0,00	349 300,00	0,00	0,00	0,00	
Somec 94/99	SOMEC	149 500,00	0,00	149 500,00	0,00	0,00	0,00	
Magellan Mortgages Plc	MAGELLAN MORTGAGES PLC	700 000,00	312 340,00	700 000,00	451 850,00	14 046,63	365,59	
Mediobanca 2018	MEDIOBANCA SPA	2 000 000,00	1 924 080,00	2 000 000,00	2 000 000,00	119 962,27	106 191,78	
Gran 2004 - 1 2A2	GRANITE MORTGAGES PLC.	210 762,47	201 135,07	163 055,64	160 833,50	2 225,11	25,11	
<b>Subtotal Taxa Variável</b>		<b>3 409 562,47</b>	<b>2 437 555,07</b>	<b>3 361 855,64</b>	<b>2 612 683,50</b>	<b>136 234,01</b>	<b>106 582,48</b>	
<b>Taxa Fixa</b>								
BEI - 8% / 2016	BANCO SUPRANACIONAL BEI	354 146,51	444 524,70	354 146,51	444 655,73	28 331,72	6 295,94	
BEI 5,625% - 98/28	BANCO SUPRANACIONAL BEI	2 480 000,00	3 104 761,60	2 480 000,00	3 471 206,40	139 500,00	122 450,00	
Dresdner Bank Cup 0 - 2013	COMMERZBANK AG	748 196,85	1 622 675,45	748 196,85	1 715 979,30	0,00	967 782,45	
Royal Bank Of Scotland Tx. Fixa	ROYAL BK OF SCOTLAND PLC	1 000 000,00	943 400,00	1 000 000,00	1 015 000,00	60 000,00	98 630,14	
República Austria 2018	AUSTRIA (SOBERANO)	2 000 000,00	2 247 000,00	2 000 000,00	2 393 160,00	93 000,00	89 432,88	
Cedulas Hipotecarias BBVA 2013	BANCO BILBAO VIZCAYA ARG	2 000 000,00	2 002 260,00	2 000 000,00	2 003 260,00	85 000,00	78 479,45	
HBOS 2015	HBOS BANK	1 000 000,00	855 660,00	1 000 000,00	1 037 120,00	48 750,00	38 198,63	
Cores 2013	CORES	1 000 000,00	980 240,00	1 000 000,00	921 000,00	40 000,00	18 520,55	
BEI 3 2013	BANCO SUPRANACIONAL BEI	1 000 000,00	1 043 130,00	1 000 000,00	1 027 500,00	36 250,00	7 647,26	
France Gov. Bond 3,25% 04/16	FRANÇA (SOBERANO)	1 990 000,00	2 108 464,70	1 990 000,00	2 184 283,70	64 675,00	44 297,95	
German Gov. Bond DBR 4% 07/16	ALEMANHA (SOBERANO)	1 000 000,00	1 147 400,00	1 000 000,00	1 137 000,00	40 000,00	19 726,03	
France Gov. Bond FRTR 3,75% 04/21	FRANÇA (SOBERANO)	2 000 000,00	2 098 060,00	2 000 000,00	2 328 700,00	75 000,00	51 369,86	
Netherlands 4% 07/16	HOLANDA (SOBERANO)	1 000 000,00	1 124 500,00	1 000 000,00	1 132 650,00	40 000,00	18 520,55	
German Gov. Bond DBR 4% 01/37	ALEMANHA (SOBERANO)	1 000 000,00	1 287 000,00	1 000 000,00	1 354 550,00	40 000,00	39 671,23	
German Gov. Bond DBR 3,75% 01/17	ALEMANHA (SOBERANO)	2 000 000,00	2 287 460,00	2 000 000,00	2 287 300,00	75 000,00	74 383,56	
France Gov. Bond FRTR 3,75% 04/17	FRANÇA (SOBERANO)	3 000 000,00	3 238 200,00	3 000 000,00	3 410 100,00	112 500,00	77 054,79	
Espanha Gov. Bond SPGB 3,9% 10/12	ESPANHA (SOBERANO)	1 000 000,00	1 007 850,00	1 000 000,00	996 880,00	38 000,00	34 876,71	Alienação em 2012
Espanha Gov. Bond SPGB 3,8% 01/17	ESPANHA (SOBERANO)	1 000 000,00	985 750,00	1 000 000,00	996 880,00	38 000,00	34 876,71	Alienação em 2012
France Tresa.Note BTN 3,75% 01/12	FRANÇA (SOBERANO)	6 000 000,00	6 006 300,00	6 000 000,00	6 018 200,00	225 000,00	0,00	Alienação em 2012
República Austria 3,5% 09/21	AUSTRIA (SOBERANO)	1 000 000,00	1 052 430,00	1 000 000,00	1 159 730,00	35 000,00	10 260,27	
France Gov. Bond FRTR 4% 10/38	FRANÇA (SOBERANO)	2 000 000,00	2 118 800,00	2 000 000,00	2 385 900,00	80 000,00	14 684,93	
Reino Da Bélgica 4% 28/03/2013	BÉLGICA (SOBERANO)	4 000 000,00	4 123 200,00	4 000 000,00	4 035 720,00	160 000,00	121 863,01	
German Gov. Bond DBR 4,25% 07/17	ALEMANHA (SOBERANO)	1 000 000,00	1 176 200,00	1 000 000,00	1 179 930,00	42 500,00	20 958,90	
República Grécia GGB 4,3% 07/17	GRÉCIA (SOBERANO)	1 000 000,00	220 000,00			0,00	0,00	Oferta Pública Troca 2012
República Grécia GGB 2% 24/02/2023	GRÉCIA (SOBERANO)			15 000,00		0,00	239,34	Aquisição/Alienação 2012
República Grécia GGB 2% 24/02/2024	GRÉCIA (SOBERANO)			15 000,00		0,00	239,34	Aquisição/Alienação 2012
República Grécia GGB 2% 24/02/2025	GRÉCIA (SOBERANO)			15 000,00		0,00	239,34	Aquisição/Alienação 2012
República Grécia GGB 2% 24/02/2026	GRÉCIA (SOBERANO)			15 000,00		0,00	239,34	Aquisição/Alienação 2012
República Grécia GGB 2% 24/02/2027	GRÉCIA (SOBERANO)			15 000,00		0,00	239,34	Aquisição/Alienação 2012
República Grécia GGB 2% 24/02/2028	GRÉCIA (SOBERANO)			16 000,00		0,00	255,30	Aquisição/Alienação 2012
República Grécia GGB 2% 24/02/2029	GRÉCIA (SOBERANO)			16 000,00		0,00	255,30	Aquisição/Alienação 2012
República Grécia GGB 2% 24/02/2030	GRÉCIA (SOBERANO)			16 000,00		0,00	255,30	Aquisição/Alienação 2012
República Grécia GGB 2% 24/02/2031	GRÉCIA (SOBERANO)			16 000,00		0,00	255,30	Aquisição/Alienação 2012
República Grécia GGB 2% 24/02/2032	GRÉCIA (SOBERANO)			16 000,00		0,00	255,30	Aquisição/Alienação 2012
República Grécia GGB 2% 24/02/2033	GRÉCIA (SOBERANO)			16 000,00		0,00	255,30	Aquisição/Alienação 2012
República Grécia GGB 2% 24/02/2034	GRÉCIA (SOBERANO)			16 000,00		0,00	255,30	Aquisição/Alienação 2012
República Grécia GGB 2% 24/02/2035	GRÉCIA (SOBERANO)			16 000,00		0,00	255,30	Aquisição/Alienação 2012
República Grécia GGB 2% 24/02/2036	GRÉCIA (SOBERANO)			16 000,00		0,00	255,30	Aquisição/Alienação 2012
República Grécia GGB 2% 24/02/2037	GRÉCIA (SOBERANO)			16 000,00		0,00	255,30	Aquisição/Alienação 2012
República Grécia GGB 2% 24/02/2038	GRÉCIA (SOBERANO)			16 000,00		0,00	255,30	Aquisição/Alienação 2012
República Grécia GGB 2% 24/02/2039	GRÉCIA (SOBERANO)			16 000,00		0,00	255,30	Aquisição/Alienação 2012
República Grécia GGB 2% 24/02/2040	GRÉCIA (SOBERANO)			16 000,00		0,00	255,30	Aquisição/Alienação 2012
República Grécia GGB 2% 24/02/2041	GRÉCIA (SOBERANO)			16 000,00		0,00	255,30	Aquisição/Alienação 2012
República Grécia GGB 2% 24/02/2042	GRÉCIA (SOBERANO)			16 000,00		0,00	255,30	Aquisição/Alienação 2012
EFSF 0,4% 12/03/2013	EFSS			75 000,00		75 041,25	0,00	238,36
EFSF 1% 12/03/2014	EFSS			75 000,00		75 735,00	0,00	595,89
EFSF CZ 12/09/2012	EFSS					25 730,00		Oferta Pública Troca 2012
Itália Gov. Bond BTPS 4% 04/12	ITÁLIA (SOBERANO)	500 000,00	501 550,00			10 648,47	0,00	Alienação em 2012
Itália Gov. Bond BTPS 4,5% 02/18	ITÁLIA (SOBERANO)	1 000 000,00	915 380,00	1 000 000,00	1 055 300,00	45 000,00	18 739,73	
France Gov. Bond 4,25% 2017	FRANÇA (SOBERANO)	2 000 000,00	2 210 500,00	2 000 000,00	2 337 600,00	85 000,00	15 602,74	
BEI 4,375% - 15/04/2013	BANCO SUPRANACIONAL BEI	2 000 000,00	2 085 000,00	2 000 000,00	2 023 460,00	87 500,00	62 328,77	
German Gov. Bond DBR 4,25% 07/39	ALEMANHA (SOBERANO)	2 000 000,00	2 734 960,00	2 000 000,00	2 863 260,00	85 000,00	41 917,81	
Netherlands 4% 07/18	HOLANDA (SOBERANO)	3 000 000,00	3 409 890,00	3 000 000,00	3 539 940,00	120 000,00	55 561,64	
CGD 5,125% 10/02/2014	CAIXA GERAL DE DEPOSITOS	2 100 000,00	1 890 819,00	2 100 000,00	2 137 191,00	80 718,75	69 882,53	
BEI 3,5% 15/04/2016	BANCO SUPRANACIONAL BEI	1 000 000,00	1 059 400,00	1 000 000,00	1 103 830,00	35 000,00	24 931,51	
IBRD 3,875% 20/05/2019	BANCO SUPRANACIONAL IBRD	1 500 000,00	1 686 765,00	1 500 000,00	1 781 430,00	58 125,00	35 830,48	
CKGD 4,375% 13/05/2013	CAIXA GERAL DE DEPOSITOS	1 400 000,00	1 309 182,00	1 400 000,00	1 406 958,00	45 937,50	29 198,63	
<b>Subtotal Taxa Fixa</b>		<b>57 072 343,36</b>	<b>61 028 712,45</b>	<b>49 037 343,36</b>	<b>56 021 370,38</b>	<b>2 281 192,64</b>	<b>2 249 933,18</b>	
<b>TOTAIS EUR</b>		<b>60 481 905,83</b>	<b>63 466 267,52</b>	<b>52 399 199,00</b>	<b>58 634 053,88</b>	<b>2 417 426,65</b>	<b>2 356 515,66</b>	



TÍTULOS DE DÍVIDA PÚBLICA

DESCRIÇÃO DO ATIVO	ENTIDADE DEVEDORA	VALOR EM 01-01-2012		VALOR EM 31-12-2012		RENDIMENTO		OBSERVAÇÕES
		VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VENCIDO E COBRADO	VENCIDO POR COBRAR	
<b>Curto Prazo</b>								
CEDIC	IGCP	199 000 000,00	199 000 000,00	223 000 000,00	223 000 000,00	2 387 387,51	159 078,89	
BT PORTB CZ17/02/2012	PORTUGAL (SOBERANO)	1 000 000,00	994 450,00			13 888,38	0,00	Alienação em 2012
BT 4,986% 21/12/2012	PORTUGAL (SOBERANO)					133 449,00	0,00	Aquisição/Alienação 2012
BT 4,943% 22/02/2013	PORTUGAL (SOBERANO)			6 000 000,00	5 991 480,00	0,00	186 828,85	Aquisição em 2012
BT 4,742% 20/07/2012	PORTUGAL (SOBERANO)					111 857,15	0,00	Aquisição/Alienação 2012
BT 4,332% 23/11/2012	PORTUGAL (SOBERANO)					18 376,87	0,00	Aquisição/Alienação 2012
BT 2,292% 18/01/2013	PORTUGAL (SOBERANO)			10 000 000,00	9 997 000,00	0,00	78 302,51	Aquisição em 2012
<b>Subtotal Curto Prazo</b>		<b>200 000 000,00</b>	<b>199 994 450,00</b>	<b>239 000 000,00</b>	<b>238 988 480,00</b>	<b>2 664 958,91</b>	<b>424 210,25</b>	
<b>Médio e Longo Prazo</b>								
O.T. junho 5,00% - 02/12	PORTUGAL (SOBERANO)	8 000 000,00	7 840 000,00			300 000,00	0,00	Alienação em 2012
O.T. junho 5,00% - 02/12	PORTUGAL (SOBERANO)	14 671 000,00	14 377 580,00			550 162,50	0,00	Alienação em 2012
O.T. setembro 5,45% - 98/13	PORTUGAL (SOBERANO)	2 000 000,00	1 740 000,00	2 000 000,00	2 045 660,00	81 750,00	22 621,23	
O.T. abril 3,85% - 2011	PORTUGAL (SOBERANO)	10 000 000,00	5 300 000,00	10 000 000,00	8 225 000,00	288 750,00	205 684,93	
O.T. outubro 3,35% - 2015	PORTUGAL (SOBERANO)	11 000 000,00	7 782 500,00	11 000 000,00	10 851 830,00	276 375,00	58 303,77	
O.T. outubro 4,35% - 2017	PORTUGAL (SOBERANO)	13 000 000,00	7 670 000,00	13 000 000,00	12 635 610,00	424 125,00	88 310,96	
O.T. abril 4,10% - 2037	PORTUGAL (SOBERANO)	1 000 000,00	490 000,00	1 000 000,00	671 000,00	30 750,00	21 904,11	
O.T. junho 4,45% 2018	PORTUGAL (SOBERANO)	4 000 000,00	2 280 000,00	4 000 000,00	3 736 000,00	133 500,00	72 784,93	
O.T. outubro 3,6% 2014	PORTUGAL (SOBERANO)	2 000 000,00	1 470 000,00	2 000 000,00	2 011 360,00	54 000,00	11 391,78	
O.T. junho 4,8% 2020	PORTUGAL (SOBERANO)	1 250 000,00	670 100,00	1 250 000,00	1 119 687,50	45 000,00	24 534,25	
O.T. fevereiro 6,40% - 2016	PORTUGAL (SOBERANO)	6 080 000,00	4 404 656,00	6 080 000,00	6 363 206,40	215 693,91	255 859,73	
<b>Subtotal Médio e Longo Prazo</b>		<b>73 001 000,00</b>	<b>54 024 836,00</b>	<b>50 330 000,00</b>	<b>47 659 353,90</b>	<b>2 400 106,41</b>	<b>761 395,69</b>	
<b>TOTAIS</b>	<b>EUR</b>	<b>273 001 000,00</b>	<b>254 019 286,00</b>	<b>289 330 000,00</b>	<b>286 647 833,90</b>	<b>5 065 065,32</b>	<b>1 185 605,94</b>	

UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EM FUNDOS DE INVESTIMENTO

DESCRIÇÃO DO ATIVO	ENTIDADE DEVEDORA	VALOR EM 01-01-2012		VALOR EM 31-12-2012		RENDIMENTO		OBSERVAÇÕES
		VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VENCIDO E COBRADO	VENCIDO POR COBRAR	
Barclays Euroblig Moyen Terme	BARCLAYS BANK	500 000,00	662 718,75			0,00	0,00	Fusão Barclays Bond Euro Fund
Barclays Bond Euro Fund	BARCLAYS BANK			500 000,00	715 641,85	0,00	0,00	
Lusimovest	SANTANDER ASSET MANAGEMENT SGFIM	2 500 000,00	3 066 745,00			0,00	0,00	Alienação em 2012
Euro-Futuro Banca e Seguros	SANTANDER ASSET MANAGEMENT SGFIM	1 100 000,00	480 264,40			0,00	0,00	Fusão FA S Ações Europa
Euro-Futuro Defensivo	SANTANDER ASSET MANAGEMENT SGFIM	950 000,00	1 131 294,24			0,00	0,00	Fusão FA S Ações Europa
Euro-Futuro Cíclico	SANTANDER ASSET MANAGEMENT SGFIM	1 425 000,00	1 646 781,30			0,00	0,00	Fusão FA S Ações Europa
Euro-Futuro Telecomunicações	SANTANDER ASSET MANAGEMENT SGFIM	2 300 000,00	719 145,60			0,00	0,00	Fusão FA S Ações Europa
FA Santander Ações Europa	SANTANDER ASSET MANAGEMENT SGFIM			5 775 000,00	4 487 037,32	0,00	0,00	
Global Equities/Ac.global	SANTANDER ASSET MANAGEMENT SGFIM	4 435 000,00	3 884 439,10			0,00	0,00	Fusão FA S Ações América
FA Santander Ações América	SANTANDER ASSET MANAGEMENT SGFIM			4 435 000,00	4 264 775,99	0,00	0,00	
Invesco Funds Pan European	INVESCO GT MANAGEMENT SA	1 419 148,90	1 509 974,43	1 419 148,90	1 823 606,34	0,00	0,00	
JP Morgan - Global Equities/Ac.global	JPMORGAN ASSET MANAGEMENT EUROPE	645 800,00	488 062,38	645 800,00	552 700,20	3 747,08	0,00	
Newton Int. Growth Fund	BNY MELLON FUND MANAGERS UK	914 606,74	702 692,36	914 606,74	799 732,13	0,00	0,00	
HSBC Global Pan Europe	HSBC INVESTMENT FUNDS (LUXEMBURGO)	1 903 240,00	1 194 283,10	1 903 240,00	1 406 684,68	5 701,88	0,00	
CaixaGest Valor Premium	CAIXAGEST SA PORTUGAL	1 500 000,00	1 369 860,00			0,00	0,00	Alienação em 2012
CaixaGest Imobiliário Internacional	CAIXAGEST SA PORTUGAL	5 500 002,97	3 288 981,43	5 500 002,97	3 296 032,84	0,00	0,00	
Fundo em USD	DOS SANTOS - SMITH BARNEY	3 990 383,03	7 336 285,90	3 990 383,03	7 502 424,53	0,00	0,00	
Novenergia II - Energy & Environment (S.C.A.), SICAR	NOVENERGIA II	1 000 000,00	1 181 210,82	1 000 000,00	1 262 893,98	0,00	0,00	
<b>TOTAIS</b>	<b>EUR</b>	<b>30 083 181,63</b>	<b>28 662 738,81</b>	<b>26 083 181,63</b>	<b>26 111 529,86</b>	<b>9 448,96</b>	<b>0,00</b>	





# DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

FAT – Fundo de Acidentes de Trabalho

## BALANÇO

FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO  
Gestão de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2012

		(Em euros)		
ATIVO	2012		2011	2011
	ATIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES	ATIVO LÍQUIDO	
<b>IMOBILIZADO</b>				
<b>INVESTIMENTOS FINANCEIROS</b>				
PARTES DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	61.451.739,90
OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO	11.557.678,70	248.151,95	11.309.526,75	(8.533.075,44)
OUTRAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS	18.653.586,09	475.390,98	18.178.195,11	(559.721.072,23)
	<b>30.211.264,79</b>	<b>723.542,93</b>	<b>29.487.721,86</b>	<b>132.341.089,74</b>
<b>CIRCULANTE</b>				
DÍVIDAS DE TERCEIROS - CURTO PRAZO				
CLIENTES, C/C	0,00	0,00	0,00	23.535.472,59
CONTRBUENTES, C/C	1.779,40	1.779,40	1.779,40	(350.925.845,44)
UTENTES, C/C (RESPONSÁVEIS DE SINISTROS)	1.634.239,92	1.634.239,92	1.484.840,05	61.451.739,90
DEVEDORES PELA EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO	0,00	0,00	0,00	(8.533.075,44)
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	0,00	0,00	0,00	(559.721.072,23)
OUTROS DEVEDORES	40.473,01	8.884,84	31.588,17	132.341.089,74
	<b>1.676.492,33</b>	<b>8.884,84</b>	<b>1.667.607,49</b>	<b>(379.813.167,28)</b>
<b>TÍTULOS NEGOCIÁVEIS</b>				
TÍTULOS DE DÍVIDA PÚBLICA	12.738.237,32	0,00	12.738.237,32	61.451.739,90
CERTIFICADOS ESPECIAIS DE DÍVIDA - CEDIC'S	244.000.000,00	0,00	244.000.000,00	(8.533.075,44)
	<b>256.738.237,32</b>	<b>0,00</b>	<b>256.738.237,32</b>	<b>(379.813.167,28)</b>
<b>DEPÓSITOS E CAIXA</b>				
CONTA NO TESOURO	6.496.434,20		6.496.434,20	61.451.739,90
DEPÓSITOS À ORDEM	144.670,66		144.670,66	(8.533.075,44)
CAIXA	2.576,32		2.576,32	(559.721.072,23)
	<b>6.643.681,18</b>		<b>6.643.681,18</b>	<b>(379.813.167,28)</b>
<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>				
ACRÉSCIMOS DE PROVEITOS	8.902.327,21		8.902.327,21	61.451.739,90
CUSTOS DIFERIDOS	16.894,80		16.894,80	(8.533.075,44)
	<b>8.919.222,01</b>		<b>8.919.222,01</b>	<b>(379.813.167,28)</b>
<b>TOTAL DE AMORTIZAÇÕES</b>				
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES		732.427,77		
TOTAL DE PROVISÕES		732.427,77		
TOTAL DO ATIVO	<b>304.188.897,63</b>		<b>303.456.469,86</b>	<b>258.841.600,28</b>
<b>FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>				
<b>FUNDOS PRÓPRIOS</b>				
PATRIMÓNIO				
TRANSFERÊNCIA DO FUNDAP				61.451.739,90
TRANSFERÊNCIA DO FGAP				(8.533.075,44)
TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADES				(559.721.072,23)
RESULTADO TRANSITADOS				132.341.089,74
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO				23.535.472,59
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS				<b>(379.813.167,28)</b>
<b>PASSIVO</b>				
PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS				
PROVISÕES PARA PENSÕES				643.911.029,00
PROVISÕES PARA IANR				31.653.630,00
				<b>675.564.659,00</b>
<b>DÍVIDAS A TERCEIROS - CURTO PRAZO</b>				
FORNECEDORES, C/C				3.695,01
CREDORES P/ EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO				0,00
ADIANTAMENTOS DE CLIENTES CONT. EUTEN.				0,00
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS				560,61
OUTROS CREDORES				0,00
REMUNERAÇÕES A LIQUIDAR				0,00
OUTROS CREDORES				4.562,98
SINISTROS A REEMBOLSAR				1.634.239,88
				<b>1.643.058,48</b>
<b>ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS</b>				
ACRÉSCIMOS DE CUSTOS				6.061.919,66
				<b>6.061.919,66</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>				<b>609.767.445,72</b>
<b>TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO</b>				<b>258.841.600,28</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS**  
**FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO**  
 Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2012

(Em Euros)

	Exercícios			
	2012		2011	
<b>Custos e perdas</b>				
<b>Fornecimentos serviços externos</b>		420 166,58		431 480,40
<b>Custos com o pessoal:</b>				
Remunerações	321 713,76		326 123,94	
Encargos sociais				
Pensões	85 983,86		50 000,00	
Outros	86 853,53	494 551,15	90 813,64	466 937,58
<b>Transferências correntes concedidas e prestações sociais</b>				
Responsabilidades - seguradoras	28 887 589,73		27 621 608,73	
Responsabilidades - pensionistas	9 245 372,40	38 132 962,13	9 068 801,90	36 690 410,63
<b>Provisões do exercício</b>				
Provisões p/responsabilidades c/ pensões	111 905 712,00		55 324 416,00	
Outras provisões do exercício	0,00	111 905 712,00	0,00	55 324 416,00
<b>Outros custos e perdas operacionais</b>				0,00
<b>(A)</b>		<b>150 953 391,86</b>		<b>92 913 244,61</b>
<b>Custos e perdas financeiras</b>				
Provisões para aplicações financeiras	0,00		3 267 502,45	
Outros custos e perdas financeiras	14 074,36	14 074,36	5 446,49	3 272 948,94
<b>(C)</b>		<b>150 967 466,22</b>		<b>96 186 193,55</b>
<b>Custos e perdas extraordinárias</b>		132 679,66		249 846,17
<b>(E)</b>		<b>151 100 145,88</b>		<b>96 436 039,72</b>
<b>Resultado líquido do exercício</b>		(28 887 321,84)		23 535 472,59
		<b>122 212 824,04</b>		<b>119 971 512,31</b>
<b>Proveitos e ganhos</b>				
<b>Impostos, taxas e outros</b>				
Empresas de seguros	72 514 487,80		75 300 591,77	
Coimas e penalidades por contra - ordenação	2 695 295,72	75 209 783,52	2 417 155,18	77 717 746,95
<b>Transferências e subsídios correntes obtidos</b>		1 290 451,03		1 647 616,39
<b>(B)</b>		<b>76 500 234,55</b>		<b>79 365 363,34</b>
<b>Proveitos e ganhos financeiros</b>				
Juros de aplicações financeiras	3 597 097,81		3 718 836,09	
Rendimentos de participações de capital	0,00		0,00	
Outros proveitos e ganhos financeiros	6 107,03	3 603 204,84	682,13	3 719 518,22
<b>(D)</b>		<b>80 103 439,39</b>		<b>83 084 881,56</b>
<b>Proveitos e ganhos extraordinários</b>				
Anulação de provisões para pensões	37 875 324,00		36 561 817,00	
Anulação de provisões para investimentos	4 203 909,74		317 523,38	
Outros proveitos e ganhos extraordinários	30 150,91	42 109 384,65	7 290,37	36 886 630,75
<b>(F)</b>		<b>122 212 824,04</b>		<b>119 971 512,31</b>
<b>Resumo:</b>		<b>2012</b>		<b>2011</b>
Resultados operacionais (B) - (A) =		(74 453 157,31)		(13 547 881,27)
Resultados financeiros (D-B) - (C-A) =		3 589 130,48		446 569,28
Resultados correntes (D) - (C) =		(70 864 026,83)		(13 101 311,99)
Resultado líquido do exercício (F) - (E) =		(28 887 321,84)		23 535 472,59

**FLUXOS DE CAIXA**  
**FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO**  
 Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2012

			(Em Euros)		
Capit. Grup	Recebimentos		Capit. Grup	Pagamentos	
	<b>SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR</b>	219 119 129,38			69 279 003,68
	Execução orçamental	0,00			0,00
	De dotações orçamentais (OE)	219 113 118,11			
	De receitas próprias	219 113 118,11			
16	01	Na posse do serviço			
		Na posse do tesouro 219 040 320,65 €			
		De receita do Estado	5 419,57		
		De operações de tesouraria	591,70		
		Descontos em vencimentos e salários:			
		Receitas do Estado 0,00			
		<b>RECEITAS</b>	<b>100 803 555,48</b>		
		Dotações orçamentais (OE)	0,00		
		<b>Receitas Próprias</b>	100 616 597,82		
		<b>CORRENTES</b>	<b>81 431 887,82</b>		
04	01	Taxas	73 610 297,95		
04	02	Multas e outras penalidades	2 690 844,84		
05	02	Juros - Sociedades financeiras	65 156,25		
05	03	Juros - Administração pública	3 375 001,23		
05	06	Juros - Resto do mundo	443 312,50		
06	01	Dividendos e participações nos lucros de sociedades fin	2 147,40		
06	01	Sociedades e quase soc. não financeiras	1 239 262,86		
15	01	Reposições não abatas nos pagamentos	5 864,79		
		<b>CAPITAL</b>	<b>19 184 710,00</b>		
11	02	Títulos a curto prazo	17 584 710,00		
11	03	Títulos a médio e longo prazo	1 600 000,00		
		<b>Recebido do Tesouro em conta de receitas próprias</b>	<b>0,00</b>		
		<b>Importância retidas para entrega ao Estado ou outras entidades</b>	<b>186 957,66</b>		
17	01	Receita do Estado	24 117,68		
17	02	Operações de tesouraria	162 839,98		
		<b>Descontos em vencimentos e salários:</b>			
		Receitas do Estado 0,00			
		Operações de tesouraria 0,00			
		<b>Total Geral</b>	<b>319 922 684,86</b>		
		<b>DESPESAS</b>			<b>69 279 003,68</b>
		Despesas Orçamentais (OE)			0,00
		<b>Despesas orçamentais com compensação em receita própria e com ou sem transição dos saldos</b>	<b>39 734 764,27</b>		69 176 629,42
		<b>CORRENTES</b>	<b>39 734 764,27</b>		
		Remunerações certas e permanentes	317 513,76		
		Abonos variáveis ou eventuais	0,00		
		Segurança social	174 030,02		
		Aquisição de serviços	449 798,34		
		Transferências correntes - Soc. financeiras	29 568 510,19		
		Transferências correntes - Famílias	9 210 837,60		
		Diversas	14 074,36		
		<b>CAPITAL</b>	<b>29 441 865,15</b>		
		Títulos a curto prazo	29 441 865,15		
		Títulos a médio e longo prazo	0,00		
		Ações e outras participações	0,00		
		Unidades de participação	0,00		
		<b>Entrega ao Tesouro em conta de receitas próprias</b>	<b>0,00</b>		
		<b>Descontos em vencimentos e salários:</b>			
		Receitas do Estado 0,00			
		Operações de tesouraria 0,00			
		<b>Importâncias entregues ao Estado e outras entidades</b>	<b>26 073,00</b>		102 374,26
		Receita do Estado	26 073,00		
		Operações de tesouraria	76 301,26		
		<b>SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE</b>	<b>250 639 625,23</b>		
		Execução orçamental	0,00		
		De dotações orçamentais (OE)	250 639 625,23		
		<b>De receitas próprias</b>	<b>250 639 625,23</b>		
		Na posse do serviço			
		Na posse do Tesouro 250 496 434,20 €			
		De receita do Estado			
		De operações de tesouraria			3 464,25
		<b>Descontos em vencimentos e salários</b>			591,70
		Receita do Estado 0,00			
		Operações de tesouraria 0,00			
		<b>Total Geral</b>	<b>319 922 684,86</b>		<b>319 922 684,86</b>

## ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO

Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2012

Na elaboração do anexo seguiu-se a ordem do P.O.C.P.

#### 8.1 – Caracterização da Entidade

8.1.1 – O Fundo de Acidentes de Trabalho, designado abreviadamente por FAT é gerido pelo Instituto de Seguros de Portugal.

O FAT é dotado de autonomia administrativa e financeira.

A sua sede está situada na Avenida da República, n.º 76, 1600-205 Lisboa, possui instalações na Avenida da República, n.º 59, 1050-189

O código de classificação orgânica atribuído ao FAT é o seguinte: 03 1 09 02 00.

8.1.2 – O FAT foi criado na sequência do disposto no Art.º 39.º da Lei n.º 100/97, de 13 de setembro, encontra-se regulado pelo Decreto-Lei n.º 142/99, de 30 de abril, na redação dada pelo Decreto-Lei n.º 185/2007, de 10 de maio.

Encontra ainda previsão no art.º 283º, n.º6 do Código do Trabalho e no artigo 82º da Lei n.º 98/2009 de 4 de setembro.

8.1.3 – A sua gestão é assegurada pelos órgãos do Instituto de Seguros de Portugal (ISP). O ISP é a autoridade portuguesa de supervisão de seguros e de fundos de pensões. São órgãos do ISP o Conselho Diretivo, o Conselho Consultivo e a Comissão de Fiscalização, cuja constituição e respetivas atribuições estão definidas nos artigos 7º a 28º do Estatuto do ISP.

8.1.4 – As competências do FAT são as seguintes:

- a) garantir o pagamento das prestações que forem devidas por acidentes de trabalho sempre que, por motivo de incapacidade económica objetivamente caracterizada em processo judicial de insolvência ou processo equivalente, ou processo de recuperação de empresa, ou por motivo de ausência, desaparecimento ou impossibilidade de identificação, não possam ser pagas pela entidade responsável;
- b) garantir o pagamento de prémios do seguro de acidentes de trabalho das empresas que, no âmbito de um processo de recuperação, se encontrem impossibilitadas de o fazer;
- c) reembolsar as empresas de seguros dos montantes relativos às atualizações de pensões devidas por incapacidade permanente igual ou superior a 30% ou por morte, derivadas de acidente de trabalho;
- d) ressegurar e retroceder os riscos recusados de acidentes de trabalho.

8.1.5 – Recursos Humanos

**Identificação do responsável por Direções/ Departamentos**

**Fundo de Acidentes de Trabalho**

Célia Maria Jesus Gomes Correia Matos

**Pessoal do quadro em 31-12-12**

<b>Grupos de Categorias</b>	<b>Efetivos em 31-12-12</b>
Diretores	1
Chefias Intermédias	3
Técnicos	7
Administrativos	1
Outros	0
<b>Totais</b>	<b>12</b>



## 8.2 - NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO

### FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO

Gerência de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2012

Na elaboração do anexo seguiu-se a ordem do P.O.C.P.

Notas aplicáveis: 8.2.3, 8.2.7, 8.2.23, 8.2.31, 8.2.32, 8.2.37, 8.2.38, 8.2.39, 8.3.1 e 8.3.5

8.2.3 – Os critérios valorimétricos utilizados relativamente às contas do balanço e da demonstração dos resultados:

Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros estão contabilizados ao custo de aquisição, e as provisões foram efetuadas com base nas cotações de 31 de dezembro de 2012.

8.2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões.

#### AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	REGULARIZAÇÕES	SALDO FINAL
<b>Provisões investimentos financeiros</b>				
Títulos e outras aplicações financeiras	4 927 452,67	0,00	4 203 909,74	723 542,93
<b>TOTAL</b>	<b>4 927 452,67</b>	<b>0,00</b>	<b>4 203 909,74</b>	<b>723 542,93</b>

#### ATIVO BRUTO

RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS	SALDO FINAL
<b>Investimentos financeiros</b>					
Partes de capital em empresas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações e títulos de participação	13 133 989,95	0,00	1 576 311,25	0,00	11 557 678,70
Títulos da dívida pública	14 883 565,09	0,00	0,00	0,00	14 883 565,09
Fundos de investimento	3 770 021,00	0,00	0,00	0,00	3 770 021,00
<b>TOTAL</b>	<b>31 787 576,04</b>	<b>0,00</b>	<b>1 576 311,25</b>	<b>0,00</b>	<b>30 211 264,79</b>

8.2.23 – O valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas na rubrica “Outros devedores e credores” é de 8 884,84 €.

8.2.31 - Desdobramento das contas de provisões acumuladas e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício.

Código das contas	RUBRICAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
291	Provisões para cobranças duvidosas	8 884,84	0,00	0,00	8 884,84
292	Provisões para riscos e encargos				
	Para Pensões	589 496 607,00	92 289 746,00	37 875 324,00	643 911 029,00
	Para IBNR	12 037 664,00	19 615 966,00	0,00	31 653 630,00
49	Provisões para invest. financeiros				
	Partes de capital	0,00	0,00	0,00	0,00
	Obrigações e títulos de participação	402 144,20	0,00	153 992,25	248 151,95
	Outros investimentos financeiros	4 525 308,47	0,00	4 049 917,49	475 390,98
	<b>TOTAL</b>	<b>606 470 608,51</b>	<b>111 905 712,00</b>	<b>42 079 233,74</b>	<b>676 297 086,77</b>

8.2.32 – Fundo Patrimonial - movimentos ocorridos no exercício

RUBRICAS	SALDO INICIAL Credor/(Devedor)	MOVIMENTOS DO EXERCÍCIO		SALDO FINAL Credor/(Devedor)
		DÉBITO	CRÉDITO	
Patrimônio	(506 802 407,77)	0,00	0,00	(506 802 407,77)
Resultados transitados	132 341 089,74	0,00	23 535 472,59	155 876 562,33
Resultado líquido do exercício	23 535 472,59	52 422 794,43	0,00	(28 887 321,84)
<b>TOTAL</b>	<b>(350 925 845,44)</b>	<b>52 422 794,43</b>	<b>23 535 472,59</b>	<b>(379 813 167,28)</b>

8.2.37 - Demonstração dos resultados financeiros.

CUSTOS E PERDAS	Exercícios		PROVEITOS E GANHOS	Exercícios	
	2012	2011		2012	2011
681 Juros suportados	0,00	0,00	781 Juros obtidos	3 597 097,81	3 718 836,09
684 Provisões para aplicações financeiras	0,00	3 267 502,45	784 Rendimentos de participações de capital	0,00	0,00
685 Diferenças de câmbio	0,00	18,71	785 Diferenças de câmbio	0,00	0,00
687 Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	787 Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	6 107,03	682,13
688 Outros custos e perdas financeiras	14 074,36	5 427,78	788 Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
<b>Resultados financeiros</b>	<b>3 589 130,48</b>	<b>446 569,28</b>			
	<b>3 603 204,84</b>	<b>3 719 518,22</b>		<b>3 603 204,84</b>	<b>3 719 518,22</b>

8.2.38 - Demonstração dos resultados extraordinários.

CUSTOS E PERDAS	Exercícios		PROVEITOS E GANHOS	Exercícios	
	2012	2011		2012	2011
694 Perdas em imobilizações	81 091,49	246 067,48	794 Ganhos em imobilizações	23 688,75	2 501,92
697 Correções relativas a exercícios anteriores	51 588,17	3 778,69	796 Reduções de amortizações e provisões	42 079 233,74	36 879 340,38
698 Outros custos e perdas extraordinárias	0,00	0,00	797 Correções relativas a exercícios anteriores	6 462,16	4 788,42
<b>Resultados extraordinários</b>	<b>41 976 704,99</b>	<b>36 636 784,58</b>	798 Outros proveitos e ganhos extraordinários	0,00	0,03
	<b>42 109 384,65</b>	<b>36 886 630,75</b>		<b>42 109 384,65</b>	<b>36 886 630,75</b>

8.2.39 – Outras informações, consideradas relevantes, para a melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

8.2.39.1 - Acréscimos e diferimentos

Em 31 de dezembro de 2012 os saldos destas contas apresentavam a seguinte composição:

**Acréscimos de proveitos:**

Juros de CEDIC'S	184 123,63 €
Juros de Bilhetes do Tesouro	171 716,93 €
Juros de obrigações	605 965,91 €
Receitas de novembro e dezembro de 2012	<u>7 940 520,74 €</u>
	<b>8 902 327,21 €</b>

**Custos diferidos:**

Renda edifício Avenida da República e Seguros	<b>16 894,80 €</b>
---	--------------------

**Acréscimos de custos:**

Encargos com férias a pagar em 2013	29 184,00 €
Responsabilidades de novembro e dezembro de 2012	6 017 942,04 €
Outros	<u>14 793,62 €</u>
	<b>6 061 919,66 €</b>

8.2.39.2 - Nos investimentos financeiros foram contabilisticamente reconhecidas apenas as perdas potenciais (menos-valias) através das provisões, em obediência ao princípio da prudência. No entanto, para informação e consequentemente melhor análise da rentabilidade, evidenciamos também no quadro seguinte os ganhos e as perdas potenciais (mais-valias) e o valor global de cotação da carteira em 31 de dezembro de 2012 com as mais e menos-valias.

RUBRICAS	VALOR DE AQUISIÇÃO	PERDAS POTENCIAIS (PROVISÕES)	GANHOS POTENCIAIS	VALOR DE COTAÇÃO EM 31-12-2012
<b>Curto Prazo</b>	<b>256 738 237,32</b>	<b>0,00</b>	<b>254 502,68</b>	<b>256 992 740,00</b>
CEDIC's	244 000 000,00	0,00	0,00	244 000 000,00
Bilhetes do Tesouro	12 738 237,32	0,00	254 502,68	12 992 740,00
<b>Médio e Longo Prazo</b>	<b>30 211 264,79</b>	<b>723 542,93</b>	<b>3 498 228,24</b>	<b>32 985 950,10</b>
Fundos de investimento	3 770 021,00	176 035,52	273 929,79	3 867 915,27
Obrigações e títulos de participação	11 557 678,70	248 151,95	1 776 671,25	13 086 198,00
Títulos da dívida pública	14 883 565,09	299 355,46	1 447 627,20	16 031 836,83
<b>TOTAL</b>	<b>286 949 502,11</b>	<b>723 542,93</b>	<b>3 752 730,92</b>	<b>289 978 690,10</b>

### 8.3 – Notas sobre o processo orçamental e respetiva execução

#### 8.3.1 – Alterações orçamentais

##### 1 - Despesa

Classificação económica		Dotações Iniciais (3)	Alterações orçamentais				Reposições abatidas aos pagamentos (8)	Dotações Corrigidas (9)=(3)+(4)-(5)+(6)+(-7)+(8)	Observações (10)
Códigos (1)	Descrição (2)		Transferências de verbas entre rubricas		Créditos especiais (aumento da despesa) (6)	Modificações na redação da rubrica (7)			
			Reforços (4)	Anulações (5)					
<b>01</b>	<b>Despesas Correntes</b>		<b>50 370</b>	<b>50 370</b>	<b>0</b>	<b>0</b>			
01 0104	Despesas com o pessoal	281 600	12 570	0	0	0	294 170		
01 01 06	Pessoal dos quadros - regime de contrato individual de	12 700	0	12 570	0	0	130		
01 02 01	Pessoal contratado a termo	38 000	0	37 800	0	0	200		
01 03 08	Gratificações variáveis ou eventuais	60 000	36 000	0	0	0	96 000		
01 03 09	Outras pensões	21 100	1 800	0	0	0	22 900		
<b>02</b>	<b>Seguros</b>		<b>13 520</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>			
02 02 25	Aquisição de bens e serviços	48 068	13 520	0	0	0	61 588		
<b>04</b>	<b>Outros serviços</b>		<b>0</b>	<b>13 520</b>	<b>0</b>	<b>0</b>			
04 02 02	Transferências correntes	37 010 000	0	13 520	0	0	36 996 480		
	Companhias de seguros e fundos de pensões								
<b>09</b>	<b>Despesas de Capital</b>		<b>25 000 000</b>	<b>25 000 000</b>	<b>0</b>	<b>0</b>			
09 02 05	Ativos financeiros	10 000 000	25 000 000	0	0	0	35 000 000		
09 03 05	Administração pública central- Estado	40 000 000	0	25 000 000	0	0	15 000 000		
	Administração pública central- Estado								
	<b>TOTAL</b>		<b>25 063 890</b>	<b>25 063 890</b>	<b>0</b>				

##### 2 - Receita

Classificação económica		Previsões iniciais (3)	Alterações orçamentais			Previsões corrigidas (7)=(3)+(4)+(5)-(6)	Observações (8)
Códigos (1)	Descrição (2)		Créditos especiais (4)	Reforços (5)	Anulações (6)		
<b>16</b>	<b>Receitas Corrente</b>						
16 01 01	Saldo da gerência anterior		95 448 433	0	0		
16 01 01	Na posse dos serviços	123 664 685	95 448 433	0	0	219 113 118	
	<b>TOTAL</b>		<b>95 448 433</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		

#### 8.3.5 – Aplicações em ativos de rendimento fixo e variável

##### OBRIGAÇÕES E TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO

DESCRIÇÃO DO ATIVO	ENTIDADE DEVEDORA	VALOR EM 01-01-2012		VALOR EM 31-12-2012		RENDIMENTO		OBSERVAÇÕES
		VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VENCIDO E COBRADO	VENCIDO POR COBRAR	
<b>Taxa Variável</b>								
Somec/94	SOMEC-SOC MET DE CONSTRU	149 500,00	0,00	149 500,00	0,00	0,00	0,00	
<b>Subtotal Taxa Variável</b>		<b>149 500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>149 500,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	
<b>Taxa Fixa</b>								
Espanha Gov. Bond SPGB 3,9% 10/12	ESPAÑA (SOBERANO)	250 000,00	251 962,50			9 750,00	0,00	Alienação em 2012
Espanha Gov. Bond SPGB 3,8% 01/17	ESPAÑA (SOBERANO)	250 000,00	246 437,50	250 000,00	249 220,00	9 500,00	8 719,18	
France Tresa.Note BTN 3,75% 01/12	FRANÇA (SOBERANO)	1 350 000,00	1 351 417,50			50 625,00	0,00	Alienação em 2012
France Gov. Bond FRTR 3,75% 04/17	FRANÇA (SOBERANO)	1 000 000,00	1 079 400,00	1 000 000,00	1 136 700,00	37 500,00	25 684,93	
German Gov. Bond DBR 3,75% 01/17	ALEMANHA (SOBERANO)	500 000,00	571 865,00	500 000,00	571 825,00	18 750,00	18 595,89	
Republica Austria 3,5% 09/21	AUSTRIA (SOBERANO)	500 000,00	526 215,00	500 000,00	579 865,00	17 500,00	5 130,14	
France Gov. Bond FRTR 4% 10/38	FRANÇA (SOBERANO)	1 500 000,00	1 589 100,00	1 500 000,00	1 789 425,00	60 000,00	11 013,70	
Reino Da Bélgica 4% 28/03/2013	BÉLGICA (SOBERANO)	1 000 000,00	1 030 800,00	1 000 000,00	1 008 930,00	40 000,00	30 465,75	
Itália Gov. Bond BTPS 4,5% 02/18	ITÁLIA (SOBERANO)	250 000,00	228 845,00	250 000,00	263 825,00	11 250,00	4 684,93	
France Gov. Bond 4,25% 2017	FRANÇA (SOBERANO)	500 000,00	552 625,00	500 000,00	584 400,00	21 250,00	3 900,68	
BEI 4,375% - 15/04/2013	BANCO SUPRANACIONAL BEI	500 000,00	521 250,00	500 000,00	505 865,00	21 875,00	15 582,19	
German Gov. Bond DBR 4,25% 07/39	ALEMANHA (SOBERANO)	500 000,00	683 740,00	500 000,00	715 815,00	21 250,00	10 479,45	
Netherlands 4% 07/18	HOLANDA (SOBERANO)	1 500 000,00	1 704 945,00	1 500 000,00	1 769 970,00	60 000,00	27 780,82	
CGD 5,125% 19/02/2014	CAIXA GERAL DE DEPOSITOS	500 000,00	450 195,00	500 000,00	508 855,00	19 218,75	16 638,70	
BEI 3,5% 15/04/2016	BANCO SUPRANACIONAL BEI	1 000 000,00	1 059 400,00	1 000 000,00	1 103 830,00	35 000,00	24 931,51	
IBRD 3,875% 20/05/2019	BANCO SUPRANACIONAL IBRD	750 000,00	843 382,50	750 000,00	890 715,00	29 062,50	17 915,24	
CXGD 4,375% 13/05/2013	CAIXA GERAL DE DEPOSITOS	1 400 000,00	1 309 182,00	1 400 000,00	1 406 958,00	45 937,50	29 198,63	
<b>Subtotal Taxa Fixa</b>		<b>13 250 000,00</b>	<b>14 000 762,00</b>	<b>11 650 000,00</b>	<b>13 086 198,00</b>	<b>508 468,75</b>	<b>250 721,74</b>	
<b>TOTALS</b>	<b>EUR</b>	<b>13 399 500,00</b>	<b>14 000 762,00</b>	<b>11 799 500,00</b>	<b>13 086 198,00</b>	<b>508 468,75</b>	<b>250 721,74</b>	

TÍTULOS DE DÍVIDA PÚBLICA

DESCRIÇÃO DO ATIVO	ENTIDADE DEVEDORA	VALOR EM 01-01-2012		VALOR EM 31-12-2012		RENDIMENTO		OBSERVAÇÕES
		VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VENCIDO E COBRADO	VENCIDO POR COBRAR	
<b>Curto Prazo</b>								
CEDIC	IGCP	216 000 000,00	216 000 000,00	244 000 000,00	244 000 000,00	2 631 999,33	184 123,63	
BT PORTB CZ 17/02/2012	PORTUGAL (SOBERANO)	1 000 000,00	994 450,00			13 888,38	0,00	Alienação em 2012
BT 4,986% 21/12/2012	PORTUGAL (SOBERANO)					33 362,25	0,00	Aquisição/Alienação 2012
BT 4,943% 22/02/2013	PORTUGAL (SOBERANO)			3 000 000,00	2 995 740,00	0,00	93 414,42	Aquisição em 2012
BT 4,742% 20/07/2012	PORTUGAL (SOBERANO)					111 857,15	0,00	Aquisição/Alienação 2012
BT 4,332% 23/11/2012	PORTUGAL (SOBERANO)					73 507,50	0,00	Aquisição/Alienação 2012
BT 2,292% 18/01/2013	PORTUGAL (SOBERANO)			10 000 000,00	9 997 000,00	0,00	78 302,51	Aquisição em 2012
<b>Subtotal Curto Prazo</b>		217 000 000,00	216 994 450,00	257 000 000,00	256 992 740,00	2 864 614,61	355 840,56	
<b>Médio e Longo Prazo</b>								
Consolidado 41 3,5%	GOV PORTUG CONSOLIDADO	3 820,79	764,16	3 820,79	955,20	133,68	10,77	
Consolidado 42 3%	GOV PORTUG CONSOLIDADO	2 324,40	454,42	2 324,40	629,91	69,72	11,62	
Consolidado 43 2,75%	GOV PORTUG CONSOLIDADO	748,20	123,53	748,20	180,32	20,56	0,91	
O.T. outubro 4,35% - 2017	PORTUGAL (SOBERANO)	1 250 000,00	737 500,00	1 250 000,00	1 214 962,50	40 781,25	8 491,44	
O.T. junho 4,45% 2018	PORTUGAL (SOBERANO)	2 000 000,00	1 140 000,00	2 000 000,00	1 868 000,00	66 750,00	36 392,47	
O.T. outubro 3,6% 2014	PORTUGAL (SOBERANO)	2 000 000,00	1 470 000,00	2 000 000,00	2 011 360,00	54 000,00	11 391,78	
O.T. junho 4,8% 2020	PORTUGAL (SOBERANO)	1 250 000,00	670 100,00	1 250 000,00	1 119 687,50	45 000,00	24 534,25	
O.T. outubro 3,35% 2015	PORTUGAL (SOBERANO)	3 500 000,00	2 476 250,00	3 500 000,00	3 452 855,00	87 937,50	18 551,20	
O.T. fevereiro 6,40% - 2016	PORTUGAL (SOBERANO)	6 080 000,00	4 404 656,00	6 080 000,00	6 363 206,40	215 693,91	255 859,73	
<b>Subtotal Médio e Longo Prazo</b>		16 086 893,39	10 899 848,11	16 086 893,39	16 031 836,83	510 386,62	355 244,17	
<b>TOTAIS</b>	EUR	<b>233 086 893,39</b>	<b>227 894 298,11</b>	<b>273 086 893,39</b>	<b>273 024 576,83</b>	<b>3 375 001,23</b>	<b>711 084,73</b>	

UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO EM FUNDOS DE INVESTIMENTO

DESCRIÇÃO DO ATIVO	ENTIDADE DEVEDORA	VALOR EM 01-01-2012		VALOR EM 31-12-2012		RENDIMENTO		OBSERVAÇÕES
		VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VALOR NOMINAL	VALOR DE MERCADO	VENCIDO E COBRADO	VENCIDO POR COBRAR	
Invesco Funds Pan European	INVESCO GT MANAGEMENT SA	85 905,87	343 171,92	85 905,87	414 451,05	0,00	0,00	
JP Morgan - Global Equities/Ac.global	JPMORGAN ASSET MANAGEMENT EUROPE	64 628,70	110 910,48	64 628,70	125 599,20	851,52	0,00	
Newton Int. Growth Fund	BNY MELLON FUND MANAGERS UK	207 865,00	159 702,68	207 865,00	181 757,16	0,00	0,00	
HSBC Global Pan Europe	HSBC INVESTMENT FUNDS (LUXEMBURGO)	436 988,89	271 428,39	436 988,89	319 701,55	1 295,88	0,00	
Euro - Futuro (Banca e Seg.)	SANTANDER ASSET MANAGEMENT SGFIM	260 850,00	113 888,15			0,00	0,00	Fusão FAS Ações Europa
Euro - Futuro Defensivo	SANTANDER ASSET MANAGEMENT SGFIM	217 425,00	258 917,53			0,00	0,00	Fusão FAS Ações Europa
Euro - Futuro Ciclico	SANTANDER ASSET MANAGEMENT SGFIM	325 750,00	376 448,43			0,00	0,00	Fusão FAS Ações Europa
Euro - Futuro Telecom.	SANTANDER ASSET MANAGEMENT SGFIM	571 350,00	178 645,15			0,00	0,00	Fusão FAS Ações Europa
FA Santander Ações Europa	SANTANDER ASSET MANAGEMENT SGFIM			1 375 375,00	1 046 257,57	0,00	0,00	
Global Equities/Ac. Global	SANTANDER ASSET MANAGEMENT SGFIM	1 026 245,00	898 846,95			0,00	0,00	Fusão FAS Ações América
FA Santander Ações América	SANTANDER ASSET MANAGEMENT SGFIM			1 026 245,00	986 853,38	0,00	0,00	
CaixaGest Imobiliário International	CAIXAGEST SA PORTUGAL	270 002,97	161 460,78	270 002,97	161 806,94	0,00	0,00	
Novenergia II - Energy & Environment (S.C.A.), SICAR	NOVENERGIA II	500 000,00	590 644,15	500 000,00	631 488,42	0,00	0,00	
<b>TOTAIS</b>	EUR	<b>3 967 011,43</b>	<b>3 464 064,61</b>	<b>3 967 011,43</b>	<b>3 867 915,27</b>	<b>2 147,40</b>	<b>0,00</b>	





# RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO







## RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

1. A Comissão de Fiscalização (CF) do Instituto de Seguros de Portugal (ISP) vem apresentar, nos termos do Estatuto desta entidade, o Relatório e o Parecer sobre o Relatório de Atividade e as Contas Anuais elaborados pelo Conselho Diretivo, referentes ao exercício de 2012.

Os documentos de prestação de contas integram as Contas do ISP, as Contas do Fundo de Garantia Automóvel (FGA) e as Contas do Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT).

### RELATÓRIO

2. A CF acompanhou a atividade de gestão do ISP em 2012, tendo obtido informações e esclarecimentos em reuniões com o Conselho Diretivo (CD) e com os Responsáveis pelos Serviços, de todos tendo recebido apoio para a execução das suas tarefas, devendo salientar-se a colaboração profissional e a permanente disponibilidade da Diretora Financeira.

Neste domínio, foram objeto de análise as atas do Conselho Diretivo e outros documentos, nomeadamente os respeitantes à informação financeira e contabilística.

3. A CF acompanhou a atividade desenvolvida pela ROC, através das exposições que a mesma efetuou nas reuniões, tendo em atenção os trabalhos de auditoria que são realizados pela externa KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
4. A CF apreciou também, com a devida atenção e profundidade, os relatórios e pareceres elaborados por aquela sociedade de revisores oficiais de contas, membro de uma auditora internacional, relativos às auditorias e certificações das demonstrações financeiras pela mesma realizada.



5. O Resultado Líquido do ISP no exercício de 2012 foi de 92 353,47 euros, tendo o do ano precedente sido de 2 078 166,32 euros.
6. No FGA, o Resultado Líquido do exercício de 2012 foi de 37 465 468,13 euros, enquanto no ano anterior havia ascendido a 4 614 392,59 euros negativos.
7. Quanto ao FAT, o Resultado Líquido do Exercício de 2012 foi negativo de 28 887 321,84 euros, tendo sido no ano anterior de 23 535 472,59 euros positivo.
8. Em 31 de dezembro de 2012, os Fundos Próprios do FGA, integrados pelos Resultados Transitados e pelo Resultado Líquido do Exercício do ano, eram de 226 815 564,44 euros, tendo diminuído cerca de 19,8% em relação ao final de 2011.
9. Também em 31 de dezembro de 2012, os Fundos Próprios do FAT eram negativos em 379 813 167,28 euros, como resultante da transferência do património negativo do extinto Fundo de Garantia e Actualização de Pensões (FGAP), da transferência de responsabilidades, havendo apenas a compensar, parcialmente, as anteriores importâncias negativas, o valor do património transferido do extinto Fundo de Actualização de Pensões de Acidentes de Trabalho (FUNDAP) e os últimos resultados do FAT.
10. Os investimentos financeiros do FGA e do FAT estão contabilizados pelo custo de aquisição, líquido de provisões para menos-valias potenciais.

No FGA, em 31 de dezembro de 2012, o valor de aquisição dos investimentos financeiros, era de 140 036 464,44 euros, e o montante das provisões constituídas ascendia a 19 668 325,34 euros.

Relativamente ao FAT, os montantes referentes às mesmas data e rubricas eram de 30 211 264,79 euros e de 723 542,93 euros, respetivamente.

11. O Relatório de Atividade do Conselho Diretivo expressa pormenorizadamente os principais factos e o desenvolvimento da gestão do ISP, do FGA e do FAT em 2012 e apresenta as perspetivas para 2013.
12. Os documentos de prestação de contas, designadamente o Relatório de Atividade e as Demonstrações Financeiras, observam as disposições legais aplicáveis e permitem compreender a situação financeira e os resultados apurados em 2012.



13. Os Resultados apurados no exercício de 2012 do ISP ficam em Resultados Transitados.

Os Resultados Líquidos do Exercício de 2012 do FGA e do FAT transitam, como habitualmente, para o ano seguinte, continuando a integrar os valores dos fundos próprios.

14. A Comissão de Fiscalização apreciou a Certificação Legal das Contas emitida pela ROC, documento que mereceu a sua concordância.

15. A execução orçamental no exercício de 2012, foi a seguinte:

<b>ISP</b>			
Receitas Totais	90%	Despesas Totais	88%
Receitas Correntes	89%	Despesas Correntes	87%
Receitas de Capital	100%	Despesas de Capital	95%

<b>FGA</b>			
Receitas Totais	105%	Despesas Totais	37%
Receitas Correntes	100%	Despesas Correntes	72%
Receitas de Capital	106%	Despesas de Capital	27%

<b>FAT</b>			
Receitas Totais	107%	Despesas Totais	44%
Receitas Correntes	111%	Despesas Correntes	81%
Receitas de Capital	106%	Despesas de Capital	27%

16. A Comissão de Fiscalização agradece a referência à sua cooperação feita pelo Conselho Diretivo no seu Relatório, a qual é, naturalmente, sempre prestada sem prejuízo da independência no exercício das suas funções específicas.

### **PARECER**

17. Em face do exposto, a Comissão de Fiscalização é de parecer que o Relatório de Atividade e as Contas do exercício de 2012 apresentados pelo Conselho Diretivo merecem aprovação.



Instituto de Seguros de Portugal

Lisboa, 12 de março de 2013

A Comissão de Fiscalização

---

Alvaro Pinto Correia - **Presidente**

---

Manuel de Lima Dias Martins - **Vogal**

---

Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus – **Vogal R.O.C.**



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### INTRODUÇÃO

1. Examinei as demonstrações financeiras do Instituto de Seguros de Portugal, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2012 (que evidencia um total de 21 780 806,78 euros e um total de Fundos Próprios de 5 716 822,18 euros, incluindo um Resultado Líquido de 92 353,47 euros), a Demonstração dos Resultados, os Mapas de Controlo Orçamental e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho Diretivo a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Instituto, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

### ÂMBITO

4. O exame a que procedi foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame inclui:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho Diretivo, utilizadas na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

- 
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O meu exame abrangeu também a verificação da concordância do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendo que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

#### OPINIÃO

7. Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do Instituto de Seguros de Portugal em 31 de dezembro de 2012, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o setor público em Portugal.

#### RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também minha opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

#### ÊNFASES

9. Sem afetar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamo a atenção para as situações seguintes:
- 9.1. As demonstrações financeiras do Instituto de Seguros de Portugal são objeto de auditoria pela KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., que emitiu sobre as mesmas, em 12 de março de 2013, uma opinião sem reservas nem ênfases.
- 9.2. O Fundo de Garantia Automóvel é um fundo dotado de autonomia administrativa e financeira, que funciona junto do Instituto de Seguros de Portugal, a quem compete a sua gestão técnica e financeira. As demonstrações financeiras deste Fundo são objeto de auditoria pela KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., que emitiu sobre as mesmas, em 12 de março de 2013, uma opinião sem reservas nem ênfases.
- 9.3. O Fundo de Acidentes de Trabalho é um fundo dotado de autonomia administrativa e financeira, que funciona junto do Instituto de Seguros de Portugal, a quem compete a sua gestão técnica e financeira. As demonstrações financeiras deste Fundo são objeto



---

de auditoria pela KPMG & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A., que emitiu sobre as mesmas, em 12 de março de 2013, uma opinião sem reservas e com a seguinte ênfase:

"Chamamos a atenção para o facto de o FAT apresentar Fundos Próprios negativos em 31 de Dezembro de 2012 no montante de 379.813.167 euros (2011: 350.925.845 euros). Estes valores resultam, essencialmente, da relevação contabilística das responsabilidades, calculadas numa base actuarial, pelo pagamento de pensões nos termos do estipulado no Artº 1º do Decreto-Lei nº 142/99, de 30 de Abril com as alterações introduzidas pelo Decreto - Lei nº 185/2007, de 10 de Maio.

O equilíbrio económico e financeiro do FAT – Fundo de Acidentes de Trabalho será obtido através das receitas definidas no Artº 3º do citado Decreto-Lei, designadamente as decorrentes das percentagens a cobrar anualmente pelas empresas de seguros aos tomadores de seguros sempre que sejam processados prémios da modalidade “Acidentes de Trabalho” e das percentagens a suportar pelas empresas de seguros sobre o valor correspondente ao capital de remição das pensões em pagamento em 31 de Dezembro de cada ano. Dadas as características daquelas receitas, as mesmas apenas são registadas contabilisticamente aquando do seu recebimento."

Lisboa, 12 de março de 2013



Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus





# RELATÓRIO DOS AUDITORES





**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.**  
Edifício Monumental  
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º  
1069-006 Lisboa  
Portugal

Telefone: +351 210 110 000  
Fax: +351 210 110 121  
Internet: www.kpmg.pt

## CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **Instituto de Seguros de Portugal**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 21.780.808 euros, e um total de fundos próprios de 5.716.821 euros, incluindo um resultado do exercício de 92.353 euros), a Demonstração dos resultados, os Mapas de controlo orçamental e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho Directivo a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector público (Plano Oficial de Contabilidade Pública – “POCP”), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Instituto de Seguros de Portugal, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho Directivo, utilizados na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira, constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### **Opinião**

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Instituto de Seguros de Portugal em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector público (POCP).

### **Relato sobre outros requisitos legais**

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Lisboa, 12 de Março de 2013



**KPMG & Associados,**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**  
representada por  
Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC n.º 1011)



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.**  
Edifício Monumental  
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º  
1069-006 Lisboa  
Portugal

Telefone: +351 210 110 000  
Fax: +351 210 110 121  
Internet: www.kpmg.pt

## CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **Fundo de Garantia Automóvel (“FGA”)**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 377.975.880 euros, e um total de fundos próprios de 226.815.565 euros, incluindo um resultado do exercício de 37.465.469 euros), a Demonstração dos resultados, os Mapas de controlo orçamental e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho Directivo a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector público (Plano Oficial de Contabilidade Pública – “POCP”), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do FGA, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho Directivo, utilizados na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

dv

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira, constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### **Opinião**

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do FGA em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector público (POCP).

### **Relato sobre outros requisitos legais**

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do período.

Lisboa, 12 de Março de 2013



**KPMG & Associados,**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**  
representada por  
Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC n.º 1011)





**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.**  
Edifício Monumental  
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º  
1069-006 Lisboa  
Portugal

Telefone: +351 210 110 000  
Fax: +351 210 110 121  
Internet: www.kpmg.pt

## CERTIFICAÇÃO DAS CONTAS

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **Fundo de Acidentes de Trabalho (“FAT”)**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de 303.456.470 euros, e um total de fundos próprios negativos de 379.813.167 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 28.887.322 euros), a Demonstração dos resultados, os Mapas de controlo orçamental e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho Directivo a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector público (Plano Oficial de Contabilidade Pública – “POCP”), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do FAT, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho Directivo, utilizados na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
  - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira, constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### **Opinião**

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do FAT em 31 de Dezembro de 2012, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa referentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector público (POCP).

### **Ênfase**

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para o facto de o FAT apresentar Fundos Próprios negativos em 31 de Dezembro de 2012 no montante de 379.813.167 euros (2011: 350.925.845 euros). Estes valores resultam, essencialmente, da relevação contabilística das responsabilidades, calculadas numa base actuarial, pelo pagamento de pensões nos termos do estipulado no Artº 1º do Decreto-Lei nº 142/99, de 30 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto - Lei nº 185/2007, de 10 de Maio.

O equilíbrio económico e financeiro do FAT – Fundo de Acidentes de Trabalho será obtido através das receitas definidas no Artº 3º do citado Decreto-Lei, designadamente as decorrentes das percentagens a cobrar anualmente pelas empresas de seguros aos tomadores de seguros sempre que sejam processados prémios da modalidade “Acidentes de Trabalho” e das percentagens a suportar pelas empresas de seguros sobre o valor correspondente ao capital de remissão das pensões em pagamento em 31 de Dezembro de cada ano. Dadas as características daquelas receitas, as mesmas apenas são registadas contabilisticamente aquando do seu recebimento.

### **Relato sobre outros requisitos legais**

9. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 12 de Março de 2013



**KPMG & Associados,**  
**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**  
representada por  
Ana Cristina Soares Valente Dourado (ROC n.º 1011)

**COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO  
DO FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO**

**PARECER**

A Comissão de Acompanhamento do Fundo de Acidentes de Trabalho, reunida a 18 de Março de 2013, na sede do Instituto de Seguros de Portugal, tendo em vista o cumprimento do disposto da alínea a), do nº 3, do Artigo 2º do Decreto-Lei 142/99, de 30 de abril, analisou o Relatório e Contas do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, do Fundo de Acidentes de Trabalho.

Considerando que:

- a) no debate havido, foram prestados, pela Sra. Dra. Jacinta Dias, Diretora Financeira do ISP, esclarecimentos complementares satisfatórios quanto às questões colocadas pelos presentes;
- b) as contas sob análise foram objeto de auditoria externa pela KPMG cujo parecer, para além da reiterada chamada de atenção para a questão dos fundos próprios negativos do FAT, não identifica quaisquer situações que lhes tenham merecido reservas de opinião;

a Comissão de Acompanhamento do Fundo de Acidentes de Trabalho deliberou, por unanimidade dos presentes, emitir parecer favorável à aprovação das contas do Fundo de Acidentes de Trabalho relativas ao exercício findo em dezembro de 2012.

Dr. António Baia Engana  
Presidente, Representante do Ministério das Finanças



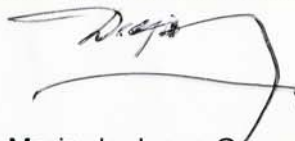
Dr. Nuno Biscaya  
Representante das Associações Representativas das Entidades Empregadoras



Dr. José Emílio Pires  
Representante das Associações Representativas dos Trabalhadores



Dr. Delfim Agostinho Soares  
Especialista na Área dos Acidentes de Trabalho



Dra. Célia Maria de Jesus Gomes Correia de Matos  
Especialista na Área dos Acidentes de Trabalho









Instituto de Seguros de Portugal

Av. da República, n.º 76  
1600-205 Lisboa  
Portugal

Telefone: 21 790 31 00  
Endereço eletrónico: [isp@isp.pt](mailto:isp@isp.pt)  
[www.isp.pt](http://www.isp.pt)